

**Universidade Federal de Goiás**  
**Faculdade de História**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

*“O que era preciso era estar tudo organizado. Mas não deixam os trabalhadores trabalhar à vontade”.*

**A luta pela gestão operária na Revolução Portuguesa através do jornal *Combate* (1974-1976).**

**TALES DOS SANTOS PINTO**

Dissertação elaborada por **Tales dos Santos Pinto** como requisito parcial para a obtenção do título de **mestre** no Programa de Pós-graduação da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa **Sertões, Regionalidades e Projetos de Integração**, sob a orientação do Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto.

**Goiânia**

**2013**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**GPT/BC/UFG**

P659q Pinto, Tales dos Santos.  
O que era preciso era estar tudo organizado. Mas não deixam os trabalhadores trabalhar à vontade [manuscrito] : A luta pela gestão operária na Revolução Portuguesa através do jornal Combate (1974-1976) / Tales dos Santos Pinto. - 2013.  
202 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2013.  
Bibliografia.  
Inclui lista de figuras.  
Anexo.

1. Movimento operário – História – Portugal. 2. Cravos, Revolução dos – Portugal. 3.

CDU: 316.423.6(469)

TALES DOS SANTOS PINTO

***O que era preciso era estar tudo organizado. Mas não deixam os trabalhadores trabalhar à vontade.***

**A luta pela gestão operária na Revolução Portuguesa através do jornal *Combate* (1974-1976).**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do Título de Mestre em História, aprovada em 29 / 05 / 2013, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto - FH/UFG (presidente)

---

Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria – CTDR\UFPB (membro titular)

---

Prof. Dr. David Maciel - FH/UFG (membro titular)

---

Prof. Dr. Rafael Sadi - FH/UFG (membro suplente)

**Goiânia**

**Mai de 2013**

## **Agradecimentos**

Capes

João Alberto

Izabel e José Olavo

Ana e Rodrigo

Douglas e Pablo

André Luiz e José Luciano

TarifaZero Goiânia

Mônica

Mariele e Arthur

Trabalhadores das bibliotecas da UFG, Mário de Andrade (SP) e Sérgio Millet (SP)

Trabalhadores do Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra, Portugal

João Bernardo

Grouxo Marxista

Aender

Getrama

*Sempre que se rompe o casaco do povo  
Aparecem uns doutores que descobrem  
Que assim não pode ser  
Há que achar remédio  
Seja lá como for*

*Vão então negociar com os senhores  
Enquanto cá fora os trabalhadores  
Ao frio esperam que eles voltem triunfantes com  
Um belo remendo*

*Remendo sim pois bem mas onde é que ficou  
O casaco todo?*

*Sempre que gritamos “basta temos fome!”  
Aparecem uns doutores que descobrem  
Que assim não pode ser  
Há que achar remédio  
Seja lá como for*

*Vão então negociar com os senhores  
Enquanto cá fora os trabalhadores  
Cheios de fome até que voltem triunfantes com  
Uma bela côdea*

*Côdea sim pois bem mas onde é que ficou  
A carcaça toda?*

*Nós não precisamos só desses remendos  
Precisamos do casaco por inteiro  
Nós não queremos ficar só com essa côdea  
Precisamos de comer o pão inteiro*

*Não nos basta que o patrão nos dê trabalho  
Precisamos de mandar nas oficinas  
Nos campos e nas minas  
No poder de Estado  
Disso é que precisamos*

*Mas o que é que essa gente tem para oferecer?  
Remendos e Côdeas!*

**Remendos e côdeas – José Mário Branco**

*Como se escreve “revolução” em português?*

**Phil Mailer**, em pânico ao tentar fazer um grafite num muro em Lisboa, às vésperas do 1º de maio de 1974.

## Sumário

Lista de Ilustrações.....	pág. 8
Resumo .....	pág. 9
Abstract .....	pág.10
Introdução .....	pág. 11
Capítulo 1 – “ <i>A revolução passa primeiro pelo estômago</i> ” .....	pág. 23
1.1 – Três casos anteriores ao 25 de Abril .....	pág. 26
1.2 – Necessidade de manter os empregos – o caso da Sogantal .....	pág. 32
1.3 – Os sindicatos – a formação após o 25 de Abril de 1974 .....	pág. 35
1.3.1 – A perspectiva histórica dos sindicatos apresentada pelos trabalhadores .....	pág. 40
1.3.2 – A formação das cúpulas .....	pág. 45
1.3.3 – Reformismo e antirreformismo .....	pág. 53
1.4 – Da ocupação das fábricas à gestão da produção .....	pág. 60
1.4.1 – Fábrica Têxtil dos Bargos .....	pág. 62
1.4.2 – Ornitex .....	pág. 66
1.4.3 – Sousa Abreu .....	pág. 68
1.5 – Alguns apontamentos sobre o processo de ocupação dos locais de produção ..	pág. 77
Capítulo 2 – Nacionalizações e as disputas pelo poder .....	pág. 80
2.1 – O golpe falhado de 11 de março de 1975 .....	pág. 80
2.2 – Os partidos políticos .....	pág. 88
2.3 – Lutas institucionais e a pressão popular .....	pág. 95
2.4 – A Banca nacionalizada .....	pág. 96
2.4.1 – O controle e a fiscalização do sistema financeiro .....	pág. 98
2.4.2 – A integração entre a luta e a produção e o papel dos bancos .....	pág. 104
2.5 – O “Verão Quente” de 1975 .....	pág. 110
Capítulo 3 – “ <i>Um órgão exemplar a servir de modelo do que deve ser um órgão de colaboração ao serviço da boa harmonia empresarial...</i> ” .....	pág. 134
3.1 – As cooperativas .....	pág. 135
3.1.1 – A formação das primeiras CT’s e a substituição dos “novos patrões” .....	pág. 136

3.1.2 – Da autogestão ao sistema cooperativista .....	pág. 138
3.1.3 – Das Comissões de Trabalhadores às Direções .....	pág. 141
3.1.4 – O acesso aos créditos financeiros .....	pág. 152
3.1.5 – Pensar como patrões .....	pág. 156
3.2 – Cooperativismo solidário .....	pág. 172
3.3 – O Golpe Conservador de 25 de Novembro de 1975 .....	pág. 179
3.4 – As Coordenadoras de Cooperativas e Empresas em Autogestão .....	pág. 180
Considerações finais .....	pág. 189
Referências Bibliográficas .....	pág. 194
Anexo 1 – Manifesto do Combate e Estatuto Editorial .....	pág. 198

### **Lista de Ilustrações**

Figura 1 .....	pág. 60
Figura 2 .....	pág. 121
Figura 3 .....	pág. 134



## Resumo

A dissertação tem por objetivo analisar a luta dos trabalhadores portugueses que ocorreram em Portugal após o 25 de abril de 1974, que encerrou com 48 anos de fascismo e inaugurou um intenso processo de revolução social. A análise recaiu sobre as formas de gestão do processo de produção adotadas pelos trabalhadores de pequenas e médias empresas, que foram ocupadas com o objetivo de se garantir os empregos e o pagamento de seus salários, entre os anos de 1974 e 1976. A fonte histórica utilizada para o estudo foi o jornal *Combate*, publicado em Portugal entre 1974 e 1978, e que tinha por objetivo divulgar a lutas dos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho e moradia, principalmente no aspecto organizativo, prezando para que o conteúdo publicado fosse constituído por materiais produzidos pelos trabalhadores ou que dessem voz a eles. A ocupação e a continuidade da produção constituíram uma tensão entre o desenvolvimento de relações sociais de novo tipo e a tentativa capitalista de recuperá-las através da reprodução de relações sociais de produção capitalistas, processo este que constitui o objeto da pesquisa.

**Palavras-chave:** História do movimento operário, Revolução dos Cravos, Jornal *Combate*, autonomia operária.

### Abstract

This paper has the objective of analysing the portuguese workers' struggles which occurred in Portugal after the 25 of April of 1974, the day when 48 years of fascism ended and when an intense process of social revolution began. The analysis focuses on the forms management of the production process adopted by the workers of small and medium size firms, which were occupied by the workers with the objective of guaranteeing their jobs and the payment of their wages during the years of 1974 and 1976. The historical source used for the study was the journal *Combate*, published in Portugal between 1974 and 1978, and which had as objective to broadcast the workers' struggles in their workplaces and communities, especially in the organizational aspect, trying to make it so the content published constituted mostly of material produced by the workers themselves or of material which gave voice to the workers. The occupation and the and the maintenance of production constituted a tension between the development of social relations of a new kind and the capitalist attempt to recuperate them through the reproduction of capitalist social relations of productions. This process is the object of the research.

**Key-words:** History of the working class movement, Carnation Revolution, *Combate* Journal, working class autonomy.

## Introdução

*O que era preciso era estar tudo organizado. Mas não deixam os trabalhadores trabalhar à vontade* (COMBATE, 1978, n. 52, p. I.15). A escolha da fala de um trabalhador rural da Cooperativa Agrícola Unidade de S. Manços para título desta dissertação foi feita pela síntese sobre o processo revolucionário português que ela carrega. Tendo como evento inaugurador o golpe de Estado realizado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) em 25 de Abril de 1974, que depôs Marcelo Caetano do cargo de primeiro-ministro, a revolução portuguesa, para além das disputas pelo poder institucional de diversos grupos políticos, caracterizou-se também por um intenso processo de luta a partir dos locais de trabalho e habitação, no qual os trabalhadores portugueses buscaram resolver coletivamente os problemas acumulados pelos 48 anos de vigência do fascismo de Salazar sobre suas condições de vida e de laboração. O processo revolucionário português inaugurado com o 25 de Abril intensificou o afloramento à superfície social de conflitos que vinham ocorrendo desde os anos finais da década de 1960, mas que estavam silenciados pela repressão e censura do regime salazarista (PIRES, s/d). O forte movimento das bases dos trabalhadores configurou-se em três âmbitos sociais: através das lutas no interior das empresas localizadas nas cidades, com a ocupação das instalações pra garantir os empregos depois da fuga dos patrões e das falências; nos bairros de população trabalhadora, com as ocupações de edificações e de reivindicações de melhorias infraestruturais; e no campo, com as ocupações de terras no Sul do país, na região do Alentejo principalmente. Além disso, houve conflitos no interior das forças armadas, principalmente contra a hierarquia e disciplina militar (ABADIA, 2010).

Voltando à oração que intitula a dissertação, ela expressa tanto o avanço da luta autônoma desenvolvida pelos trabalhadores quanto a sua contenção. No primeiro período desta oração percebe-se o interesse e o objetivo dos trabalhadores portugueses pela organização dos processos de trabalho, uma característica da luta que incidiu principalmente pela gestão direta dos conflitos a partir dos locais de trabalho e pelo consequente controle e gestão, também diretos, da produção, coincidindo com o primeiro momento cronológico de intensificação das ocupações, ocorrido principalmente entre a primavera de 1974 e o verão de 1975. Já o segundo período expressa a resistência encontrada pelos trabalhadores na condução autônoma do processo revolucionário, quando as classes capitalistas, burguesia e gestores, impediram o desenvolvimento da luta da classe trabalhadora, seja através da institucionalização nos aparelhos de Estado ou mesmo a repressão aberta, marcando o momento revolucionário compreendido entre o verão de 1975 e o verão de 1976. Este

período, entre a primavera de 1974 e o verão de 1976, constitui o recorte cronológico da presente dissertação. Desta forma, a síntese acima referida representa o desenvolvimento do processo revolucionário português conduzido pelos trabalhadores, comportando tanto a organização autônoma para a gestão dos conflitos e da produção quanto a reação capitalista de contenção deste processo.

Além do mais, o *trabalhar à vontade* apresenta a inauguração da prática de relações sociais de produção de novo tipo, distintas das relações sociais de produção capitalistas, quando os trabalhadores passam a gerir a luta e a produção das empresas e terras ocupadas direta e coletivamente, em formas organizativas que pressupunham a participação ativa das massas trabalhadoras e com controle sobre os representantes eleitos.

É a apresentação desta tensão existente no processo revolucionário português entre o desenvolvimento de relações sociais de novo tipo e as tentativas dos capitalistas de enquadrar estas lutas, recuperando-as com a reprodução das relações sociais de produção capitalista, que se estrutura a dissertação. Esta tensão entre a luta pela gestão direta dos processos produtivos pelos trabalhadores e as tentativas capitalistas de impedir o seu desenvolvimento que constituiu o objeto do estudo realizado, que teve como eixo as formas de auto-organização criadas pelos trabalhadores e as formas de hetero-organização impostas pelos capitalistas.

Esta proposta de trabalho constituiu mais um esforço para trazer à produção historiográfica que se debruça sobre o estudo da Revolução dos Cravos (o nome pelo qual a revolução portuguesa é conhecida) a luta da classe trabalhadora portuguesa organizada a partir de seus locais de trabalho. Foi também um esforço no sentido de contribuir minimamente com a historiografia do movimento operário, estudando um movimento de luta autônoma da classe trabalhadora, não constituindo um trabalho focado nas instituições partidárias e sindicais de esquerda. No Brasil, até onde o autor pesquisou, houve a produção de duas dissertações de mestrado sobre as lutas autônomas em Portugal, realizadas, como a que aqui se desenvolve, a partir do jornal *Combate*<sup>1</sup>: uma em 1983 na PUC em São Paulo, escrita por Lúcia Bruno<sup>2</sup>, focada na análise do sistema ideológico do coletivo que organizava o jornal; e a outra, escrita em 2010 por Danúbia Mendes Abadia<sup>3</sup>, na UFG em Goiânia, analisando através do *Combate* as características gerais que tiveram as lutas nas empresas

---

<sup>1</sup> Logo à frente iremos discorrer mais detalhadamente sobre o jornal.

<sup>2</sup> BRUNO, L. *Portugal: o "COMBATE" Pela Autonomia Operária*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1983.

<sup>3</sup> ABADIA, D. M. *O Jornal Combate e as Lutas Sociais Autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974 - 1978)*. Dissertação de Mestrado em História, UFG-Goiânia, 2010.

urbanas, nos bairros periféricos das cidades e nos campos, principalmente no Alentejo. Estes seriam os trabalhos que analisam especificamente a luta autônoma dos trabalhadores portugueses durante a Revolução dos Cravos. Há também uma tese de doutorado produzida por Maurício Sardá de Faria<sup>4</sup>, em que analisa a autogestão e o cooperativismo, a partir de dois autores: João Bernardo e Paul Singer. O processo revolucionário português é estudado enquanto experiência concreta na qual participou João Bernardo, servindo como elemento para se entender a base histórica que proporcionou a produção teórica do escritor português.

Em Portugal, para além das obras produzidas durante o processo revolucionário, podem ser referidas também duas obras que tratam especificamente das lutas dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho: uma dissertação de mestrado produzida em 2008 na Universidade Nova de Lisboa, por Miguel Suárez<sup>5</sup>, que descreve o processo de constituição das Comissões de Trabalhadores em diversas empresas no país; e a tese de doutorado de Fernando Noronha<sup>6</sup>, produzida em 2010, que analisa o processo de nacionalização do sistema financeiro tendo por eixo da análise o controle exercido pelos trabalhadores sobre as instituições bancárias.

Em língua inglesa, pode se referir o livro de Phil Mailer<sup>7</sup> publicado em 1977, no qual é relatada a luta dos trabalhadores portugueses por um participante ativo do processo revolucionário.

A Revolução dos Cravos pôs fim aos 48 anos de vigência do regime fascista salazarista, com a tomada de poder realizada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) em 25 de Abril de 1974. A tomada do poder iniciada ao som da música *Grândola Vila Morena*, de Zeca Afonso<sup>8</sup>, encerrou também com o colonialismo português na África, que havia se iniciado no século XVI. O MFA era um movimento formado por oficiais e capitães das Forças Armadas portuguesas de diversas linhagens políticas, desde fascistas, como António

---

<sup>4</sup> FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: UFSC, 2011.

<sup>5</sup> SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. *Contra a exploração capitalista. Comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975)*. Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

<sup>6</sup> NORONHA, Ricardo Vieira de Campos de Abreu. *A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)*. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011.

<sup>7</sup> MAILER, Phil. *Portugal. The impossible revolution?* London: Solidarity, 1977. Foi publicada uma versão em português: MAILER, Phil. *Portugal. A revolução impossível?* Porto: Afrontamento, 1978.

<sup>8</sup> A música foi adotada como senha para o início da tomada do poder, tocando durante a madrugada do dia 25 de Abril de 1974, na Rádio Renascença. Além disso, a música era um símbolo da luta contra o salazarismo, que foi censurada por representar a fraternidade e a tradição secular de luta dos trabalhadores rurais do Alentejo, no Sul de Portugal.

de Spínola, até representantes da esquerda, como Otelo Saraiva de Carvalho. Descontentes com a guerra colonial que se arrastava desde 1961 em Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, e que causara milhares de mortes e onerava pesadamente a economia portuguesa, estes militares do MFA viam como única possibilidade de acabar com o conflito colonial a alteração de governo. António Salazar, que havia iniciado sua atuação nos aparelhos do poder estatal em 1926, morreu em 1968, deixando como sucessor Marcelo Caetano e uma herança política e econômica catastrófica. Ao fim do Estado Novo<sup>9</sup>, iniciado em 1933, Portugal se encontrava com um grande déficit econômico em decorrência da guerra colonial, e também com profundos problemas sociais tanto nas colônias quanto na metrópole. Era para tentar sanar esta situação que os militares do MFA depuseram Marcelo Caetano em 25 de Abril de 1974 (MAXWELL, 2006, p. 15-72).

Formou-se uma Junta de Salvação Nacional composta pelos principais militares das forças armadas, e iniciou-se daí uma sucessão de Governos Provisórios – existiram 6, funcionando de 16 de maio de 1974 a 23 de junho de 1976, formados por um leque variado de partidos políticos e pelo MFA em suas composições – que pretendiam encontrar soluções para a independência das colônias, ao mesmo tempo em que precisavam conter o avanço das lutas dos trabalhadores portugueses, reprimidas duramente pela PIDE/DGS<sup>10</sup> no regime fascista, que ocorria desde os anos finais da década de 1960 (PIRES, s/d). Além disso, era necessário realizar uma abertura para a participação democrática representativa nas instâncias governamentais, havendo ainda o problema da concentração econômica nas mãos de pouco mais de uma dezena de grupos econômicos monopolistas que se beneficiaram de uma série de favorecimentos durante o longo governo de António Salazar (NETTO, 1986). No cenário internacional a situação também era complexa. A mais longa ditadura em país europeu no século XX caía com a ação de um grupo militar que, poucos meses depois, se veria liderado por forças à esquerda no cenário político, governando desta forma na década de 1970 um país da Europa ocidental e membro da OTAN. No contexto da Guerra Fria, os olhos do mundo se voltariam para o desenrolar dos acontecimentos neste pequeno país. A Guerra Fria ampliará o interesse sobre os processos de independência das colônias africanas, colocando principalmente EUA, URSS e China na disputa da influência sobre os movimentos de libertação nacional, com o objetivo principal de conseguirem utilizar os recursos naturais

---

<sup>9</sup> O Estado Novo foi o nome dado à estrutura estatal fascista criada por Salazar, e que vigorou de 1933 até 1974.

<sup>10</sup> A Polícia Internacional de Defesa do Estado, posteriormente Direção Geral de Segurança, era a temida polícia política salazarista.

destas regiões. É neste quadro sócio-histórico extremamente complexo que ocorreram as lutas sociais que esta dissertação buscou trabalhar.

Antes de apresentar a metodologia de trabalho e a fonte utilizada cumpre apresentar uma rápida cronologia factual que marca as mudanças deste processo revolucionário. Além do golpe de Estado em 25 de Abril de 1974, houve outra data do ano de 1974 que indicou uma mudança nos processos institucionais do Estado português. Em 28 de setembro houve uma tentativa de manifestação da *maioria silenciosa*, que foi contida pela população de Lisboa. A manifestação foi convocada por António de Spínola e tinha por objetivo mostrar as forças dos grupos de direita frente ao crescimento das manifestações operárias. A manifestação foi vista como uma tentativa das classes que apoiavam o antigo regime em deter as conquistas democráticas conseguidas no 25 de Abril. Esta tensão irá permear todo o processo revolucionário, e tem como um de seus ápices o 11 de Março de 1975, quando houve uma tentativa de golpe de Estado por parte dos militares conservadores, com o assalto ao Regimento de Artilharia de Lisboa, contido pelas tropas do Regimento e pela população lisboeta. Este fato levou à dissolução da Junta de Salvação Nacional e a institucionalização do MFA, criando a Assembleia do MFA e o Conselho da Revolução, que passaram a governar o país junto aos Governos Provisórios. Além disso, inaugurou-se o processo de intensificação da intervenção do Estado na economia, com a realização da nacionalização dos principais meios de produção, medida adotada em consequência da preponderância dos grupos de esquerda durante o IV e V Governos Provisórios. Esta preponderância se manteve até 25 de Novembro de 1975, quando novo golpe é dado pelas forças conservadoras do exército, mas desta vez com êxito. Esta data representa o fim do movimento revolucionário das bases dos trabalhadores e sua derrota. O VI Governo Provisório que estava no comando à época permanecerá constituído até 23 de junho de 1976, quando foi substituído pelo governo constitucional.

Foram seis os Governos Provisórios: o I de 16/05/1974 a 11/07/1974; o II de 12/07/1974 a 30/09/1974; o III de 30/09/1974 a 26/03/1975; o IV de 26/03/1975 a 08/08/1975; o V de 08/08/1975 a 19/09/1975; e o VI de 19/09/1975 a 23/06/1976.

Para esta dissertação foi feita uma leitura completa dos 51 números do jornal *Combate*, publicados em Portugal entre junho de 1974 e fevereiro de 1978. O jornal teve inicialmente uma periodicidade quinzenal mas que se alterou ao longo de sua existência, devido às dificuldades financeiras e número de colaboradores, sendo que a partir do número

47 passou a ser editado no formato tabloide. De uma primeira leitura inicial para conhecimento da fonte passou-se posteriormente a uma leitura detalhada e fichada do jornal seguindo sua ordem cronológica, com o objetivo de apreender o processo histórico na forma que era apresentado pelo coletivo que o compunha. Isto feito, foi possível perceber a existência de várias mesas redondas organizadas pelo coletivo do *Combate*, reunindo trabalhadores de distintas empresas e ramos econômicos, geralmente nas próprias empresas ou no jornal e, posteriormente, na livraria Contra-a-Corrente<sup>11</sup> (ABADIA, 2010, p. 61 e 62), onde problemas relacionados à organização da luta eram debatidos e apontavam rumos tomados pelos trabalhadores para a apresentação de suas reivindicações e pela melhoria de suas condições de vida<sup>12</sup>. Assim, se optou por tomar como ponto de partida a análise das mesas redondas para posteriormente aprofundar a análise das lutas particulares, através de entrevistas, comunicados e outros documentos que apareciam nas páginas do *Combate*, buscando um esgotamento do que era oferecido pela fonte para traçar o quadro da luta revolucionária partindo dos locais de trabalho.

Esta proposta de trabalho acompanha, de certo modo, a própria “função revolucionária” apresentada pelo coletivo que publicava o jornal em seu Manifesto (COMBATE, 1974, n. 1, p. 1), pois ao se propor a ser a caneta da classe trabalhadora e fomentar o encontro de trabalhadores inseridos em lutas particulares produziu uma documentação histórica valiosa sobre a forma pela quais os trabalhadores viam suas lutas.

O *Combate* foi formado inicialmente por três militantes de extrema-esquerda, João Bernardo, Rita Delgado e João Crisóstomo, oriundos os dois primeiros dos Comitês Comunistas Revolucionários (CCRs), sendo que o terceiro apenas não militava neste grupo por razões de segurança, já que era uma figura conhecida, facilmente detectável pela polícia. Os CCR representavam já um afastamento com a forma de organização marxista-leninista, pois prezavam mais pela coordenação organizativa que pelo centralismo democrático, forma característica do marxismo-leninismo. Entretanto a ruptura definitiva com o marxismo-leninismo se deu tardiamente, após a derrota da revolução cultural chinesa e da aproximação da China com os EUA, no final da década de 1960. Esta ruptura foi formulada por João Bernardo através das teses debatidas internamente nos CCR desde 1973 e que estão

---

<sup>11</sup> A livraria e editora Contra-a-Corrente tinha por objetivo editar obras de cunho libertário oferecendo elementos para o debate teórico sobre as lutas operárias. Além disso, a livraria constituía um espaço que era oferecido à diversos grupos com o objetivo de reuni-los para a discussão em conjunto de suas lutas. A livraria se formou primeiramente no Porto e, em fins de 1975, também no Bairro Alto, região central de Lisboa.

<sup>12</sup> Após feito um pedido, João Bernardo respondeu a algumas questões sobre o *Combate*, em 20 de fevereiro de 2013, que serviram para entender melhor a organização do jornal.



sistematizadas no livro *Para uma teoria do modo de produção comunista*, publicado apenas em 1975, que expõe os motivos do abandono de João Bernardo da área política do leninismo, o aproximando de uma formulação marxista libertária, influenciado pelo também pelo comunismo conselhistas (ABADIA, 2010, p. 58-59; CODINHA, 2010, p. 161).

O *Combate* seria então uma consequência prática deste novo direcionamento político junto ao processo revolucionário recém-iniciado. Desta forma, o jornal tinha como objetivo, “ser a caneta das massas trabalhadoras e de suas vanguardas em luta”, cujos eixos de trabalho consistiam em ser um “agente activo na articulação entre si das várias lutas particulares, divulgando essas lutas e nomeadamente as experiências organizativas dela resultantes e acelerando por este modo o desenvolvimento da luta dos trabalhadores enquanto luta geral”, além de “fomentar a organização de reuniões de massas entre trabalhadores, soldados e marinheiros, ou trabalhadores com soldados e marinheiros em lutas particulares diferentes” (COMBATE, 1974, n.1, p. 1 e Manifesto). Com esta proposta o jornal tinha seu conteúdo composto principalmente de entrevistas, mesas redondas, trechos de jornais de empresas, comunicados e demais documentos publicados integralmente e sem edição em sua maior parte. As reuniões da redação eram abertas aos trabalhadores e demais militantes de esquerda<sup>13</sup> e todos poderiam participar, mas o direito de voto era dado apenas aos que assumiam alguma tarefa decidida nas reuniões, o que permitia distinguir que estava realmente disposto a contribuir no funcionamento do projeto político que representava o jornal. Desta forma, não havia a necessidade de adesão a uma ideologia específica para colaborar com o *Combate*, bastava estar de acordo com as situações práticas e com as tarefas a serem executadas (ABADIA, 2010, p. 64-65). As tarefas consistiam na realização, gravação e transcrição de entrevistas com comissões de trabalhadores e comissões de moradores, além de trabalhadores de base, realizadas por equipes de colaboradores, que também faziam coleta de documentação a serem reproduzidas nas páginas do jornal, bem como as tarefas ligadas às provas tipográficas. Estas equipes se articulavam em dois locais, na cidade do Porto e em Lisboa, sendo que os editoriais eram discutidos a partir dos materiais coletados pelos

---

<sup>13</sup> Pelos dados apresentados por Abadia (2010, p. 59-64) o coletivo se compunha tanto de intelectuais quanto de trabalhadores. João Bernardo nas respostas aos questionamentos feitos por e-mail afirma que à época de formação do *Combate* tinha se tornado escritor, sendo os dois outros fundadores trabalhadores assalariados, mas não operários. Houve posteriormente um ampliação da participação, atuando deste trabalhadores dos chamados setores de serviço quanto da produção industrial.

colaboradores (BERNARDO, *apud* ABADIA, 2010, p. 61), após as reuniões sendo que alguns participantes ficavam responsáveis pela escrita do editorial<sup>14</sup>.

Segundo um dos principais colaboradores estrangeiros do *Combate*, Phil Mailer, que participou ativamente da produção do jornal, o jornal publicava todas as palavras das entrevistas, não apenas as que interessavam aos participantes, proporcionando, segundo Abadia (Ibidem, p. 61) um diálogo direto com os trabalhadores e entre eles próprios. Estes diálogos proporcionavam a comparação das distintas lutas que serviam de aprendizagem e para a ampliação do contato entre os trabalhadores de diferentes lugares. Era a apresentação de casos concretos de luta para comparação e contato entre os trabalhadores que pode explicar o posicionamento político do *Combate* e sua inserção no processo revolucionário. No texto *Qual o significado que atribuímos ao nosso trabalho*, publicado em julho de 1977, no número 50 do jornal, assinado pelo coletivo do *Combate*, eles afirmam que executavam um trabalho secundário, enquanto grupo político, nos processos de luta em relação às ações da classe trabalhadora em suas lutas particulares. Procurara divulgar as “formas de organização concretas assumidas pelas lutas operárias”, que se em muitos casos reproduziam aspectos da sociedade capitalista, que eles buscavam criticar, apresentavam também “formas de organização novas, igualitárias, comunitárias e permanentemente mutáveis”, que se percebiam como a prática concreta dos caminhos que poderia tomar a sociedade futura. Por isso que o projeto, segundo o *Combate*, causava estranheza nos intelectuais formados nos meios políticos tradicionais, que os criticavam afirmando que eles não apresentavam alternativas à sociedade capitalista.

Que miopia a desses críticos! Realmente nós não apresentamos alternativas inventadas por nós, saídas da nossa cabeça. Divulgamos as alternativas concretas, realmente existentes, que os operários em luta quotidianamente constroem nas formas sociais novas que nessas lutas produzem. Quando se procede, nas entrevistas, ao relato que se pretende minucioso das formas sociais das lutas, não estamos a apresentar *matéria-prima* que os inteligentes intelectuais políticos se encarregarão depois, bondosamente, de pensar e repensar, produzindo as suas *ideologias revolucionárias*. Em nosso entender contêm, por si mesmas, não só um relato de formas sociais, como um

---

<sup>14</sup> Em comentário feito no artigo *Anarquismo em Portugal: 1974–1990, uma breve abordagem*, publicado no site *Passa Palavra*, sob o nome de José Maria Carvalho Ferreira, foi feita a afirmação de que Ferreira escreveu quase integralmente o editorial intitulado *Que conselhos operários*, presente no número 27 do *Combate*, publicado em 17 de julho de 1975. O comentário pode ser lido neste endereço <http://passapalavra.info/2012/04/54819>, acessado em 07 de maio de 2013. Ainda sobre a forma de participação nas reuniões do *Combate*, e que em algumas delas originavam os editoriais, João Bernardo afirma ter sido necessário participar a partir de Paris de uma única reunião, por conta das nacionalizações posteriores ao 11 de março de 1975. A participação foi por telefone, utilizando uma tecnologia telefônica de conferências presente em um hotel de luxo da capital francesa, no qual trabalhava Artur José de Castro Neves, amigo de Bernardo. Os custos teriam sido distribuídos pelas contas dos hóspedes do hotel, de modo a ficar imperceptível a utilização da ferramenta telefônica.

conjunto de ideias suficientemente amplo e coerente, e que constitui a ideologia revolucionária que o proletariado em luta vai produzindo e desenvolvendo (COMBATE, 1977, n. 50, p. 18).

Com esta longa citação é possível perceber a forma de diferenciação com que o coletivo do *Combate* se apresentava em relação a outros grupos políticos, principalmente marxistas-leninistas, em um raro momento em que há um texto auto-referencial no jornal. Assim, para o coletivo que organizava o jornal, a exposição da prática e de casos concretos de luta seria mais proveitosa para a luta dos trabalhadores que a apresentação de formas ideológicas revolucionárias produzidas por intelectuais políticos, através de formas e fórmulas prontas para a organização da classe trabalhadora. Isto possivelmente pode explicar o motivo que levou os membros do coletivo a produzirem o texto *AUTOGESTÃO: Ponto de partida e não ponto de chegada*, publicado em fevereiro de 1977, no qual, ao mesmo tempo em que expunha as potencialidades da autogestão para a luta dos trabalhadores por incidir sobre a gestão dos processos de trabalho, apontava também suas várias contradições decorrentes do seu surgimento na sociedade capitalista, possibilitando tanto a prática comunista no momento da luta quanto a reprodução da sociedade capitalista, com a recuperação da capacidade produtiva das empresas. Por isso criticavam o fato de uma parte considerável da militância revolucionária ter transformado a autogestão em um mito, em um “remédio” universal, “uma via única de luta”, pois ela seria possivelmente generalizável ao conjunto da sociedade apenas no caso de um “processo revolucionário internacional”, que incidisse sobre as grandes empresas, pois, caso contrário, como as experiências concretas mostravam, a realização da autogestão apenas em empresas de pequeno porte as condenavam “a ser afogadas pelo mercado mundial”. Segundo o coletivo, “para o movimento operário no capitalismo contemporâneo a autogestão e todas as lutas que interferem mais ou menos directamente na gestão da economia são um facto, um ponto de partida para novos desenvolvimentos do processo revolucionário, e não um ponto de chegada” (*Idem*, 1977, n. 48, p. 13, grifos no original).

É possível perceber pelo que foi rapidamente exposto acima, que o *Combate* pretendia ter uma função revolucionária ativa no processo revolucionário português, auxiliando a divulgação das lutas, bem como o encontro entre trabalhadores inseridos em lutas particulares com o objetivo de trocar experiências, comparar as respectivas lutas, aprendendo uns com os outros e talvez criarem formas de atuação conjunta. Mas pela leitura das entrevistas, parece que este não era a única forma de atuar junto aos trabalhadores. O direcionamento de perguntas possivelmente visava criar reflexões sobre os casos concretos

das lutas, mas a partir de elementos escolhidos pelos entrevistadores. Segundo Phil Mailer, eles acreditavam que “só os trabalhadores poderiam libertar os próprios trabalhadores” e que se aproximavam deles com respeito, e também faziam “perguntas e não sugestões, embora as vezes fazendo perguntas certas é também fazer sugestões” (MAILER, *apud* ABADIA, 2010, p. 60).

O motivo de escolha do *Combate* como fonte para o estudo das lutas operárias pela gestão do processo produtivo se deu justamente pelas potencialidades de pesquisa que esta proposta política proporciona. Como foi citado acima, o “relato que se pretende minucioso das formas sociais das lutas” possibilitou descrever e aprofundar a análise nas formas de gestão adotadas pelos trabalhadores, encontrando nesta análise processos contraditórios que possibilitaram perceber consequências das medidas macroeconômicas na organização da luta nos locais de trabalho, principalmente como foi feito no capítulo 3 com as cooperativas. Obviamente que existem, mesmo assim, filtros provavelmente decorrentes dos contatos com grupos de trabalhadores específicos ou mesmo na escolha dos materiais a serem reproduzidos no jornal, mas isto é uma realidade permanente no trabalho do pesquisador. Reitera-se com Phil Mailer os motivos da escolha do *Combate* como fonte histórica e não outro jornal que retratasse também a luta dos trabalhadores nos locais de trabalho.

O Combate para mim tinha uma honestidade porque publicou todas as palavras das entrevistas e não só as partes que nos interessava. Outros jornais revolucionários (Luta Popular, Fronteira, Revolução etc.) só publicavam as partes que correspondiam as suas ideologias (*Idem*, *Ibidem*, p. 60).

Desta forma, três mesas redondas compõem a parte mais substancial deste texto, uma sobre o sindicalismo na função pública, outra sobre as nacionalizações, e uma terceira sobre a autogestão e cooperativismo, presente cada uma em cada um dos três capítulos. Compõe ainda a dissertação entrevistas feitas junto aos trabalhadores e documentos por eles produzidos, como no caso dos trabalhadores das empresas Sogantal, Mabor, Têxtil dos Bargos, Ornitex, Sousa Abreu, Rádio Renascença e jornal República.

No capítulo 1 são apresentados os aspectos em que a luta dos trabalhadores se desenvolveu autonomamente, no sentido de constituição das novas relações sociais de produção, processo apresentado pelo *Combate* como sendo as ações práticas comunistas, realizadas através da participação ativa e coletiva dos trabalhadores. A participação ativa e coletiva se deu principalmente com a criação das Comissões de Trabalhadores (CTs), enquanto instância de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, com os membros

eleitos geralmente através de Assembleias Gerais de trabalhadores. A realização das assembleias garantia ainda um controle da base sobre os representantes eleitos. Nos casos expostos neste texto se encontrará uma descrição mais detalhada desta situação quando for referida a luta na empresa do ramo têxtil Sousa Abreu. Porém será possível perceber que este caráter autônomo, de criação de instituições organizativas pela própria classe trabalhadora, ocorreu desde os últimos anos do salazarismo, durante as lutas de finais de 1973 e de início de 1974. Assim, o capítulo inicia-se com uma curta descrição de três situações anteriores ao golpe de 25 de Abril de 1974: as lutas dos trabalhadores dos lanifícios de Lisboa; a perspectiva exposta pelos trabalhadores da Timex em sua luta por aumento salarial; e a relação que existia entre mineiros e sindicato, no início da década de 1970, nas minas de São Pedro da Cova, a partir de informações encontradas em uma mesa redonda com trabalhadores e moradores de áreas das minas. Depois é relatada a luta que ocorreu logo após a realização do golpe de Estado, em 25 de abril de 1974, na empresa Sogantal, que evidencia o caráter radical das ações dos trabalhadores desde o início do processo revolucionário. A consciência desenvolvida pelos trabalhadores através da atividade prática nos conflitos com os patrões é apresentada através de um documento produzido pelos trabalhadores da Mabor. Na sequência, um debate sobre o sindicalismo é apresentado a partir de uma mesa redonda dos trabalhadores da função pública (funcionários públicos), com o intuito de analisar a formação sindical posterior ao 25 de Abril. E por fim são analisados comunicados e entrevistas em três empresas do ramo têxtil no Norte de Portugal – Têxtil dos Bargos, Ornitex e Sousa Abreu – que passaram da luta por melhorias salariais para a ocupação dos locais de produção, pretendendo com isso manter em funcionamento o processo produtivo. Principalmente na terceira empresa foi feita uma análise detalhada sobre as alterações dos processos de produção desenvolvidos pelos trabalhadores e sobre a criação de mercados de solidariedade para o escoamento da produção. Estas lutas se desenvolveram principalmente no final de 1974 e início de 1975, sendo representativas de uma segunda onda de intensificação dos conflitos ocorridas nas empresas. Desta forma, o recorte cronológico do capítulo compreende o início da década de 1970 até o 11 de março de 1975, quando um golpe de Estado foi tentado pelas forças ligadas ao salazarismo.

O Capítulo 2 se inicia com a apresentação dos fatos ocorridos em 11 de março de 1975 a partir de comunicados escritos pelos militares do Regimento de Artilharia de Lisboa (RAL 1), complementando esta apresentação com a perspectiva dada pelo coletivo do *Combate* à tentativa do golpe. A perspectiva do coletivo servirá tanto como ponto de partida

para que o leitor perceba a relação que existia entre os organismos criados nos locais de produção e os partidos, bem como para a posterior descrição das características de alguns destes grupos políticos. Em seguida uma mesa redonda na qual participaram trabalhadores dos bancos, da TAP e da Sociedade Central de Cervejas (SCC) expõe o processo de nacionalização do sistema financeiro português, ocorrido após o 11 de março de 1975 e as consequências que tiveram para a concessão de crédito para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). O foco na nacionalização do sistema financeiro servirá no capítulo seguinte para entender as alterações na organização das empresas que passaram da autogestão para o cooperativismo. Após este procedimento, as ocupações do jornal República e da Rádio Renascença por seus trabalhadores são apresentadas para se debater as principais características do “Verão Quente”<sup>15</sup> de 1975, e as ações do IV e V Governos Provisórios, no que se referia à relação entre os organismos autônomos dos trabalhadores e os projetos elaborados e inicialmente executados. A ocupação dos dois meios de comunicação social servirá também para se perceber o debate travado à época sobre o controle da informação durante os processos revolucionários, e a visão do *Combate* sobre este assunto, no que se referia à sua função revolucionária e ao desenvolvimento da luta nestes dois meios de comunicação, bem como a avaliação feita pelo coletivo sobre as potencialidades da luta neste setor para o desenvolvimento da interligação entre as várias lutas autônomas, nos locais de trabalho e habitação. O recorte cronológico do capítulo 2 se situa desta forma entre o 11 de março de 1975 e o golpe de direita de 25 de novembro 1975.

O capítulo 3 retoma o 11 de março de 1975 para apresentar as consequências de sua ocorrência não no âmbito institucional estatal e militar, mas sim a partir dos locais de produção de PMEs dos ramos têxteis e da metalomecânica ligeira. O foco são as formas encontradas pelos capitalistas para enquadrar o movimento autônomo desenvolvido a partir dos locais de produção, dentro das estruturas do aparelho de Estado após o 11 de Março de 1975, se estendendo até o fim do primeiro semestre de 1976, constituindo as duas datas o recorte cronológico do capítulo. Neste sentido o capítulo expõe como as experiências de gestão da produção através de cooperativas serviram como forma de imposição de critérios para a concessão de créditos, possibilitando assim ao Estado conter o avanço das lutas de auto-organização dos trabalhadores. São apresentadas as situações relatadas pelos

---

<sup>15</sup> O “Verão Quente” foi a denominação dada ao processo de radicalização das lutas tanto nas bases da população quanto nos gabinetes governamentais e quartéis entre forças de direita e esquerda, ocorridas durante o verão de 1975. Atentados a sedes de partidos, intensificação das ocupações de fábricas, casas e terras, além de disputas pelo controle dos meios de comunicação e das instituições do Estado foram alguns dos eventos que “aqueceram” aquela estação do ano em Portugal, em 1975.

trabalhadores em uma mesa redonda de empresas têxteis sobre a autogestão e também em entrevistas com trabalhadores de cooperativas do ramo da metalomecânica ligeira. As imposições do Estado incidiram principalmente na organização administrativa das empresas que estavam em autogestão, obrigando-as a formarem direções com o registro institucional em substituição às CTs, para desta forma conceder os créditos financeiros tão necessários à manutenção da produção em período de crise econômica. Além do mais, a pressão do mercado colocou aos trabalhadores a pressão pelo aumento da produção e da produtividade, levando estes diretores a começarem a “pensar como patrões”. É apresentada ainda uma experiência de cooperativismo decorrente da solidariedade de trabalhadores de empresas distintas, como uma experiência alternativa às outras que são expostas. No acompanhamento do processo histórico revolucionário será possível, posteriormente, apresentar o significado do golpe de direita de 25 de Novembro de 1975, com a vitória do PS e do Grupo dos Nove<sup>16</sup>, sobre a gestão das empresas, e o início de um novo momento da luta, com as tentativas de criar uniões de cooperativas e empresas em autogestão.

Concomitante à análise e apresentação do processo histórico, os pontos de vista do *Combate* são inseridos com o objetivo de mostrar o entendimento que o coletivo tinha sobre a Revolução Portuguesa e seus vários percalços.

\*\*\*

Algumas advertências são necessárias para o prosseguimento da leitura do texto.

A primeira diz respeito ao numerário da moeda portuguesa à época do processo histórico estudado. A moeda era o escudo e em sua referência às casas decimais e às centenas não há alteração, mas quando se passa ao milhar pode haver confusão. Os trabalhadores, e também o autor do texto, alternativamente se refere a *mil escudos* ou a *um conto*. Esta é a referência correta: um conto equivale a 1.000\$00 escudos, 250 contos equivalem a 250.000\$00 escudos.

Uma segunda advertência é sobre a existência de entrevistas e mesas redondas publicadas em mais de um número do jornal. Como o espaço do jornal era pequeno para a quantidade de material a ser publicado, inúmeras entrevistas e mesas redondas constam em mais de número, em alguns casos em três números seguidos. Nos casos de análise das lutas

---

<sup>16</sup> O Grupo dos Nove se formou em torno de alguns oficiais do MFA mais próximos da linha política do Partido Socialista. Este assunto será tratado no capítulo 2.

em empresas específicas, pode aparecer o mesmo trabalhador sendo referido também em mais de um número do jornal.

A referência aos trabalhadores é a terceira advertência. Devido possivelmente à necessidade de evitar represálias aos entrevistados e aos entrevistadores, os nomes dos participantes não são referidos<sup>17</sup>, sendo geralmente apresentado da seguinte maneira: trabalhador A, trabalhador B etc. O mesmo ocorre nos casos dos entrevistadores: Combate A, Combate B etc. No caso da mesa redonda da função pública a referência é feita, apontando o trabalhador ou trabalhadora, seguido da sigla do local de trabalho: trabalhador da DGC, trabalhador da CML etc. Na mesa redonda da autogestão há mais de um operário de cada uma das empresas. Neste caso há o operário A da EPP, o operário B da EPP etc. entre o operário A da Ornitex, e assim sucessivamente. Portanto é necessária uma atenção redobrada nestes casos, já que foram referenciados de acordo com o modelo adotado pelo *Combate*.

---

<sup>17</sup> Há apenas um caso, no segundo capítulo, quando se trata da formação da cooperativa Covilimpal onde os nomes dos entrevistados aparecem.



## Capítulo 1 – “A revolução passa primeiro pelo estômago”

Neste primeiro capítulo o objetivo é analisar os motivos que levaram os trabalhadores portugueses a empreenderem um dos mais profundos movimentos de ruptura social que se deu na Europa Ocidental desde o fim da Segunda Guerra Mundial, bem como os meses iniciais deste processo. O 25 de Abril de 1974 foi escolhido como data mediadora do capítulo, proporcionando, desta forma, analisar as condições de vida e de trabalho nos primeiros anos da década de 1970, bem como as formas de resistência e reivindicação desenvolvidas pelos trabalhadores nestes anos. Permite ainda, trabalhar a ascensão das lutas dos trabalhadores desencadeadas posteriormente ao golpe militar do MFA, em 25 de Abril, principalmente com ocupação de empresas e a continuação da produção, com o intuito inicial de garantia de salários e empregos, controlando coletivamente e diretamente a gestão dos processos de produção, através da criação das Comissões de Trabalhadores (CTs). O entendimento que se tem nesta dissertação sobre o processo de ascensão destas lutas, coloca o 11 de Março de 1975 como início da tentativa de recuperação do carácter autónomo e auto-organizativo delas (em torno das CTs) pelos grupos que se apoderam do aparelho de Estado a partir desta data. Assim, o recorte cronológico deste primeiro capítulo compreende o início da década de 1970, indo até o 11 de Março de 1975.

Outro momento deve ser referido nesta introdução ao capítulo, por representar mais um ponto que causará posteriormente um aceleração das lutas dos trabalhadores. Em setembro de 1974, o general António de Spínola, então presidente do país, clama pela manifestação da *maioria silenciosa* da população portuguesa contra o avanço das manifestações e ações reivindicativas dos trabalhadores, que cresciam em Portugal desde abril deste ano, principalmente a manifestação conduzida pelos trabalhadores da Lisnave ocorrida em 12 de setembro de 1974, que levou às ruas de Lisboa milhares de operários vestidos com seus macacões e capacetes de trabalho, dando mostras inequívocas da força que detinham os trabalhadores naquele momento (NORONHA, 2010, p. 256-264). Esta mesma força foi o que garantiu o impedimento da manifestação convocada pelo presidente Spínola para o dia 28 de setembro, com a população de Lisboa contendo a entrada dos carros da *maioria silenciosa* na entrada da cidade (MAXWELL, 2006, p. 117). O fato derrubará o II Governo Provisório, e com ele vários dos representantes das forças conservadoras do país que estavam neste governo. Este processo de luta, no âmbito institucional encontrará seu ápice com uma tentativa de golpe por parte de militares de direita, dentre eles António de Spínola, na manhã de 11 de Março de 1975, que é contido, dando um fortalecimento às forças de esquerda do

MFA e ao PCP, fato com o qual se encerra o recorte cronológico do capítulo, como acima já foi dito.

Portugal completava em 1974 a vigência de 48 anos de um regime político e econômico fascista. Durante este período as manifestações dos trabalhadores do campo e da cidade, e da população em geral, foram sistematicamente reprimidos, principalmente através da polícia política criada no Estado Novo, comandado pelo primeiro-ministro António Salazar. Impedidos de se manifestarem pelas melhores salários e melhores condições de vida e de trabalho, os trabalhadores portugueses se viam em situação de miséria, recebendo baixos salários. Apesar da repressão, os anos iniciais da década de 1970 viram surgir novas manifestações de trabalhadores em várias empresas do país para que suas reivindicações fossem atendidas. Estes fatos não chegavam ao conhecimento da população pela forte censura imposta aos meios de comunicação, sendo sabedores destas movimentações de trabalhadores, apenas as pessoas ligadas aos meios militantes políticos (PIRES, s/d). É esta situação de miséria dos trabalhadores, repressão e censura imposta pelo regime fascista que, aliada à liberdade de manifestação conseguida com o 25 de Abril, que proporcionou a continuidade destas lutas iniciadas no início da década. É esta situação de miséria e baixos salários que explica, de certa forma, os motivos que levaram os trabalhadores a se levantarem contra seus patrões e a ocuparem os locais de trabalho para manter a continuidade da produção e garantir desta forma empregos e salários. Como disse o trabalhador A da Cooperativa Novo Rumo, parafraseando um camarada seu: “A revolução passa primeiro pelo estômago” (COMBATE, 1976, n. 38, p. 4).

### **1.1 – Três casos anteriores ao 25 de Abril**

Um texto escrito pelo coletivo do *Combate* no número 1 do jornal é um interessante ponto de partida para vermos que as lutas operárias em Portugal não se iniciaram apenas depois do golpe do Movimento das Forças Armadas (MFA) em 25 de Abril de 1974. “A luta dos trabalhadores dos lanifícios por melhores condições de vida e de trabalho [era] uma luta com tradições e que no campo sindical [vinha se] travando há quatro anos” e que incluiu os trabalhadores da região de Lisboa, tanto quanto na Covilhã e em outros pontos do país, conseguindo neste período elegerem uma “direcção da sua confiança” no sindicato (COMBATE, 1974, n. 1, p. 3). Esta ação dos trabalhadores vinha na esteira da abertura liberal empreendida por Marcelo Caetano no início da década de 1970, como resposta ao avanço das

lutas populares que se intensificaram na década de 1960, principalmente depois das greves de 1968 (PIRES, s/d, p. 25-54).

No caso dos trabalhadores dos lanifícios, eles conseguiram que em 1 de novembro de 1973 se negociasse uma nova tabela salarial com um piso de 3.000\$00 que não foi aceita na negociação do contrato coletivo. A arbitragem negou esta reivindicação do salário mínimo, e estipulou o dia 1 de novembro de 1974 como data para entrar em vigor uma nova tabela. Apesar do não atendimento da reivindicação resolveram não esperar a data estipulada para a correção salarial, buscando já nas semanas posteriores ao 25 de Abril enfrentar “a subida galopante do custo de vida, verificada nos [...] meses” anteriores e que “rapidamente devorou os aumentos de salários que os trabalhadores dos lanifícios tinham conseguido impor, agravando ainda mais a sua miserável situação”. Os trabalhadores do setor e seus sindicatos perceberam a necessidade de colocar em prática o que haviam “deixado bem vincado” em uma circular da Federação dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios, e que demonstrava que as lutas posteriores ao 25 de Abril eram a continuação das lutas dos últimos anos do marcelismo <sup>18</sup>: “PARA QUE A NOSSA PRIMEIRA VITÓRIA NÃO SE TRANSFORME NUMA DERROTA, A LUTA NÃO PODE PARAR” (COMBATE, 1974, n. 1, p. 3).

A luta anterior se deu através de greves e de repressão duras por parte do aparelho policial do Estado e dos patrões nos locais de trabalho, “mas os operários sabiam resistir a todas as pressões até à satisfação das suas reivindicações”, mesmo que houvesse os que hesitassem, não comparecendo aos locais de trabalho. Havia ainda os que mesmo comparecendo não “iniciavam aí actividades coletivas que ocupassem o tempo e permitissem cimentar a sua solidariedade de luta”. Esta ação e participação coletiva, com a solidariedade a cimentar a luta vinham se desenvolvendo desde as greves da década passada e é o que irá imprimir um caráter transformador à sociedade durante a Revolução Portuguesa, caráter este que é um dos objetivos da análise do presente estudo. Mas, a repressão patronal se fazia imediatamente, com as demissões e o aumento da carga de trabalho aos que ficavam em seus postos (*Idem*, *Ibidem*, p. 3).

A exploração do trabalhador através do aumento da jornada de trabalho e pelo pagamento salários de fome era uma das características da industrialização portuguesa no pós-

---

<sup>18</sup> O marcelismo compreende o período em que Marcelo Caetano esteve à frente do Estado fascista, entre 1968 e 1974, e que foi marcado por uma tentativa de liberalização da representação política e sindical, além da abertura ao investimento económico de capital estrangeiro.

guerra, sendo a força de trabalho barata um dos atrativos para o investimento do capital estrangeiro no país. Um apanhado histórico desta situação foi feito por um trabalhador da Timex, em um texto por ele escrito e publicado em 5 de julho de 1974 no número 2 do *Combate*, e que permite perceber através de um caso específico a forma de atuação de empresas de outros países em Portugal. A empresa havia se implantado no país em outubro de 1970 com o nome de TMX Portugal Lda., e “a grande atracção para esta multinacional, aliás como para todas as outras, residia na prática de salários de fome, na presença de um regime opressivo que eliminava qualquer possibilidade de instabilidade no seio da classe trabalhadora, etc. (*Idem*, 1974, n. 2, p. 2)” A industrialização em Portugal, como apresentado pelo trabalhador da Timex conjugava salários de fome com a repressão fascista às reivindicações operárias (“instabilidade no seios da classe”) pelas melhorias da qualidade de vida e de trabalho, articulando a exploração da força de trabalho nos mecanismo da mais-valia absoluta (BERNARDO, 2009, p. 139-153). “Os salários praticados inicialmente rondavam os 1 300\$00 e, só no fim” de 1973 “saltaram de cerca de 1 500\$00 para 1 700\$00” (COMBATE, 1974, n. 2, p. 2).

Trabalhar em empresas como a Timex era, segundo o trabalhador da empresa, “miragens de uma falsa realidade” tida pelos operários portugueses que vinham “das classes mais baixas da sociedade” e que sentiam “inicialmente nesta empresa a garantia de uma estabilidade de emprego que normalmente não encontravam e uma oferta de regalias [...] de que não dispunham na maioria dos casos”. Possivelmente a situação era construída por ser uma empresa multinacional e pelo fato destes operários estarem sujeitos a condições de trabalho e salariais piores ainda que estas. Mas a situação não foi aceita silenciosamente por muito tempo, já que no fim de 1973 “o princípio de estabilidade começou” mostrando que os trabalhadores reconheciam sua situação de exploração. Em novembro de 1973 esboçou-se a primeira greve na empresa, mas com os primeiros passos em sua organização sendo descobertos, o que resultou na demissão de alguns trabalhadores (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Em fevereiro de 1974 a situação foi diferente. Depois de “terem recebido em média 200\$00 de aumento, migalhas para pobres, verificaram que o aumento do custo de vida os tornava ainda mais pobres”. A situação econômica e social do país abriram seus olhos sobre a situação de explorados a que estavam submetidos e, durante a paralisação de um dia e meio, que era “essencialmente de carácter económico, [...] conseguiram 800\$00 de aumento para todos independentemente da sua categoria profissional, embora não fosse concretamente o que desejavam” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2). Este desejo de aumentos diferenciais para as categorias

profissionais distintas foi uma característica comum às reivindicações apresentadas por trabalhadores de várias empresas.

O trabalhador da Timex indica ainda os motivos que os levaram a conseguir o aumento salarial. “Esta pequena vitória deve-se essencialmente à unidade espontânea de toda a classe operária, a mais mal paga”. Pela fala do trabalhador é possível perceber uma diferença em relação à luta nos lanifícios, enquanto aquela teve uma ação organizativa pautada nas estruturas sindicais, na Timex o que garantiu a vitória foi uma unidade espontânea da classe operária, evidenciando que mesmo antes do 25 de Abril, os trabalhadores estavam a superar os sindicatos enquanto quadro organizativo em algumas de suas lutas. Este tipo de ação era também consequência do contexto repressivo do salazarismo, do qual os capitalistas se aproveitavam para manter a exploração dos trabalhadores sem uma resistência organizada.

Toda a estratégia de actuação da empresa, antes do 25 de Abril, baseou-se na inexistência de órgãos verdadeiramente representativos da classe, no medo por parte da classe trabalhadora de um sistema repressivo a nível governamental, apoiado pela nojenta PIDE/DGS e na constituição de um sistema de chefia interna com elementos totalmente manobráveis pela empresa e facilmente subornáveis (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

A manutenção da exploração através de baixos salários e situações precárias de vida era garantida por um forte aparato policial repressivo construído durante as quase cinco décadas do fascismo. Algumas empresas ainda pagavam diretamente à PIDE/DGS para garantir a repressão de seus elementos mais ativos, buscando eliminar os focos de luta laboral. (NORONHA, 2010, p. 97-98). O medo da PIDE somado à atuação dos gestores das empresas garantia a inexistência de órgãos representativos dos trabalhadores, obrigando-os a encontrar novas formas de luta.

Para ilustrar ao leitor a forma de funcionamento sindical durante o fascismo, onde ele existiu, abaixo será apresentado o ponto de vista dos mineiros de São Pedro da Cova, que realizaram uma entrevista com um assinante do *Combate*, e publicada nos números 28 e 29 do jornal entre 31 de outubro e 14 novembro de 1975. Apesar do intuito da entrevista fosse expor a luta por moradia e melhores condições de habitação depois que as minas foram fechadas, eles acabaram relatando algumas situações vivenciadas com o sindicato.

As minas haviam sido fechadas uma primeira vez em 1970, sendo reaberta e fechada novamente, provavelmente, em 1972. Até o primeiro fecho trabalhavam no local cerca de 700 homens, depois o número caiu para 50. Os trabalhadores não haviam sido informados sobre o

encerramento das atividades, ficando sabendo através dos jornais. Frente a esta situação se deslocaram para o escritório das minas para que a administração apresentasse aos mineiros o motivo do fechamento da mina. Não encontraram ninguém e, posteriormente no sindicato, disseram que realmente não havia ninguém no escritório. A única pessoa que apareceu para resolver a situação dos mineiros foi um delegado do I.N.T. (possivelmente o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência), que apresentou informações desconhecidas sobre os pagamentos devidos à eles, que eram referentes às indenizações a serem pagas após o encerramento das atividades da Mina de São Pedro da Cova. Entretanto, os delegados do I.N.T.<sup>19</sup> “burlaram toda a malta [...] uns foram roubados em 50%, outros em 70%” do montante das indenizações a que os mineiros tinham direito. O mineiro A que estava a falar era um antigo trabalhador das minas e morador de São Pedro da Cova, e expôs da seguinte forma o entendimento que ele tinha sobre todo este processo do fechamento das minas, o pagamento das indenizações e o papel desempenhado por sindicatos e órgãos estatais frente às relações de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores.

Foi o que se soube que era o delegado do I.N.T.: estava ligado ao sindicato. Foram uns burlistas; o INT, o delegado e os do sindicato, que estavam a burlar toda a malta e continuaram sempre. No tempo do fascismo continuaram sempre a burlar quando nos dirigíamos ao sindicato para qualquer coisa, éramos roubados em formalidades e varias coisas. Então falávamos uns para os outros: vamo-nos queixar. Mas a quem? Começava um: mas a quem é que vamos nos queixar? Pois se esses do sindicato não resolviam nada, quando nós íamos lá víamos logo dois agentes da PIDE, pois eles telefonavam logo para a PIDE. E nós chegávamos ali e eles só nos ameaçavam, mais nada (COMBATE, 1975, n. 28, p. 4).

A citação acima serve para que o leitor perceba a forma de funcionamento e de tratamento dado por alguns sindicatos portugueses aos trabalhadores durante a década de 1970. Além de retirarem parte dos salários através de cobrança de “formalidades” os ameaçavam com o aparato da polícia política do regime. A “burla” aos trabalhadores se compunha da articulação dos sindicatos com os demais órgãos do Estado, na configuração da representatividade dos trabalhadores criada pelo fascismo, na estrutura corporativa do Estado Novo. Difíceis eram as condições para lutar contra o capitalista (ou capitalistas) proprietário das minas, já que os delegados distritais do INTP funcionavam como agentes do Ministério Público junto ao tribunal do Trabalho do respectivo distrito, arbitrando os interesses dos capitalistas através de seus grêmios patronais e dos trabalhadores, através de seus sindicatos.

---

<sup>19</sup> O Instituto Nacional de Trabalho e Previdência era integrado ao Ministério das Corporações e Previdência Social, e seus delegados funcionavam também como agentes do Ministério Público.

Os disparates do sindicato não paravam por aí. O mineiro A diz: “Tanto não defendia que só nos prejudicava. Pelo seguinte: é que nos ameaçava se nós fôssemos para lá com sugestões [...] Estávamos ameaçados pelos próprios que nos haviam de defender”. No caso de São Pedro da Cova, os sindicalistas “roubaram” até as viúvas dos trabalhadores, como conta a mulher A, que morava na localidade.

Quando foi a mulher do Sobral Mendes que mandou muitos contos de reis para aqui para as viúvas, para distribuir às viúvas, eles não nos deram um tostão. Ficaram com ele todo, meteram-no ao bolso. O Zeca Santos, o Cerqueira, os filhos do Cerqueira... toda a comandita que estava aqui dentro do escritório, que nos comeram aqui a olhos vistos. E a gente aqui... eu fiquei viúva, o meu marido trabalhou aqui na mina 48 anos. Eu fiquei viúva numa casa da mina. A mim pertenciam-me quarenta e tal contos, e deram-me dezoito. E disseram-me no Tribunal do Trabalho, assim: dou-te este e é por esmola (*Idem*, *Ibidem*, p. 4).

A “esmola” referida dizia respeito à indenização a ser recebida pelo marido quando do fechamento da mina. Era através do sindicato que realizaria ainda o pagamento destes dezoito contos, sendo que o fizeram em três parcelas, de seis contos cada. Entretanto, trabalhando para a administração da mina, o sindicato ainda descontava do valor da parcela um montante referente à renda que a viúva era obrigada a pagar, por morar em uma casa localizada nas dependências da mina de São Pedro da Cova. A expressão dela frente a esta situação é sugestiva da intensidade que a luta irá tomar em Portugal, depois do 25 de Abril: “Ora uma viúva em que trabalhou aqui o marido 48 anos! O senhor veja lá se há direito para estas coisas. Era de enforcar esse homem, esse e os patrões que vieram aqui” (*Idem*, *Ibidem*, p. 4).

Estas poucas situações servem para perceber as condições de representação sindical a que estavam submetidos os trabalhadores portugueses durante ao menos a década de 1970. Através destes extratos retirados do jornal, houve três situações distintas: no caso dos lanifícios houve auxílio na organização e condução das lutas; na Timex os sindicatos eram inexistentes; já no caso dos mineiros, os sindicatos auxiliavam na exploração e repressão aos trabalhadores.

\*\*\*

Nesta dissertação as citações das situações retratadas são longas justamente para poder apresentar ao leitor o quadro das relações sociais de produção e de vida a que estavam submetidos os trabalhadores portugueses e seus familiares. Possibilita ainda que a luta destes trabalhadores sejam expressas por eles próprios, pois que o método de publicação adotado

pelo *Combate*, de buscar sempre reproduzir na íntegra os materiais coletados permite esta forma de exposição. Por fim, cria ainda a possibilidade para entender posteriormente o motivo que gerou a intensa radicalidade da luta posteriormente ao 25 de Abril. A violência, o descaso e a miséria a que estavam submetidas estas pessoas explicava, talvez por si só, as motivações para se ocupar fábricas, terras e habitações através da ação direta, sem esperar o pontapé de qualquer instituição.

### **1.2 – Necessidade de manter os empregos – o caso da Sogantal**

As lutas se intensificaram nas semanas posteriores ao 25 de Abril de 1974. No número 1 do *Combate*, publicado em 21 de junho de 1974 há uma entrevista com as trabalhadoras da Sogantal, empresa de fabricação de agasalhos esportivos cujos investidores eram franceses. No final de maio, “elegeram uma comissão [de trabalhadoras] e uma delegada sindical que apresentaram ao director francês e ao gerente português” o caderno de reivindicações, que incidiam principalmente sobre aumentos salariais e pagamento de mais alguns subsídios, como 13º salário e férias. O pedido foi negado pela direção da empresa, que estava sediada na França. Frente à recusa aos pedidos das operárias, em número de 48, elas resolveram entrar “em baixa de produção, fazendo mais ou menos duas horas de trabalho distribuídas pelo dia todo” (*Idem*, 1974, n.1, p. 1), mostrando já haver um controle do processo de produção ao diluir uma pequena quantidade de trabalho ao longo de toda a jornada.

Sabendo que a empresa iria fechar, a Comissão de Trabalhadores (CT) foi ao Sindicato e ao Ministério em busca de uma intermediação no acordo entre trabalhadoras e a empresa. As trabalhadoras não aceitaram as condições impostas pela administração da empresa, mantendo o pedido de aceitação integral do Caderno de Reivindicação. A ordem que saiu da França foi o fechamento da fábrica, a partir do dia 31 de julho. Porém, já em meados de junho a direção se recusou a pagar a quinzena em decorrência da baixa de produção.

Com a recusa do pagamento, as operárias passaram a vender o estoque dos “fatos de treino” (agasalhos esportivos), que eram destinados à França, em vários locais próximos à Sogantal. Depois disso o diretor francês da fábrica e o gerente português abandonaram a empresa. Elas ocuparam a fábrica e passaram a “trabalhar com mais força o material que havia em armazém” com o objetivo de vendê-los até pagarem os salários das operárias, pensando posteriormente em continuar a produção, mas com outros tipos de produtos, já que “os fatos de treino em Portugal não [tinham] muita saída” (*Idem*, *Ibidem*, p. 1).



É interessante notar na luta ocorrida na Sogantal alguns aspectos de divisão interna do corpo de assalariados apontado pelas operárias. Ao se referir ao apoio da população que compravam mesmo sem necessidade de uso da mercadoria, diziam que a mesma solidariedade não provinha da encarregada da produção. “Ali como em todas as fábricas há dois partidos o das encarregadas e o das operárias”. Esta divisão criava obstáculos à luta, de forma que as operárias encontraram uma solução. “Decidimos que as encarregadas devem trabalhar à máquina como todas nós”. Outra mudança de funções internas ocorreu nas tarefas administrativas que passaram a ser realizadas por algumas das operárias que tinham “o curso comercial completo ou quase” e também por outras pessoas dispostas a auxiliar (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Entretanto, em 24 de Agosto, as operárias sofreram um ataque na fábrica ocupada. Os patrões franceses tentaram executar um plano de “invadir a Sogantal e de lá tirarem as máquinas e os 31 000 fatos de treino e levarem tudo para França”. A informação foi veiculada pelo jornal do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis e Vestuários do Sul, cuja primeira página foi reproduzida no número 6 do Combate. O grupo era composto por “catorze mercenários, a maioria franceses, e dois cães trazidos da França”, sendo que “entraram na Sogantal e sequestraram o guarda da noite”, armados de “pistolas, petardos, foguetes, gases lacrimogêneos, grandes cacetes e rádios transmissores”. Percebendo a anormalidade da situação as operárias conseguiram reunir-se com “a população e dirigiram-se para a Sogantal”. Ao chegarem à fábrica, arrombaram o portão e iniciou-se um conflito que só foi encerrado com a chegada das Forças Armadas, que rendeu os mercenários, o gerente português e o patrão, e os transportaram “sob custódia militar, em camiões do Exército para o Lumiar”, registrando duas pessoas feridas (*Idem*, 1974, n. 6, p. 11).

Mesmo frente a toda esta situação os membros do I Governo Provisório nada fizeram para resolver a situação das operárias da Sogantal. Mas a luta na empresa serve para percebermos algumas características comuns das ações dos trabalhadores portugueses no âmbito das PMEs. A primeira foi o abandono dos patrões e administradores das empresas frente às reivindicações salariais, principalmente o pagamento do Salário Mínimo Nacional. Nesta situação os trabalhadores passaram a tomar conta da produção, sendo que a coordenação das lutas radicava nas CTs que haviam sido formadas para apresentar as reivindicações, sendo que os sindicatos apoiavam na divulgação das lutas. A ocupação das fábricas resultava na apropriação do maquinário e das matérias-primas, dando continuidade à produção com estes meios de produção. As mercadorias produzidas passaram a ser vendidas

às pessoas solidárias à luta, não com o objetivo do lucro, mas com o intuito de garantirem seu salário e sua sobrevivência. A própria venda fizeram-nas rever o tipo de mercadoria produzida, no sentido de direcionar a produção, para os novos consumidores, buscando manter a atividade da Sogantal e a garantia de seus empregos. A venda direta da mercadoria compreenderia ainda dois aspectos: o de auxiliar no pagamento dos salários; e outro, com as consequências na consciência de classe decorrente do contato com a luta na empresa e do debate possibilitado com este mesmo contato. Além disso, apontam uma situação constante em várias empresas que avançam com a luta, apresentando um caráter autônomo em relação ao sindicato e partidos políticos, nas lutas com ocupação das instalações e com a venda das mercadorias.

No aspecto de organização interna procederam a uma redistribuição de atividades, colocando todas as trabalhadoras a operar as máquinas. Também passaram a utilizar os conhecimentos técnicos de administração detidos por algumas das trabalhadoras para exercer funções anteriormente específicas dos pequenos gestores da empresa. Com esta descrição pretende-se aqui apontar a existência de uma luta radical, coletivista e igualitária ocorrida durante a Revolução Portuguesa desde seu início.

Outra consequência deste tipo de luta é possível perceber através do *Manifesto dos Grevistas da Mabor*, empresa de pneus do grupo monopolista Quina, em que os trabalhadores expressam a consciência adquirida na participação direta e ativa na luta. Após 30 dias em greve e sem verem suas reivindicações atendidas os trabalhadores da Mabor escreviam:

Hoje temos condições mais favoráveis para impôr os nossos direitos, cada vez mais camaradas sabem que é pela luta que os direitos se conquistam, que é sobretudo na luta que descobrimos que são os nossos verdadeiros e os falsos amigos, cada vez entendemos melhor como nos exploram, porque o fazem e como devemos lutar contra isso (*Idem*, 1974, n.5, p. 7).

A participação na luta abriu aos operários novas perspectivas frente aos inimigos que enfrentavam e fortaleceram a convicção de que não havia outra saída que a luta pelos direitos. Segundo o manifesto, perceberam ainda melhor a exploração a que estavam sujeitos, pois conheceram os modos pelos quais os capitalistas organizavam a exploração. Aprenderam ainda a lutar contra a exploração. Mas há outros elementos neste aprendizado.

Hoje sabemos que a nossa luta faz parte da luta que todos os operários travam contra todos os patrões onde quer que a exploração destes se exerça sobre quem tudo produz e pouco recebe.

Hoje sabemos que só quando todos os explorados se unirem contra os exploradores conseguiremos vencer total e definitivamente!

Até lá lutaremos cada vez mais, cada vez melhor por uma vida digna de homens, certos de que caminhamos para uma vitória que ninguém nos conseguirá arrancar das mãos! (*Idem*, *Ibidem*, p. 7).

A consciência de pertencimento coletivo à classe explorada foi expressa claramente no Manifesto, podendo ser percebido que através da luta foram adquirindo uma consciência de igualdade de todos os operários como explorados frente à todos os patrões. E que era necessário ainda se unir para poder vencer em conjunto, indicando os caminhos iniciais de uma ação política, social e econômica comum contra seus inimigos.

A luta das trabalhadoras da Sogantal expressava de certa forma as lutas autogestionárias que ocorrem após o 25 de Abril. Suas características estavam presentes em várias lutas ocorridas em outras empresas, como a Ornitex, a Sousa Abreu, Charminha, Varanda do Chanceler etc. Elegeram uma CT para apresentar as reivindicações, com o abandono da empresa passaram a manter em funcionamento a produção, realizaram as vendas nos mercados de solidariedade para garantir os salários e criaram espaços de decisão coletiva sobre a gestão da luta e da produção. Nestas pequenas empresas foi possível realizar uma organização autogestionária da produção.

### **1.3 – Os sindicatos – a formação após o 25 de Abril de 1974**

Uma mesa redonda (publicada em março de 1975 pelo *Combate*, em local não indicado pelo jornal) foi realizada após um pedido de apoio feito pelos participantes de uma lista de candidatos ao Sindicato da Câmara Municipal de Lisboa (CML). Os membros do coletivo resolveram aproveitar a oportunidade para discutir com trabalhadores envolvidos nas lutas sindicais algumas questões que estavam sendo discutidas internamente pelo coletivo, conformando, desta forma, uma mesa-redonda pautada em dois aspectos: a atividade revolucionária nas estruturas sindicais e as especificidades da luta no funcionalismo público (*Idem*, 1975, n. 20, p. 1). Um trabalhador da CML afirmava que estavam desde 1974 lutando pela construção de um sindicato e também contra a concepção de que o sindicato seria formado “como que por um milagre”, nas palavras de outro trabalhador. Para tanto, formaram uma comissão “ad-hoc”, uma Assembleia de Delegados e posteriormente um Secretariado, com o intuito de desenvolver “os seus esforços no sentido de estabelecer e implantar a organização a partir dos locais de trabalho para dinamizar o processo sindical” (*Idem*, *Ibidem*,

p. 2). A finalidade desses três órgãos era preparar os trabalhadores para as eleições do Sindicato dos Trabalhadores da CML.

Tendo a CML 11.237 trabalhadores distribuídos em 252 locais de trabalho, inicialmente a formação da comissão e da Assembleia de Delegados ocorreu adotando um critério misto de eleição, onde os delegados eram eleitos por local de trabalho e também por profissão (que se contava no número de 151). Dessa eleição se formou a Assembleia, que no momento de realização da mesa-redonda contava com 280 delegados. Porém, seu funcionamento se mostrou extremamente difícil, levando-os a formar um órgão de coordenação da atividade pró-sindical, o Secretariado.

Inicialmente o Secretariado era designado pela Assembleia e os trabalhadores chegaram à conclusão de que esse processo de funcionamento não era o mais correto. O processo de eleição de delegados foi conturbado, devido principalmente à falta de discussões sindicais. Apresentavam-se constantemente à Assembleia, em alguns momentos, delegados (na maior parte das vezes chefes ou encarregados) que se diziam representantes de determinado departamento e que posteriormente eram desmascarados pelos próprios trabalhadores deste mesmo departamento, substituindo-se assim progressivamente os delegados e mostrando a busca por um controle da base sobre seus representantes.

Devido a essas tentativas de passar por sobre as decisões de base, estavam a propor no momento de realização da mesa-redonda, a criação de um órgão coordenador com seus membros eleitos e controlados por delegados também eleitos pelas bases, de acordo com um critério misto: de cada vinte trabalhadores e para cada profissão um delegado. Dessa forma, a Assembleia de Delegados contaria com quinhentos indivíduos (*Idem*, 1975, n. 21, p. 2).

A alteração na forma de composição da Assembleia durante esse ano de ação sindical mostrou as dificuldades encontradas pelos trabalhadores em seu processo de luta. Eles buscavam de certa forma simplificar o processo de eleição dos representantes e criar formas de controle sobre eles, facilitando a participação direta da base dos trabalhadores. Os motivos apresentados para essa dificuldade eram a falta de experiência sindical anterior dos trabalhadores e dos altos índices de analfabetismo entre os trabalhadores da CML. Resultado de quase cinquenta anos de salazarismo, que com sua estrutura corporativa e repressiva impedia a participação direta dos trabalhadores nos sindicatos, e sendo os trabalhadores da Função Pública “classificados historicamente como clientela do fascismo”, a situação foi descrita da seguinte maneira por um trabalhador da CML:

A massa dos trabalhadores da CML é uma massa perfeitamente amorfa e com uma grande taxa de analfabetismo. Nalguns locais de trabalho essa taxa cifra-se nos noventa e tal por cento. Por exemplo: num local de trabalho de 120 trabalhadores há 84 que não sabem escrever. Assinam o recibo do vencimento pondo uma cruz. Isto é muito importante (*Idem*, 1975, n. 20, p. 2).

Daí o trabalhador afirmar que o “saldo das realizações concretas não tenha sido muito positivo” já que a atuação até aquele momento havia sido “principalmente dirigida a uma elevação do nível de consciência dos trabalhadores do CML” (*Idem*, 1975, n.21, p. 7). Este trabalho de elevação do nível de consciência era necessário em decorrência da herança do sindicalismo fascista, que incorporou os antigos sindicatos surgidos em fins do século XIX e dos inícios do XX nas estruturas do corporativismo com o Estatuto Nacional do Trabalho (ENT), promulgado por Salazar em 1934. Os sindicatos deveriam conformar seus estatutos de acordo com as exigências fascistas, que impunham a organização distrital dos sindicatos, a renúncia às formas de atividade contrárias ao interesse da nação e a reprovação da luta de classes. O objetivo do fascismo com o ENT era, segundo Ramiro da Costa (1979), destruir o forte movimento operário do início do século XX através da dispersão da organização sindical “por numerosos pequenos sindicatos, profissionais e distritais, e ainda por cima submetidos à aprovação do subsecretário de Estado das Corporações”, o que possibilitava a fácil dissolução dos mesmos por parte do governo e o controle de suas contas (1979, p. 19-20). Em 1974 a situação da estrutura sindical não era diferente, apesar das lutas que ocorreram em fins da década de 1960, que possibilitou uma liberalização sindical pelo governo de Marcelo Caetano, e a formação de novos sindicatos e o surgimento de oposição às direções sindicais controladas pelos fascistas<sup>20</sup>. Segundo Mailer, estavam em sua maioria completamente desacreditados, havendo uns “400 sindicatos organizados por profissões, não representando, nalguns casos, mais de meia dúzia de trabalhadores” (1978, p. 81).

Apesar das dificuldades enfrentadas (além das referidas, havia falta de quadros sindicais necessários na organização, um sistema de troca de informação e os diferentes horários de trabalhos), o Secretariado conseguiu desempenhar algumas funções de forma satisfatória. Na época da realização da mesa-redonda ele estava em fase de extinção após cumprir sua meta, que era a realização e organização do processo eleitoral, e também da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

---

<sup>20</sup> Ramiro da Costa expõe estas lutas durante os anos finais do fascismo em sua obra, principalmente nas páginas 229 e 235.

A Assembleia de Delegados também conseguiu criar uma rotina regular de funcionamento a cada quinzena (em algumas situações duas vezes por semana) e divulgar o trabalho a ser realizado com antecedência, permitindo aos delegados uma consulta efetiva às bases. Uma realização concreta citada foi a convocação de uma manifestação contra um decreto de saneamento em menos de 48 horas, contando com quatro mil trabalhadores (COMBATE, 1975, n. 21, p. 7).

O balanço após um ano de ação pró-sindicato, apresentado pelo trabalhador da CML, foi de que “a organização na CML partiu de um grupo restrito de pessoas e houve que dinamizar a atividade em todos os serviços, através de reuniões intensivas junto desses trabalhadores. Essa foi a atividade principal que até agora foi desenvolvida” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7). Afirmava ainda que havia condições objetivas de desenvolver uma luta consequente e de forma correta. O que faltava era conseguir conjugar a atuação da Câmara Municipal de Lisboa com as demais câmaras do país, ao menos no nível de troca de impressões, discussões de problemas e encontro regulares de delegados, aproximando os trabalhadores da função pública de todo o país.

Do processo de constituição sindical da Função Pública (situação que não se restringe aos trabalhadores dos órgãos estatais), surgiu uma questão de grande importância apresentada pelos trabalhadores: a diferença na composição social nos vários órgãos de trabalho, consoante se fala em estado, em departamentos ou Câmaras Municipais. É citado o caso da CML, da especificidade de sua composição social, pois vai desde “técnicos e burocratas até trabalhadores de tipo rural, como por exemplo os jardineiros que são cerca de 2000! até operários fabris, metalo-mecânicos, até nos trabalhadores da central leiteira e do centro de ovos” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7). Outro trabalhador afirma que essa diferenciação “tem muita importância e tem muitas consequências no campo de luta que estamos a travar. (...) Em que medida é que isso se pode refletir diferenciadamente no terreno do Estado ou das Câmaras Municipais?” (*Idem*, 1975, n. 20, p. 7).

A diferença pode ser encontrada na organização sindical do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) exposta por outro trabalhador, este da DGCI (Departamento Geral de Contribuições e Impostos). Para ele o caso do LNEC põe uma interrogação sobre o sindicalismo da função pública, devido à forma de organização escolhida conduzir a um processo de formação de cúpulas no sindicato, e significando isso, na prática, a formação de uma direção sindical que comanda a organização abstraindo a vontade e a palavra dos

trabalhadores. Portanto, implanta-se uma organização sindical sem levar em conta as realidades do desenvolvimento organizativo do movimento sindical. É fundamental que a organização se desenvolva a volta dos departamentos da função pública, onde os trabalhadores estão colocados, pois aí se organizam no local de trabalho. A crítica ao caso do LNEC é feita a partir do trabalho de base realizado pelos trabalhadores que compunham a lista referida no início deste tópico, apontando que o caso do LNEC a formação do sindicato se deu por cima, privilegiando a formação de órgãos diretivos, deixando em segundo plano o trabalho de elucidação da importância da constituição dos sindicatos de forma ampla com os trabalhadores do setor.

Abstrair dessa realidade parece, efectivamente, um jogo de pura feitiçaria sindical que naturalmente proporciona a utilização dessa feitiçaria na manipulação dos trabalhadores por parte dos órgãos que se instalam à custa dessa mesma feitiçaria (*Idem*, 1975, n. 21, p. 7).

Dessa forma a “feitiçaria”, criando um sindicato sem uma ação nos locais de trabalho impede a participação ativa dos trabalhadores no processo de constituição do sindicato e no controle sobre a direção e nas decisões que esta toma. Segundo a crítica, o sindicato apareceria aos trabalhadores como por um passe de mágica, sem a participação deles. Possivelmente tal postura fosse decorrente da herança do fascismo, o que obrigaria os trabalhadores a realizarem um trabalho de base buscando estimular a participação do maior número de trabalhadores na construção da luta sindical.

Atente o leitor para o fato de que segundo o que os trabalhadores expuseram é possível perceber dois processos distintos de construção sindical. Enquanto que na CML o desenvolvimento foi no sentido de uma participação cada vez maior dos trabalhadores na construção de seu órgão representativo, buscando um controle cada vez mais amplo a partir de uma organização nos locais de trabalho, no LNEC o processo é inverso. Efetua-se um afastamento dos dirigentes em relação à base, querendo comandar o sindicato abstraindo e tirando dos trabalhadores a expressão de suas vontades e palavras.

Os dois processos de constituição sindical acima expostos podem ser entendidos como duas práticas diferentes de organização do movimento operário presentes ao longo da história do capitalismo. Algumas questões colocadas pelos trabalhadores da função pública na mesa redonda, como a inserção da situação sindical vivenciada em Portugal, dentro do contexto histórico maior do capitalismo europeu, ou mesmo as concepções de transformação da sociedade durante o período revolucionário português, proporcionam, neste momento da

dissertação, realizar um debate sobre o sindicalismo a partir das concepções organizativas do leninismo.

### **1.3.1 – A perspectiva histórica dos sindicatos apresentada pelos trabalhadores**

De acordo com uma trabalhadora do DGCI o papel desempenhado pelos sindicatos foi se alterando ao longo da história do capitalismo. Eles surgem no auge de seu desenvolvimento e se tornam o principal organismo de luta dos trabalhadores nesse período. Posteriormente, logo após o surgimento dos sindicatos, apareceram os partidos políticos que em alguns locais se tornaram a vanguarda do movimento operário, levando os sindicatos a serem subsidiários na luta, proporcionando inclusive a utilização desses pelos próprios partidos (*Idem*, 1975, n. 20, p. 2).

Esse processo em que o sindicato deixa de ser uma vanguarda é também exposto por Anton Pannekoek. Ele afirma que no início da expansão do capitalismo, “o operário isolado via-se então reduzido à impotência; era por isso que ele devia unir-se aos seus camaradas para lutar e poder negociar com o capitalista a duração do dia de trabalho e o preço da sua força de trabalho”. Entretanto, após a classe operária travar duras lutas contra os patrões e com isso conquistar leis que fixavam as suas condições de trabalho, a classe exploradora percebeu que para restabelecer as condições de trabalho era necessário admitir a existência dos sindicatos, pois eles eram imprescindíveis “para canalizar as revoltas operárias afim de prevenir qualquer risco de explosões súbitas e brutais” (s/d, p. 5).

Concomitante a esse processo surgem os partidos políticos representantes das classes sociais, com especificidades de acordo com os locais onde surgiam. De uma forma geral, seus objetivos de luta se mostraram mais amplos no início, pois lutavam para obter direitos políticos, direitos sindicais, liberdade de expressão e reunião além do sufrágio universal e instituições mais democráticas. Para fazerem sua propaganda e rivalizar com os demais partidos era necessário elaborar princípios gerais e uma teoria com perspectivas de futuro. Na Europa ocidental a principal influência na formação dos partidos políticos socialdemocratas<sup>21</sup>, com pretensões de realização da revolução comunista, foi a teoria desenvolvida por Karl Marx e Frederich Engels. No caso específico da Inglaterra, o partido representante dos

---

<sup>21</sup> Até a Revolução Russa de 1917 os partidos operários marxistas eram denominados socialdemocratas. Posteriormente à revolução, para se diferenciarem dos partidos marxistas reformistas, os partidos marxistas revolucionários passaram a se utilizar da denominação de partido comunista.



operários, o Trabalhista, foi formado pelos sindicatos e professavam intenções análogas aos socialdemocratas, entretanto de forma mais vaga (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

O que importa mostrar nesse ponto é que a predominância das ideias socialdemocratas junto à classe operária levou os partidos políticos a exercerem influência direta sobre os sindicatos, e isso se deu principalmente durante o período da II Internacional. O caso do partido socialdemocrata alemão é clássico nesse processo de apropriação das organizações sindicais e é nele que Lênin irá se espelhar para expor sua concepção de organização política revolucionária<sup>22</sup>.

Ainda de acordo com a trabalhadora do DGCI, os motivos que fizeram com que os partidos de raízes leninistas advogassem a tomada dos sindicatos, eram que estes deveriam ser elementos subsidiários na luta política desencadeadas pelos partidos, que constituíam a vanguarda revolucionária do operariado.

Na obra de 1902, “Que Fazer?”<sup>23</sup>, em uma das polêmicas travadas contra as correntes da socialdemocracia russa sobre as formas de organização do partido revolucionário, Lênin afirmava que a luta sindical levaria à restrição da ação operária aos aspectos econômicos da vida social, não colocando em causa a transformação total da sociedade. Essa função era exclusiva dos partidos políticos, já que em sua concepção os militantes políticos eram os únicos que poderiam ser educados para se ocuparem de todos os aspectos da vida social. Suas relações com todas as classes da sociedade proporcionavam aos militantes do partido uma visão global, de conjunto da sociedade, o que faltava às organizações meramente sindicais. Daí a necessidade de subordinar as organizações sindicais em favor do partido. A vanguarda da luta operária caberia unicamente ao partido socialdemocrata (1979, p. 128 a 132). Esta posição de Lênin ia se alterar depois da Guerra Civil de 1918-1921, tendo por base a experiência de participação dos sindicatos na organização da produção durante o chamado comunismo de guerra. Na polêmica travada em 1920, principalmente através do texto *A doença infantil do «esquerdismo» no comunismo*, o dirigente russo afirma que o trabalho do

---

<sup>22</sup>Os motivos para esse exemplo devem-se ao tamanho do partido, a profissionalização de sua organização, a relação estabelecida entre os dirigentes e as massas, a inserção junto aos sindicatos e a participação parlamentar. Uma posição crítica contemporânea à atuação dos partidos na época da II Internacional pode ser encontrada em TRAGTENBERG, Maurício (org). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, principalmente os textos de Jan Wacław Makhański, p. 84-170. Uma análise histórica do processo pode ser encontrada em CASTORIADIS, Cornelius. *A sociedade burocrática I. As relações de produção na Rússia*. Porto: Afrontamento, 1979, 138-139.

<sup>23</sup> As obras de Lênin citadas nesta dissertação foram editadas pela Editora Alfa-Ômega, a partir do Editorial Avante, de Lisboa, não se responsabilizando o autor da dissertação pelas possíveis críticas que vierem a ser feitas sobre os trechos citados.

partido se apoiou diretamente nos sindicatos, que neste mesmo ano contavam com mais de 4 milhões de trabalhadores formalmente sem partido. O trabalho consistia numa estreita ligação entre partido e sindicato, sendo que este último executava um “trabalho de agitação e propaganda muito complexo e variado”, necessário ao governo do país e ao exercício da ditadura de classe, principalmente nas práticas referentes à construção econômica quanto militar. O que se obtinha no conjunto era “um aparelho proletário, formalmente não comunista, flexível e relativamente amplo, poderosíssimo, por meio do qual o partido está estreitamente ligado à *classe* e à *massa* e por meio do qual se exerce, sob a direção do partido, a *ditadura de classe*” (1980a, p. 298, *itálicos no original*). Os sindicatos exerciam para Lênin, neste momento, um importante papel na organização da produção e da força de trabalho, e eram o instrumento através do qual conseguiam ligar o partido às massas, principalmente os trabalhadores sem partido. Levando em consideração o contexto do militarismo vigente durante o comunismo de guerra, os sindicatos funcionaram também como um instrumento de enquadramento das massas proletárias sem partido, numa forma de organização rigidamente controlada pela disciplina militar<sup>24</sup>. Esta ligação entre partido e sindicatos tinha ainda uma função política-pedagógica, já que Lênin definia os sindicatos como uma “escola de comunismo”, onde, após a tomada do poder político, o partido deveria educar as massas dirigindo estes mesmos sindicatos. Os sindicatos como “escola do comunismo” era uma “escola preparatória dos proletários para o exercício da sua ditadura, a associação necessária dos operários para a passagem gradual da gestão de toda a economia do país para as mãos da *classe* operária (e não de determinadas profissões) e depois para de todos os trabalhadores” (*Idem*, *Ibidem*, p. 300, *itálico no original*). O sindicato cumpria assim uma função revolucionária de educação das massas operárias no sentido de conscientizá-las sobre a importância política da ditadura do proletariado na construção da sociedade comunista, e com uma passagem gradual do tempo, se preparando para gerir toda a economia do país. Esta “escola de comunismo” seria ainda o caminho para superar aquele limite sindicalista apontado em 1902, que está relacionado não apenas às reivindicações econômicas, mas também a divisão da classe operária entre as diversas profissões. O sindicato deveria cumprir desta forma uma unificação dos vários setores da classe para realizar seu propósito último, o de construção da nova sociedade. Mas uma perspectiva que não mudou deste texto de 1920, do *Que fazer?*, de 1902, foi o fato de que a direção política da classe trabalhadora caberia ao partido, que afirmava ser o da classe operária. A atuação dentro dos sindicatos poderia levar à

---

<sup>24</sup> Maurice Brinton analisa com profundidade esta situação no livro *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

superação do limite sindicalista da consciência, mas desde que houvesse uma direção política do partido.

No contexto de construção do capitalismo de Estado na Rússia, recém-saída do czarismo e da guerra civil, esta proposta constituía uma ação revolucionária, no sentido que estavam a se romper as estruturas da antiga sociedade, através da construção do capitalismo de Estado soviético. O que interessa aqui questionar é se na década de 1970, esta ligação entre partido e massas, através dos sindicatos, seria um caminho de construção revolucionária de uma nova sociedade? E mais ainda no contexto da Revolução Portuguesa, já que esta questão estava a ser debatida pelos trabalhadores participantes da mesa-redonda.

Para a trabalhadora do DGCI, a partir de certa altura da luta contra o capitalismo a situação mudou.

Acontece que quando estes partidos deixam de constituir a vanguarda do proletariado, os próprios sindicatos também não continuaram a ser instrumentos de luta revolucionária. Eles não regressaram ao período revolucionário, mas estagnaram na sua luta pura e simplesmente reivindicativa (COMBATE, 1975, n. 20, p. 2).

Em uma intervenção visando aprofundar o entendimento do papel que os sindicatos passaram a cumprir a partir de determinado momento do desenvolvimento capitalista, um trabalhador do DGC (Departamento Geral de Combustíveis) afirma que se o sindicato nasceu como organização autônoma de defesa dos interesses dos trabalhadores, degenerou e neste momento “no meio de produção capitalista, quer privado, quer de Estado, aparece fundamentalmente como um instrumento de contenção dos trabalhadores e de diálogo”. Assim estaria o sindicato contendo as lutas dos trabalhadores e sendo o mediador entre o Estado e as massas trabalhadoras (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Cornelius Castoriadis em seu texto *Fenomenologia da Consciência Proletária*<sup>25</sup>, escrito em 1948, expõe sua explicação sobre o processo de degenerescência das lutas revolucionárias do proletariado que desembocam na formação das burocracias, um dos motivos pelo qual os sindicatos deixam de exercer uma função revolucionária. O surgimento da burocracia tem por base um processo interno ao próprio movimento operário. A

---

<sup>25</sup> O autor afirma posteriormente que o texto se centrava por demais no aspecto político, sendo refutadas algumas de suas colocações. O texto se encontra inserido no livro referido na bibliografia, onde a introdução tem a explicação detalhada do motivo dessa refutação e também do abandono das posições trotskistas e do próprio marxismo. CASTORIADIS, Cornelius. *A sociedade burocrática 1. As relações de produção na Rússia*. Porto: Afrontamento, 1979, p. 10-100.

burocratização seria decorrente da passagem do momento imediato de luta contra o capitalista, expresso na revolta, para o momento de criação das mediações com o objetivo de conseguir verem realizadas suas reivindicações.

O objetivo de totalidade expresso no momento da revolta contra o capitalista, que é na consciência do operário uma transformação da sociedade para satisfazer esse seu anseio de superação de sua alienação, é perdido com a derrota dessa revolta. A derrota leva à criação destas mediações, que acabam satisfazendo partes dessa totalidade, na diminuição de sua alienação, na diminuição do nível de exploração quando da aceitação da reivindicação pelos capitalistas.

A conquista de algumas reivindicações proporciona uma estabilidade nas instâncias mediadoras, que vão sendo reconhecidas como canais privilegiados de encaminhamento das lutas. Entretanto, a totalidade transformadora presente na revolta é substituída pela particularidade da reivindicação. Ao mesmo tempo esse processo do imediato ao mediato, com a derrota da revolta, cria uma divisão da própria classe operária. Os trabalhadores para conseguirem verem satisfeitas suas reivindicações delegam sua ação de luta para um estrato da classe que se especializa na negociação destas reivindicações com os capitalistas, criando as condições para a constituição da burocracia operária.

Assim a burocracia se distancia da classe e se torna corpo separado da própria classe. A consequência dessa separação na prática da negociação das reivindicações é o aparecimento da consciência burocrática, que se manifesta dentro do que Castoriadis afirma ser a substituição do universal pelo particular, da substituição da tentativa de transformação da sociedade pela aceitação da satisfação de algumas reivindicações. Parte do proletariado, a burocracia, coloca seus objetivos e interesses (as reivindicações pontuais) como de toda a classe, quando nada mais é que interesses de uma parte do proletariado que se tornou burocracia. Essa seria a constituição do reformismo sindical e de sua limitação à “luta pura e simplesmente reivindicativa”, acima exposta pela trabalhadora (CASTORIADIS, 1979, p. 101 a 115).

A manifestação histórica dessa estagnação reivindicativa foi referida por um dos membros do *Combate*, participante da mesa-redonda. Para ele nos países de capitalismo de Estado, na esfera soviética,

os sindicatos tem uma função de modo nenhum defensor dos direitos dos trabalhadores, mas sim de reguladora, planificadora e de executora da política decidida na cúpula, isto é, de quem está encarregado de extrair a mais-valia dos trabalhadores. Nos países de capitalismo privado o sindicato tem uma função fundamental para que todo o sistema funcione, que é uma função reguladora e de almofada no conflito capital/trabalho (COMBATE, n. 21, p. 2).

Pannekoek exprime assim essa situação dos sindicatos:

Encarregados de negociar e tratar com os patrões, estes homens tornaram-se especialistas habituados a adular e a fazer parte das coisas. Eles decidem tudo, em definitivo, tanto do uso dos fundos como do conteúdo da imprensa; face a esses novos patrões, os sindicalizados de base perderam quase toda a autoridade. Esta transformação das organizações operárias em instrumentos de poder sobre os seus membros não é caso único na história, longe disso; quando as organizações crescem em excesso as massas já não podem fazer ouvir aí a sua voz (s/d, p. 6).

O membro do *Combate* cita o exemplo de alguns sindicatos na França, Alemanha e nos EUA onde há comprometimento junto aos capitalistas de não se deflagrarem greves por um período específico de anos e de abafar qualquer tentativa espontânea de luta, proporcionando aos patrões trabalharem com uma previsibilidade de lucro durante esse período. Afirma ainda que tal situação seja decorrente da organização interna dos sindicatos, com controle por parte das cúpulas, devido à hierarquização e divisão dos trabalhadores (COMBATE, 1975, n. 21, p. 2).

Os problemas enfrentados na formação do sindicato dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa não eram uma especificidade da categoria, e nem mesmo de Portugal, sendo uma consequência do desenvolvimento histórico do capitalismo, que através da luta de classe assimilou reivindicações e formas de organização criadas pelos trabalhadores a favor da reprodução do modo de produção e para o aumento da produtividade da força de trabalho.

### **1.3.2 – A formação das cúpulas**

No caso do sindicalismo da função pública portuguesa, a hierarquização, a divisão da categoria e a formação das cúpulas poderiam estar ligadas ao “reacionarismo” dos trabalhadores do setor público.

De acordo com a trabalhadora do DGCI, o trabalhador da função pública é um “trabalhador especial, um administrativo e não é somente no funcionalismo que os administrativos têm tendências reacionárias, não revolucionárias ou tendências de contenção revolucionária” (*Idem*, 1975, n. 20, p. 7). Para ela isso está relacionado ao processo de

racionalização da produção e do avanço tecnológico, com o aumento dos estratos técnicos e administrativos, o que seria mais claro nos países industrializados. Esses estratos, nas esferas públicas ou empresariais, vivem da distribuição da mais-valia produzida o que os levam a não participarem ativamente das ações sindicais, já que a ação sindical é uma luta pela diminuição da exploração a que estão sujeitos os trabalhadores.

A consequência é que esses trabalhadores

não são operários trabalhadores no sentido de classe social-econômica, no sentido econômico do termo. Eles são pessoas que estão mais próximas do comando da empresa, (...) identificando-se com os interesses da empresa; muitas vezes colaboram nas decisões da direção da empresa (*Idem, Ibidem, p. 7*).

E no caso do funcionalismo, sendo o Estado um Estado capitalista, a administração pública é um instrumento de domínio dos exploradores sobre a classe operária, e há uma identificação do funcionalismo com essa razão de ser do Estado, essa razão de ser que é ser instrumento de exploração da classe operária.

Essa divisão pode ser entendida dentro de uma perspectiva que vê o desenvolvimento do capitalismo no século XX proporcionar uma alteração na constituição das classes sociais, que passa de sua caracterização a partir da propriedade ou não dos meios de produção para uma onde o predominante seja a divisão entre dirigentes e executantes no processo de produção, decorrente da concentração das forças produtivas e do processo de burocratização de toda a vida social (CASTORIADIS, 1979, p. 16). O foco da análise se desloca da propriedade dos meios de produção para as relações sociais de produção onde se permite perceber a reprodução do sistema de exploração da mais-valia tanto nos países da esfera soviética quando no capitalismo da esfera estadunidense, superando dessa forma as relações jurídicas de propriedade. E vemos também um aprofundamento dessa interpretação no próprio coletivo do Combate, que em Editorial desenvolve a análise de classe tendo como princípio o controle sobre os meios de produção e sobre os tempos de produção, ao mesmo tempo em que mantém os trabalhadores afastados dos mesmos.

Por um lado existe a classe que gere, que decide, que detém os conhecimentos; por outro, a que tudo produz, que executa, mas que não detém o poder de decisão, que não tem sequer o direito de saber para quem e por que produz. (...) A classe que detém o poder pode ser uma burguesia privada (que detém todos os meios de produção), mas podem também ser os quadros, os gestores, no capitalismo de Estado. Quando toda ou a maior parte da riqueza passa para as mãos do Estado são os seus gestores que se transformam em exploradores. São eles que decidem, em proveito próprio,

toda a vida econômica e social. É entre eles que vai ser dividida a mais-valia extorquida aos produtores (COMBATE, 1975, n. 25, p. 3).

Essa abordagem da composição social no capitalismo leva a afirmação da existência de três classes sociais no capitalismo: os burgueses, os gestores e os trabalhadores, sendo as duas primeiras classes exploradoras, e a terceira a classe explorada no processo produtivo capitalista<sup>26</sup>. Essa proposta de análise social tem grande importância para entendermos toda a problemática organizativa enfrentada pelos trabalhadores da função pública e pelos demais trabalhadores na revolução portuguesa. Depreende-se dessas exposições dois aspectos importantes sobre a constituição sindical e seu caráter revolucionário ou não. O primeiro é referente às consequências da falta de uma participação ativa na ação sindical; o segundo é sobre os campos sociais de luta que se constituem nessa ação sindical.

Para um trabalhador do DGCII a falta de participação ativa dos trabalhadores nas comissões, controlando as direções sindicais, facilita a transformação de alguns trabalhadores em profissionais do sindicato, em técnicos da luta sindical, que não erram em suas decisões, transformando esses erros em verdades e esses profissionais em mitos, em condutores da luta sindical.

E isso constitui a bola de neve que transforma a estabilidade e a instalação das comissões e dos delegados das direções em organizações do estado-maior, de cúpula; de organizações que tenham tudo para não serem desalojados da sua posição. Eles deixam de ser trabalhadores para passarem a ser dirigentes. E nesse sentido são profissionais e não podem errar, porque um profissional é um técnico e não pode errar, e está sempre certo e procura evitar que os trabalhadores controlem sua atividade, e procura evitar que os seus erros sejam descobertos (*Idem*, 1975, n. 21, p. 2).

Esse é o processo de burocratização referido através da perspectiva de Castoriadis algumas linhas acima, como um processo de degeneração interna do movimento operário, de formação de uma camada de dirigentes, de uma classe burocrática. Ou, no caso da interpretação do Combate, a formação dos gestores da força de trabalho. Da fala do trabalhador, referente à necessidade do dirigente não poder errar, depreende-se ainda uma consequência do que Lênin propunha, em 1902, em sua organização revolucionária, mas que apesar da alteração de 1920 mantém-se como princípio a ser mantido. Para o dirigente russo, somente o partido e sua direção detinha a verdadeira consciência revolucionária, que a

---

<sup>26</sup>Neste momento da dissertação foi escolhida a utilização da definição da relação de classes a partir de um editorial do jornal Combate, pois o interesse ao se fazer a leitura para dissertação era perceber o desenvolvimento de seus conceitos ao longo das lutas operárias portuguesas. Entretanto, a elaboração teórica detalhada dessa relação pode ser encontrada ao longo da obra de João Bernardo, um dos colaboradores do jornal, principalmente em *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 2ªed.

inculcaria nas massas operárias através dos trabalhos de propaganda, realizados tanto pelo partido quanto pelos sindicatos dirigidos pelos comunistas. Na interpretação de Castoriadis, o partido bolchevique

necessariamente formado na clandestinidade czarista como um rígido aparelho de quadros, selecionando a vanguarda dos operários e intelectuais (...) educara os seus militantes tanto na ideia duma disciplina rigorosa, como no sentimento de ter razão para com e contra todos (CASTORIADIS, 1979, p. 145).

E isso leva também a questionar a formação desses dirigentes, desses profissionais, desses técnicos sindicais. Voltando ao que foi exposto sobre o processo de burocratização das organizações operárias é no processo de educação dos profissionais políticos e sindicais que está uma das origens das cúpulas, que são colocadas pelos trabalhadores participantes da mesa-redonda como um dos principais problemas a serem enfrentados pelos funcionários públicos após a queda do salazarismo.

Para tentar entender essa perspectiva de formação das cúpulas é necessário expor as ideias principais da concepção leninista de revolução e de organização revolucionária, retomando aqui o “Que Fazer?”. Para Lênin a luta essencialmente sindicalista, econômica, não poderia ultrapassar os limites do próprio capitalismo, pois tal tipo de luta se limita à relação dos operários com os patrões, não incluindo uma relação com as demais classes da sociedade. Um relacionamento com todas as classes sociais somente seria possível com uma organização política. Seria ela que buscaria informações sobre todas as ações do Estado e com um trabalho articulado dessas informações poderiam apresentar ao conjunto da classe suas reivindicações econômicas inseridas dentro de um aspecto mais amplo da vida global da sociedade. A inserção das reivindicações operárias nesse conjunto global, político, era a única forma de proporcionar um horizonte verdadeiramente revolucionário ao operariado, pois somente com essa visão se teria uma perspectiva de tomada do poder político. Entretanto o operariado não conseguiria chegar a essa consciência revolucionária sozinho, espontaneamente, pois que a luta sindical, partindo do local de trabalho, contra os patrões se limitaria ao aspecto econômico de sua vida social. O máximo de consciência que conseguiriam seria uma consciência trade-unionista, sindicalista. Essa consciência é ainda caracterizada por Lênin como uma consciência burguesa dentro da classe operária que não colocava como necessário à construção do socialismo a tomada do poder político. A única forma dos operários adquirirem uma consciência verdadeiramente revolucionária, socialista, seria através do partido socialdemocrata. Provava a história que as ideias socialistas



provieram dos intelectuais pertencentes às classes possuidoras e não dos próprios operários. Seriam os intelectuais capazes de desenvolverem essas ideias por não estarem ligados ao processo de produção de mercadorias e isso lhes proporcionaria tempo para se dedicar a esse tipo de atividade intelectual. Dessa forma, o único caminho para que os operários adquirissem uma consciência revolucionária de classe seria através de uma organização externa à própria classe, através do partido socialdemocrata. A elaboração teórica do socialismo seria um trabalho a ser desenvolvido pelos militantes do partido. Esses deveriam ser profissionalizados, se tornarem especialistas da revolução e afastados de seus trabalhos. Ao partido político caberia a função de educar, de ensinar, de formar os revolucionários profissionais. Posteriormente, aos militantes já formados caberia a função de educar e formar a classe operária sobre seu papel de classe revolucionária, sobre seu papel na luta política.

Mesmo com a alteração de posicionamento ocasionada pela guerra civil a concepção da direção partidária no movimento revolucionário não irá se alterar. O que muda mesmo é a função do sindicato. Na luta contra o que considerava surgimento de frações no interior do partido, desencadeadas após os debates travados principalmente por Trotsky e Bukharin sobre a questão sindical no final de 1920 e início de 1921, Lênin detalhou melhor o que considerava como a função do sindicato nas tarefas de produção. Quando tratava do questionamento de Trotsky sobre a nomeação pelo Estado dos dirigentes sindicais, como necessidade decorrente da falta de quadros sindicais com “formação na produção”, Lênin afirmava que a participação dos membros e delegados dos sindicatos na administração de diversas esferas do governo e da economia garantiu o início de uma formação produtiva destas pessoas, indicando que o que se deveria fazer é continuar com esta formação e nomear outros dirigentes considerados mais capacitados. E cabia ainda aos “velhos clandestinos e jornalistas profissionais” o estudo e o ensino dos métodos adquiridos por eles através das próprias experiências práticas, buscando criar nos operários um hábito e um método de “correção ainda mais prudente e mais activa de seu trabalho, e o avanço unicamente quando estiver plenamente demonstrada a utilidade de dado método, de dado sistema de administração, de dada proporção, de dada seleção de pessoal, etc.” (1980b, p. 448). Neste sentido os sindicatos deveriam ser abordados como escolas quando se falava do “trade-unionismo soviético”, quando se falava da propaganda da produção e também na percepção de que eram “*escolas de direcção técnico-administrativa de produção*” (*Idem*, *Ibidem*, p. 453). Mas deveria ser uma escola para todos os trabalhadores e não apenas para uma camada de dirigentes, como, segundo Lênin, apontava a tese de Trotsky. A abordagem administrativa da suposta crise que haveria na organização sindical feita por

este era um erro, já que havia antes de mais um problema político, ao invés de uma simples substituição de dirigentes. De acordo com Lênin,

O Estado é o domínio da coacção. Seria uma loucura renunciar à coacção, sobretudo na época da ditadura do proletariado. O «administrativismo» e a abordagem administrativa dos problemas são aqui obrigatórios. O partido é a vanguarda do proletariado, que dirige directamente, é o dirigente. O meio específico de influência, o meio de depurar e temperar a vanguarda é a expulsão do partido e não a coacção. Os sindicatos são um reservatório do poder de Estado, escola de comunismo, escola de administração. Neste domínio, o específico e o principal *não* é direcção, *mas* a «ligação» «entre a direcção central» (e também a local evidentemente) «do Estado, a economia nacional e as *amplas massas* dos trabalhadores» (*Idem*, *Ibidem*, p. 454)

Não estava em questionamento naquele momento a direcção. A direcção é o partido, a vanguarda do proletariado. O que se deveria trabalhar administrativamente era com o sindicato, a ligação entre a direcção central do Estado, a economia nacional e as massas dos trabalhadores. A escola administrativa deveria se deitar sobre a participação dos trabalhadores na ligação entre as esferas, aprendendo com os procedimentos administrativos necessários a manter em funcionamento esta ligação. A estrutura do poder do Estado seria mantida com a saída dos trabalhadores desta escola, que é um reservatório de poder, local de aprendizado do exercício do poder. E este poder se exercia também a partir dos locais de trabalho. Lênin busca aqui apresentar a necessidade de educar os trabalhadores para poder administrar o Estado, ao invés de apenas substituir dirigentes. Havia uma preocupação com o processo de burocratização, daí a necessidade de educar estes trabalhadores. E o papel de professor, de educador, era da direcção do partido e dos novos membros que dele deveria fazer parte. Talvez aqui resida a contradição da proposta de combate à burocratização, no papel de educador da vanguarda partidária. Mesmo que se estava a preparar os trabalhadores para a administração da vida social como um todo – no caso o Estado – a forma desta educação pressupunha as estruturas hierárquicas do partido bolchevique e do próprio Estado soviético, mantida por uma rígida disciplina centralizadora, que Lênin busca manter nesta polémica com Trotsky e Bukharin.

E no mesmo sentido foi realizada a polémica durante o XX Congresso do Partido Comunista Russo, entre 8 e 16 de março de 1921. Ao apontar os desvios anarco-sindicalistas da *Oposição Operária*, Lênin estava atuando no sentido de manter a unidade do partido, do que ele considerava ser a vanguarda do operariado. O suposto fracionamento presente na tese

da *Oposição Operária*<sup>27</sup>, de que a direção da organização da economia nacional deveria estar nas mãos de um órgão central eleito pelos produtores de toda a Rússia, agrupados nos sindicatos industriais, enfraquecia as estruturas do partido, abrindo caminhos aos elementos anarquistas, mencheviques e socialistas-revolucionários (*Idem*, 1980c, p. 489). Segundo o texto *Projecto inicial de resolução do XX Congresso do PCR sobre o desvio sindicalista e anarquista no nosso partido*, os ensinamentos do marxismo mostravam que “só o partido político da classe operária, isto é, o Partido Comunista, está em condições de agrupar, educar e organizar a vanguarda do proletariado e de toda a massa trabalhadora” contra as vacilações pequeno-burguesas da massa trabalhadora. As palavras de ordem dos sindicalistas e anarquistas de que o congresso de produtores elegeisse os órgãos de direção da economia, era eliminar “por completo o papel dirigente, educativo e organizador do partido em relação aos sindicatos do proletariado, [...] em vez de se continuar e corrigir o trabalho prático de construção de novas formas de economia, já iniciado pelo Poder Soviético” (*Idem*, *Ibidem*, p. 490-491).

Pode-se perceber nesta exposição dos posicionamentos de Lênin suas concepções sobre o sindicato como uma “escola de comunismo”. Neste sentido o leninismo tratado na dissertação é entendido como uma proposta político-pedagógico que visava preparar as massas trabalhadoras, nos aspectos econômicos, sociais e políticos para a construção de uma nova sociedade. E esta proposta política-pedagógica tinha por princípios teses elaboradas desde 1902. No *Que fazer?* a ação partidária visava sobretudo conquistar a direção de movimentos espontâneos surgidos da luta contra os patrões com o objetivo da tomada do poder político. Para Lênin, o culto do espontaneísmo, assim como o limite trade-unionista da luta meramente econômica não possibilitaria uma revolução socialista. Era necessário o partido para direcionar as lutas econômicas surgidas espontaneamente no sentido da tomada do poder político, único caminho verdadeiramente revolucionário (1979, p. 79 a 214). A classe operária somente poderia adquirir uma consciência revolucionária externamente a si própria, através de uma organização não forjada na luta concreta de seu cotidiano, que a educaria sem uma ação prática, participativa, sem uma experiência concreta. Tal papel pedagógico que caberia ao partido manteria, dessa forma, as classes trabalhadoras alheias à construção de sua própria consciência de classe revolucionária. Mas as experiências concretas desencadeadas com a guerra civil e a participação dos sindicatos na organização da produção

---

<sup>27</sup> O documento da Oposição Operária encontrasse em KOLLONTAI, Alexandra. *Oposição operária*. São Paulo: Global, 1978. Uma crítica a este debate também pode ser encontrado em BERNARDO, João. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1975.

durante o comunismo de guerra leva Lênin a perceber uma nova função aos sindicatos. Os sindicatos como “escola de comunismo” é uma concepção distinta da instituição que permite apenas uma consciência trade-unionista. Como órgão necessário à organização da produção e ao aprendizado administrativo para manter esta produção e o próprio poder conquista, cabe ao partido atuar internamente aos sindicatos com o objetivo de educar as massas trabalhadoras para o exercício do poder. O que não se altera é o princípio de que é a vanguarda a educar estas massas. O partido em 1920 e depois desta data, não deveria educar apenas os militantes profissionais, “os velhos clandestinos”. Estes já estavam educados pela participação militante no partido e nas lutas concretas da conquista do poder e pela administração do Estado e da produção, realizadas após 1917. O que se deveria fazer a partir daquele momento era educar as massas trabalhadoras de acordo com os preceitos da direção central do partido comunista. As massas trabalhadoras aprendem na prática, mas precisam da orientação educativa da vanguarda para não caírem novamente nos limites do trade-unionismo. A orientação política dada pela vanguarda é o caminho para se evitar este regresso.

O objetivo de apresentar os posicionamentos leninistas é para que o debate sobre o sindicalismo realizado pelos trabalhadores da função pública seja confrontado com estes princípios. Os trabalhadores da Mabor apresentaram em seu manifesto um posicionamento contrário ao que preconiza Lênin na formação da consciência de classe, consciência econômica e política decorrente de uma participação coletiva na luta contra os patrões, a partir dos locais de produção. No caso dos trabalhadores da função pública, a atuação de construção sindical a partir da base pretendia evitar que os resultados de burocratização verificados ao longo da história do movimento operário ao longo do século XX não ocorresse novamente. O estímulo à participação direta das massas na construção sindical e também no processo revolucionário, era evitar que através da mediação partidária e de seus dirigentes e militantes, se abrisse o caminho à burocratização, à formação das cúpulas sindicais e de consolidação de classes sociais.

O outro ponto de influência das organizações leninistas era na formação do campo social das lutas sindicais, que no momento vivenciado em Portugal poderia ser revolucionário. Para a trabalhadora do DGCI a luta sindical tem importância, por continuar a ser um ponto aglutinador da vontade dos trabalhadores em luta contra o capitalismo e pela necessidade de destruir a herança sindical corporativista do salazarismo. “Não se destruirá toda a estrutura sindicalista do fascismo se todo o processo sindicalista não for posto em causa, para o identificar com uma perspectiva revolucionária” (COMBATE, 1975, n. 20, p. 2).

### 1.3.3 – Reformismo e antirreformismo

A reconstrução sindical colocaria as tendências de cada categoria abertas, pois as obrigariam a expor a via que imprimiriam à luta, identificando-se assim duas correntes, a do reformismo e a do antirreformismo.

Para a trabalhadora do DGCI os cinquenta anos de fascismo proporcionaram à massa do funcionalismo público uma aproximação com o aparelho repressivo do Estado fascista e de se organizarem hierarquicamente em cúpulas sindicais. Essa situação afastou uma parte dos trabalhadores da consciência de classe revolucionária do proletariado. Entretanto, a situação posterior ao 25 de Abril ocasionou algumas alterações devido à baixa remuneração, falta de condições mínimas de trabalho e de precariedade de condições sociais, resultando numa situação em que uma grande camada de funcionários se identificassem com os interesses da classe operária, se aproximassem da posição da classe operária. E cita o caso da CML onde grande parte dos trabalhadores são trabalhadores manuais, e onde as tendências reformistas não se posicionaram nem predominaram nas organizações sindicais, ao contrário de outros órgãos, como LNEC, onde a predominância de quadros técnicos, administradores, de classes intermediárias mais os identificam com os interesses da burguesia do que com os interesses da classe trabalhadora. É esse o campo de luta social que está aberto no sindicalismo da função pública (e não só nele) onde confluem classes sociais distintas em disputa para a realização de seus interesses. Como foi dito pelos trabalhadores, há uma nítida divisão de interesses de classe que se manifestam na organização sindical (*Idem*, *Ibidem*, p. 7).

E a ligação do reformismo com o Partido Comunista Português (PCP) e seu braço sindical, a Intersindical, é clara para esses trabalhadores. De acordo com um trabalhador da CML a situação se coloca da seguinte maneira:

a tendência reformista largamente apoiada pela Intersindical e pelo dito Partido Comunista Português é pela hierarquia; a tendência anti-reformista é neste momento defendida por meia-dúzia de indivíduos cujo leque de opções partidárias é bastante largo. Os indivíduos que defendem a linha reformista não estão interessados na discussão generalizada dos problemas, (...) esses indivíduos sem o menor aval dos trabalhadores formaram-se em comissões pró-unidade, funcionando com uma salinha junto da Intersindical (*Idem*, *Ibidem*, p. 7).

A forma encontrada pelos não-reformistas para lutar contra essa linha reformista do leninismo ortodoxo, do PCP, foi incentivar a participação ativa dos trabalhadores e a busca do controle sobre as comissões e direções. Mas esta construção sindical na Câmara Municipal de

Lisboa tinha como pano de fundo os debates sobre a *unicidade sindical* e o papel que os partidos davam às formas de organização do movimento sindical. Os debates se iniciaram por volta de outubro de 1974 e tinha três principais propostas sobre a organização sindical: uma do Partido Popular Democrático, propondo o *pluralismo* sindical decidido por assembleias livres e não por qualquer lei que limitasse o direito de união; o PS defendia a *unicidade sindical*, conformando unidades de sindicatos, mas que não fosse formada apenas uma federação de sindicatos; estas duas propostas se colocavam contrárias à *unicidade*, defendida pelo PCP e os partidos próximos à ele, e que previa apenas a Intersindical como a federação de sindicatos. O PPD denunciava que a unicidade da Intersindical era o que havia desde 25 de abril de 1974, sendo encontrada em todos os países ditatoriais. A decisão sobre o formato ocorreu em janeiro de 1975. Uma semana após a manifestação da Intersindical, realizada em 14 de janeiro e que reuniu trezentos mil trabalhadores em Lisboa, o III Governo Provisório se colocou a favor da unicidade (MAILER, 1977, p. 146-148), cuja legislação seria aprovada apenas em 30 de abril de 1975. A unicidade garantia à Intersindical e ao PCP, através dela, o controle sindical sobre a força de trabalho. As organizações de base como as CTs se opunham também à unicidade, principalmente pelo obstáculo que os sindicatos e a Intersindical colocavam às lutas reivindicativas, se colocando muitas vezes contra as greves e afirmando que as mesmas apenas auxiliavam o fascismo (*Idem*, *Ibidem*, p. 149). Havia também o fato das lutas desde 1972, em decorrências das leis que restringiam novamente as liberdades sindicais, terem deslocado seu centro para o interior das empresas e fábricas, contrariamente à luta do período anterior mais focado nos sindicatos (COSTA, 1979, 255). Já José Maria Carvalho Ferreira indica que a Intersindical utilizou de certa experiência e influência sobre as estruturas sindicais corporativas como forma de criar as possibilidades para “liderar e se apropriar da maioria das direções dos sindicatos existentes”. A aproximação com o PCP e o MDP/CDE constrangiu a Intersindical “a atuar no sentido da defesa dos objetivos decretados pelos governos provisórios, afetos ou conotados com aqueles partidos” (FERREIRA, 1997, p. 232-233).

Neste sentido, de acordo com os posicionamentos defendidos por Lênin, a unidade entre o Estado e os sindicatos na Rússia até poderiam ser revolucionária nas condições na década de 1920, já que era um instrumento de controle da força de trabalho necessário ao desenvolvimento capitalista soviético contra a herança czarista, mas a defesa de uma estrutura semelhante em Portugal, na década de 1970, era vista por vários grupos de trabalhadores

como um reformismo, e uma forma de frear e controlar a luta dos trabalhadores que pretendiam transformar as condições sociais herdadas do fascismo salazarista.

Para o trabalhador do DGCI o controle sobre os órgãos da luta operária necessita de algumas premissas como a revogabilidade dos delegados e das comissões sindicais. Esse princípio democrático seria uma das garantias da participação autêntica e permanente, mantendo o controle sobre os órgãos de execução. Somente assim poderia ser desenvolvido o sentido de responsabilidade dos delegados com as massas, das massas com os delegados e das massas perante si próprias, caso contrário ocorreria a instalação instável dos órgãos de execução dos delegados, das comissões e das direções. A instabilidade é identificada como caminho para a burocratização (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

A participação ativa ainda incide sobre a consciência dos trabalhadores. Para a trabalhadora do DGCI:

Hoje já é quase um lugar comum dizer-se que a consciência política ou revolucionária se adquire na prática da luta revolucionária, mas adquire-se na prática da luta revolucionária à volta de objetivos concretos de luta. O operariado, os trabalhadores, só adquirem consciência política quando através de uma luta reivindicativa, inclusivamente, de uma luta pela conquista de direitos dos trabalhadores enfrentam o poder político do capitalismo. Assim a luta sindical será a forma de luta dos trabalhadores à volta das suas necessidades concretas, à volta de seus direitos concretos de trabalhadores no interior da sociedade capitalista e que pode permitir o desenvolvimento de sua consciência política (*Idem*, *Ibidem*, p. 7).

Levanta-se aqui uma possível crítica aos postulados leninistas do limite sindicalista da consciência dos trabalhadores, caso esta se desenvolva autonomamente e espontaneamente. Para a trabalhadora, a consciência política poderia ser adquirida através da luta prática em torno de reivindicações concretas, a partir das quais se edificam as organizações e se desenvolvem suas formas organizativas igualitárias e participativas. De uma luta reivindicativa de salários, por exemplo, poderia o trabalhador perceber os aspectos políticos em jogo, desenvolvendo sua consciência política. Ainda segundo a trabalhadora, seria possível entender que o aprendizado, a educação operária com vistas à sua emancipação da situação de classe explorada pelo capital, se faria praticamente, na experiência cotidiana de participação direta nas organizações autonomamente criadas pela própria classe.

Pode-se avançar aqui na afirmação de que essa educação é tão mais profunda quanto se leva em consideração que são as próprias formas organizativas criadas na luta que servirão de base para a organização da produção na nova sociedade (CASTORIADIS, 1979, p. 14).

Sendo as formas organizativas pautadas na igualdade, na participação direta e na revogabilidade constituiriam assim as sementes do desenvolvimento de relações sociais de produção de novo tipo, relações de produção comunistas. Dessa educação prática e da organização da produção em novos moldes, poderia o operariado adquirir sua consciência revolucionária de classe e criar as possibilidades de sua ação política. Esta perspectiva da luta era também compartilhada pelo jornal, como se pode através do ponto número 10 do Manifesto do *Combate*<sup>28</sup>,

A luta prática desenvolvida pelos trabalhadores chega no seu próprio processo (espontâneo) a formas antagônicas com o modo de produção capitalista.

Os trabalhadores, diretamente sujeitos à exploração capitalista, respondem espontaneamente a essa exploração com reivindicações de caráter econômico, que em si não põem em causa o modo de produção capitalista. Mas as formas organizativas desenvolvidas para atingirem aqueles objetivos iniciais entram em completo antagonismo com a organização do trabalho no capitalismo e com as formas gerais de relação na sociedade, ou seja, as relações mútuas entre os trabalhadores na prática comum de luta (COMBATE, 1974, n. 06, p. 1).

Entretanto, para a trabalhadora do DGCI, o desenvolvimento da luta em torno de necessidades concretas está inserido “no interior da sociedade capitalista”. Esse posicionamento expressa uma concepção revolucionária de que a luta sindical não pode se desenvolver e resultar em uma organização socialista da sociedade. Para ela:

O sindicato só por si não é o instrumento de luta política por excelência, das classes trabalhadoras. Esse instrumento terá de ser, pois, uma organização política, onde a luta política seja efetivamente o aspecto fundamental. (...) o Sindicato nas mãos dos trabalhadores é a organização através da qual os trabalhadores lutam contra o capitalismo, mas no interior das relações de produção capitalista (*Idem*, 1975, n. 20, p. 2).

---

<sup>28</sup> O Manifesto do *Combate* foi publicado no primeiro número do jornal contendo nove pontos. Um novo ponto, o de número 10, “A luta prática desenvolvida pelos trabalhadores chega no seu próprio processo (espontâneo) a formas antagônicas com o modo de produção capitalista”, e uma retificação no ponto 2, sobre a luta nas colônias africanas, foi publicado na edição de número 6 do jornal, medida necessária segundo a argumentação apresentada pelo “desenvolvimento da luta em Portugal e nas colônias” e também pelo “trabalho prosseguido ao longo dos cinco números do jornal” (COMBATE, 1974, n. 6, p.1). Segundo Abadia, em entrevista realizada com João Bernardo, o aditamento realizado no número 6 do jornal inaugurava o período exclusivamente libertário do jornal, com o afastamento decorrente da evolução das lutas de membros ligados ao maoísmo e outros setores da extrema-esquerda (ABADIA, 2010, p. 64-65). O Manifesto é alterado uma segunda vez em finais de outubro de 1975, no número 29 do *Combate*, acrescentando um posicionamento contrário à utilização das organizações autônomas para a reconstrução do aparelho de Estado como adendo ao ponto 1 do documento. E a elaboração de um novo ponto, o de número 11, contra a palavra de ordem “Batalha da Produção”.



A perspectiva da necessidade de tomada ou não do poder político para se realizar a revolução socialista é o que também permeia uma troca de argumentos entre dois outros debatedores.

Um trabalhador do DCG acredita que as diferenças entre as várias organizações do movimento operário não seria nem de ideologia nem de prática, mas de semântica. Para ele, concretamente abaixo da palavra sindicato estão realidades completamente distintas. E pode ser chamada do que for, o que importa é que seja uma organização autônoma da classe operária.

Como arrancar com essa organização autônoma? Através das organizações autônomas da classe, por unidades de trabalho, habitação (células) e unidades de produção, etc. As próprias condições subjetivas e objetivas da luta que irá se desenrolando, irão obrigar à junção das comissões eleitas nos diversos espaços de luta, portanto à sua globalização numa estrutura mais lata (*Idem*, 1975, n. 21, p. 2).

Expõe ele, dessa forma, uma visão de integração dos órgãos operários em uma perspectiva de união das várias comissões de trabalhadores a partir dos locais de trabalho como resultado da ação espontânea e autônoma da classe. E essa ação deve ser contra qualquer estrutura burocratizada ou “super-partes” de trabalhadores que não seja controlada cotidianamente e totalmente pelos trabalhadores.

O poder dos trabalhadores, na base, deve estar formalizado ao nível de plenário de empresa, do plenário da unidade de produção, do plenário do bairro – são as assembléias dos trabalhadores (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Por outro lado, para o trabalhador do DGCI a luta em volta do sindicato é sim uma luta pela destruição do capitalismo e pela construção do socialismo, como uma necessidade dos trabalhadores. E ela deve ser constante contra o capital também depois da tomada do poder pelo proletariado, devendo continuar para evitar que a burguesia burocrática ou tecnocrática tome o lugar do operariado no poder, faça a contenção do processo revolucionário e transforme a construção do socialismo em capitalismo de estado. A divergência é sobre a multiplicação das células a partir da base, “consubstanciando essa organização autônoma do proletariado”. Para ele a explicação é simplista. E questiona como essa concepção (que reluta em rotular de anarco-sindicalista, mas o faz) pode responder à necessidade de conquista do poder político pelo proletariado?

Não sei até que ponto esta organização (...) é uma organização que deve funcionar paralelamente à organização política, ou como organização de substituição integral e global nas mãos do proletariado para a conquista do

poder político que é fundamentalmente o promover a construção do socialismo e do comunismo (*Idem, Ibidem*, p. 2).

O debate pode ser melhor entendido a partir de algumas considerações levantadas por José Artur Castro Neves (1976)<sup>29</sup>, em seu estudo *Contribuição para a Percepção da Cultura (Política) em Portugal*. A concepção leninista de utilização dos órgãos autônomos da classe operária pode ser dividida em dois períodos historicamente definidos. Um período pré-revolucionário, antes da tomada do poder em outubro de 1917, onde eles têm um caráter subversivo da ordem capitalista devendo ao partido aderir a eles (“Todo poder aos soviets”). E outro posterior, quando da organização do novo poder soviético houve um enfraquecimento desses órgãos de poder operário, resultando na transformação da gestão operária em gestão por um só indivíduo e a subordinação dos comitês de fábrica aos sindicatos dominados pelos bolcheviques. O primeiro período teria uma conotação histórica positiva, pois há uma adesão do partido aos movimentos autônomos com vistas à subversão da ordem capitalista estabelecida.

Entretanto o movimento histórico mostrou que tal adesão resultou também em uma ambiguidade que levou, no caso russo, à degeneração da luta revolucionária. Contemporaneamente a ambiguidade já não era mais permitida e a substituição do capitalismo privado pelo capitalismo burocrático, colocou elementos novos na reformulação do leninismo. Esses elementos provieram principalmente da experiência chinesa com o maoismo e da nova articulação do PC chinês com os movimentos autônomos no processo revolucionário daquele país, alargando o tempo de ação das massas para além da tomada do poder, dando uma maior estabilidade à ligação do partido com os órgãos autônomos dos operários.

Uma das propostas do grupo “1º de Maio” (um dos grupos analisados por Neves) era a constituição do verdadeiro partido marxista-leninista, necessário para a tomada do poder, cuja ação consistiria na unificação das lutas revolucionárias das massas, unificando os organismos locais e regionais, criados autonomamente pela classe operária, em âmbito nacional. O partido centralizaria a nova vanguarda operária, transformando-a em vanguarda partidária. Manter-se-ia o cunho leninista no que respeita ao ponto de vista jacobino da

---

<sup>29</sup> O estudo é baseado em duas concepções políticas: a de um grupo “marxista-leninista” português “sem relações organizadas com as massas populares”, e produtores do jornal “1º de Maio”; bem como no projeto político da equipe econômica do 4º Governo Provisório, que teve como um de seus principais intelectuais João Martins Pereira, que ocupava o cargo de secretário do Ministério da Indústria e Tecnologia. O objetivo do estudo era analisar as duas concepções e os dois projetos de intervenção política e social deles, principalmente no que se referia às relações das organizações políticas marxistas-leninistas com os órgãos autônomos de luta, como as CTs, criados espontaneamente pela classe operária portuguesa.

tomada do poder, e superaria esse mesmo leninismo ao respeitar a organização autônoma da classe enquanto classe independente. Entretanto, a cisão leninista e maoista de aceitar a autonomia da classe (reconhecimento da revogabilidade, democracia direta, etc.), mas não a soberania da classe, seria mantida (NEVES, 1976, p. 7-20).

Para o coletivo do *Combate* a perspectiva da necessidade da tomada do poder por um órgão estritamente político manteria a cisão do político e do econômico, uma das causas das transformações das revoluções operárias em reprodução do capitalismo.

Quando o motor de uma revolução não são as massas trabalhadoras auto-organizadas, mas uma instância política que escapa ao controle dos trabalhadores (...) a sociedade que se constrói não é a comunista, mas uma forma de capitalismo de Estado. As formas de extorsão da mais-valia e de sua distribuição serão diferentes, mas continuará a exploração e a opressão sob novas formas! (COMBATE, 1975, n. 24, p. 3).

Os posicionamentos acima expostos evidenciam alguns dos debates que estavam a serem feitos entre a classe trabalhadora portuguesa, e seus posicionamentos frente às várias formas de organização da luta que estavam sendo propostas e construídas. As concepções organizativas leninistas eram parâmetros desses debates e em alguns casos percebem-se tentativas de avançar essas posições no sentido de apoio às ações autônomas dos trabalhadores por parte de organizações políticas, ou de superação dessas concepções ao rechaçarem a direção política dos partidos.

O último destaque a ser dado refere-se à formação das comissões de trabalhadores fora da função pública. Para o membro do Combate, a função sindical das comissões acabou por ultrapassar os sindicatos, e a ultrapassagem se deu através de uma maior democracia de base, com as assembleias gerais nos locais de trabalho. Essas comissões foram resultados de uma ação de base, que as fizeram necessárias, e que no decurso da luta colocou como necessário que essas comissões se associassem com outras comissões. Mesmo que em alguns casos elas tenham se burocratizado e se transformado em sindicatos paralelos, em outros elas avançaram no sentido de colocar em causa a estrutura sindical, tentando acabar com a hierarquização, ampliando a participação e alargando a iniciativa de todos os trabalhadores. Essa situação levou à discussão sobre o reformismo ou o antirreformismo nos sindicatos e a importância desses posicionamentos para construí-los. E também se o objetivo da luta era a tomada do poder ou se era o desenvolvimento da luta autônoma a partir da ação participativa da base dos trabalhadores. O debate e a prática de organização colocavam a necessidade de saber se estavam agindo no sentido da construção de uma nova sociedade ou se estavam a

serviço de tendências políticas para a reprodução do capitalismo ou do socialismo entre aspas, do capitalismo de estado (*Idem*, 1975, n. 21, p. 2).

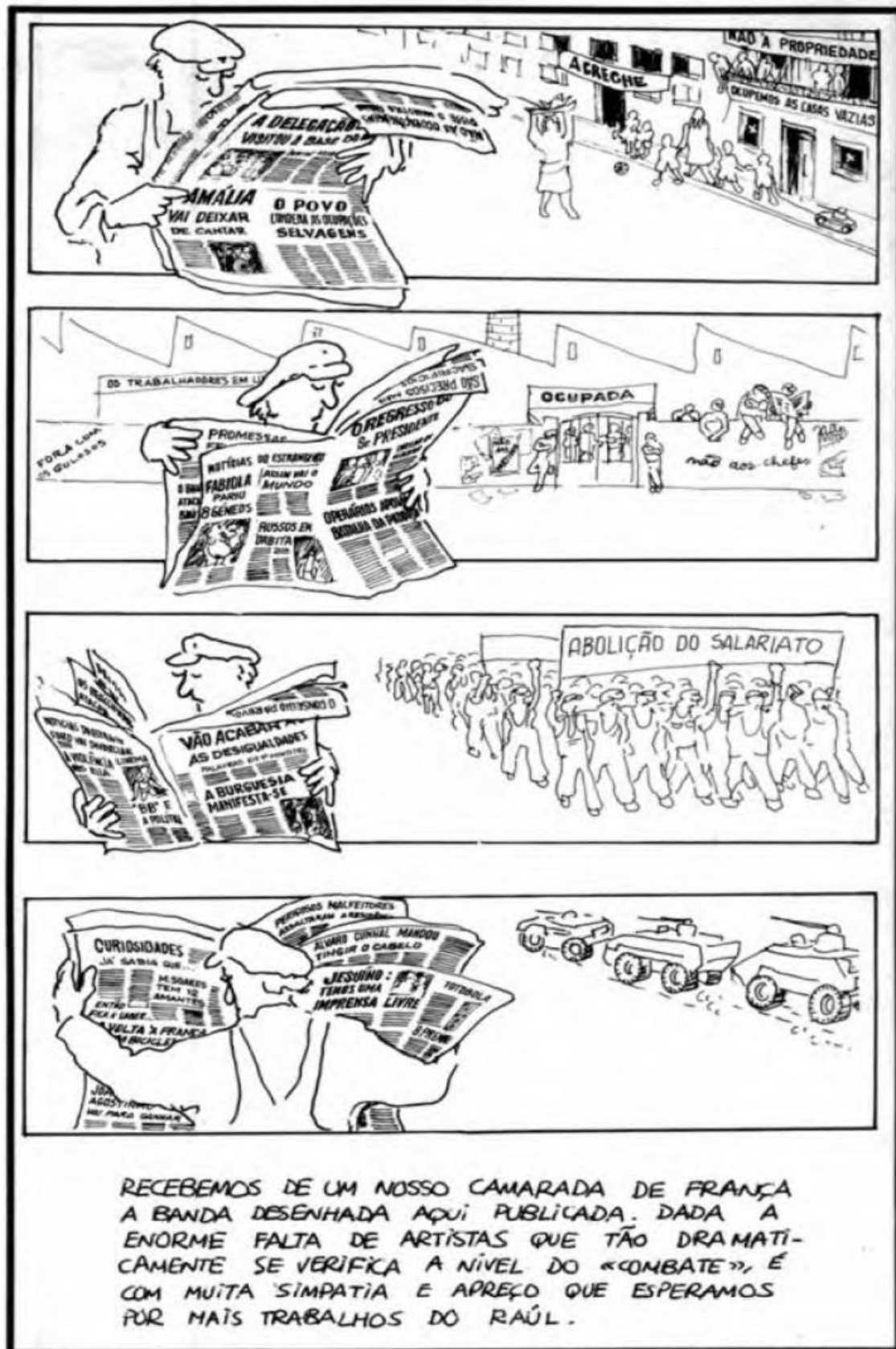
Tal balanço pode servir também para refletir sobre a construção sindical na função pública portuguesa, como foi exposto aqui através dos trabalhadores. Dessa forma a classe operária vai identificando seus inimigos e quais os caminhos para evitar o processo de estruturação hierarquizada no sindicato da função pública.

A luta a travar contra todas estas tendências cupulistas terá essencialmente de apoiar-se naqueles sectores da administração pública onde houver uma predominância de extratos profissionais menos favorecidos. E será através destes extratos que esperamos encontrar o setor mais ativista contra as tendências cupulistas (*Idem*, 1975, n. 20, p. 7).

#### **1.4 – Da ocupação das fábricas à gestão da produção**

*Contra a violência do capital: vamos produzir para viver e não viver para produzir.* Esta chamada de capa do número 22 do jornal *Combate* dá uma dimensão da luta que estavam desenvolvendo os trabalhadores portugueses após o golpe de estado que pôs fim aos quarenta e oito anos da ditadura salazarista. Intensificada após o 25 de Abril, a grande vaga de greves nas fábricas levantou grandes perspectivas e grandes dilemas para os trabalhadores. “Greves selvagens” com ocupação dos locais de produção foram uma constante no processo revolucionário, como respostas encontradas ao não pagamento dos salários e pela manutenção dos empregos. Mas a simples ocupação não resolvia os problemas da sobrevivência levando os trabalhadores a manterem a produção em funcionamento e vendendo os frutos deste trabalho.

A seguir são expostas as lutas deste tipo em três empresas do ramo têxtil, localizadas no norte de Portugal, para ilustrar como ela foi desenvolvida e como se diferenciava das lutas sindicais como foi exposta atrás na mesa redonda com os trabalhadores da função pública. Desta forma será analisado o período de ascensão destas lutas, destacando alguns aspectos julgados relevantes para a compreensão dos conflitos vivenciados por estes trabalhadores, como os motivos da luta, a organização, o papel dos sindicatos e a venda dos produtos. O ponto de partida neste caso não será uma mesa redonda, mas sim comunicados e entrevistas com grupos de trabalhadores das referidas empresas.



**Figura 1** – Charge ironizando as notícias publicadas nos jornais, enquanto nas ruas coisas totalmente diversas ocorriam. Publicada no número 27 do *Combate*.

### 1.4.1 – Fábrica Têxtil dos Bargos

A primeira luta que será exposta ocorreu na Fábrica Têxtil dos Bargos, localizada em Vila Nova de Famalicão, norte de Portugal.

A primeira menção que encontramos referente à empresa está no número 10 do *Combate* (1974, n.10, p. 2). No Comunicado<sup>30</sup> nº 1 da Comissão de Trabalhadores (CT) da Fábrica Têxtil dos Bargos, provavelmente escrito em meados de Outubro de 1974, há uma tentativa de alertar os trabalhadores da fábrica para uma manobra do patrão com o objetivo de evitar o pagamento das indenizações em caso de demissões. O comunicado diz o seguinte:

Vós sois trabalhadores da Fábrica Têxtil dos Bargos e não da Ornitex.

Na verdade, até bem pouco tempo assinaste os envelopes como sendo dos Bargos e agora passaste a assiná-los como Ornitex.

Já pensaste porque nos fizeram isto? Não existirá burla?

Pensa só nisto: A Bargos pode indenizar-nos (tem máquinas edifícios, etc.) E a Ornitex? Alguém sabe o que ela tem? (*Idem*, *Ibidem*, p. 2)

A relação entre as duas empresas auxilia na ilustração do processo histórico verificado em algumas empresas em Portugal e que aqui tem o sentido de mostrar com quais ações os trabalhadores inicialmente vão se deparar. Por outro lado, ajuda a entender que a luta dos trabalhadores por reivindicações materiais os levaram, frente à recusa e abandono das empresas pelos patrões, a ocuparem e gerirem as empresas, mantendo-as em funcionamento para a garantia de empregos e salários.

Apesar de não haver nenhuma menção a um pertencimento das duas fábricas a um mesmo patrão, esta burla administrativa denunciada pela CT nos indica ser possível a ligação. Mais à frente será exposta uma consequência disto. Por ora, o foco incidirá sobre a luta ocorrida na Têxtil dos Bargos.

A principal reivindicação feita pelos trabalhadores foi o cumprimento do pagamento do Salário Mínimo Nacional (SMN)<sup>31</sup> estipulado em 3300\$00. Pelo teor do comunicado em votação realizada anteriormente, a decisão havia sido a favor do não pagamento do salário

---

<sup>30</sup> Há na dissertação a primeira menção a um documento publicado pelo *Combate*. Esta nota explicativa se faz necessária para mostrar o resultado do contato que os colaboradores do jornal realizavam com os trabalhadores em luta publicando nas páginas do jornal comunicados, extratos de jornais, textos assinados por trabalhadores e outros documentos produzidos por eles, colocando em prática o objetivo de divulgação das lutas.

<sup>31</sup> O Salário Mínimo Nacional foi adotado para os trabalhadores da indústria e dos serviços em 27 de maio de 1974, pelo I Governo Provisório e representou no primeiro momento da revolução a principal reivindicação dos trabalhadores junto a seus patrões.

mínimo. Questiona a CT se os que votaram pelo não “já estão a ganhar muito mais que o salário mínimo, e que vos continuam a influenciar e a meter-vos medo com o fecho da fábrica?” Afirma ainda a CT que nada os impede de voltar atrás, pois que os motivos certos da aflitiva situação financeira da empresa são decorrentes da “má administração e nunca pelo pagamento do salário mínimo que ainda não foi praticado nesta empresa, como sabes” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2). Esta afirmação aponta uma das características mais importantes das lutas desencadeadas em Portugal neste período, consideradas nesta dissertação: a de que os trabalhadores não se limitam a reivindicar melhorias materiais ou salariais, passando também a questionar a própria gestão da empresa.

Apresentando questionamentos para que os trabalhadores reflitam sobre a situação, pergunta-se no comunicado ser a CT responsável pela anulação de encomendas, pela falta de matéria-prima e crédito ao “grande patrão Castro”. Apontam ainda os “chorudos ordenados pagos aos lacaios do patrão, sem nenhuma competência para ocupar o cargo” como agravante, além da venda de “camisolas a preço de sardinhas”, esvaziando os estoques e, assim, eliminando a única garantia que teriam em caso de fechamento da fábrica. Outras perguntas são feitas, como o destino do empréstimo conseguido para o pagamento dos salários. O comunicado nº1 aponta ainda uma tentativa de substituição da CT pelos lacaios incompetentes e pede que sejam denunciados os que tentam a substituição (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Já no Comunicado nº 2, de 28 de outubro de 1974 (*Idem*, *Ibidem*, p. 2), a CT relata a repressão a que foram sujeitos vários trabalhadores como consequência da publicação do primeiro comunicado; dentre algumas práticas estão: interrogatórios de membros da CT pelo Chefe de Eletricidade e pelo mestre de Tecelagem; a criação de conflitos como subterfúgio para chamar as forças policiais; o impedimento da entrada da CT na empresa e de outros trabalhadores, o que resultou em agressões a alguns trabalhadores, incluindo uma grávida. A cizânia interna à fábrica é apontada pela CT como ação deliberada dos reacionários e funcionários sem escrúpulos e pretende apenas dividir os trabalhadores que buscam melhorias nas condições de vida. O objetivo do comunicado é denunciar os fatos e levá-los ao conhecimento de todos os trabalhadores para que possam manter uma unidade frente os ataques.

Três dias depois um novo comunicado surge acusando o patrão Jorge de Castro de criar dificuldades a todos os trabalhadores com medidas que impedem o pleno funcionamento

da empresa, contratação de administradores com altos salários e a transferência de todos os trabalhadores da “Fábrica Têxtil dos Bargos, cuja situação não é difícil, para a Ornitex, que conta estar em situação de não poder manter-se”. A CT alerta ainda “toda a opinião pública para que vejam exactamente quem está a sabotar a economia nacional” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2). A argumentação aponta os verdadeiros responsáveis pelos problemas económicos enfrentados pela população portuguesa como sendo os patrões e não os trabalhadores com suas reivindicações, como queriam fazer crer o governo e os capitalistas. Os problemas de resistência em aceitar as reivindicações económicas são decorrentes da gestão empreendida pelo patrão, aprofundando a relação entre as dificuldades vivenciadas com a administração da empresa, e ligando ainda com o cenário político posterior ao 25 de Abril, que estariam os capitalistas a praticar a sabotagem económica.

Além disso, a CT afirma neste comunicado que as informações de sabotagem foram enviadas ao Ministério do Trabalho (MT) e às Forças Armadas pedindo ainda um inquérito para averiguar a situação. Denunciam por outro lado a ação desastrada de alguns elementos do Sindicato Têxtil de Delães que devido à “falta de perspectiva e a inexperiência da verdadeira luta sindical, só tem ajudado, embora sem o pretender, o patrão Jorge Castro a alcançar seus objetivos”. A falta de apoio prático do sindicato é apontada, mas a CT dá ainda nova oportunidade aos representantes para que se aproximem da luta dos trabalhadores, pedindo que atendam cinco solicitações: reconhecimento formal da CT e dos delegados sindicais eleitos; obstar a transferência dos trabalhadores à Ornitex, e exigir aos administradores que entreguem a documentação da operação; comparticipar na união dos trabalhadores apoiando a CT, reconhecendo que trava a única luta justa; averiguar a aplicação do empréstimo conseguido pelo patrão; e, que esteja presente no dia 28 de outubro de 1974, na porta da fábrica para garantir, em auxílio à CT, o acesso de todos ao trabalho (*Idem*, *Ibidem*, p. 2). O questionamento da postura do sindicato é colocado desde o início da luta, mostrando a limitação frente aos interesses dos trabalhadores da base, mas ainda com um voto de confiança.

Apesar do pedido, o sindicato não compareceu à porta da fábrica no dia 28 de outubro. Segundo o comunicado nº 4, de 29 de outubro de 1974 (*Idem*, 1974, n. 11, p. 2), além do sindicato, também não compareceram nessa segunda-feira à empresa a administração, os encarregados e os chefes de seção. Após ficarem vigilantes todo o fim de semana dentro da fábrica, e frente ao “cobarde acto”, os trabalhadores lançaram-se ao trabalho cumprindo o horário normal em clima de grande colaboração. “Colegas, que não tendo o que fazer em seu



sector se prontificaram a que uma secção que tinha encomendas para entregar e estava completamente parada entrasse em funcionamento”. O que se pode perceber é que a solidariedade na luta moveu os operários da Têxtil dos Bargos a se dedicarem com afinco neste dia de trabalho. Não foi mais a ordem do superior e nem a ameaça das punições e descontos salariais que os impeliram a manter a produção em funcionamento, forma característica da disciplina capitalista de trabalho.

Outro exemplo de plena colaboração e espírito de camaradagem passou-se quando os empregados de escritório que não vieram para o trabalho e, havendo necessidade de dar andamento a alguns serviços, nomeadamente, os nomes e números em novos cartões, logo outros colegas se prontificaram a fazê-lo (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Da necessidade em dar prosseguimento às tarefas necessárias ao funcionamento da empresa alguns trabalhadores superaram as divisões de funções e assumiram outras novas. Além disso, ultrapassaram as instituições sindicais como formas de luta, por não os apoiarem quando houve um pedido, passando posteriormente a ocupar a fábrica e a manter a produção em funcionamento. A cooperação no processo de trabalho se deu pela necessidade e pela camaradagem, na constituição de uma nova disciplina de trabalho, ainda embrionária, mas bem diferente da disciplina capitalista, pautada na imposição da ordem decorrente da autoridade de uma função hierarquicamente superior (ANTONACCI, 1993, p. 49-59).

Porém, nem todos eram amigos. Como indicam no comunicado, os “reacionários, criminosos, lacaios bem pagos e vendidos ao patrão” praticaram sabotagem na sexta-feira anterior à ocupação quando “desafinaram várias máquinas da secção de acabamentos de cobertores e tirou os fusíveis de uma máquina de cardar, escondendo-os numa das turbinas” (COMBATE, 1974, n. 11, p. 2). Para além do carácter político dos sabotadores, convém aqui sublinhar que há definição deles tanto em decorrência dos salários mais altos quanto da proximidade com o patrão. No Comunicado nº 1 os “lacaio” do patrão são os que votaram e não deixaram os que ganham 35\$00, 40\$00 votarem sobre a adoção do salário mínimo. Estes são os “gerentes funcionários superiores e outros” (*Idem*, 1974, n. 10, p. 2).

No decorrer da luta os trabalhadores da Têxtil dos Bargos vão criando seus laços de solidariedade, e também delineando seus inimigos.

Como o Sindicato de Delães não compareceu para a ação combinada, não pôde mostrar na prática seu apoio, apesar da autocrítica e boa vontade expressa em reunião realizada dias antes entre a CT e um delegado do Sindicato. “Nas horas difíceis, e não venham

com a falta de experiência, ou com a complexidade dos problemas, preferiu-se a ausência” (*Idem*, 1974, n. 11, p. 2). Havia ainda outra promessa, a do sr. Ribeiro do Sindicato de Guimarães. Contando que ele agarrasse de frente o caso, o acusavam de publicar um panfleto anônimo contra os trabalhadores da Têxtil dos Bargos, distribuído pelos que querem os prejudicar, convocando para uma reunião de muito interesse para todos os trabalhadores. Para a CT o único interesse a se defender é “a unidade da classe operária e dos seus verdadeiros direitos como trabalhadores a um salário justo e uma vida digna” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2). E isso porque os reacionários querem que se volte ao tempo do fascismo, porque “os patrões não querem deixar de ter grandes lucros, não querem perder a ocasião de nos oprimir e humilhar, querem pagar salários de fome”. É forçoso lembrar que um mês antes da publicação deste quarto comunicado houve uma tentativa de tomada do poder por parte dos fascistas, em 28 de setembro de 1974, quando uma grande mobilização popular impediu a entrada das tropas ligadas ao general Spínola e a *maioria silenciosa* de entrarem em Lisboa. (MAXWELL, 2006, p. 117) Ainda segundo a CT da Têxtil dos Bargos, os fascistas estão buscando por todos os meios reconquistar seus privilégios. “Fecham as fábricas, despedem os trabalhadores, não cumprem as leis que o Governo publica, como a do salário mínimo” (COMBATE, 1974, n. 11, p. 2).

Mas se foi exposto detalhadamente o processo da Têxtil dos Bargos é porque o mesmo mostra uma luta por questões materiais – salário mínimo – que teve como consequência da recusa em atendê-la a ocupação da fábrica. Como não há mais materiais sobre esta empresa nas páginas subsequentes do *Combate*, não é possível acompanhar por mais tempo o desenvolvimento da luta. E nem se os trabalhadores mantiveram a ocupação da empresa, não podendo perceber se houve uma situação de autogestão. Pela apresentação dos documentos o leitor pode perceber que o objetivo da ocupação era continuar a produção, talvez para que não houvesse argumentação contrária ao pagamento por parte do patrão. Não há possibilidade de afirmar que foi o início de autogestão, mas por um lado indica uma prática que começa a se expandir por várias fábricas do país. E por outro lado, este momento da luta na Têxtil dos Bargos lança luz para entender os problemas enfrentados pelos trabalhadores da Ornitex.

#### 1.4.2 – Ornitex

O receio exposto pela CT da Têxtil dos Bargos com as transferências dos trabalhadores para a Ornitex não era sem motivo. A Organização Técnica de Exportação Ltd.

(Ornitex) tinha sede no Porto e a fábrica também se localizava em Vila Nova de Famalicão, norte de Portugal. Em texto assinado pelos trabalhadores da Ornitex, e presente no número 21 do *Combate* (1975, n. 21, p.7), os motivos de sua luta estão ligados ao fato da Ornitex ter-se entregado em tribunal em outubro de 1974 devido à sua má situação financeira e, através desta entrega, tentar um acordo com seus credores.

A primeira reunião com os credores ocorreu em janeiro de 1975 e não foi encontrada solução, já que o Ministério Público apresentou uma carta vinda do Fundo de Fomento de Exportação, através do Ministério das Finanças e Economia, pedindo um inquérito sobre a situação financeira da empresa. O inquérito era necessário para se decidir sobre a concessão de um empréstimo ou até uma possível nacionalização da Ornitex. Não é possível saber através das páginas do *Combate* se os trabalhadores transferidos da Têxtil dos Bargos para a Ornitex permaneceram nesta empresa. Mas o que é certo é que a burla do patrão em encaminhá-los para uma empresa a qual seria pedida a falência era uma ação a ser realmente temida pelos trabalhadores.

Desde a realização da reunião de credores no Palácio da Justiça do Porto, em janeiro de 1975, até a elaboração do texto de divulgação da luta em 28 de março de 1975, não foi apresentada nenhuma solução à falta de pagamento dos salários dos trabalhadores. Foi isto que levou 200 trabalhadores da empresa a lutar pela sobrevivência e contra o desemprego, inicialmente vendendo os estoques que tinham na fábrica. Este é um aspecto distinto se comparamos com o que é possível saber da luta na Têxtil dos Bargos. Além de venderem os estoques os trabalhadores da Ornitex passaram a “angariar confecção de mercadorias em regime de mão-de-obra a feito – cobertores, lençóis, artigos de vestuários, etc”. Com a enorme dificuldade verificada nas vendas, em decorrência dos clientes das mercadorias anteriormente produzidas estarem no estrangeiro – pois é uma fábrica destinada à exportação – os trabalhadores utilizam o comunicado para lançar um

**apelo à solidariedade e união de todos os trabalhadores no sentido de nos apoiarem nas vendas** (criando postos de venda ou ajudarem-nos a vender), **na angariação de encomendas** (arranjarem encomendas de fatos macacos, camisas ou outros artigos nas fábricas onde trabalham) ou **comprando-nos diretamente ou nos postos de venda os nossos produtos** ((*Idem*, *Ibidem*, p. 7, grifos no original).

A divulgação apresentaria a gama de mercadorias que os trabalhadores dispunham e serviria também para dar a conhecer o processo de luta da empresa e para que “através da sua discussão aumentem a sua experiência de luta contra a exploração capitalista”. Em comum

com a luta da empresa exposta anteriormente, os trabalhadores da Ornitex afirmam ainda que é uma luta “**sem auxílio de ninguém, inclusive do próprio sindicato têxtil**”, que apesar de saber a situação, não procurou ajudar “dentro de suas possibilidades e conhecimentos” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7, grifo no original). A venda da mercadoria compreenderia dois aspectos para a luta dos trabalhadores: um de os auxiliar no pagamento dos salários; e outro, com as consequências na consciência de classe decorrente do contato com a luta e do debate possibilitado com este contato. Além disso, apontam uma situação constante em várias empresas que avançam com a luta, apresentando um caráter autônomo em relação ao sindicato e partidos políticos, nas lutas com ocupação das instalações e com a venda das mercadorias. Esta é uma característica também presente na próxima empresa que será exposta e que pode ser mais bem analisada em decorrência de maior documentação presente no *Combate*.

#### 1.4.3 – Sousa Abreu

A primeira referência à fábrica Sousa Abreu aparece no número 10 do jornal. Na página sete, em um quadro intitulado “Informações Operárias”, assinado por um correspondente em 22 de Outubro de 1974, podemos ler que os trabalhadores da Confecção SOUSA ABREU “formaram piquete à porta da fábrica para não deixar sair as máquinas e a obra feita (toalhas de feltro)” (*Idem*, 1974, n. 10, p. 7). Este piquete se realizou quando a fábrica já estava ocupada, pois em 11 de setembro de 1974 o patrão havia avisado do fechamento no dia seguinte e os trabalhadores buscaram, aconselhados pelo Sindicato dos Têxteis, evitar que os materiais fossem retirados e para que mantivessem os empregos (*Idem*, 1975, n. 21, p. 8). Este piquete realizado em outubro era mais uma tentativa do patrão em retirar as mercadorias e a maquinaria.

A luta na Sousa Abreu foi também uma reação à situação de exploração a que estavam sujeitos os trabalhadores havia dez anos. Em 04 de fevereiro de 1975 publicaram um Manifesto divulgando os seis meses de trabalho em autogestão, onde relatam que durante dez anos cumpriam uma jornada de 48 horas semanais, sob exploração opressiva em uma fábrica velha e com péssimas condições de trabalho, e cujos salários chegavam à apenas 1.700 escudos em setembro de 1974, pouco mais da metade do SMN estipulado pelo 1º Governo Provisório. Há certa semelhança entre os patrões da Têxtil dos Bargos e Ornitex com o sr. Abreu, já que este utilizou dos lucros conseguidos com a exploração dos trabalhadores da Sousa Abreu para montar uma “fábrica nova, completamente moderna, em Moreira de

Cónegos, no valor de vários milhares de contos”. Matérias-primas, empregados e reparos eram pagos com dinheiro da Sousa Abreu, além da retiradas de máquinas modernas e viaturas (*Idem*, 1975, n. 19, p. 8). Em entrevista, um dos trabalhadores explica como era feito estes pagamentos e desvios de uma fábrica a outra:

pagava-se aqui o algodão, vinha debitado para Sousa Abreu e era retirada lá para baixo para a outra firma. Tinha-se aqui para lá, para a outra firma [outra fábrica em Vilarinho], já há cinco anos. Urdidores, urdiam teias lá para baixo, o algodão vinha para aqui e urdiam lá para baixo.

As remateiras foram passar telas para os teares automáticos – para os novos teares automáticos que ele comprou – e estiveram lá quinze dias a pagarem-se por aqui, estando o pessoal a trabalhar lá. O motorista trabalhava lá desde Janeiro até Setembro [1974] pago aqui pela Sousa Abreu. O mesmo acontecia com os operários da tinturaria quando não tinham aqui o que fazer iam trabalhar lá para baixo.

Com todas estas coisas está visto que a firma não podia dar lucro (*Idem*, 1975, n. 21, p. 8).

O patrão decidiu pelo fechamento da Sousa Abreu, pedindo sua falência e mantendo em funcionamento a fábrica nova. O pagamento dos salários atrasados e as indenizações não seriam pagos, sendo decidido posteriormente em tribunal. Esta situação era comum no período, pois os patrões procuravam retirar investimentos (descapitalizar) ou mesmo fechar unidades de produção em favor de outras mais rentáveis e produtivas, deixando os trabalhadores desempregados.

Quando da ocupação os trabalhadores afirmam que para ocuparem a fábrica contaram com o apoio de trabalhadores de várias fábricas da vizinhança. “Logo no princípio tivemos o apoio daqui dos operários da fábrica do Arquinho, que contribuíram logo na primeira semana em que estivemos parados, com dois mil e cem escudos”. Este dinheiro foi destinado a sete operárias que foram julgadas as mais necessitadas, cada uma recebendo trezentos escudos. Conseguiram ainda posteriormente mais de 30.000 escudos em peditórios, utilizados na compra de matérias-primas e no pagamento de salários (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

Durante os primeiros dias da ocupação elegeram uma CT com seis membros e mais um que ficaria responsável pela gestão da empresa. Segundo este trabalhador, eleito para “gerir os destinos da fábrica”, a ideia da autogestão e da CT foi dada pelo Sindicato e por

delegados do Partido Comunista Português (PCP)<sup>32</sup>. Depois de decidirem pela continuação da produção, as primeiras alterações efetuadas foram na organização do trabalho.

Havia aqui uma empregada de escritório que era filha da mestra da mesa que estavam totalmente ligadas ao patrão. Ora eu, tomei logo uma atitude nesta reunião [a que elegeu a CT], que era a de que a empregada não ficaria aqui no escritório, visto que não havia de momento serviço de escritório. O serviço que havia aqui anterior estava todo praticamente nulo, não é? Se houvesse atrasado uma vez que a fábrica fechou, ficaria sem efeito. Por isso, não tendo que fazer no escritório, ficaria ali a ajudar a confecção ou no que fosse preciso (*Idem*, *Ibidem*, p. 8).

Apesar de dar a entender por sua fala que a decisão de retirar a empregada do escritório e colocá-la na produção foi uma decisão individual, não houve segundo o relato objeções a isso. Mas o que importa sublinhar no caso é a alteração na estrutura de trabalho decorrente da necessidade prática verificada na situação da fábrica. Manter um trabalhador exclusivamente nas funções de escritório era inútil, já que não havia trabalho a ser feito no momento nesta seção. Precisavam mais das pessoas na produção. Mas há ainda outro motivo, que está relacionado à condução da luta.

É claro, não me convinha que as pessoas ligadas ao patrão ficassem aqui à frente disto para não nos prejudicar. De maneira que, então ela não gostou, mais ainda porque a mãe estava metida na comissão. A mãe estava metida na comissão mas como tinha de baixar de posição, dos escritórios para os acabamentos, ao outro dia não vieram trabalhar, com a ideia de que sem elas isto não ia para a frente ((*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Pessoas afeitas ao antigo patrão era um perigo a se evitar, principalmente em evitar mantê-las na condução das lutas, e a forma encontrada foi fazê-la “baixar de posição, dos escritórios para os acabamentos”. Neste sentido elimina-se uma função superior na organização do processo produtivo para manter em controle os rumos da luta, evitando assim que os interesses patronais sejam colocados acima dos interesses dos trabalhadores.

A desistência das duas não surtiu o efeito esperado. A produção continuou. E outros cargos foram suprimidos, apesar das funções dos antigos cargos permanecerem necessárias. “Encarregado já nem existe. O serviço está a ser feito por nós; o serviço de contabilidade, de escritório está a ser feito por mim; o serviço de vendas, o serviço de compras, o serviço de orientação [...] nós os dois verificamos aquilo que é preciso” (*Idem*, 1975, n. 23, p. 7).

Outras alterações ainda foram surgindo.

---

<sup>32</sup> Fato curioso este, já que o PCP se opôs a inúmeras greves com ocupação dos locais de trabalho. (PIRES, s/d)

De maneira que começamos estão a trabalhar e é claro a fazer o serviço que era preciso, de comprar algodão ou vender a produção. Depois que começamos a vender começamos a atualizar os preços, visto que os preços a que estavam os artigos eram baixos para os artigos bons e altos para os fracos. Tivemos que rever a equiparação de preços, visto que não estavam realmente bem equiparados (*Idem*, *Ibidem*, p. 8).

É possível perceber aqui que houve o início de alteração nas relações sociais de produção, pois não estavam estas relações mais pautadas na autoridade e na disciplina imposta por proprietários ou controladores de meios de produção externos ao coletivo de trabalhadores. Através da ação direta se apropriaram dos meios de produção e passaram a gerir a produção a partir da Comissão de Trabalhadores. Evidentemente que não foram todos que compuseram a CT, como fica claro na fala do trabalhador. Mas houve um controle sobre a CT através de seu próprio processo de formação, decorrente da organização das assembleias a partir dos locais de trabalho. Este caráter coletivo e de participação ativa, aliado a novas normas disciplinares e de controle sobre os hierarquicamente superiores, possibilita à análise perceber a constituição das relações sociais de novo tipo.

Aponta o trabalhador que encontraram várias dificuldades. Uma delas foi a solidariedade existente entre os capitalistas, entre os patrões, que deixaram de fornecer matéria-prima a eles ou os antigos clientes da Sousa Abreu. O problema do algodão foi resolvido inicialmente com a utilização do que havia estocado na empresa, posteriormente com as vendas conseguiram levantar dinheiro e encontraram uma empresa que vendia a eles o algodão (*Idem*, *Ibidem*, p. 8).

Outra dificuldade enfrentada era a venda dos produtos. “No início ficamos sem compradores fixos, ele arrebatou-os todos para a nova fábrica”. A solução encontrada foi vender eles próprios as mercadorias. “Começamos nós a vender, eu inclusive, a minha filha também começou a levar obra. [...] só a parte que eu levei para ela vender já anda perto de 60 contos<sup>33</sup>” (*Idem*, *Ibidem*, p. 8).

E novos circuitos de mercado também são criados na região para escoar a produção destas empresas. “Apareceu um grupo de apoio, do Porto, que se propôs colaborar conosco. Disseram que se propunham vender a mercadoria, arranjavam lá um posto de venda”. Hesitaram um pouco no início por não conhecer as pessoas, mas depois de pesquisarem foram para este campo de vendas. “Além disso, esses nossos amigos já tem contactos com outros,

---

<sup>33</sup> Convém advertir o leitor mais uma vez sobre os numerários financeiros portugueses. Um conto constituía mil escudos.

noutros posto. O nosso primeiro posto de vendas ficou junto à Igreja de Massarelos [...] Fui lá e realmente verifiquei que a coisa ficou bem organizada”. Conseguiram, até o momento da entrevista - dezembro de 1974 -, arrecadar em torno de 300 contos com as vendas. Ao que tudo indica estes grupos auxiliavam nas vendas e não havia uma cobrança por parte deles para realizar esta tarefa.

A venda nestes mercados influenciou inclusive a alteração dos produtos. “Já modifiquei diversos artigos que no tempo do patrão não se fazia e que aliás tem tido muita venda”. E cita alguns exemplos de variações de toalhas, toalhões, principalmente nas cores e estampas. “Esse conjunto de quadradinhos está-se a vender muito. Tem-se levado muita coisa para o Porto, e de bolinhas também que se vende muito” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7).

A importância destes mercados de solidariedade é evidente na fala de outro trabalhador que foi entrevistado. “É o que nos tem valido. Se não, éramos obrigados... não sei, concerteza já tínhamos fechado isso” (*Idem*, 1975, n. 22, p. 7). Neste sentido os mercados de solidariedade vão ganhando uma importância crucial para a sobrevivência da autogestão nas empresas, frente ao boicote realizado pelos capitalistas, já que se transforma em umas das poucas formas de conseguir vender as mercadorias. Apesar de não descartarem a venda diretamente nas feiras. A venda nestes mercados aponta ainda outra alteração, que era o objetivo da venda. Não se tratava mais da necessidade mercantil e de realização das mercadorias como era o objetivo das vendas realizadas pelos capitalistas. O que interessava ao vender estas mercadorias era a manutenção dos empregos e dos salários, sendo que foi em muitos casos a solidariedade que levou as pessoas a comprá-las. E eliminaram os intermediários remunerados na venda destes produtos, ao fazerem diretamente a venda ou se utilizando de estruturas criadas por apoiadores da luta<sup>34</sup>.

Vale ressaltar ainda a recuperação produtiva da empresa empreendida pelos trabalhadores da Sousa Abreu. Conseguiram aumentar os salários referentes ao que era pago pelo patrão e pensava em pagar o Salário Mínimo Nacional (SMN) a partir de janeiro de 1975. Estavam convencidos de que “a fábrica está realmente a ser bem administrada [...] de maneira a dar lucros e não prejuízos como o patrão dizia”. Mas era necessário que fossem “mentalizando para que isto desenvolva o melhor possível, cada um a produzir mais e a aperfeiçoar para que não saia a obra defeituosa”. E conseguiram, através da reforma de

---

<sup>34</sup> No número 25 do jornal, na página 8, há um comunicado do *Combate* intitulado: “Autogestão: arrebentar as fronteiras das fábricas”, onde foi feito um pedido de auxílio às compras das empresas em autogestão, dentre elas a Sousa Abreu e a Ornitex.



antigos teares, colocar mais máquinas em funcionamento. “Bem, nós quando a fábrica fechou estavam só a trabalhar em media 7 teares. Hoje temos a trabalhar à volta de 20 teares ou mais até...” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7).

Esta situação indica o aumento de produtividade conseguido com a autogestão em relação ao período final em que trabalharam sob o comando do sr. Abreu, pois com um menor número de trabalhadores conseguiram ocupar um número maior de máquinas. O motivo do patrão não ter buscado aumentar a produtividade é apontado como decorrente do interesse de encerramento da fábrica. Além do mais, a retomada da produção indicou a eles que se com máquinas velhas é possível pagar o salário mínimo com as modernas só não se paga em decorrência dos lucros, ou se não quiserem. “Tenho mesmo a idéia de que se realmente o pessoal trabalhar com vontade que isto dá para pagar o salário mínimo e até um pouco mais” (*Idem*, 1975, n. 23, p. 7).

Também no caso da Sousa Abreu a relação com o sindicato não ocorreu sem conflitos. No Manifesto há a afirmação de que “o Sindicato dos Têxteis sempre nos apoiou, embora o tenha feito mais em palavras que em obras”. E isso já antes da ocupação da fábrica, pois não impediu a retirada de máquinas, não os convocava para as Assembleias Gerais e nem fez muita divulgação da luta. Tal situação leva à autonomia da luta operária em relação a esta instituição. Afirmam por fim: “As decisões sobre a nossa luta tem de ser tomada por nós e cumpridas pelo Sindicato. Não pode ser o Sindicato a mandar na luta” (*Idem*, 1975, n. 19, p. 8). Assim, as limitações e recuos apresentados pelo sindicato são vistos como entraves, passando os trabalhadores a atuar à revelia das instituições sindicais. Na entrevista de dezembro de 1974 há uma exposição mais detalhada do caso envolvendo o sindicato e as disputas judiciais pelo pagamento das indenizações devidas pela Sousa Abreu, que esclarecem posicionamentos sindicais referentes à participação nas lutas autônomas desenvolvidas pelos trabalhadores a partir dos locais de produção.

No início da luta o sindicato dos têxteis – provavelmente o Sindicato dos Têxteis de Guimarães – auxiliou-os com campanhas de solidariedade para a arrecadação de fundos, que rendeu pouco mais de três contos, e com panfletos de divulgação da luta. Já em relação à luta pelo pagamento da dívida deixada pelo patrão a ação sindical não foi tão incisiva a favor do trabalhadores. Para a participação na reunião dos credores os trabalhadores pediram ao advogado do sindicato a elaboração de um processo próprio com a relação das dívidas para

também entrarem como credores da empresa. A argumentação era para forçar o pagamento antes dos demais credores e poderem participar da reunião.

O advogado do Sindicato disse que não era preciso visto que automaticamente éramos credores. Então eu disse: “Senhor Doutor, o senhor parece que está a querer cruzar os braços, e não podemos fazer isso. Nós temos que ir para a frente, porque senão, se cruzarmos os braços, então é que estamos perdidos”. E então ele disse: “Mas ele não tem dinheiro para nos pagar”. Digo eu assim: “Não tem dinheiro para nos pagar, também não tem dinheiro para os outros credores. No entanto, os outros credores apresentaram a relação das dívidas. Ora se ele não nos pagou a nós, nós também temos que apresentar os nossos direitos para que ele nos pague, não é?” (*Idem*, 1975, n. 22, p. 6)

No dia da reunião dois trabalhadores foram ao Tribunal se apresentaram como representantes dos operários da empresa e não puderam participar da reunião, sob alegação de que não constavam na relação de participantes.

Nessa altura apareceu lá o chefe de serviço da Secretaria do Sindicato Têxtil a falar com o Sr. Dias Pereira [funcionário do tribunal] que lhe disse que nós não podíamos entrar, e assim e assado. Ora, é claro, tentou arrastar-me logo para baixo, para o Sindicato. Na própria secretaria ele disse-me: “Senhor Ribeiro, vocês não podem entrar, está lá em baixo o Presidente do Sindicato, venha lá e entenda-se com ele” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

Este episódio evidencia a ação intermediadora do sindicato na resolução dos conflitos entre os trabalhadores da empresa e o estado. A participação direta dos representantes eleitos na resolução dos seus conflitos vai sendo impedida pelo papel institucional reconhecido pelo Estado em relação ao sindicato. Apesar de em reunião posterior o presidente do Sindicato Têxtil apontar o fato do advogado ser “mole” por não ter atuado para inserir os trabalhadores como credores da Sousa Abreu, na verdade indica um afastamento do sindicato em relação aos membros da CT e uma ação à revelia destes trabalhadores (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

Mas as peripécias do sindicato não ficaram por aí, Após a reunião de credores um grupo de funcionários do tribunal se encaminharam à Sousa Abreu para fechá-la. Duas vezes isso ocorreu. E duas vezes foram impedidos pelos trabalhadores. Estes argumentaram que era ordem do sindicato manterem a ocupação e a produção até o pagamento das indenizações. Em visita do presidente do sindicato depois destes episódios, a postura foi distinta. Ele disse aos trabalhadores que deveriam acatar as decisões do tribunal. Concordaram apenas em fazer o inventário do que havia na fábrica, mas não em deixá-la ser fechada.

Nas tentativas de fecharem as fábricas os trabalhadores são avisados de nova tentativa de retiradas de máquinas e matérias-primas da empresa por parte dos funcionários do tribunal e do administrador da falência. Depois de muita discussão sobre a entrada na empresa para fazer o inventário do que lá tinha, os trabalhadores conseguem alguns dias de trégua que são utilizados para retirar a matéria-prima, as mercadorias para apenas posteriormente realizarem o inventário. Essa ação foi uma burla para se evitar que os meios de produção se destinassem aos credores capitalistas e ao estado e fosse utilizada na continuidade da produção e do emprego, atestando a desconfiança em outro tipo de resolução dos problemas a não ser uma ação autônoma e direta.

O que é importante ressaltar neste episódio são as dificuldades colocadas pelo sindicato na luta dos trabalhadores. E que além das dificuldades dos patrões tem que enfrentar os que se dizem seus representantes (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

Ainda no Manifesto é exposto o processo de aprendizado conseguido com o enfrentamento aos capitalistas e ao estado. “Em primeiro lugar NÃO FOMOS PARA O DESEMPREGO” e que se os capitalistas e o governo não podem ou não querem resolver seus problemas, na união conseguirão fazê-lo. Também mostraram que o “Abreu fez uma falência fraudulenta” e provaram que a fábrica é capaz de produzir e que podem pagar o salário mínimo a todos. “Também aprendemos que os PATRÕES NÃO SERVEM PARA NADA a não ser para nos explorar e ficar com o produto de nosso trabalho”. Mesmo sendo um manifesto de divulgação da luta e do otimismo ser necessário, o processo de enfrentamento, ocupação e manutenção da produção ensina aos trabalhadores que são capazes de levar adiante a produção por eles mesmos, sem um patrão a organizar seu trabalho e “ficar com o produto de seu trabalho”. O que não quer dizer que não existam problemas que constantemente precisam ser resolvidos. “Hoje dentro da fábrica as coisas são diferentes. Todos trabalhamos para nós. Todos nos sentimos mais à-vontade. Isto não quer dizer que não temos problemas. MAS SE FORMOS TODOS A RESOLVER NÃO HÁ PROBLEMA QUE NÃO SE RESOLVA” (*Idem*, 1975, n. 19, p. 8).

A unidade da classe é colocada como elemento necessário para vencer e superar a exploração imposta pelos patrões. E eles sabem da ameaça que representa para a organização capitalista da sociedade. Depois de dizer que nada perderam com a luta dizem saber que “para continuar a produzir a nossa luta tem de ser constante. E que não vai durar para sempre. A autogestão é um perigo demasiado grande para todos os patrões (e capitalistas) para que estes

a deixem continuar”. O que proporciona a condução da luta, o que a move e a mantém viva até o fim é a solidariedade.

Também aprendemos que a solidariedade não é uma palavra sem sentido para os operários: para além da contribuição de operários de várias fábricas no início hoje temos pontos de venda de nossas toalhas no Porto (Massarelos, Miragaia, Sé, Madalena, Padrão e em vários locais de trabalho), em Vale de Coimbra e Coimbra: E SABEMOS QUE SE NÃO FOSSE ESTA SOLIDARIEDADE A NOSSA LUTA TALVEZ JÁ TIVESSE ACABADO, SÓ COM A SOLIDARIEDADE DE TODOS OS TRABALHADORES PODEMOS LEVAR A NOSSA LUTA ATÉ O FIM (*Idem*, *Ibidem*, p. 8).

Novo Manifesto da Sousa Abreu aparece no número 25 do Combate divulgando os oito meses de produção em autogestão na empresa. Após fazer um breve histórico da luta, o que é visto como nova informação é o fracasso nas vendas nos mercados de solidariedade. O auxílio do Grupo de Apoio no Porto cessa posteriormente às eleições, entretanto sem menção alguma dos motivos. Por outro lado criticam o discurso de chamada à Batalha da Produção que apesar do chamado ao esforço dos operários não há uma contrapartida para se conseguir contratos para exportação da produção. Além disso, estão devendo e estão vendendo mais barato do que à época de fechamento da fábrica pelo patrão. Agradecem pelo auxílio moral, mas precisam mesmo de um auxílio prático, pois ainda não receberam o que é destinado às pequenas e médias empresas. O manifesto é assinado pela CT, com os nomes dos membros e aprovada em plenário em 30 de Maio de 1975 (*Idem*, 1975, n. 25, p. 2 e 8).

No número 38 do Combate de 19 de Março de 1976, novo texto dos trabalhadores da empresa relatando a ocorrência de um incêndio na empresa, em 13 de fevereiro, causando prejuízos de mais de 2.500 contos, inutilizando as principais máquinas (que já eram velhas) e impedindo a continuidade do trabalho. O seguro cobre pouca parte do prejuízo. No comunicado chamando à solidariedade, assinado em 20 de Fevereiro de 1976 por dezenas de comissões e associações de moradores, a luta na empresa é apresentada como um exemplo à classe operária. “A luta dos trabalhadores da Sousabreu é uma prova inequívoca de quanto vale a força de solidariedade do povo trabalhador na luta pela sobrevivência e pelo fim da submissão” (*Idem*, 1976, n. 38, p. 8). Mas é necessário continuar a luta e com o apoio dos trabalhadores, pois “só os trabalhadores libertarão os trabalhadores”.

Alguns resultados da campanha ainda são vistos no número 47 do jornal, publicado em 22 de outubro de 1976. Falando do incêndio e da forte suspeita de que fosse causado pelas “forças que se opõem ao avanço da luta dos trabalhadores”, apresenta um resumo sobre a situação da empresa posteriormente ao incêndio apontado o piquete realizado durante dois

meses – possivelmente por segurança e receio de novo ataque; a limpeza da fábrica feita por trabalhadores da empresa, comissões de moradores e trabalhadores de outras empresas; a volta ao funcionamento de algumas máquinas; da campanha de solidariedade arrecadaram 400 contos; o seguro não pagou aos trabalhadores, mas pagou ao dono do prédio; e puderam trabalhar com toda a capacidade produtiva da fábrica a partir de Julho de 1976; e, por fim, estavam à espera de uma perícia econômica do governo para estudarem a rentabilidade da fábrica. Apareceram ainda neste número do jornal os elementos sobre as perícias econômicas referentes à rentabilidade das empresas feitas pelo governo, apresentando mais um aspecto da institucionalização das lutas, já que a busca pelo auxílio estatal necessariamente passava pelas mãos dos técnicos que iriam analisar a situação. Os gestores estavam a fazer os estudos e não os trabalhadores diretamente<sup>35</sup>. Como auxílio do coletivo do Combate é feita uma chamada à solidariedade através da venda militante, buscando os produtos no prédio da Editora Contra a Corrente, na Rua da Atalaia, em Lisboa (*Idem*, 1976, n.47, p. 2).

### 1.5 – Alguns apontamentos sobre o processo de ocupação dos locais de produção

O que se pretendeu acima foi descrever as características comuns às lutas em três empresas e como os trabalhadores buscaram resolver os problemas postos a eles. A primeira a se destacar foi a reação desenvolvida frente às tentativas patronais de encerrar as fábricas colocando na rua algumas centenas de trabalhadores. Segundo Simone Weil,

A sociedade burguesa está atacada de uma mania única: a monomania da contabilidade. Para ela nada pode ter valor se não poder ser registrado em francos e centavos. Nunca hesita em sacrificar vidas humanas a cifras que impressionam no papel, cifras do orçamento nacional ou de balanços industriais (WEIL, 1979, p. 113).

As manobras apresentadas nos casos acima enunciados tinham o objetivo de manter o lucro em um momento de grave crise social pela qual passava Portugal. Com a ameaça de fechamento os trabalhadores ocuparam as instalações e passaram a manter a produção. A solidariedade desenvolvida entre os operários neste processo é contrastante com o lucro. Weil aponta esta solidariedade como a *alegria* surgida durante as greves com ocupação das fábricas em 1936 na França. Esta situação pode ser usada para refletir sobre o caso português. Os 48 anos de fascismo mantiveram os trabalhadores em uma situação de “exploração opressiva” como escrevem os trabalhadores da Sousa Abreu. Mas com a ocupação das fábricas e

---

<sup>35</sup> As perícias econômicas sobre a rentabilidade das empresas e suas consequências na organização da luta serão tratadas no segundo capítulo, constando neste momento apenas como descrição das referências existentes no *Combate* sobre a Sousa Abreu.

manutenção da produção puderam criar uma situação distinta da opressão vivenciada no cotidiano de trabalho. “Todos trabalhamos para nós. Todos nos sentimos mais à-vontade”, como escreveram em seu Manifesto os trabalhadores da Sousa Abreu. Para além da reivindicação econômica o ambiente desenvolvido se torna distinto, a dignidade volta aos trabalhadores. “Assim que se sentiu a pressão enfraquecer, imediatamente os sofrimentos, as humilhações, as revoltas, as amarguras silenciosamente acumuladas anos a fio foram o suficiente para se tornarem uma força capaz de afrouxar o nó” (*Idem*, *Ibidem*, p. 104-105). Weil aponta dois aspectos que mantinham o nó: a ausência do medo da bronca pelos erros na produção, mesmo os decorrentes de falhas nos meios de produção; e o fim das ordens dadas pelos superiores hierárquicos, quando “a gente é uma coisa entregue à vontade de outro” (*Idem*, *Ibidem*, p. 103-104). A alegria de não se submeter às ordens, de deixar de ser “uma coisa entregue à vontade de outro”, rompe com a disciplina imposta pela organização capitalista do trabalho que sujeita o operário a se dobrar sobre si frente a impossibilidade de se tornar uma coisa, um fator de produção.

É este processo que o coletivo do Porto do *Combate* também expressa em editorial do número 23 do jornal. A ocupação das empresas e sua produção em autogestão pelos trabalhadores são consideradas como um fator de extrema importância para o processo revolucionário. Por ser uma ação radical e avançada de luta.

Esta acção autónoma dos trabalhadores os poderá levar a superar a simples questão de manter o emprego e o salário. Será nesta superação que começará a aparecer o verdadeiro significado da autogestão: será aí que uma consciência e uma prática nova se forjarão (COMBATE, 1975, n. 23, p. 8).

O caráter de solidariedade expresso pelos trabalhadores portugueses é visto como ruptura com o modo de produção capitalista. A ruptura com a necessidade de se manter sempre o lucro. A imposição da ordem do superior é superada pela necessidade de manter o emprego e a sobrevivência. As formas que encontram na luta, de caráter coletivo e ativo contra o inimigo comum - o patrão e seus “lacaiois” - continuam na forma que passam a organizar a produção, que apesar de manter um único trabalhador a se responsabilizar pela gestão e os rumos desta empresa, ele não é imposto ao trabalhador pelo proprietário ou pelo gestor do trabalho desta massa operária. Ele é eleito por sua capacidade prática, de detenção de certo conhecimento e não filiação política (*Idem*, *Ibidem*, p. 3).

Se a luta nestes momentos iniciais não pôde se desenvolver a ponto de criar uma nova tecnologia, ela se desenvolveu a ponto de romper com a gestão capitalista, com as

premissas de organização do trabalho capitalista. A separação imposta pelo modo de produção capitalista entre o trabalhador de um lado e a propriedade e controle dos meios de produção de outro, além da ausência de controle sobre seu próprio processo de trabalho, é inicialmente superada pela solidariedade e por este sentimento de se *sentir à vontade* no ambiente de trabalho. Os processos de luta descritos apontaram um novo rumo para as lutas em Portugal no período. Passaram estes trabalhadores da ruptura com a disciplina pautada na hierarquia e na aceitação das ordens, para uma disciplina pautada pela solidariedade, que se inicia internamente às fábricas e ensaia uma superação dos muros destes locais com os mercados de solidariedade.

É interessante notar que os critérios que regiam este mercado de vendas dos produtos aos demais trabalhadores em luta foi a solidariedade com a própria luta. Os motivos que levaram os trabalhadores a oferecer os produtos foi a necessidade de manter seus empregos e não o lucro decorrente das vendas. Além disso, passaram a criar uma rede de solidariedade, proporcionando uma troca de experiências de luta e colocando em contato grupos distintos de trabalhadores. O objetivo era também aproximar os trabalhadores, buscando uma unidade da classe operária, como dizem ao final de um dos comunicados. Rompem assim em mais um aspecto com os critérios capitalistas de organização do processo de produção e circulação das mercadorias.

## Capítulo 2 – Nacionalizações e as disputas pelo poder

O presente capítulo se inicia com um breve relato sobre o 11 de março de 1975, quando as forças ligadas ao general António de Spínola e ao antigo regime tentam realizar um golpe de Estado ao atacar o Regimento de Artilharia de Lisboa. Este evento marca o início do fortalecimento dos grupos mais progressistas do MFA nos Governos Provisórios, e inicia também uma luta entre as diversas linhas existentes no MFA pelo domínio do poder político-militar. As práticas sociais, políticas e econômicas dos governos que tentaram trabalhar a partir deste momento marcaram, de certa forma, o ritmo das lutas desencadeadas a partir dos locais de trabalho, já que havia uma ligação entre as reivindicações feitas pelos trabalhadores e as respostas dadas pelo Estado. Este capítulo serve principalmente como uma preparação para se analisar as lutas das empresas em autogestão e as cooperativas de produção que serão analisadas no terceiro capítulo. Ele se compõem de uma primeira parte dedicada à descrever a tentativa de golpe a partir de alguns documentos que estavam presentes no *Combate*. Após esta descrição há uma apresentação dos principais partidos que faziam parte do xadrez político do processo revolucionário, analisando suas principais características. Posteriormente é apresentada a nacionalização do sistema financeiro português, com o objetivo de ver as mudanças que houve em seu funcionamento, principalmente no que tange à participação dos delegados sindicais e o exercício de seu poder na administração destas instituições, e em que sentido tal prática se ligou às PMEs. O interesse em analisar apenas a nacionalização do sistema financeiro é pelas consequências que irão reverberar no processo de passagem da autogestão às cooperativas de produção. Por fim, há uma abordagem do IV e V Governo Provisório, durante o chamado “Verão Quente” de 1975, à luz de duas lutas ocorridas em meios de comunicação de massa, o jornal República e a Rádio Renascença, por marcarem bem as polarizações sociais que ocorrem nos dois governos referidos. Estas experiências concretas de luta em meios de comunicação social servirão ainda como ponto de partida para entender a função revolucionária que o próprio *Combate* se atribuía, tomando como ponto de partida seu manifesto inaugural, percebendo ainda as mudanças que vão ocorrendo de acordo com o desenvolvimento da luta.

### 2.1 – O golpe falhado de 11 de março de 1975

Em 11 de Março de 1975 ocorre uma segunda movimentação das forças militares ligadas ao antigo regime fascista, sendo que a primeira ocorreu em 28 de setembro de 1974, na tentativa do general Antônio de Spínola em organizar a manifestação da *maioria silenciosa*



(MAXWELL, 2006, p. 117). A tentativa falhada de golpe por parte das forças reacionárias de direita, realizada na manhã de 11 de Março de 1975, com o ataque ao Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa (RAL1) fortaleceu os grupos mais à esquerda na coligação dos Governos Provisórios, sendo que o IV Governo Provisório, composto em 26 de março de 1975, indicava a preponderância da ala dita socialista do MFA e, entre os partidos, do PCP.

No *Combate* número 19, de 14 de março de 1975, há dois comunicados dos soldados, sargentos e oficiais do RAL 1, escritos no dia 11 de março de 1975. No primeiro comunicado informam que foram atacados por capitalistas e fascistas que até aquele momento eram “tratados com panos quentes” e continuavam “vivos e activos à espera da primeira oportunidade para esmagarem a classe operária”. Questionam ainda os motivos do ataque e colocaram sua própria resposta ao afirmarem que a reação ocorria por terem os contrarrevolucionários conhecimento de que os soldados do RAL 1 “cada vez que vão para a rua sabem que só tem um papel a desempenhar, quer os generais gostem ou não: DEFENDER OS OPERÁRIOS E COMBATER TODOS OS REACCIONÁRIOS” (COMBATE, 1975, nº 19, p. 8). No segundo comunicado, os soldados e todos os militares bombardeados pelos fascistas afirmavam ainda que nem os saneamentos e nem as passagens à reserva dos oficiais fascistas e reacionários, que viviam a soldo dos capitalistas e imperialistas, impediam que organizassem a contrarrevolução em oposição ao movimento popular revolucionário. Alertavam os camaradas de que os pides continuavam a “ser tratados meigamente” e os partidos fascistas continuavam a atuar livremente, enquanto o povo e os soldados, que lutavam contra estes mesmos fascistas, eram reprimidos duramente. Afirmavam que iriam continuar a apontar suas armas contra a “burguesia e contra os oficiais fascistas e reaccionários e pô-las ao lado do Povo” (*Idem*, *Ibidem*, p. 1). Nos dois comunicados são claros na solução a adotar: fuzilamento imediato de todos os fascistas, justiça popular e morte ao fascismo, dizendo que os soldados eram filhos do povo. Colocavam ainda a necessidade do armamento do povo e que através da organização pudessem esmagar os fascistas.

O *Combate* se posicionou em um pequeno texto de primeira página, no mesmo número 19, onde saudava a ação dos trabalhadores de contenção das forças spinolistas, ao tomarem as ruas e mostrarem “a sua decisão de luta de morte contra o fascismo e o capitalismo”. E que mesmo “de mãos nuas, ou com simples matracas,” se fizeram presentes “em todos os pontos onde o fogo era eminente” (*Idem*, *Ibidem*, p. 1), mas não estavam ainda armados. Esta era uma condição necessária para os trabalhadores alcançarem o poder, e colocarem em prática seus objetivos anticapitalistas e democráticos, exercendo este poder na

primeira pessoa e evitando que se instaurasse uma nova ditadura, contida no perigo do capitalismo de Estado (*Idem*, *Ibidem*, p. 1).

Os dois comunicados dos soldados e militares do RAL1 dão uma visão sobre a profundidade do conflito social a que havia chegado Portugal no início de março de 1975. As divisões no seio das FA entre os militares progressistas e os reacionários e fascistas estavam claras. Após as tentativas de manterem os três primeiros governos provisórios com uma coligação ampla de partidos e setores das Forças Armadas, que ia do PCP até o CDS, passando pelos generais spinolistas na JSN até os oficiais de baixa patente e soldados do MFA, as fissuras da luta de classes adentravam tanto a coligação quanto as próprias Forças Armadas. Após a tentativa de manifestação da *maioria silenciosa* e a aproximação de setores das MFA em relação aos movimentos populares desde abril de 1974, no apoio à inúmeras ocupações e, principalmente, na confraternização ocorrida durante a manifestação originada na Lisnave em 12 de setembro de 1974, a coligação passou a ficar insustentável no que se referia ao acordo inicial que havia originado a queda de Marcelo Caetano, entre o MFA e os generais organizados na JSN. A politização das FA, decorrente da aproximação com os movimentos espontâneos populares e o crescimento do poder do MFA a partir do 3º Governo Provisório, resultou no fortalecimento da oposição aos grupos apoiadores do fascismo e na aproximação com a esquerda e a extrema-esquerda. A consequência do fracasso das forças spinolistas na tentativa de golpe em 11 de março de 1975 foi levar, segundo José Maria Carvalho Ferreira, “o MFA a radicalizar suas posições políticas e ideológicas”, e as reformulações ocorridas nas Forças Armadas após esta data, iriam colocar o MFA no papel de liderança hegemônica na sociedade portuguesa (FERREIRA, 1997, p. 178-179).

A formação da Assembleia do MFA na noite de 11 de Março e o início do que os militares chamaram de Processo Revolucionário em Curso (PREC)<sup>36</sup> resultou, por um lado na institucionalização do MFA no Estado português e na criação do Conselho da Revolução, com a abolição da Junta de Salvação Nacional (JSN) e do Conselho de Estado, e, por outro, na intensificação dos processos de nacionalizações dos mais importantes meios de produção da economia do país. Primeiramente será tratada a questão sobre a institucionalização para depois ser abordada a questão das nacionalizações.

---

<sup>36</sup> O Processo Revolucionário em Curso (PREC) foi o nome dado pelos militares da esquerda do MFA às medidas adotadas no sentido de controle da economia pelo aparelho de Estado, como a nacionalização de empresas de variados ramos e os projetos de mudança institucional, visto como necessário pelo Conselho da Revolução para garantir este controle.

No que se refere à institucionalização do MFA, Ferreira afirma que as alterações ocorreram por intermédio do presidente da República, e subjacente à lei 5/75 de 14 de março, estabelecendo ainda que a Assembleia do MFA se transformasse em “órgão de base e complementar, em termos políticos e militares, do Conselho da Revolução” (Ibidem, p. 178). Esta mesma Assembleia foi reestruturada após este período, criando uma participação paritária entre oficiais, sargentos e soldados. E mesmo o fato do presidente da República ser o general Costa Gomes, identificado com a evolução do MFA, não impediu, ainda segundo Ferreira, “que o poder político-militar se centralizasse no Conselho da Revolução, na Assembleia do MFA e no COPCON”. Além destas mudanças, uma série de alterações ocorreu nos escalões inferiores dos três ramos das Forças Armadas, tendo um “grande significado no nível das organizações representativas dos soldados, sargentos e oficiais, servindo ainda como correias de transmissão das estratégias e objetivos das estruturas militares e dos partidos que lideravam o processo revolucionário” (*Idem*, Ibidem, p. 178). É possível entender a criação e o fortalecimento destas instâncias no poder-político militar como consequência da radicalização política e ideológica, e decorrente também da aproximação com os grupos político-partidários de esquerda e extrema-esquerda, alterando as estruturas hierárquicas das FA, mas não as eliminando. Neste sentido, a influência dos partidos crescia tanto dentro das estruturas do poder estatal, nos Governos Provisórios, quanto nas estruturas do poder militar, principalmente a influência do PCP junto à Marinha e à 5ª Divisão, criada em setembro de 1974 e ligada ao Estado-Maior General das Forças Armadas (*Idem*, Ibidem, p. 174). A contenção do golpe tentado pelas forças fascistas, em 11 de março de 1975, abria uma ótima oportunidade para que os partidos de esquerda e extrema-esquerda pusessem em práticas seus projetos de poder, ligados à conquista do aparelho de Estado.

No mesmo número do *Combate*, o 19, de 14 de março de 1975, em que foi publicado os comunicados do RAL 1 citado logo acima, há um editorial dedicado à expor a opinião do coletivo sobre os rumos que estava tomando o processo revolucionário português, logo após o 11 de março de 1975. Voltado à crítica do que considerava ser a constituição cada vez mais acelerada do capitalismo de Estado, o coletivo afirmava a especificidade da luta em Portugal em relações a outros países da Europa Ocidental, pelo aumento de greves, por seu caráter autônomo e a afirmação de seu objetivo ser a construção do socialismo. Entretanto, o que os trabalhadores visavam como socialismo não era, na generalidade, “uma organização operária da sociedade, gerida colectivamente, a partir de organismo de base como conselhos de zona, comissões de empresas, etc.”, mas sim um socialismo que era, segundo o editorial do

*Combate*, a nível consciente, a estatização da economia e a tomada do poder político por um partido ou uma frente de partidos que governaria em favor dos trabalhadores. Porém, havia ainda um nível implícito nas lutas dos trabalhadores, que não era expresso conscientemente, que se colocava “contra a exploração, a mecanização e a venda da própria vida” dos trabalhadores. Chegava à conclusão de que o fim da luta dos trabalhadores era o socialismo, mas as formas para se alcançar este fim eram contrárias aos trabalhadores, já que se apoiavam em estruturas estatais e partidárias que reproduziam a hierarquia e a disciplina capitalista. No editorial, o coletivo afirmava ainda que “a concentração sem ambiguidades no mesmo grupo social do poder político e repressivo e da decisão sobre a economia, poderá dar lugar a uma forma de capitalismo ainda mais insuportável e opressiva” (COMBATE, 1975, nº 19, p. 3).

E esta proposta de constituição de um “capitalismo burocrático de Estado” era claramente apontada tanto como uma meta do PCP quanto de seus rivais maoistas e marxistas-leninistas, já que diferiam “do PCP na medida em que lhe disputam a direcção dos trabalhadores e o lugar principal da futura ditadura burocrática sobre o proletariado” que estavam a preparar. A proposta destes grupos não era a abolição do “Estado, da Polícia e do Capital”, mas apenas a substituição dos gestores do Estado, colocando-se no local deles. E mesmo o posicionamento de vanguarda e de estado-maior dos trabalhadores era uma forma de “apresentar seu projeto totalitário como do interesse dos trabalhadores”. O *Combate* responsabilizava parcialmente estes grupos políticos pela defasagem entre as aspirações socialistas da classe operária e a forma que visavam como caminho para chegar a este mesmo socialismo – através das estatizações e da liderança partidária – e do papel que davam à si própria na construção desta sociedade sem exploração (*Idem*, *Ibidem*, p. 3).

A posição do coletivo do *Combate* era pelo desmascaramento das “patranhas que nos querem fazer engolir não só à direita como também à esquerda”, combatendo a hegemonia destes partidos e as suas falsas perspectivas de destruição do capitalismo. Afirmava ainda o coletivo que “a emancipação do trabalho, a destruição do capitalismo, confunde-se, precisamente, com a destruição de todo e qualquer estado-maior”, tendo por objetivo acabar com a “distinção entre os que governam e são governados, entre os que trabalham e os que administram, planificam e distribuem, entre os que dirigem e executam”. O caminho para acabar com o capitalismo, fosse ele privado ou de Estado, teria como condição o prevalecimento da auto-organização dos trabalhadores. E as experiências práticas concretas para este caminho existiam em Portugal, como indícios, nas comissões de trabalhadores que tomavam em suas mãos as resoluções dos seus próprios problemas, traduzindo na prática “a

ideia de que a libertação dos trabalhadores terá de ser obra dos mesmos trabalhadores”. Entretanto, as comissões de empresa eram só o início. E por dois motivos. O primeiro era que não bastavam para resolver problemas que ultrapassavam os limites dos locais de trabalho. O segundo motivo dizia respeito à forma de organização, já que teriam que garantir a composição rotativa e a convocação “frequente e regular de plenários”, para que houvesse um efetivo controle de base, através do funcionamento aberto e público, com a fiscalização de atribuições também com uma constante mobilização coletiva evitando, assim, a criação de novas direções semelhantes às partidárias, que poderiam controlar novamente os trabalhadores impedindo a iniciativa operária de base.

Expunham, ainda no editorial do número 19 do jornal, uma orientação que ao coletivo do *Combate* parecia ser necessária seguir pelos trabalhadores revolucionários, naquele momento em que “na rua, os trabalhadores mostraram a sua decisão de luta de morte contra o fascismo e o capitalismo” (*Idem*, *Ibidem*, p. 3).

Formação de núcleos de trabalhadores para a promoção de ideias de auto-organização colectiva, nos locais de trabalho, de residência, etc.; federação, com preservação de autonomia de cada núcleo, desses núcleos entre si, de modo a permitir a organização de manifestações de rua, e, principalmente de movimentos de massas que passem os muros de cada empresa. Estes devem actuar apoiando as comissões de trabalhadores efectivamente autónomas que existem e denunciando a burocratização e os assaltos partidários de que as outras são vítimas. Nos locais de residência, ou nos locais de trabalho onde ainda não existam comissões de trabalhadores, estes núcleos revolucionários devem igualmente formar-se e actuar no sentido da criação de comissões de delegados (nos locais de trabalho) e de formas de cooperativas operárias nos locais de residência (creches com encarregados rotativos, criação de centros de discussão e esclarecimento, jornais de bairro, etc.). O «Combate» encontra-se ao dispor destes núcleos com seus reduzidos meios técnicos e humanos, (núcleos autónomos entre si e relativamente ao colectivo do «Combate», evidentemente) que se encontrem já estabelecidos ou venham a estabelecer-se. Para este trabalho não só aceita como pede a colaboração (com ideias, discussão, meios) seja de quem for. [...] Cabe, entretanto, aos que nos leem formar os seus núcleos, entrar em contacto com outros, servir-se das nossas páginas ou de outras para divulgar os resultados atingidos e as dificuldades encontradas. Cabe-lhes não ficarem à espera de iniciativas alheias ou da aparição milagrosa de um movimento autónomo de massas. Cabe-lhes e cabe-nos criar esse movimento revolucionário, independente dos partidos e dos sindicatos, dos patrões e do Estado. Ninguém fará por nós aquilo que nós mesmos não fizemos (*Idem*, *Ibidem*, p. 3).

É possível perceber, neste longo trecho citado, uma perspectiva organizativa que o coletivo do *Combate* via como necessária seguir para fugir do processo de controle da luta pelos partidos políticos, tanto os de direita quanto os de esquerda, bem como pelas estruturas estatais. Esta perspectiva organizativa partia ainda de experiência concretas desenvolvidas

pelos trabalhadores nas lutas desencadeadas principalmente depois do 25 de abril de 1974, e que o jornal estava divulgando desde então. A perspectiva era clara ao expor o interesse de manutenção da autonomia, que foi conseguida a partir dos locais de trabalho, também no processo de integração da luta para além dos muros das empresas. A forma desta integração se daria através da federação de núcleos revolucionários, constituídos autonomamente pelos trabalhadores, cujas funções seriam articular as lutas tanto nos locais de produção quanto nos locais de residência. Talvez esta articulação autônoma estivesse ainda para ser construída durante a Revolução Portuguesa, já que as experiências existentes de articulações entre CTs estivessem a ser dirigidas pelos grupos políticos.

Ao jornal competia a função de divulgar as iniciativas autônomas, colocando a disposição dos trabalhadores revolucionários que assim se organizavam, as páginas do *Combate*. Obviamente que a possibilidade de auxílio era diminuta, já que a tiragem do jornal possivelmente não ultrapassava 5000<sup>37</sup> exemplares, e o coletivo que participava dos trabalhos de manutenção da publicação, bem como sua ligação com o conjunto dos trabalhadores portugueses era bem restrita. Neste sentido apontavam a necessidade de utilizar outras páginas e outros jornais para divulgar as lutas concretas e suas consequências, descentralizando desta forma os trabalhos de divulgação e fazendo que outros grupos de trabalhadores se envolvessem também no apoio aos núcleos revolucionário. Tal perspectiva pode ser entendida como uma complementação da função revolucionária que assumia o jornal desde a publicação de seu Manifesto, no número 1, que era ser “um agente activo na ligação entre si das várias lutas particulares, divulgando estas lutas e nomeadamente as experiências organizativas delas resultantes e acelerando deste modo o desenvolvimento da luta dos trabalhadores enquanto luta geral” (*Idem*, 1974, nº1, Manifesto).

A luta contra a influência partidária se apoiava também nos interesses mostrados pelos trabalhadores referente aos prejuízos causados pela ação partidária, apesar deste posicionamento conter certa ambiguidade. Phil Mailer, um dos participantes do coletivo do *Combate*, mostra em seu livro *Portugal: a revolução impossível?* como alguns grupos de trabalhadores tratavam as querelas políticas que iam se instalando no interior das CTs e outras organizações de base, levando a deixar de lado os problemas práticos para se debater as divergências partidárias. A atuação dos partidos no interior dos plenários apresentavam discussões muitas vezes sectárias aos que assistiam as assembleias, sendo que os sindicatos e

---

<sup>37</sup> Número obtido a partir das contas apresentadas no número 25, página 7, quando o coletivo apresentava os motivos para o aumento do preço do jornal.

os grupos de esquerda aos poucos tentavam colocar militantes seus dentro das CTs para usá-las com fins de propaganda e arregimentação para suas fileiras, provocando inúmeros problemas. Segundo Mailer,

Lutas partidárias a nível macromolecular, que pouco tinha a ver com os reais (e sérios) problemas em discussão, dificultavam as tentativas para pensar a empresa no contexto geral da economia. Prejudicavam a discussão dos problemas reais, gastavam as energias da classe trabalhadora e criavam uma mistificação. Os plenários eram muitas vezes interrompidos por discussões acaloradas, das quais apenas algumas eram de importância para os reais interesses dos trabalhadores (1978, p. 83).

O autor cita um caso ocorrido na Setenave (e publicado no *Combate*), um estaleiro naval que havia realizado uma greve de 12 dias em maio de 1974, e decidiram pela destituição da CT que havia confraternizado com a gerência, elegendo uma nova em fins de julho de 1974, e que englobaria todos os setores da empresa que eram constituídos por assalariados (COMBATE, 1975, nº 10, p. 4). Em um jornal dos trabalhadores da empresa há a fala de um operário que afirmava não haver interesse em nada que havia sido discutido na última Assembleia Geral dos Trabalhadores (o jornal foi publicado em 06 de dezembro de 1974), já que “só se atacaram partidos e pessoas”. O operário concordava com a realização da assembleia, “mas para tratar de assuntos que interessassem aos trabalhadores e não discutir partidos políticos. Se o CTS (Conselhos dos Trabalhadores da Setenave) estava a ser atacado devia-se ter discutido problemas que interessavam e não – Tu és do MRPP, tu és do PRP e por aí fora” (COMBATE, 1974, nº 13, p. 7)<sup>38</sup>.

Esta colocação do operário da Setenave nos dá um caminho para entender a forma e os interesses das atuações partidárias junto às lutas dos trabalhadores. Na esteira da liberdade política proporcionada pelo fim do regime salazarista em 25 de abril de 1974, uma infinidade de partidos surgiu na cena política portuguesa. Segundo Phil Mailer, “em julho de 1974, havia entre 70 e 80 partidos políticos. Depois de 28 de setembro de 1974, alguns grupos de direita dissolveram-se ou fundiram-se com outros”, sendo que a “velha Oposição” ao fascismo distribuía-se “desde o social-democrata PPD [Partido Popular Democrático] até aos grupos maoistas, como a OCMLP [Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa]. Os partidos mais à direita sentiam-se num vazio político, incertos quanto ao futuro e em certa desorientação” (1978, p. 97).

<sup>38</sup> A nota 1 da página 84 da versão portuguesa do livro de Mailer indica que a entrevista onde está registrada a fala do operário encontra-se no número 10 do *Combate*, quando na verdade está no número 13, de 20 de dezembro de 1974. Estas referências estão corretas na versão em inglês da mesma obra.

Seguindo a partir desta última afirmação de Phil Mailer, será apresentada resumidamente as características de alguns destas dezenas de partidos, centrando-se nos que conseguiram exercer algum tipo de influência junto às classes sociais do capitalismo português, segundo a bibliografia estudada.

## 2.2 – Os partidos políticos

Na extrema-direita os grupos fascistas ainda tentavam se articular, formando agremiações compostas por ex-membros da Legião Portuguesa, ex-Pides e pequenos comerciantes. Segundo Mailer, estavam mal organizados, mas não eram irrelevantes já que contavam com capacidade para angariar recursos financeiros e dispunham de armamento para criar perturbações sociais. Organizaram-se principalmente em torno do Partido Liberal, do Partido do Progresso e do Movimento Popular Português, participando ainda da organização da *maioria silenciosa* em 28 de setembro de 1974, o que garantiu a eles certo descrédito durante um período de tempo. Apontavam o 25 de Abril como resultado da incompetência de Marcelo Caetano, “a quem denunciavam” segundo Mailer, “como «liberal» e censuravam pelo multi-racialismo que existia nas colónias” (*Idem*, *Ibidem*, p. 98).

Os recursos financeiros que estes partidos de extrema-direita angariavam vinham também dos grandes monopólios portugueses, que ainda financiavam partidos como o CDS. O Centro Democrático Social surgiu apenas em julho de 1974, o que segundo José Maria Carvalho Ferreira ocorreu pelo fato de várias de suas personalidades políticas serem profundamente ligadas com o regime deposto, como o professor Freitas do Amaral. O CDS não participou das coligações que sustentaram os Governos Provisórios principalmente por simbolizar o “modelo fascista”, diminuindo ainda sua credibilidade política para a disputa pelo poder político-militar. Sofreu uma oposição sistemática por parte dos grupos de esquerda, quem em muitos casos se deu através de incidentes violentos. Esta situação obrigou o CDS a ter uma participação política discreta, atuando, sobretudo, na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, o que garantiu 16 cadeiras no parlamento. A subordinação ao poder do MFA levou a uma descaracterização política-ideológica do CDS, de defesa do capitalismo e do conservadorismo, o que provavelmente o levou a adotar a defesa do socialismo (FERREIRA, 1997, p. 216-218).

O CDS foi um dos signatários da Plataforma de Acordo Constitucional proposta pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA, em fevereiro de 1975. Este documento seria a garantia da institucionalização do MFA, independente dos resultados das eleições para a



Assembleia Constituinte. A Plataforma vinha no bojo do processo de politização do MFA, e necessitava da adesão dos partidos. Os eventos do 11 de março de 1975 fortaleceram a posição do MFA, o que levou os partidos a assinarem a adesão à Plataforma rapidamente, garantindo o poder nas mãos do MFA e do Conselho da Revolução “durante a validade deste acordo, e mesmo para além dele,” criando uma situação em que “os próximos governos provisórios e a Assembleia Constituinte teriam somente uma função institucional subsidiária do poder popular” (*Idem*, *Ibidem*, p. 177- 179). Além do CDS, assinaram a Plataforma o PCP, PS, PPD, MDP/CDE e FSP.

O Partido Popular Democrático (PPD) era um dos canais de expressão política da burguesia industrial e financeira e da classe média, sendo um partido com homogeneidade interna, principalmente por ter um programa claramente definido (MAILER, 1978, p. 100). Fez parte desde o início das coligações que compuseram os Governos Provisórios, apesar de ter se constituído após o 25 de abril de 1974. Seu projeto de sociedade baseado em princípios liberais e democráticos garantiu que os grupos capitalistas mais modernos se organizassem em sua volta. As principais personalidades políticas do partido estavam ligadas à tecnocracia que pressionou pelos processos de liberalização nos últimos anos do marcelismo. Esta característica dificultou ao partido uma inserção junto à classe trabalhadora, evidenciando que sua ideologia socialdemocrata se devia mais ao “peso ideológico dos projetos socialistas então dominantes”. No I Governo Provisório apoiou as posições de Spínola, principalmente no que se referia à descolonização, mas o desenvolvimento do radicalismo do processo revolucionário dificultava ao PPD expor seu seus posicionamentos, pois no contexto da luta eram identificados com o capitalismo e com o fascismo. Também sua proximidade com o PS restringia sua disputa pelo poder político-militar, tornando-o também institucionalmente dependente do MFA, o que obrigou o partido a apoiar o processo de instauração do que o MFA designava como socialismo. Entretanto, foi o segundo partido mais votado nas eleições para a Assembleia Constituinte, conseguindo conquistar 80 cadeiras no parlamento (FERREIRA, 1997, p. 214-215).

O Partido Socialista (PS) tinha como principal personalidade política Mário Soares, segundo Mailer, “o menino bonito da social-democracia internacional”, membro da camada privilegiada de Lisboa que expressava na aparência e na fala as características da classe média, sendo caracterizado ainda como “um oportunista por excelência, sempre em contacto com a base do partido e mestre inextinguível em dominar tempestades”. O PS recebeu apoio financeiro de “todos os grandes partidos da Segunda Internacional, especialmente do Partido

Social-Democrata Alemão, assim como do Partido Trabalhista Britânico e do Partido Socialista Francês”. Formado por exilados políticos na República Federal da Alemanha, em 1973, era defensor de uma democracia pluralista e de uma “economia mista”, o que garantia ao partido popularidade entre os capitalistas internacionais (1978, p. 98-99). Tinha uma fraqueza estrutural em decorrência de sua formação recente, faltando quadros militantes ao partido no início do processo revolucionário. Sua força vinha principalmente de Soares e das ligações que este estabelecia com diversos grupos militares, políticos e econômicos. O PS enfrentou ainda uma disputa de tendências internas durante seu primeiro congresso em dezembro de 1974, que resultou na formação da Frente Socialista Popular, em fevereiro de 1975, composta principalmente por membros da antiga Comissão Democrática Eleitoral (CDE), que se situavam à esquerda de Mário Soares. Esta cisão tirou do partido cerca de 3000 membros. Se tornou o principal partido de oposição ao PCP, principalmente depois das disputas em torno da “unicidade sindical”, nos meses iniciais de 1975. O PS não tinha uma grande inserção junto ao movimento operário, diminuindo sua capacidade de mobilização nas ruas. Restava a ele tentar alcançar o poder através das vias eleitorais. O resultado foi extremamente positivo, sendo o partido mais votado para a Assembleia Constituinte, conseguindo 115 cadeiras no parlamento. Este resultado levou o PS a uma posição de maior disputa pelo poder, sustentado pelo resultado das urnas, intensificando seu distanciamento do PCP. Foi também um apoiador do processo revolucionário socialista, apesar de defender posições mais moderadas (MAILER, 1978, p. 98; FERREIRA, 1997, p. 209-211).

O PCP foi o principal partido que emergiu após o golpe do 25 de abril de 1974. Com uma estrutura partidária formada na clandestinidade durante os 48 anos de fascismo, foi o partido que mais adentrou no interior da classe trabalhadora e das instâncias de poder estatais e militares. Tinha uma estrutura hierarquizada e rigidamente organizada. Participou de todas as grandes lutas desencadeadas pelos trabalhadores, e algumas realizadas por setores descontentes com o salazarismo, entre 1930 e 1974<sup>39</sup>. Durante o processo revolucionário português era ainda pintado, principalmente pela propaganda burguesa como revolucionário, sendo por isso atacado internacionalmente. De acordo com Mailer,

era o mais conservador de todos os partidos do centro [PCP, PS e PPD], atacando todos os movimentos independentes feitos por qualquer grupo

---

<sup>39</sup> Ramiro da Costa expõe detalhadamente a história do PCP durante o fascismo salazarista no segundo volume de seu livro *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*. 1820-1975. 2º volume 1930-1975. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979. Em muitos momentos tem-se a impressão, de acordo com o que é exposto pelo autor, que a história do movimento operário português se confunde com as várias alterações internas ao PCP.

político, pelas mulheres, pelos trabalhadores nas fábricas, pelos camponeses nas terras ou pelos estudantes nas universidades (1978, p. 98).

O PCP atuou em conjunto com o Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) durante todo o processo revolucionário, apesar de serem estruturas organizativas distintas. Desde o I Governo Provisório se transformaram em “defensores intransigentes da política econômica preconizada” por este governo, sendo que o PCP atuava de acordo com os “objetivos programáticos e pragmáticos aprovados no Sexto Congresso em 1965” articulando sua ação no contexto criado com a ascensão do MFA, após o 25 de Abril de 1975, com o “objetivo da ‘revolução democrática nacional’”, aliando os interesses do proletariado com os do campesinato e da pequena e média burguesia. Desta forma havia a possibilidade de criar um sistema político democrático e vislumbrar um progresso social para Portugal.

O PCP foi o único partido a participar de todos os Governos Provisórios, ampliando sua influência à medida que estes iam se sucedendo, principalmente através do Ministério do Trabalho, onde se mostrou um partido “sério” e “respeitador da legalidade democrática” e das “instituições” (FERREIRA, 1997, p. 201-202). Entretanto, perdeu considerável espaço no VI Governo Provisório, o último. Conquistou diversas direções dos Sindicatos Nacionais, cujas estruturas ainda remontavam ao corporativismo salazarista, através da Intersindical. Administrou inúmeras autarquias, aproveitando da aproximação do MDP/CDE e da legitimidade que este último encontrava junto à população, por ser mais democrático. Após o 28 de setembro de 1974 intensificou sua identificação com o MFA. À medida que a ala do movimento mais afeita ao PCP ganhava espaço na estrutura do poder político-militar, o partido radicalizava sua ação política e sindical. A principal consequência foi a aprovação da legislação sindical, em janeiro de 1975, que garantia a “unicidade sindical”, criando a “hipótese de hegemonia do PCP sobre o movimento sindical” (*Idem*, *Ibidem*, p. 203-204).

Como o PS e o PPD, o PCP recebia apoio financeiro do exterior, além de “máquinas impressoras da República Democrática Alemã” (MAILER, 1978, p. 100). Havia pressão para que se revelasse o que era recebido, mas o fato dos três partidos serem os principais da coligação impedia que isso ocorresse. Em sua perspectiva de alcançar e se manter no poder, era necessário ao PCP estar estreitamente ligado ao MFA, além de tentar “eliminar os seus rivais políticos ou, pelo menos, manter-se sempre um passo à frente” (*Idem*, *Ibidem*, p. 100). Esta ligação ao MFA criava também uma dependência em relação ao movimento dos militares, sobretudo no que tange ao apoio popular – principalmente no Norte de Portugal – às

medidas que os comunistas pretendiam colocar em prática. Após o 11 de Março de 1975, conseguiu-se fortalecer ainda mais, já que as medidas adotadas pelo IV Governo Provisório intensificou a radicalização do processo revolucionário, possibilitando ao PCP exigir publicamente, a partir deste momento, a realização imediata do socialismo (FERREIRA, 1997, p. 205).

No que se refere à participação eleitoral a passagem do MDP/CDE de “movimento de opinião pública” à partido possibilitou ao PCP se aproximar de estratos mais conservadores da sociedade portuguesa, devido à posição mais moderada do MDP/CDE. Os votos dados a este último “representavam um reforço simultâneo do PCP” (*Idem*, *Ibidem*, p. 204). Desta forma o PCP utilizava como estratégia a implantação nos aparelhos de Estado e militar através do MFA e, nos aspectos eleitorais e de participação nas autarquias, através do MDP/CDE. Mas os resultados eleitorais ficaram muito aquém do esperado. O PCP conseguiu 30 cadeiras no parlamento enquanto o MDP/CDE angariou apenas 5. A derrota eleitoral não foi um obstáculo para a tentativa de conquista do poder político-militar, centrando forças após as eleições na defesa do MFA como condutor do processo revolucionário que levaria ao “socialismo”. Defendiam a reforma agrária, as nacionalizações e o controle dos meios de comunicação social, transformando ainda o “controle da produção” e a “batalha da produção”, em articulação com o setor nacionalizado, os símbolos do operariado na construção do socialismo (*Idem*, *Ibidem*, p. 206).

Estes três partidos se pautaram mais pela atuação direcionada à disputa pelo poder nas estruturas do Estado, civis ou militares, o que não quer dizer que não recorressem às manifestações de rua ou mesmo à inserção nas lutas nos locais de trabalho e habitação, de acordo com o momento ou com a conveniência política. Entretanto, segundo Phil Mailer, “a esquerda «revolucionária» convocava manifestações e em muitos aspectos controlavam as ruas, enquanto que os partidos de centro (PPD, PS e PCP) controlavam o Governo” (1978, p. 98). E esta “esquerda revolucionária” se compunha de uma infinidade de grupos, representando inúmeras siglas, que perderam a oportunidade de se beneficiar do vazio político após o 25 de abril de 1974. A discussão em torno da vanguarda do operariado impediu que a imensa maioria dos estudantes que a compunham conseguisse uma real inserção junto aos trabalhadores. “Mesmo quando atraíam trabalhadores, nunca conseguiam libertar-se dos seus complexos de chefia: os trabalhadores eram apenas a massa cuja função era confirmar a justeza de teorias revolucionárias devidamente elaboradas” (*Idem*, *Ibidem*, p. 101).

No campo da esquerda revolucionária uma infinidade de grupos surgiu na superfície do cenário político português, após alguns anos de ação clandestina sob a ditadura salazarista. Estes grupos em sua maioria eram dissidências do PCP formados durante a década de 1960<sup>40</sup>. Phil Mailer aponta que o principal problema destes grupos estava ligados às disputas ideologias sobre a vanguarda revolucionária, o que os impediu de se beneficiar mais do vazio político deixado após o 25 de abril de 1974. O que o irlandês questiona é se “iriam todas as vanguardas tonar-se partidos de massas?” (1978, p. 102).

Esta era a aspiração do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), um cisão estudantil do PCP e que após o 25 de abril pretendia disputar a liderança ideológica com os comunistas no campo do marxismo-leninismo (FERREIRA, 1997, p. 220). Desde o início se posicionou contra o novo regime saído do golpe que pôs fim ao salazarismo, caracterizando-o como “uma tentativa da classe dirigente de se modernizar” (MAILER, 1978, p. 99-100), criticando duramente, inclusive com sabotagens, a manutenção da guerra colonial. No desenrolar das lutas sociais ocorridas em 1974 e 1975 conseguiu adentrar as fábricas e influenciar CTs e comissões sindicais. Foi alvo de repressão dos Governos Provisórios, cuja situação mais notória foi a prisão de Saldanha Sanchez, diretor do jornal *Luta Popular*, em junho de 1974, numa vaga de ataques à liberdade de expressão (COMBATE, 1974, n.1, p. 1). Tentou criar, segundo Ferreira, “organizações de massas circunscritas a um aparato simbólico e revolucionário” como o Primeiro Congresso Nacional de Comissões de Trabalhadores, realizado na Covilhã, em setembro de 1975, o que o que demonstrava seu intento em “liderar o movimento social operário por essa via”. A partir principalmente do 5º Governo Provisório, mas mesmo antes, se tornou num ferrenho opositor do PCP apoiando intensamente as greves por este criticada. Este posicionamento levou o MRPP a se aliar ao PS e ao PPD no campo sindical, a partir do “Verão Quente”, contra as direções do PCP, além de atacar suas sedes e militantes, como a de outros grupos de extrema-esquerda. Esta luta contra o “social-fascismo” do PCP o levou ao extremo de apoiar o golpe militar de direita realizado em 25 de novembro de 1975, e que encerrou a força do movimento revolucionário (FERREIRA, 1997, p. 221-222). Maurice Brinton afirma, em prefácio ao livro de Mailer, que estas alianças do MRPP para atacar o revisionismo do PCP criou um subproduto “mais bizarro do que sinistros” que foi o “aparecimento de um novo híbrido político: o maoísta social-democrata” (BRINTON *apud* MAILER, 1978, p. 16).

---

<sup>40</sup> Miguel Gonçalo Cardina Codinha faz uma aprofundada análise da maior parte destes grupos em sua tese *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Coimbra, 2010.

Os demais grupos viam o MFA como um aliado na luta revolucionária, e foram apoiadores da aliança Povo-MFA. Dentre estes estava o Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR) também formado a partir de uma cisão do PCP na década de 1960, quando realizou uma série de ações violentas contra o regime de Salazar e Caetano. Conseguiu aclarar seu posicionamento somente com o 11 de março de 1975, pois a radicalização do processo revolucionário permitiu defender a construção imediata do socialismo, contanto com sua implantação dentro do MFA, principalmente junto à oficiais do COPCON. Buscou ainda se apoiar nas lutas populares, principalmente das regiões industriais de Lisboa, Setúbal, Porto e Marinha Grande, resultando na criação dos CRTSM (Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores, Soldados e Marinheiros), que se reuniram pela primeira vez em abril de 1975. O objetivo era fazer do CRTSM a base operária necessária à revolução, mas tal organização se revelou incapaz de alcançar esta medida, passando o PRP/BR a atuar mais próxima à algumas organizações militares e políticas como os Soldados Unidos Vencerão (SUV) e a Frente de Unidade Revolucionária (FUR)<sup>41</sup> (FERREIRA, 1997, p. 223). A tentativa de criação do CRTSM expressava uma preocupação do PRP/BR e do MES (que se visto logo à frente) de necessidade de realizar a organização da classe operária. Entretanto segundo Mailer, “enquanto ambos defendiam a «auto-organização», ambos se viam como centro dessa «auto-organização», mas não tinham consciência desta contradição”. No caso do PRP/BR possivelmente esta contradição estivesse ligada à oscilação ideológica que o mesmo Mailer aponta no que se refere à defesa da ideia de um movimento autônomo dos trabalhadores e a necessidade de um partido tradicional do tipo bolchevique (1978, p. 102-103).

O Movimento da Esquerda Socialista não se considerava um partido por ver que não havia condições para a formação de um. Constituído principalmente por intelectuais e estudantes tinham uma consistência teórica melhor que a dos demais grupos políticos. Esta capacidade teórica aliada a certa participação junto às organizações de base criadas pelos trabalhadores, levou o MES a elaborar a tese do “poder popular”. Seria uma forma de conjugar os organismos de base dos trabalhadores (Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores, principalmente) que atuaria em conexão com as facções revolucionárias do MFA. Esta elaboração teórica possivelmente esteve na base da criação do Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, proporcionando ainda a aproximação à FUR, SUVs e ao PRP/BR

---

<sup>41</sup> Os SUVs eram organizações de base dos soldados criado em meados de 1975. Já a FUR foi um compromisso firmado entre PCP, MDP, FSP, PRP, MES, LCI e o grupo 1º de Maio.

(FERREIRA, 1997, p. 225-226). Para Mailer a proposta do “poder popular” realizada pelo MES era apenas mais uma forma de se alcançar o mesmo objetivo dos demais grupos: “criar um partido de massas que eles controlassem” (1978, p, 102). Os três grupos acima referidos e os demais grupos maoistas atuavam no interior das fábricas, segundo Mailer, “entrando normalmente nas lutas depois de estas terem começado e procurando «ajudar»”, mas na maior parte dos casos “desempenhavam um papel negativo, criando divisões e introduzindo problemas que nunca ali tinham existido antes” (*Idem*, *Ibidem*, p. 103). Porém uma posição divergente é encontrada no estudo de José Maria Carvalho Ferreira. Para ele boa parte das lutas mais radicais, como greves, agitação social na imprensa, nos locais de trabalho e nas ruas, com as manifestações, bem como subversão das instituições militares e estatais e a “fomentação de comissões de trabalhadores e de moradores etc., foi em grande medida, obra dos grupos esquerdistas” (1997, p. 218).

A União Democrática Popular (UDP) foi formada a partir da união de várias tendências maoistas em dezembro de 1974. Os grupos que a compunha eram decorrentes de uma cisão do PCP, principalmente quando houve o conflito sino-soviético, e pretendiam, como o MRPP, construir o verdadeiro partido revolucionário, contra o reformismo do PCP. Com um discurso ideológico mais brando que os demais grupos maoistas conseguiram um apoio maior da população, chegando a eleger um deputado para a Assembleia Constituinte. A atuação do deputado Américo Duarte permitiu uma projeção da imagem da UDP junto aos movimentos populares. Não conseguiram uma infiltração no MFA, restringindo-se a uma ação independente, se negando ainda a compor a FUR e os SUVs. Participaram ativamente da ocupação do jornal República e da Rádio Renascença.

### **2.3 – Lutas institucionais e a pressão popular**

As lutas institucionais de disputa pelo poder político que se realizariam a partir daí, integrando o que ficou conhecido como o “Verão Quente”<sup>42</sup> de 1975, mostraram as clivagens existentes entre os vários grupos distintos das classes capitalistas, localizados tanto na direita quanto na esquerda. E a “via portuguesa ao socialismo” apresentava o interesse destes grupos em integrar as lutas dos trabalhadores das fábricas na elaboração dos projetos de planificação econômica, necessários para o desenvolvimento do capitalismo de estado.

---

<sup>42</sup> O “Verão Quente” foi a denominação dada ao processo de radicalização das lutas tanto nas bases da população quanto nos gabinetes governamentais entre forças de direita e esquerda, ocorridas durante o verão de 1975. Atentados a sedes de partidos, intensificação das ocupações de fábricas, casas e terras, além de disputas pelo controle dos meios de comunicação e das instituições do Estado foram alguns dos eventos que “aqueceram” aquela estação do ano em Portugal, em 1975.

Para a classe trabalhadora o 11 de Março representou uma situação ambígua. Os trabalhadores conseguiram espaço para intensificar as ocupações de fábricas em várias partes do país e de terras no Sul, principalmente no Alentejo. Outras várias lutas dos trabalhadores tiveram como objetivo a nacionalização das empresas em que trabalhavam, podendo ser citado o caso da Sociedade Central de Cervejas. A ambiguidade está no fato de que a luta se intensificava ao mesmo tempo que o apoio reivindicado e oferecido pelo Estado pretendia conter o caráter autônomo destas lutas, com os vários esforços de integrá-las no projeto de planificação. O principal instrumento do Estado contra a autonomia das lutas era as nacionalizações, tendo especial relevo a do sistema financeiro, devido à imposição de condições às empresas para a concessão de créditos e controle que as empresas de crédito detinham sobre o sistema produtivo português, em decorrência da concentração de capitais nos grupos monopolistas.

Com o objetivo de analisar este processo, segue-se com uma análise do processo de nacionalização dos bancos realizada a partir de uma mesa-redonda organizada pelo *Combate*, cujo objetivo era o debate sobre os processos de nacionalização. Participações de trabalhadores dos bancos nos materiais veiculados pelo *Combate* constam apenas nesta mesa redonda sobre as nacionalizações publicada nos números 26, 27 e 28 do jornal. O foco da análise recai sobre as situações apresentadas e que estivessem, de certa forma, relacionadas às lutas travadas nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

## **2.4 – A Banca nacionalizada**

O setor mais importante da economia portuguesa a passar por um processo de nacionalização depois do 25 de Abril de 1974 foi o setor financeiro<sup>43</sup>. Controlado pelos grandes grupos monopolistas durante o período do fascismo salazarista, os bancos tiveram o processo de nacionalização catalisado após o 11 de Março de 1975.

O bancário A narra o início da movimentação dos trabalhadores do sistema financeiro a favor da nacionalização.

Após o golpe do 11 de Março verificou-se a nível dos bancários uma movimentação quer por parte do sindicato, quer ainda por parte de alguns sectores dos bancários que se têm como mais conscientes, com o fim de

---

<sup>43</sup> As principais empresas financeiras que controlavam a economia portuguesa no final do período fascista eram: Banco Nacional Ultramarino (BNU), Banco Fonsecas & Burnay, Banco Pinto & Sotto Mayor (do grupo Champalimaud), Banco Totta & Açores (do grupo CUF), Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco Português do Atlântico (BPA) e Banco Borges & Irmão. O BNU e o BPA foram nacionalizados em setembro de 1974 e os demais em março de 1975. Mais à frente na dissertação serão expostos estes processos.



conseguir a nacionalização dos bancos. Não se focava no entanto só este aspecto, visto que numa Assembléia Geral se tinha aprovado, para além de uma moção de nacionalização da banca, uma outra que focava a necessidade da nacionalização também do sector dos seguros e ainda dos sectores das indústrias básicas extractivistas e transformadoras e ainda do comércio interno por grosso e do comércio externo (COMBATE, 1975, n. 26, p. 5).

A movimentação pela nacionalização dos bancos comerciais encontrava apoio dos sindicatos dos bancários, principalmente do Sindicato dos Empregados Bancários de Lisboa, formado durante o marcelismo e deste então principal núcleo organizativo da Intersindical, e a principal base sindical do PCP no período. A ação pela nacionalização dos bancos comerciais contou com uma “intervenção decisiva dos trabalhadores do sector bancário a nível de todo o País” durante três dias, mantendo os “bancos encerrados” e “ocupando as instalações, quer através das Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais” ou contando ainda com “outros trabalhadores que se integraram neste processo”. O Governo se posicionou pela nacionalização e “passados 2 dias, depois de idêntico processo se alastrar também ao sector dos seguros, foi também nacionalizado este sector” (*Idem*, *Ibidem*, p. 5).

Ricardo Noronha mostra que o apoio dos trabalhadores bancários à nacionalização do sistema financeiro era uma reivindicação trabalhada desde as semanas posteriores ao 25 de Abril de 1974, e está ligada ao apoio prestado pelo Sindicato dos Bancários aos Governos Provisórios contra o poder dos monopólios, no controle do sistema financeiro. Ainda, como é possível perceber pela fala do bancário A acima colocada, a perspectiva do Sindicato dos Bancários era de caminhar para um processo de nacionalização mais amplo, que envolvesse outros setores econômicos, convergindo desta maneira com a política de intervenção cada vez maior do Estado na economia. Esta perspectiva do Sindicato dos Bancários encontrava amparo em setores cada vez mais influentes dentro dos Governos Provisórios, principalmente a ala mais à esquerda do MFA. Um exemplo deste apoio pode ser retratado nas denúncias feitas principalmente pela Comissão de Delegados Sindicais do Banco Espírito Santo Comercial de Lisboa (BESCL), sobre a movimentação financeira dos partidos de extrema-direita (como o Partido Social Democrata, PSD, e o Partido do Centro Democrático e Social, CDE) que organizaram a manifestação da *Maioria Silenciosa*, convocada por António de Spínola em 28 de Setembro de 1974. As tentativas de desestabilizar o I Governo Provisório eram denunciadas com a publicação dos dados referentes às contas utilizadas para financiar a manifestação, servindo como importante argumento contra os capitalistas ligados aos grupos monopolistas, que estariam praticando a “sabotagem econômica” (NORONHA, 2010, p. 264).

A ação de fiscalização e controle exercida pelos delegados e comissões sindicais ilustra o papel fundamental dos sindicatos bancários para qualquer política econômica dos Governos Provisórios. Esta posição foi consolidada com a capilaridade alcançada nos meses iniciais da revolução através da formação de comissões sindicais nas agências, o que possibilitava às direções dos sindicatos uma quantidade e qualidade muito valiosa de informações. Considerando que o capitalismo alça aos postos de comando os detentores de informações econômicas fundamentais – já que “as várias formas de captação, veiculação e armazenamento de informações, [...] conferem aos capitalistas o controle dos mecanismos de decisão” e permitem ainda “impor à força de trabalho os limites estritos em que pode expressar opiniões ou tomar decisões relativamente aos processos de fabricação” (BERNARDO, 2009, p. 175) –, as direções sindicais se mostraram de suma importância para qualquer projeto econômico que viesse a ser elaborado pelos Governos Provisórios após o 25 de Abril (NORONHA, 2010, p. 191).

Esta perspectiva de encaminhar o processo revolucionário em um sentido antimonopolista resultava no apoio dos sindicatos bancários às alas mais à esquerda no MFA contra a hierarquia militar spinolista que ocupava também a Junta de Salvação Nacional e o governo. Este laço entre o sindicato e o MFA se fortaleceu após a tentativa de assalto ao Regimento de Artilharia de Lisboa 1 (RAL 1) pelas forças militares do Regimento de Paraquedistas de Tancos, na manhã de 11 de março de 1975, e contra a qual a participação dos trabalhadores do Sindicato dos Bancários de Lisboa foi decisiva para conseguir conter a ofensiva das forças spinolistas.

Apontando os interesses do capital monopolista como principal motivação para a tentativa de golpe de 11 de Março, “o sindicato tomou pura e simplesmente controlo dos bancos entre 11 e 15 de Março, formando piquetes que guardaram as instalações, mantendo as comissões de delegados em seu poder as chaves dos cofres” (*Idem*, *Ibidem*, p. 403). A “aliança Povo/MFA” estava se consolidando com ações como a de 11 de Março.

#### **2.4.1 – O controle e a fiscalização do sistema financeiro**

Segundo o bancário A, o objetivo dos trabalhadores era criar “condições para uma maior intervenção dos trabalhadores no controlo que já vinham exercendo de algum modo dentro das empresas bancárias” (COMBATE, 1975, n. 26, p. 5). Este controle se dava principalmente através de ações de fiscalização das operações bancárias, como remessas de capitais ao exterior e movimentações de grandes somas nas contas dos clientes, com o intuito

de evitar a “sabotagem econômica” por parte dos capitalistas. Noronha apresenta o processo de controle exercido pelos trabalhadores como fortalecimento do poder dos trabalhadores no interior das empresas financeiras, exercido através das instituições sindicais.

Em 13 de Setembro de 1974 os bancos emissores, Banco Ultramarino (BU), Banco de Angola (BA) e o Banco de Portugal (BP) já haviam sido nacionalizados, seguindo o programa do MFA (NORONHA, 2010, p. 222). Além disso, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) era uma instituição de crédito do Estado, que também tinha o domínio sobre outras duas instituições, o Banco de Fomento (BF) e a Sociedade Financeira Portuguesa (SFP). Ainda de acordo com o bancário A, “existia já um sector considerável antes do 11 de Março onde se podia ter encetado uma experiência no sentido do avanço dos trabalhadores dentro daquelas empresas”, mas o mesmo não se verificou pois “esses bancos se mantinham à data com as estruturas praticamente inalteráveis” (COMBATE, 1975, n. 26, p. 5). As estruturas permaneceram as mesmas, mas havia o poder de controle exercido pelo sindicato e os trabalhadores dentro das empresas bancárias, indicando que os limites apresentados pelo bancário A na mesa redonda poderiam, na verdade, estarem relacionados ao fato de que foram realizadas apenas ações de fiscalização, não incidindo na gestão destas empresas.

O pedido de nacionalização da banca pelo Sindicato dos Bancários de Lisboa havia sido apresentado uma primeira vez em dezembro de 1974, quando houve a prisão de alguns capitalistas acusados de sabotagem econômica, dentre eles Jorge de Brito, do Banco Intercontinental Português (BIP). Os crimes financeiros cometidos seriam motivos para apontar a sabotagem econômica dos capitalistas ligados ao antigo regime, que estariam atentando contra a revolução e o regime democrático em constituição.

O segundo pedido de nacionalização seria realizado em Assembleia Geral dos trabalhadores do Sindicato de Lisboa no dia 14 de Março, o que não foi necessário realizar. A recém-instituída Assembleia do MFA se adiantou, decretando a nacionalização das instituições bancárias comerciais na madrugada anterior à data da assembleia do sindicato dos bancários (NORONHA, 2010, p. 408). Os sindicatos, as comissões sindicais e os delegados sindicais passavam assim do controle de fiscalização exercido durante os três primeiros Governos Provisórios ao controle dos bancos durante os dias 11 e 15 de março. Posteriormente, com a nomeação das Comissões Administrativas pelos Governos Provisórios subsequentes, que iriam administrar as instituições de crédito e de seguros nacionalizadas, os

delegados e comissões sindicais iriam desempenhar um papel importante na administração das empresas bancárias.

Antes de apresentar as consequências deste papel administrativo dos sindicatos e comissões sindicais nas lutas pela gestão operária, convém apresentar outras características da luta nos bancos.

Os trabalhadores dos bancos se mantiveram em posição moderada no avanço das lutas se compararmos com as ações desencadeadas nas empresas industriais e nos campos do Sul de Portugal. Durante as duas principais vagas de lutas, nos meses de Maio e Junho de 1974, e posteriormente entre os meses de dezembro de 1974 e março de 1975, os trabalhadores tiveram como ponto de partida reivindicações de carácter económico principalmente, em decorrência dos baixos salários. Esta moderação na combatividade da luta dos bancários pode ser entendida se se tomar em conta que a situação salarial e de laboração era bastante favorável comparativamente às dos trabalhadores dos demais setores, e a nacionalização a eles “não poderia ser apresentada [...] como uma possibilidade de melhoria”, segundo o bancário A (COMBATE, 1975, n. 26, p. 5). De acordo com Noronha, em 1973 os salários dos trabalhadores do setor financeiro era quatro vezes maior que os salários dos trabalhadores da agricultura (2010, p. 27). Segundo o bancário A, “verificou-se que foi dado apoio à nacionalização pelos trabalhadores” dos bancos, que talvez no primeiro momento tenha sido mais um “apoio moral”. Não havia unanimidade de todos os trabalhadores dos bancos no sentido a ser dado posteriormente às nacionalizações, surgindo posições distintas entre os assalariados das instituições de crédito. O bancário A explica estas clivagens internas:

Hoje verifica-se que há a nível dos quadros superiores dos bancos, a nível de direcção e mesmo de quadros médios, uma tentativa de entrar o processo, de recuperação das possibilidades que se abriram à redistribuição do crédito, com o fim de fazer o aproveitamento destas possibilidades não num sentido de que o crédito tenha alterações qualitativas mas que se mantenha tanto quanto possível ainda, ao serviço da mesma classe como anteriormente, quando todos os bancos estavam dominados pela burguesia financeira e logo tinham uma política de crédito destinada a manter o domínio dessa mesma burguesia (COMBATE, 1975, n. 26, p. 5).

O entrave colocado pelos altos e médios quadros das empresas bancárias pode ser melhor entendido pelo leitor, ao perceber o sentido que alguns setores de trabalhadores da banca gostariam de imprimir às nacionalizações, em particular, e aos rumos da revolução portuguesa, em geral. “Qual terá que ser a actuação dos trabalhadores e aqui, não só dos trabalhadores bancários, mas dos trabalhadores em geral, para permitir que se avance no

caminho da socialização?” A esta questão é dada pelo bancário A uma resposta negativa, pois não havia no momento condições para um controle por parte de toda à classe operária sobre a banca, já que os quadros médios e altos não haviam ainda deixado seus postos. “Para tanto é necessário que os trabalhadores do próprio sector façam o controle de gestão quer da banca, quer dos seguros, de modo a que as possibilidades de intervenção financeira destes dois sectores sejam postas efectivamente ao serviço da classe operária” (*Idem*, 1975, n. 27, p. 4).

A nacionalização da banca assumia uma função nevrálgica no andamento da luta revolucionária, em decorrência da manutenção da estrutura económica portuguesa desenvolvida durante o fascismo, com os grandes grupos monopolistas controlando, direta ou indiretamente, todo o sistema financeiro e produtivo de Portugal. E os distintos grupos políticos que compunham os Governos Provisórios, com o apoio que tinham nas instituições financeiras, buscavam utilizar as nacionalizações de acordo com os seus projetos político-econômicos de classe.

Raquel Varela aponta, em seu artigo *O Partido Comunista Português, as Nacionalizações, o controlo operário e a “batalha da produção”*. *Estudo de caso na Revolução Portuguesa (1974-1975)* que as nacionalizações foram decorrentes das pressões dos trabalhadores frente ao Estado, em uma ação de questionamento da propriedade privada, que representavam durante certo período da luta a vitória dos trabalhadores e a derrota do sistema capitalista no momento posterior ao 11 de março de 1975 (2011, p. 40). Segundo ela afirma eram os trabalhadores a fazer as nacionalizações, enquanto que a institucionalização foi realizada pelo Conselho da Revolução, que acabou recebendo os louros da ação, principalmente pelas declarações públicas realizadas pelos partidos da coligação de homenagem à ação governamental (*Idem*, *Ibidem*, p. 46). Mailer afirma por outro lado que objetivo do PCP era, até o 11 de março de 1975, mais um controle político do Estado sobre os monopólios gigantes, uma forma de retirar o poder político-econômico às grandes famílias que os controlavam, sendo que as nacionalizações era uma aposta mais dos grupos de extrema-esquerda (1978, p. 109). Esta posição do PCP consistia em politizar os monopólios, o que neste sentido o levaria a não atacar a propriedade dos mesmos, mas sim a deixando sobre a direção do Estado no sentido de garantir o bem comum. Mas o 11 de Março, fez com que a opção do PCP andasse à galope (*Idem*, *Ibidem*, p. 110). E José Maria Carvalho Ferreira afirma que esta opção era a implantação do modelo de sociedade socialista pelo qual o PCP lutava há anos. “Os objetivos da nacionalização e estatização da economia identificava-se plenamente com os objetivos do PCP”, no sentido de que “a destruição dos monopólios pela via da

nacionalização e estatização dos setores básicos da economia, destruía a essência básica do modo de produção capitalista” (1997, p. 304). Assim se poderia inaugurar a fase histórica da “transição para o socialismo”.

Esta posição anterior ao 11 de março de 1975 mostrada por Mailer pode estar relacionada às táticas que o PCP foi adotando o longo de 1974 e 1975 para não perder de vista a conquista do poder, e instaurar o capitalismo de Estado (que se assemelha à “transição para o socialismo” na prática, mas que reflete outra prática social). Eram possivelmente posições táticas, adotadas de acordo com a correlação de forças políticas dos momentos. Talvez seja neste sentido que a análise de Raquel Varela apresenta a ação de Cunhal e do PCP a partir de uma noção de um Estado ziguezagueante, adaptada momentaneamente de acordo com a estratégia do PCP (2011, p. 48).

Entretanto, cumpre levantar um questionamento neste ponto já que no primeiro capítulo foi exposto a relação que os trabalhadores tiveram com os sindicatos e a ultrapassagem realizada em decorrência da trava que colocavam às lutas. Apesar de haver uma participação dos trabalhadores no pedido de nacionalização da banca, esta reivindicação foi realizada sob direção do Sindicato dos Bancários, um dos principais sustentáculos da Intersindical desde o início da década de 1970 e o principal instrumento organizativo de inserção do PCP no interior da classe operária. Neste sentido, levando em consideração esta relação entre sindicato e partido, mesmo a afirmação de que o PCP não defendia uma estratégia de nacionalização pode ser duvidosa, já que havia uma influência direta do partido na direção dos Sindicatos dos Bancários (cumpre lembrar que o primeiro membro do Ministério do Trabalho foi militante do PCP e dirigente do sindicato no Norte do país). De certa forma a mesma reflexão serve para pensar sobre as afirmações de Ricardo Noronha em sua tese de que eram os trabalhadores a exercer um contra-poder dentro das instituições financeiras. Seriam os trabalhadores ou os delegados sindicais? O tipo de resposta dado à esta questão muda o entendimento sobre a forma de atuação dos trabalhadores no interior dos bancos, principalmente se levarmos em consideração os casos tratados por Phil Mailer de ataque à agências bancárias no Norte do país, controladas por delegados sindicais ligados ao PCP e que destinavam créditos apenas às pessoas afeitas politicamente aos comunistas (1977, p. 132). Pode-se argumentar que eram forças reacionárias a realizar estes ataques, mas o que se deve colocar em questão é o fato de destinar crédito apenas às pessoas e empresas politicamente próximas ao PCP. Talvez seja mais preciso dizer que o controle estava a ser exercido pelos trabalhadores bancários comunistas, o que permitiria perceber que não eram

todos os trabalhadores a exercer o poder no interior das empresas bancárias, mas sim um grupo específico de trabalhadores, os comunistas.

Esta preocupação do modo de ver as vias que se abriam com a nacionalização é compartilhada também pelo bancário A, que acreditava ter um vazio no poder após o 25 de Abril. A burguesia perdera o papel que tinha no fascismo e mesmo nos primeiros momentos depois de abril de 1974, por outro lado os trabalhadores ainda não tinham tomado o poder político. No caso do setor dos bancos, a análise leva a ver que “o grande capital financeiro dominava a gestão de todo o sector produtivo” e parecia a ele que “a grande burguesia financeira iria abdicar de poder movimentar como muito bem quisesse o capital através dos bancos e que tirasse daí vantagem imediata do controlo que fazia dos setores produtivos”. Era neste sentido que vemos ele afirmar anteriormente que “a nacionalização da banca foi um golpe no poder de mobilidade da grande burguesia financeira” (COMBATE, 1975, n. 27, p. 4). A caracterização da estrutura produtiva e do sistema financeiro português feito nesta passagem apresenta a dimensão do poderio detido pelos grandes monopólios desenvolvidos durante o fascismo salazarista. O controle do capital financeiro garantia à grande burguesia financeira a gestão de quase todo o processo produtivo português (considerando ainda a participação nas empresas de capital estrangeiro). Apesar de não ser uma posição do trabalhador participante da mesa redonda, é possível aqui afirmar que o golpe na “mobilidade da grande burguesia financeira” foi a medida encontrada pelos tecnocratas do Estado para terem eles a gestão do setor produtivo, pois o controle sobre o crédito garantiria a decisão de investimentos em setores considerados de maior relevância pelo grupo que ocupava o governo depois do 11 de Março de 1975.

Voltando ao que dizia o bancário A, apenas a nacionalização do setor financeiro não era garantia de socialismo. Poderia ainda ser recuperada pela burguesia e gerar um caso semelhante ao “da França, onde grande parte da banca está nacionalizada e as relações de produção não se alteraram por isso”. Mas a situação de recuperação pela burguesia poderia não ser exatamente a mesma que existiu durante o salazarismo, já que as mudanças ocorridas desde 25 de Abril de 1974 se fariam ainda sentir. E havia ainda a possibilidade da medida desembocar em um “capitalismo burocrático do Estado ou ainda, se os trabalhadores encontrarem formas de organização para tanto, poderá ter sido efectivamente um passo importante para uma futura socialização”. O capitalismo burocrático do Estado conformaria “uma simples mudança de padrão, passando agora o Estado através de uma classe burocrata a

fazer a gestão destas empresas e a manter os trabalhadores numa situação bastante aproximada daquelas que tinham antes das nacionalizações” (*Idem*, *Ibidem*, p. 4).

Entretanto, a necessidade da nacionalização da banca para a luta dos trabalhadores nada tinha a ver com os slogans criados, como “a banca é do povo”, e que de acordo com o bancário A foi uma mera “tentativa demagógica de confundir as massas”. Deveria sim ter sido uma prática “conjugada com a actuação dos trabalhadores a nível de produção” (*Idem*, *Ibidem*, p. 4).

O primeiro passo para avançar no controle do sistema financeiro pelos trabalhadores passava pela constituição de CT's nas empresas bancárias onde elas ainda não existiam, pois que “nalgumas delas” existiam “já comissões de trabalhadores noutras a estrutura organizativa dos bancários” estava “ainda só ao nível de comissões sindicais, portanto, dentro da estrutura sindical”. Esta é mais uma importante distinção entre a luta dos trabalhadores do sistema financeiro e os trabalhadores dos demais setores económicos. Enquanto nos demais setores há uma ultrapassagem das estruturas sindicais pelos trabalhadores, exercendo a gestão diretamente através de comissões de trabalhadores, no sistema financeiro não há a ultrapassagem, ficando este grupo de trabalhadores enquadrados nas estruturas sindicais.

Além de ser apontado como uma ação similar ao controle operário, o controle de fiscalização da escrita bancária era exercido como um instrumento a favor da gestão económica pelo Estado, controlado após o 25 de Abril pela vasta coligação de partidos e pelo exército. É neste sentido que é interessante questionar: eram mesmo Comissões de Trabalhadores exercendo funções transformadoras das relações sociais de produção, como nos casos apresentados no primeiro capítulo, ou se exerciam a função de instrumentos de gestão capitalista dos conflitos sociais, controlados progressivamente pelos gestores de esquerda? Nos bancos não houve a superação dos sindicatos pelas CT's, já que a estrutura sindical conseguiu, com os delegados e comissões sindicais, enquadrar logo após o 25 de Abril as possíveis manifestações autónomas de luta surgidas no interior das empresas bancárias.

#### **2.4.2 – A integração entre a luta e a produção e o papel dos bancos**

A perspectiva de continuidade da luta levava ainda os participantes da mesa redonda a pensar a integração entre os vários setores da economia portuguesa. A atuação conjugada deveria fazer com que os “serviços prestados pelas empresas bancárias” fossem “controlados seguidamente a nível das outras empresas pelas respectivas comissões de trabalhadores”.



Parecia que estava aí, segundo o bancário A, o “embrião para o avanço das possibilidades de os trabalhadores criarem contrapoderes dentro das respectivas empresas”. Perceba o leitor que há aqui uma perspectiva de integração entre a luta dos trabalhadores dos serviços financeiros e os do setor de produção industrial, na qual os bancos nacionalizados desempenhariam papel importante por possibilitar a garantia de continuidade da produção, através da concessão de créditos às empresas.

De uma maneira geral, a nacionalização da forma que estava sendo conduzida pelo Estado não garantiria o desenvolvimento deste embrião. Para a bancária B, “o governo avançou nas nacionalizações para conseguir assim que os trabalhadores travassem a sua luta reivindicativa” e para lançá-los “na velha batalha da produção, tão em voga” naquele momento. O motivo, segundo ela, é que os trabalhadores portugueses “reduziram a 50% ou mais sua produção”. A momentânea situação de indefinição política e econômica do país levava a que “os trabalhadores quando lhes fala em produzir não sabem para quem é que estão a produzir”, o que segundo ela os desestimulavam. Haveria assim a necessidade de definição da situação de qual classe se colocaria no poder para que os trabalhadores comesçassem a produzir ou não. Nesta maneira de ver o andamento do processo, a definição do controle do aparelho de Estado pelas várias forças coligadas que compuseram os diversos Governos Provisórios é que possibilitaria um aumento de produção pelos trabalhadores.

Mesmo no setor bancário não houve para a trabalhadora “grande diferença na forma como as pessoas trabalham, [...] não houve mudanças nenhuma nas estruturas da banca até agora e as pessoas continuam a funcionar precisamente dentro do mesmo esquema” (COMBATE, 1975, n. 27, p. 4). Se na estrutura interna dos processos de trabalho dos bancários não houve alteração substancial, o mesmo não pode ser dito sobre o contato com as empresas controladas por trabalhadores e a concessão de créditos às mesmas.

Atente o leitor para este ponto, pois é aqui que o que foi dito acima sobre as consequências da concessão de crédito, incidentes na gestão das empresas controladas pelos trabalhadores, se verificou com maior intensidade, considerando a alteração qualitativa na autonomia da luta dos trabalhadores. Primeiramente, ver-se-á através dos trabalhadores do sistema financeiro as implicações e as formas em que ocorreram as concessões de crédito. Posteriormente, mais adiante, no capítulo seguinte se tratar da passagem das empresas em autogestão às cooperativas, será possível perceber as consequências para a organização da luta e da produção nos locais de trabalho.

Um dos membros do Combate participantes da mesa redonda levanta um ponto concreto referido pelo trabalhador do Banco de Angola, de que

uma das formas de controlo das comissões de trabalhadores do B.A. sobre a sua comissão administrativa, tem sido precisamente, ao nível de dar ou não crédito a um certo número de empresas, sendo esse crédito pedido directamente pelas comissões de trabalhadores dessas empresas (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

Detalhando melhor este processo, a bancária B narra o trabalho de contato entre as empresas financeiras e as pequenas e médias empresas (PME).

Penso que é um processo que está a ser generalizado a todos os bancos. Lá no banco foram nomeados vários trabalhadores para entrarem em contacto com as PME (pequenas e médias empresas). Essa comissão está a ir à província, entrar em contacto com as PME, muitas das quais estão ocupadas pelos trabalhadores, contactam com eles e o crédito é concedido (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

Em outro momento da mesa redonda, a mesma trabalhadora já havia dito que

Uma alteração que se verificou a nível do trabalho das comissões já existentes – comissões sindicais – isto [...no] Banco do Alentejo – é que há uma grande ligação às comissões de trabalhadores das outras empresas, como: fábricas ocupadas, livrarias, toda uma série de casas que vão ter connosco e com a comissão sindical e que nos perguntam se haverá hipóteses de nós fazermos pressão lá dentro para conseguirmos o dinheiro e para assim conseguirem os ordenados. Fundamentalmente o problema que eles levantam, portanto, é conseguirem ao fim do mês esses ordenados. Até agora, a Comissão Sindical tem conseguido pressão na Comissão Administrativa e todos os financiamentos que as empresas ocupadas têm pedido têm sido concedidos. Esta medida poderá determinar-se como um certo controlo de nossa parte sobre a comissão administrativa. A pressão que nós conseguirmos fazer sobre a comissão administrativa faz com que se obtenha esse dinheiro para os trabalhadores que estão em luta (*Idem*, 1975, n. 27, p. 4)

Segundo o exposto por Noronha (2010, p. 299) em sua tese, um dos caminhos de combate ao poder dos monopólios, encetado pelos III, IV e V Governos Provisórios (apesar de suas diferenças), foi o apoio às PME, sendo que em 07 de fevereiro de 1975 há a substituição da Comissão de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (criada em setembro de 1974) pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI), que conjugaria os esforços do combate aos grupos monopolistas com o projeto de nacionalização do sistema financeiro. O próprio Sindicato dos Bancários de Lisboa havia, nos governos anteriores, criticado a restrição do crédito pelas direções das empresas bancárias às PME, apontando esta ação como medida de precipitação do caos econômico, que poderia ser utilizado pelas forças reacionárias como motivo para conter os avanços conseguidos com o 25 de Abril. A função

do IAPMEI era auxiliar as empresas no sentido técnico, organizacional e financeiro para torná-las mais produtivas e, assim, possibilitar condições de disputar licitações (“concursos públicos”) e a colocação de seus produtos no mercado externo. Nas atribuições do instituto há a referência à cessão de “avales”, créditos às empresas respaldados pelo Estado. A concessão de créditos a estas empresas estava no centro da preocupação dos três Governos Provisórios acima referidos, em sua política econômica de garantia de emprego e “enfrentamento” dos monopólios (*Idem*, *Ibidem*, p. 235).

Esta concessão de crédito era uma mudança substancial com o período anterior, quando o sistema financeiro português era controlado pelos grandes monopólios, já que os delegados sindicais dos bancos passam a pressionar as Comissões Administrativas dos bancos – nomeadas pelo governo após a nacionalização – a favor da destinação de linhas de crédito às CTs de empresas ocupadas, segundo algumas linhas de interesse estipuladas após o 11 de Março de 1975, como a concessão estar ligada primeiramente ao aspecto social da empresa e não à rentabilidade possível de se alcançar pelo banco. A análise de Ricardo Noronha é ainda aqui utilizada para se perceber a dimensão do poder exercido pelos Sindicatos dos Empregados Bancários nas instituições de crédito após o 11 de Março de 1975.

Em todos estes bancos, portanto, apesar das naturais particularidades de cada situação, os delegados sindicais continuavam a deter um poder substancial após a nomeação das Comissões Administrativas, servindo por vezes de intermediários entre elementos de Comissões de Trabalhadores ou Sindicais de empresas que se dirigiam à banca nacionalizada para obter crédito. O controlo sobre as organizações sindicais dos bancários não equivalia directamente ao controlo sobre as instituições de crédito, mas era indispensável para o concretizar. No contexto da crise de poder que caracterizou o processo revolucionário, os Sindicatos haviam-se transformado em elementos incontornáveis da política económica e financeira (*Idem*, *Ibidem*, p. 504).

A atuação dos sindicatos dos empregados bancários era de extrema importância no apoio à manutenção da produção das PME's, fossem elas controladas diretamente pelos trabalhadores ou se estavam ainda nas mãos dos capitalistas. Além disso, o apoio à produção destas empresas era uma das prioridades do projeto de planeamento económico do Estado depois do 11 de Março, ocupando as PME's uma função importante contra o poder dos grupos monopolistas, necessitando para isso a integração delas com o sistema financeiro, agora nacionalizado. Há referência na tese de Ricardo Noronha a um “complexo de inferioridade” dos gestores bancários em relação aos pedidos de créditos das PME's,

buscando assim colocá-las em patamar de igualdade com as demais empresas (*Idem, Ibidem*, p. 516).

Com estes objetivos e devido à grande quantidade de pedidos de empréstimos pelas PME's foi criado no IAPMEI, em uma regional do instituto no Norte de Portugal, uma equipe formada por técnicos bancários, a “equipa Banca”, para tratar dos casos de concessão de crédito às PME's e às cooperativas que existiam anteriormente e as novas que viriam a surgir. Esta equipe ficaria responsável pela avaliação da situação das empresas e pela elaboração de relatórios sobre a viabilidade ou não da concessão, de acordo com critérios técnicos precisos, articulando esta prioridade de concessão entre os diversos bancos. Entretanto, após dois meses de experiência, a forma de resolução da concessão de crédito ocorria mais baseada nas relações pessoais, nas “cunhas pessoais”, do que nos critérios estabelecidos (*Idem, Ibidem*, p. 518-519).

Por fim, havia depois da concessão do crédito outro problema a ser resolvido e que é apresentado pela bancária A: “eles produzem e como é que conseguem colocar esse produto no mercado? – Há imediatamente um certo boicote a aceitar-se o produto que vem das empresas ocupadas”. A realização das mercadorias é uma preocupação da continuidade da luta, de formas de superação dos obstáculos colocados pelos patrões. E uma preocupação também das instituições financeiras, já que o auxílio técnico estipulado para ser realizado pelo IAPMEI congregava também esta perspectiva, principalmente de obtenção de venda no mercado externo. Apesar dos interesses do Estado em organizar essas vendas, era em muitos casos através da solidariedade da luta que se encontravam formas de superá-los. Um exemplo ocorreu um dia antes da mesa redonda, em Beja, onde numa empresa que faziam “fatos-macaco levantou-se o problema de quem vai comprar os fatos-macaco. Conseguiram [...] contactar com a Lisnave e parece que os trabalhadores [estavam] dispostos a comprar”. Os próprios bancários do B.A. ofereceram-se para auxiliar na venda, colocando à disposição os produtos aos interessados nas próprias agências, apesar de que em Lisboa não conseguiriam uma venda muito grande. “Mas de qualquer forma há uma certa colaboração entre as comissões de trabalhadores para ajudar essas empresas que estão ocupadas e pôr-lhes o produto no mercado” (COMBATE, 1975, n. 27, p. 6). Apesar de toda a preocupação do Estado com a destinação destes produtos é ainda a solidariedade entre os trabalhadores em luta que resolve parte dos vários problemas que são enfrentados.

Soluções parecidas são referidas por um membro do *Combate* sobre os casos de contato direto entre CT's que estavam ocorrendo também no Norte do país, e onde os colaboradores do jornal auxiliavam um grupo de empresas a venderem sua produção. As empresas contavam com “controle direto dos trabalhadores da produção”, e uma pequena empresa de “fabricação de máquinas para os têxteis” estava “a dar apoio técnico à produção” de outras empresas têxteis de exportação, “todas em íntima ligação uma com as outras” no momento da mesa redonda. Entretanto, problemas internos graves apareceram principalmente na situação de que os primeiros membros das Comissões de Trabalhadores acabaram substituindo o antigo patrão, após a ocupação das instalações, “e em vez de haver um patrão, passaram a haver 7 ou 8 patrões”, sendo ainda que houve o aumento radical da produção, “sem saberem se tinham mercado para escoar”. Além disso, no caso da venda de camisolas, o problema que levantavam os clientes destas empresas - “de maneira nenhuma pessoas politizadas” – era “o do lucro excessivo que o intermediário ganha. Marcaram-se as camisolas a 2 preços: o preço a que é vendida aí na loja (247\$50) e o preço a que neste momento se lhes põe nas mãos, que varia entre 60 a 100 escudos”. Esta ação direta praticada por trabalhadores e clientes, que vão encontrando nos mercados de solidariedade formas de escoar a produção, serve para ilustrar os problemas concretos da luta e entender que a consciência de classe é desenvolvida enfrentando os problemas gerados pela exploração capitalista, não demandando necessariamente de trabalho de politização feito por pessoas mais esclarecidas. Precisavam sim de um maior auxílio prático para a resolução dos problemas e não campanhas de dinamização política e cultural.

Quando surgiram os novos patrões, os demais trabalhadores passaram a revogar as CTs, justamente por perceberem a contradição surgida deste posicionamento.

Toda esta prática de deitar comissões abaixo, de começarem a discutir em comum de aparecerem problemas de crédito e de mercado, que os obriga a lançarem campanhas de compra junto de comissões de trabalhadores doutras empresas, que lhes permitem a compra directa dos produtos, a sua ligação com cooperativas de consumo para troca directa de produtos entrando a moeda já na fase seguinte à troca entre eles, estes processos antes de serem atacados ideologicamente, devem ser compreendidos na sua prática e fazer realçar neles tudo o que têm de muito criticável mas fundamentalmente o que têm de louvável, como prática concreta para o comunismo (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

O motivo da intervenção era pontuar no debate a consciência de classe surgida da participação ativa na luta e da superação do capitalismo pela prática concreta de constituição de novas relações sociais de produção, e não apenas do trabalho ideológico e político. Os

limites econômicos e de sobrevivência que motivaram inicialmente a ação dos trabalhadores eram claros, mas o desenvolvimento da consciência decorrente da participação nos processos de luta e de ocupação das instalações era o que importava.

É evidente que a razão porque arrancaram é simplesmente o direito ao trabalho. Não tinham como objetivo acabar com o salariado, a tomada do poder, mas ao longo deste processo têm efectivamente ganho consciência política, porque a consciência política não se ganha através de programas de dinamização, militarização de partidos, ganha-se através da prática dos trabalhadores (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

As PMEs surgiam após o 11 de Março como uma da política importante do IV e V Governos Provisórios, que funcionaram entre 26 de março de 1975 e 19 de Setembro de 1975, sendo a data de substituição de um pelo outro o dia 08 de agosto do mesmo ano. Como foram nestes tipos de empresas que a maioria dos casos de autogestão acompanhados pelo *Combate* e que ocorrem em Portugal se deu, no próximo capítulo serão analisadas as consequências das nacionalizações sobre a luta empreendida a partir dos locais de trabalho. Cumpre fazer apenas um apontamento de que a autogestão ocorreu nestas empresas devido à suas dimensões, já que as ações nas grandes empresas eram de difícil resolução em termos de autogestão. O que coube às CTs das grandes empresas foi o exercício de pressões junto às comissões administrativas, já que havia enormes obstáculos para o exercício da autogestão.

## 2.5 – O “Verão Quente” de 1975

O chamado Verão Quente de 1975 marcou o apogeu da luta revolucionária em Portugal, intensificando as ocupações de empresas, casas e terras, levando ainda a uma crise disciplinar frente as estruturas hierárquicas das Forças Armadas. No aspecto da disputa pelo poder dentro das instituições estatais, a polarização entre os partidos componentes da coligação se acirrava levando o PS e o PPD a saírem do IV Governo Provisório em 16 de julho de 1976. Sedes de partidos passaram a ser atacadas, principalmente as do PCP no Norte do país.

Neste processo de luta, o setor de comunicação social ganhou uma grande importância, por expressar esta polarização político-partidária bem como pela atuação desenvolvida pelos trabalhadores das empresas do setor. As lutas dos trabalhadores do jornal *República* e da *Rádio Renascença* foram uma das mais radicalizadas, pois contaram com a ocupação das instalações e também com a alteração dos conteúdos publicados ou transmitidos, aproximando-os da divulgação das lutas que ocorriam pelo país, informando assim os demais trabalhadores. Essa ação nos meios de comunicação questionava na prática o

controle sobre as informações, tão rigidamente controladas na sociedade capitalista. Mas, por outro lado, levantava a possibilidade de se tentar controlar o movimento popular através dos mesmos meios de comunicação. De acordo com Phil Mailer, ao analisar o controle sobre os meios de comunicação, “todos pensavam que quem quer que controlasse os «media» controlaria o pensamento do povo. A luta pelo controle dos meios de comunicação social foi uma das mais ferozes” (1978, p. 169).

O República foi um dos raros jornais portugueses a manter uma posição antifascista durante o salazarismo, publicando inclusive proclamações do CDE na década de 1960 e críticas ao regime. O diretor do República era Raul Rego, militante do PS. Mário Soares detinha ações do jornal e fazia parte de seu quadro administrativo. Vários de seus jornalistas eram também do PS, e após o 25 de abril de 1974 produziram uma série de artigos certamente sobre esta orientação partidária (MAILER, 1977, p. 227). Em 05 de maio de 1975 os trabalhadores do jornal realizaram uma assembleia geral e elegeram uma CT de 14 membros para apresentar suas reivindicações à administração da empresa. As reivindicações consistiam basicamente na necessidade do jornal ser um órgão de informação não partidário. Em 15 de maio, os trabalhadores decidem pela ocupação do jornal, realizando piquetes na entrada e publicando uma edição por eles produzida. Em reunião separada, os setores editoriais e da redação recusaram a legalidade da CT, acusando a influência do PCP na ação, ignorando desta forma a participação de elementos de diversos grupos políticos na CT. No dia 19 de maio, há uma grande multidão em frente ao jornal, inclusive presente membros da redação, da direção e da administração, com o intuito de negociar a saída dos trabalhadores do prédio. Mário Soares se envolve pessoalmente na tentativa de retirar os trabalhadores do interior do local. O COPCON é chamado, um debate improvisado é transmitido pela TV a partir das janelas. No dia 20 de maio os trabalhadores são retirados do prédio (*Idem*, *Ibidem*, p. 228). O “caso República” tomou dimensões políticas muito grandes ao envolver acusações diretas entre os dois principais partidos pela disputa do poder. A repercussão internacional também foi grande. O “caso República” simbolizava tanto o acirramento da luta pelo poder institucional realizada pelos partidos, quanto a ação dos trabalhadores pelo controle das empresas em que trabalhavam. Neste caso por ser um meio de comunicação social, além do histórico de resistência ao fascismo do República, colocava em debate o controle sobre as informações e como se daria a relação dos trabalhadores e partidos neste controle.

Em 16 de junho o jornal República foi reaberto pelo COPCON e os trabalhadores entraram em produção novamente. No “Manifesto dos Trabalhadores do «República»”,

assinado com data de 11 de junho de 1975 e publicado no *Combate* de número 26<sup>44</sup>, que saiu em 1 de julho, há o posicionamento dos trabalhadores sobre a função da informação no processo revolucionário e seu controle, ligando este posicionamento com as perspectivas de luta mais geral da sociedade, sendo um documento de extremo interesse para se perceber a consciência de alguns grupos de trabalhadores em Portugal durante o “Verão Quente”. No manifesto se dirigem a todos os trabalhadores pobres e explorados de Portugal, afirmando sua especificidade, de que “são um grupo de trabalhadores obscuros entre todos os trabalhadores portugueses” e que na crise por que passava o setor da informação em Portugal, “reagem às correntes do oportunismo geral: não obedecem a nenhuma seita, não estão submetidos a nenhum partido, não são de nenhuma irmandade” (COMBATE, 1975, nº 26, p. 2). Com o objetivo de transformar a informação em uma ação coletiva, assumiam um compromisso solidário com os trabalhadores, com vistas a superar as engrenagens partidárias que dividiam os trabalhadores explorados em Portugal. Colocavam-se contra a “Informação prostituída ao serviço de partidos destes sob a alegação de pluralismo” que apenas poderia dissolver a sociedade, levando à indiferença e à relaxação. Denunciam a força da cúpula do República, afirmando ainda não querer que o país se mantenha pela exploração, e com os trabalhadores sujeitos a informações de jornais demagogos, “que se batem pela liberdade que não sabem amar e por um programa socialista que não sabem ler”. O destino do República estava nas mãos de cúpulas de falsa grandeza.

Esta denúncia da organização do jornal e seu controle partidário, de seu “poder de intriga” era contraposta pela necessidade do poder da inteligência e da economia nas mãos dos trabalhadores. Em um processo revolucionário em que o papel dos meios de comunicação de massas tomou uma grande importância, com debates e mesas redondas sobre “transição ao socialismo” sendo transmitidos pelas TVs, ou mesmo os meios ocupados pelos trabalhadores a difundir notícias sobre ocupações de empresas, greves “selvagens” e grandes manifestações de ruas, além das tentativas de controle na difusão destas informações, para assim se controlar o conteúdo ideológico que seria apresentado à população, cumpre deter um tempo maior neste manifesto que é também uma produção teórica sobre o papel da informação na luta revolucionária dos trabalhadores.

---

<sup>44</sup> A versão digital do *Combate* disponível em [www.marxists.org/portugues/tematica/combate](http://www.marxists.org/portugues/tematica/combate) dá ao manifesto uma péssima resolução, impedindo sua leitura. Entretanto, há a versão integral do texto neste endereço: <http://www.eusou.com/republica/manitr.html> acessado em 27/04/2013. Phil Mailer reproduz, na versão em língua inglesa de seu livro, quase a totalidade do manifesto. Desta forma o acesso ao documento não fica prejudicado.



No item “Poder da inteligência e da economia nas mãos dos trabalhadores” os trabalhadores do República dizem que tem consciência de que há falta de ciência e educação à sociedade, e consequentemente falta uma política de informação que dê o poder da inteligência e da economia às classes trabalhadoras exploradas e pobres. Para isso era necessário tirar o poder da informação das mãos dos demagogos, pois sabiam que era “das profundidades demagógicas que saem sempre à periferia social os tiranos”. Entre os demagogos haviam também setores da burguesia portuguesa que se posicionaram ao lado dos trabalhadores antes do 25 de abril de 1974, “quanto mais não fosse por sentimento poético, no canto e nas armas, ou para a consolidação de futuras clientelas”, mas que abandonaram estas posições depois do 28 de setembro de 1974 e do 11 de março de 1975, passando de antifascistas à autoritaristas, e pretendendo “usurpar a informação para melhor injectarem nas classes exploradas a sua ideologia de classe dominante”. A proposta expressa no Manifesto era aproveitar o momento de acirramento da luta revolucionária, que propiciava o procedimento de uma remodelação completa da política de informação do país, “criando uma informação nas mãos das classes trabalhadoras, independente de todos os compromissos e de todas as solidariedades partidárias, inaugurando uma informação de desforra e de reabilitação, nas mãos dos explorados e dos pobres” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2). E que para isso seria necessário ainda que os trabalhadores passassem a deter a informação de cobertura nacional, tirando o poder de informação das mãos das cúpulas dirigistas. Esta ação estava em conformidade com a defesa do lema de que a emancipação dos trabalhadores terá que ser obra dos próprios trabalhadores.

A realização destes objetivos passava pela forma através da qual os trabalhadores deveriam se organizar, mantendo a liberdade a partir da base, visando a utilização da informação para a transformação da classe trabalhadora “de uma classe explorada e dirigida, para se tornar numa classe dirigente, através dos seus organismos base, cada vez mais consciente, mais responsável e mais livre”. Neste ponto que entrava a função do jornal República, cabendo aos trabalhadores do jornal transformá-lo em um “destes organismos no contexto geral da informação”. Por isso lutavam contra a ingerência partidária, principalmente a ditadura de compadres que o PS pretendia instaurar. O acesso das classes trabalhadoras ao poder da informação não surgiria por decreto ou por qualquer medida institucional, mas sim pela “precipitação das contradições sociais e econômicas”. A participação dos trabalhadores na produção da informação consistia ainda na recusa das informações condicionadas às táticas premeditadas dos que não estavam em conformidade com o andamento da revolução, e

pressupunham uma participação ativa dos trabalhadores, pois a “classe trabalhadora não precisa que informem em seu nome, tem ela própria que informar” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2), impedindo que os interesses partidários se sobreponham aos interesses do conjunto da classe. Oponham-se ainda à que a informação caísse numa concepção espontaneísta da revolução, em que comissões de trabalhadores deixassem de existir com o desaparecimento das condições da luta concreta que a havia feito surgir. Defendiam a estabilidade dos organismos dos trabalhadores e que fossem unitários e de base, com a participação de uma vanguarda surgida na luta, capaz de determinar a ação dos sindicatos e condicionar a ação de organizações e partidos sobre a informação. Os membros da CT do República eram, segundo eles próprios, oriundos de várias organizações e partidos, inclusive do próprio PS, sendo que teriam de “dialecticamente saber acompanhar o desenrolar do processo de informação, como catalisadores e detonadores, ou terão de ser ultrapassados se actuarem como travões e reformistas e contra-revolucionários”. Garantiam assim uma participação na CT não dependente das cores partidárias que cada um dos trabalhadores defendia, utilizando ainda o princípio da revogabilidade como forma de controlar a atuação de cada membro de acordo com o desenrolar concreto da luta. Na luta do República as decisões partiram do local de trabalho e “subiu gradualmente até a centralização necessária na comissão coordenadora (e não controladora) de trabalhadores” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Declaravam por fim a necessidade do poder da informação residir na classe trabalhadora, interferindo nas decisões que diziam respeito à produção da comunicação social e sua distribuição. A estrutura de funcionamento dos jornais deveria ser alterada, transformando o trabalho e as condições em que eram efetuados. Deveriam ser os trabalhadores a determinar que o jornal que produziam, a mercadoria, o fruto de seu trabalho, fosse aplicado em ações ligadas aos interesses da transformação do homem e da vida e “não em objectivos belicistas dos políticos, em privilégio de minorias corruptas ou em exibicionismos partidários”. Terminaram o Manifesto declarando a solidariedade a todos os trabalhadores e soldados portugueses que lutavam por uma revolução da classe trabalhadora e não pelos interesses dos grupos partidários (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Através deste Manifesto é possível perceber uma teorização sobre o papel da informação nos processos de luta escritos pelos trabalhadores que haviam ocupado o jornal República. Os trabalhadores portugueses foram criando, dos desenvolvimentos da luta, também análises sobre a função da informação nos processos revolucionários, e como trabalhadores e os instrumentos dos meios de comunicação social deveriam se articular com

as demais lutas, que ocorriam em empresas dos setores econômicos ligados à produção de bens materiais. Neste sentido propunham inclusive a alteração do fruto do trabalho, o jornal, dando a ele outra função social, de acordo com os interesses da transformação da sociedade, e não um caráter meramente mercadológico, destinado à tiragens recordes. Desenvolveram ainda propostas de estruturação da luta e contra quais inimigos ela deveria se virar. E o apontamento do divisionismo partidário como entrave à uma união da própria classe tornava-se um obstáculo a ser superado para se alcançar o objetivo do socialismo. Evidentemente que havia membros partidários entre os trabalhadores que decidiram pela redação do manifesto, sendo que suas ideologias influenciaram o conteúdo do que foi apresentado. Mas o fato de serem trabalhadores de várias cores partidárias sugere que houve uma superação destas divisões políticas para se chegar a um denominador comum do que está expresso no Manifesto. É possível ainda entender como o desenvolvimento de uma consciência política, construída a partir de lutas concretas e de enfrentamento com a influência dos partidos no interior das organizações dos trabalhadores, identificando ainda boa parte destas agremiações como entraves a serem superados. Era uma posição avançada na luta no setor, mostrando o caráter de mercadoria do jornal e do papel de quem a produz, indicando a função que tal meio de comunicação pode exercer na revolução e na construção do socialismo, com o controle pela base dessa mesma produção.

A abertura do República pelo COPCON em 16 de junho, e sua publicação a partir de 11 de julho levou o PS a sair do IV Governo Provisório, ampliando a crise política e de poder decorrente do acirramento das lutas revolucionárias. O IV Governo Provisório havia sido formado em 26 de março de 1975 e expressava a radicalização decorrente da contenção da tentativa de golpe das forças spinolistas de 11 de março de 1975. De acordo com Ferreira, os ministérios de maior importância foram os da área econômica sendo ocupados pelos grupos mais diretamente ligados ao “processo de transição ao socialismo”. Esta nova composição resultou na aceleração do processo de nacionalização de vários setores da economia portuguesa, buscando articulá-lo com projetos de planificação econômica. Foram nacionalizados os “setores básicos da economia: eletricidade, refinarias, adubo, siderurgia, tabacos, cervejas, construção naval, metalomecânica, cimentos, petroquímica, transportes, produtos sódicos e cloratos”, sendo que estas nacionalizações deveriam ser articuladas de forma integrada com o “projeto de Sines; o plano siderúrgico; o programa de parques industriais; a rede nacional de transportes; o projeto de Alqueva; o complexo de Cachão; o programa nacional de informática e o plano diretor dos hospitais centrais e especializados”. O

objetivo era estimular em curto e médio prazo o desenvolvimento econômico do país, aumentando ainda o poder de compra dos trabalhadores e pequenos e médios proprietários (FERREIRA, 1977, p. 246). Ainda foram realizadas expropriações de terras nas áreas não irrigadas e com dimensão maior que 50 hectares, no intuito de realizar a reforma agrária, criando ainda o Crédito Agrícola de Emergência. Outra ação importante do IV Governo Provisório foi a criação da estrutura legislativa para tais projetos, no interesse da “transição para o socialismo”, no qual pode se destacar as Bases Gerais dos Programas de Medidas Econômicas de Emergência, dando ainda ao Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica funções legislativas e executivas, sendo assim o eixo articulador dos demais ministérios (*Idem*, *Ibidem*, p. 245).

Estas medidas eram a concretização das ações para a consolidação do capitalismo de Estado apresentado sobre o nome de “transição para o socialismo”. Entretanto, a radicalidade da luta desencadeada pelos trabalhadores a partir dos locais de trabalho e moradia criava a necessidade das ações do novo governo se apoiar nos organismos de luta desenvolvidos pelos trabalhadores, tanto mais que estes mesmos trabalhadores passaram a intensificar a pressão sobre o Estado pela resolução dos inúmeros problemas que surgiam. Neste ponto é interessante acompanhar o posicionamento de João Martins Pereira, Secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, subordinado ao Ministério de Indústria e Tecnologia, comandado no IV Governo Provisório por João Cravinho. Em seu livro *O Socialismo, a Transição e o Caso Português* há um anexo com uma entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, de 17 de junho de 1975, em que ele defende o caráter progressista do controle da produção por órgãos de trabalhadores em ação conjunta com o aparelho de Estado, com o intuito de gerir setores econômicos de forma conjunta sem que se realizassem necessariamente a nacionalização de todas as empresas do setor. Afirmava ainda que esta articulação teria um caráter mais progressista que as próprias nacionalizações, já que elas poderiam levar a uma acomodação dos trabalhadores em decorrência do Estado se tornar o patrão nestas empresas. Segundo João Martins Pereira,

há, portanto, um conjunto de empresas, de comissões de trabalhadores ou de controlo de produção. O Estado, por sua vez, em ligações com estas comissões, vai, de certa maneira, reorganizar o sector, impor determinadas normas, intervir na repartição de investimentos e, inclusivamente, das próprias encomendas (PEREIRA, 1976, p. 296).

É possível perceber que havia dentro da chamada “equipa econômica” do IV Governo Provisório uma tentativa de aproveitar a ação dos trabalhadores no controle e gestão

das empresas ocupadas, ou mesmo nas quais as CTs atuavam paralelamente às instâncias administrativas. O caminho pretendido era articular um projeto de controle da produção baseado nas iniciativas dos trabalhadores nos locais de trabalho, mas cuja organização para fora dos muros das empresas coubesse aos organismos do aparelho de Estado. Estes organismos teriam como função coordenar as empresas de determinado setor econômico, impondo objetivos produtivos ligados aos interesses decorrentes do planejamento econômico estatal<sup>45</sup>. Exemplos de criação de grupos de trabalho de articulação entre organismos de base e órgãos estatais foram tentados no setor dos pequenos e médios estaleiros navais e também em quatro médias empresas da área da metalomecânica. Neste último caso, os trabalhadores já haviam criado “um secretariado comum a essas empresas” e o Ministério da Indústria iria criar um “grupo de trabalho para coordenar os vários projetos comuns” (*Idem*, *Ibidem*, p. 297). Neste sentido havia um claro interesse de alguns setores do IV Governo Provisório em enquadrar as iniciativas criadas pelos trabalhadores nos locais de trabalho dentro do objetivo da planificação econômica do Estado. O caminho para isso seria a institucionalização de órgãos de base dos trabalhadores, cujas estruturas coordenadoras não estariam sobre o controle destas mesmas bases, pois seriam decorrentes dos aparelhos de Estado, nomeados diretamente pelos grupos que estavam no comando do poder político-militar, principalmente a ala mais à esquerda do MFA e o PCP. Estas medidas se inseriam no que era chamado de “controle da produção”, uma ação que representaria a criação de canais de controle dos trabalhadores sobre o processo de produção e distribuição mediado por instituições estatais, como necessário início da intervenção dos trabalhadores na gestão social.

No texto de trabalho *Notas sobre «controle da produção»*, preparado para se debater o tema no âmbito interno do Ministério da Indústria e Tecnologia do IV Governo Provisório, e provavelmente escrito por João Martins Pereira, há a definição de controle da produção como “uma acção, por parte dos próprios trabalhadores, tendente à assegurar que a unidade produtiva (ou sector) em que se inserem” estivesse sendo utilizada “da forma mais adequada, tendo em vista o esforço colectivo global no sentido da instauração de uma sociedade socialista” (*Idem*, *Ibidem*, p. 299). Esta “forma mais adequada” caberia a ser definida pelo Estado, já que seria necessário superar o “egoísmo de empresa”, existente ainda no período de transição. Mas esta proposta de trabalho diferia dos demais processos de estatização ocorridos ao longo do século XX, principalmente na órbita da esfera de influência da URSS, pois teria o

---

<sup>45</sup> Artur José Castro Neves afirma que o projeto centrado no controle operário foi o caminho pretendido pela “equipa económica” do IV Governo Provisório para “cumprir sua missão histórica”, cujo objetivo era “levar à cabo o desmantelamento dos principais grupos económicos e financeiros portugueses” (1976, p. 29).

cuidado de evitar os inconvenientes decorrentes das medidas tomadas de cima para baixo. Neste sentido caberia ao Governo e ao Conselho Superior da Revolução suscitar o debate sobre o tema, bem como “definir uma clara política de apoio a experiências já em curso” promovendo ainda uma articulação com as experiências que viessem a surgir nas empresas nacionalizadas. Havia ainda no texto de trabalho a divisão de tarefas entre as distintas instâncias a serem criadas para o “controlo da produção”, apresentadas como “orientações” a serem seguidas. Os trabalhadores deveriam “ter a faculdade de organizar o trabalho a nível de oficina ou de serviço, devendo ficar claras as responsabilidades, quer do ponto de vista de produção, quer do ponto de vista disciplinar”, garantindo ainda o acesso às “comissões de controlo da produção” de toda a informação referentes ao conjunto global do processo económicos, salvo em casos excepcionais e com a necessária justificação (*Idem*, *Ibidem*, p. 302). Tratava-se afinal, “de efectuar um encontro entre estruturas de controlo de iniciativa governamental e estruturas de controlo provenientes da base”, colocando como necessária a esta proposta “a transformação radical do aparelho de Estado, bem como a sua própria função – sem o que não haverá sociedade socialista” (*Idem*, *Ibidem*, p. 300-301).

Nesta proposta realizada pela “equipa económica” e expressa por João Martins Pereira, percebe-se o intuito de se aproveitar das iniciativas de base dos trabalhadores na construção do que viria ser para eles o socialismo. Havia a necessidade de garantir a participação dos trabalhadores neste processo, não sendo apenas uma ação imposta de baixo para cima, garantindo aparentemente uma participação democrática da base dos trabalhadores. Aparentemente pois a faculdade de participação dos trabalhadores estava restrita “ao nível das oficinas”, sendo que as formas de definição das responsabilidades produtivas e disciplinares não são claramente expostas, ficando provavelmente submetidos aos órgão de gestão setorial que seria resultante do “encontro entre estruturas de controlo de iniciativa governamental e estruturas de controlo provenientes da base”, a ser criado neste momento de transição ao socialismo e necessário a se superar o egoísmo de empresa. Nos esforços de se levar à frente o projeto de gestão setorial entre as empresas da metalomecânica – que serve neste ponto apenas como exemplo para se entender os interesses desta proposta política-económica –, afirma Ricardo Noronha que o Comissariado criado para gerir este setor seria composto por dois elementos nomeados pelo Secretário de Estado da Indústria, sendo um o presidente, e dois elementos de uma Comissão Coordenadora das CTs das empresas envolvidas. A estrutura criada neste setor da economia portuguesa

respeitava a autonomia de cada unidade produtiva na gestão quotidiana, chamando a si a definição dos objectivos estratégicos e do planeamento ao nível das reconversões e especializações produtivas, nomeadamente no que dizia respeito a contratos de aquisição de equipamentos ou aos planos de investimento, onde deveria ter como prioridade o funcionamento do conjunto do sector (NORONHA, 2010, p. 469).

É possível perceber na proposta uma paridade entre membros do Estado e membros oriundos das CTs. Mas se no âmbito das CTs havia um controle de base, o mesmo não pode ser dito sobre a nomeação por parte do Secretário de Estado na Indústria. Inclusive o fato do membro nomeado pelo Estado ser o presidente evidencia que esta articulação entre órgãos criados pela iniciativa dos trabalhadores e os órgãos estatais comportava uma hierarquia pela qual a preponderância era do Estado. Porém, o resultado eleitoral de 25 de abril de 1975 criou barreiras difíceis para a implantação destas propostas econômicas do IV Governo Provisório, devido à falta de legitimidade eleitoral. A alternativa foi, segundo José Maria Carvalho Ferreira, “encontrar legitimidade junto das massas trabalhadoras dos centros urbano-industriais e das regiões de grande latifúndio. A ‘batalha da produção’ foi a expressão ideologizada desta estratégia” (1997, p. 247). Mas a contestação das medidas de nacionalização realizadas pelo PS e pelo PPD, os partidos que saíram vencedores da eleição, encontraram apoio em parte da população que era contrária à estatização e ao domínio ideológico e prático do PCP no aparelho de Estado e na imprensa. Esta contestação levou, aliada ao “caso República”, à saída do PS e do PPD do IV Governo Provisório, instaurando uma crise que resultou no fim do governo em 8 de agosto de 1975.

Não foram apenas PS e PPD que se retiraram do IV Governo Provisório. O próprio João Martins Pereira pediu demissão de seu cargo de Secretário de Estado da Indústria e Tecnologia em 16 de julho de 1975. No texto *Razões de uma demissão*, o ex-Secretário de Indústria aponta como principal motivo para sua demissão a divisão causada pela ação dos partidos, principalmente o PCP e PS, como impeditivo para levar adiante o projeto de construção do socialismo, que deveria ser pautado na ligação entre massas e partidos com o objetivo de construir um bloco social revolucionário. Ao invés disso, preferiram priorizar as lutas cupulistas para ocupar os aparelhos de poder e os cargos de influência sobre os dirigentes. Estas lutas tiveram ainda consequências na estrutura do MFA, levando à existência de uma multiplicidade de centros de poder no movimento (PEREIRA, 1976, p. 281-284). Esta multiplicidade de centros de poder estava relacionada à formação dentro da Assembleia do MFA e do Conselho da Revolução de três correntes ligadas a três grupos políticos principais: havia uma corrente moderada ligada ao PS, mais interessada em acompanhar os resultados

eleitorais; uma corrente ligada ao PCP, que estava se generalizando no seio do MFA; e uma terceira corrente ligada aos grupos esquerdistas, principalmente ao PRP/BR, ao MES e à UDP, cujos oficiais estavam majoritariamente no COPCON, e acusavam o projeto do PCP de reformista (FERREIRA, 1997, p. 182). Esta situação impediu o exercício da autoridade revolucionária pelo MFA, considerada por João Martins Pereira como necessário para a imposição das medidas que viabilizariam a transição para o socialismo. O compromisso assumido pelo MFA com os partidos através do Plano de Ação Política foi feito em um momento que não se poderia mais realizar compromissos com os partidos, correndo o risco de se iniciar uma nova crise (PEREIRA, 1976, p. 284)<sup>46</sup>. E ela veio logo à seguir, com o “caso República”, e dias antes da reabertura do jornal, com a aprovação do Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, em 8 e 9 de julho de 1975. Este documento havia sido elaborado por oficiais da 5ª Divisão e do COPCON, representando uma “convergência de interesses estratégicos conjunturais do PCP e dos grupos esquerdistas”, seguindo as bases programáticas “do PCP na ‘construção do socialismo’ e as de ‘poder popular’ elaboradas pelos grupos esquerdistas (ou seja, pelo MES e em menor grau pelo PRP/BR e UDP)” (FERREIRA, 1997, p. 183). O “poder popular” constituía uma estruturação a partir das assembleias locais e municipais, passando pelas assembleias populares por Distritos e Região, coordenada superiormente pela Assembleia Popular Nacional. Estas estruturas seriam a “síntese prática das atividades das Comissões de Trabalhadores, das Comissões de Moradores e das Comissões de Aldeia em articulação simultânea com as estruturas militares nos níveis local, regional e nacional” (*Idem*, *Ibidem*, p. 83). João Martins Pereira acreditava que o documento-guia era uma “prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista”, mas tal projeto passava por uma profunda autocritica do MFA que consistia na crítica tanto às tentativas de paralisações do país proposta pelo PS, quanto ao alarmismo do PCP que poderia preannunciar uma guerra civil. Ao MFA “teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstruir um prestígio que ele próprio considera[va] abalado”. Ao Secretário de Estado da Indústria não cabia muito à fazer, pois a indústria não estava bem nem mal entregue, sendo que o problema não era esse. O problema era que a “indústria «segura-se» no dia que se «segurar» a economia, e nesse dia «segura-se» o próprio processo revolucionário”. Mas isto só seria possível de ser realizado “politicamente, ao mais alto nível político, ao nível MFA” (PEREIRA, 1976, p. 284-285). Neste sentido João Martins Pereira confiava a luta pela

---

<sup>46</sup> Segundo José Maria Carvalho Ferreira, “o Plano de Ação Política, aprovado pelo CR, em 20 de junho de 1975, tinha sido elaborado pela Assembleia do MFA” após um acordo consensual das três correntes existentes no movimento, “não obstante existir uma relativa hegemonia das bases programáticas defendidas pelo major Melo Antunes e pela corrente afeta ao PS”.



construção do socialismo em Portugal ao papel político que caberia ao MFA em articulação com os organismos de base criados pelos trabalhadores, exercendo desta forma sua autoridade revolucionária. Na falta de um partido político que cumprisse sua função revolucionária (o que para ele o PCP não poderia executar) sobraria à instituição militar arcar com a direção da construção do socialismo, mesmo que fosse necessário sacrificar algumas cabeças.

Este posicionamento de João Martins Pereira e, de certa forma, da equipe econômica do IV Governo Provisório se opunha, segundo Castro Neves, às tentativas de estatização centralizada pretendida pelo PCP, através de uma integração autoritária dos grupos sociais, sendo utilizada como instrumento ideológico e prático a “batalha da produção” (1976, p. 29). O objetivo deste grupo interno ao governo era aproveitar o dinamismo social proporcionado pelos trabalhadores portugueses desde o 25 de abril de 1974, destruindo o Estado construído durante o salazarismo e edificando um novo, cujas bases estariam na articulação dos aparelhos estatais de gestão da economia com os órgãos dos trabalhadores<sup>47</sup>. Entretanto, o MFA não seguiu estas diretrizes, sendo que a divisão partidária mostrou suas consequências, principalmente com a dissolução do IV Governo Provisório e a formação do V Governo, o que acirrou da luta institucional.

---

<sup>47</sup> Artur José Castro Neves faz uma exaustiva análise do posicionamento de João Martins Pereira, apresentado suas propostas como um projeto portador de uma transformação na cultura política portuguesa, o que apesar das críticas apresentadas, era uma proposta positiva, principalmente por reconhecer o caráter autônomo do movimento operário.



Figura 2 – Comunicado do plenário da Rádio Renascença informando sobre a ocupação do emissor de Lisboa, publicado no número 24 do *Combate*.

A luta na *Rádio Renascença* serve como um interessante ponto de partida para se perceber como ocorreram os movimentos dos partidos de esquerda durante o V e o VI Governos Provisórios até o 25 de novembro de 1975. A R.R. estava em luta desde antes de março de 1975, segundo o comunicado produzido por trabalhadores da divisão de Lisboa e publicado no *Combate* em 30 de maio de 1975, sob o título “RR: Deus ao ataque, o diabo riposta”. A partir desta data os trabalhadores passaram novamente a controlar o conteúdo transmitido pela emissora, cuja proprietária era a igreja Católica, retirando publicidade e programas comerciais, além de explicarem os motivos da luta. Uma Comissão Mista nomeada pelo Ministério da Comunicação Social passou a negociar com os trabalhadores, tendo como função ainda tentar garantir os pagamentos. No comunicado os trabalhadores relatam manobras do patrão para enfraquecer a luta, apontando também a divisão interna entre trabalhadores tanto decorrentes das diferenças de consciência, quanto entre os trabalhadores do Porto e de Lisboa. Após o 11 de março de 1975, voltaram ao “ar” depois de tentativas contra-revolucionárias de boicote à Rádio Clube Português, com o objetivo de “suspender a greve e colocar a estação ao serviço da Revolução e do Povo Português, colaborando ainda com o MFA” (COMBATE, 1974, n. 24, p. 4). A luta continuou frente as medidas tomadas pela Comissão Mista nomeada pelo governo e as tentativas de manobras do patrão com o intuito de dividir os trabalhadores, principalmente através do pagamento de ordenados e participação nos lucros a apenas alguns trabalhadores. No que se refere às transmissões de cunho religioso apenas as missas dominicais continuavam a ser transmitidas, sendo recusadas as demais, como as da Semana Santa.

Na primeira página do *Combate* deste mesmo número 24 há outro comunicado, este já datado, de 26 de maio de 1975, relatando os resultados do plenário realizados pelos trabalhadores neste mesmo dia. Afirmam que frente à falta de garantia da Comissão Mista nomeada pelo governo para o funcionamento da estação, da ação contrarrevolucionária do Conselho de Gerência e a “necessidade de defender um Órgão de Comunicação Social da importância da Rádio Renascença contra manobras que não servem o processo revolucionário em curso” decidem ocupar as instalações da estação de Lisboa para colocá-la à serviço das classes trabalhadoras. Esta decisão foi feita após a análise dos trabalhadores sobre as condições políticas do momento e a necessidade de reforçar a aliança Povo-MFA. Esta ocupação era ainda decorrente da interpretação da “posição da Assembleia do MFA quanto à ligação das Forças Armadas com os órgãos democráticos e revolucionários representativos dos trabalhadores”, marcando a ocupação das instalações da R.R., nos estúdios emissores de

Lisboa, para o dia seguinte a fim de garantir a sobrevivência dos trabalhadores e a “transformação da R. R. numa estação autenticamente popular e ao serviço da revolução”, esperavam ainda a identificação “clara e activa” com as massas populares, já que sem esta identificação tais objetivos não seriam alcançados (*Idem. Ibidem*, p. 1).

A partir desta ocupação os trabalhadores passaram a transmitir uma série de comunicados feitos pelos trabalhadores, divulgação das greves e manifestações e o apoio às mesmas, com o claro intuito de auxiliar no processo de construção do socialismo. Um exemplo foi dado pelos trabalhadores da Cooperativa Novo Rumo que emitiu, quando ainda estavam ocupando a empresa em sistema de autogestão, um comunicado contestando uma informação veiculada pelo herdeiro do antigo patrão na imprensa diária. Porém, o comunicado dos trabalhadores “nunca foi publicado na imprensa, só foi lido integralmente pela Rádio Renascença no noticiário. Depois a R.R. fez ainda uma entrevista que foi para o ar nesse mesmo dia depois da meia-noite, mas de resto a imprensa diária pouca atenção deu ao comunicado” (*Idem*, nº 25, p. 2). A divulgação das lutas em uma emissora de grande audiência como a RR amplificava a possibilidade das diversas lutas serem difundidas a um número maior de trabalhadores, retirando-as do isolamento, principalmente quando parte considerável da imprensa ignorava tais ações, ou mesmo se recusava a publicar. E isso após os trabalhadores se apropriarem da infraestrutura da empresa e passarem a geri-la. A difusão das informações das lutas e a importância que isso revestia em um momento de radicalização do processo revolucionário e de intensa polarização social preocupava os patrões que perdiam o controle sobre suas empresas e sobre a própria sociedade. No caso da RR atacava diretamente a igreja Católica, uma das principais instituições de controle ideológico detido pelos setores conservadores. Nesta situação a ocupação da RR pelos trabalhadores extrapolava os limites da emissora se tornando uma disputa com os setores radicalizados do MFA que estavam no poder.

Os trabalhadores deixaram clara tal afinidade com o movimento militar ao se colocarem a favor da Aliança Povo-MFA no documento em que reproduzem as decisões do plenário de 26 de maio de 1975 em que decidem ocupar a emissora de Lisboa. E os administradores da RR, organizados no Conselho de Gerência, que foi retirado da empresa, obviamente perceberam a ligação entre a ação na emissora e a ligação com a disputa pelo poder político institucional. Em outro comunicado dos trabalhadores da Rádio Renascença, publicado pelo *Combate* no número 25, sob o título “R.R.: Os bárbaros e os anjinhos do Senhor”, os trabalhadores que ocuparam a emissora denunciavam esta ligação feita pelo

Conselho de Gerência. Com o objetivo de mostrar ao povo português o caráter contrarrevolucionário da entidade patronal que comete uma série de imoralidades à sombra do nome da Igreja.

No seu último delírio, a que chama o «assalto à R.R.», o conselho de gerência usa e abusa da espantosa capacidade de distorção que o caracteriza e, o que é significativo, revela que o alvo principal de seus ataques é o Movimento das Forças Armadas e não a acção isolada dos trabalhadores (*Idem*, 1975, nº 25, p. 5).

Talvez o conselho de gerência não estivesse delirando tanto assim já que os próprios trabalhadores quando decidiram ocupar as instalações afirmaram a ligação com o processo revolucionário em curso, apesar de ter como objetivos práticos também a garantia de empregos. Este posicionamento dos trabalhadores da Rádio Renascença permite perceber as esperanças que diversos grupos de trabalhadores depositavam nas forças militares do MFA, expressa neste caso no fortalecimento da aliança Povo-MFA. A aliança representava a ligação de uma luta autônoma nos locais de trabalho, muitas vezes conduzidas de forma coletiva e com participação ativa de boa parte dos trabalhadores, tendo o controle pela base das poucas instâncias hierárquica, com uma instituição por princípio hierarquizada e cuja disciplina não estava sob o controle das instâncias de base. E isso mesmo que no interior das Forças Armadas estivesse ocorrendo mudanças estruturais que alargavam a participação dos soldados e oficiais de baixa patente. A chamada à disciplina militar pelos altos oficiais poderia ser feita a qualquer momento, sendo que a esperança depositada pelos trabalhadores nesta instituição os deixava refém de decisões que não seriam por eles tomadas. Voltando aos meios de comunicação social, eles passaram a cumprir um papel primordial neste momento e todos os envolvidos perceberam tal importância. Como os próprios trabalhadores dizem no comunicado eles apenas se anteciparam à ação de “ocupação conjunta” que estavam planejando o conselho de gerência e os produtores com os quais estavam reunidos. E mesmo a integridade física dos aparelhos emissores estava em risco, já que o objetivo era por fim às transmissões.

Quanto aos pedidos «de defesa e protecção das instalações de R.R.» contra os bárbaros e sanguinários trabalhadores, para além de ser um velho estribilho veio a revelar-se fundamentado: houve uma criminoso sabotagem no emissor de F. M. de Monsanto – SÓ QUE FOI PRATICADA POR DOIS ELEMENTOS AO SERVIÇO DO CONSELHO DE GERÊNCIA! (*Idem*, *Ibidem*, p. 5)

José Maria Carvalho Ferreira afirma que o conflito na Rádio Renascença eternizava-se, intensificando o conflito entre o poder instituído e a igreja Católica. A ação era promovida

pelos trabalhadores e por militantes da UDP, do MES e do PRP/BR, que passaram a dirigir a luta na rádio. Foi através da Rádio Renascença que se lançou o slogan do “poder popular”, criado teoricamente pelo MES. Criaram ainda sérias divergências no seio da hierarquia da igreja e nos partidos que também se apoiavam no eleitorado católico (1997, p. 184-185). No Verão Quente de 1975 estas ações seriam combustíveis para os ataques à diversas sedes dos partidos de esquerda no Norte do país. A ocupação dos meios de comunicação social se transformou em instrumento do processo revolucionário, só que nas mãos dos partidos.

Mailer relata que a Rádio Renascença “matraqueava” inúmeras canções revolucionárias de Portugal, de Cuba, do Chile e da França de 1969. Com uma raio de alcance de 60 km a partir de Lisboa transmitia programas voltados aos trabalhadores agrícolas durante a manhã e à noite programas para os outros grupos de trabalhadores, com informações sobre lutas de soldados da França e da Itália, além de leitura de extratos de jornais de outros países. Durante os meses de setembro e outubro a R.R. estava firmemente nas mãos da UDP e o PRP/BR, criando uma situação em que “os governantes não podiam governar frente a tal oposição” (1978, p. 170).

A luta na RR se inclui na polarização política evidenciada durante o V e o VI Governos Provisórios. Principalmente pela polarização entre os setores conservadores representados principalmente pela igreja Católica e os grupos sociais por ela influenciados, principalmente no Norte do país. O V Governo Provisório formou-se em 08 de agosto de 1975, após a saída do PPD e PS do IV Governo Provisório, sendo inteiramente composto por políticos ligados ao PCP, MDP/CDE e independentes de esquerda. Segundo José Maria Carvalho Ferreira, “o objetivo principal consistia em sistematizar a racionalização dos setores básicos da economia, realizar integralmente a reforma agrária e estruturar institucionalmente os limites específicos dos setores público e privado da atividade econômica” (1997, p. 248). A composição do novo governo possibilitou a aceleração dos processos de nacionalização, como o monopólio da CUF, e tais medidas eram vistas como o aprofundamento do projeto de construção do socialismo. Esta situação deixaram alarmados os setores moderados e conservadores do MFA e das Forças Armadas, como boa parte da sociedade que eram por eles apoiados e contrários ao PCP. O resultado foi a divulgação de um documento programático, que se tornou conhecido como “Documento dos Nove”, elaborado por

membros moderados do MFA<sup>48</sup> pertencentes ao Conselho da Revolução. Suas posições eram moderadas e mais próximas do modelo de socialismo apregoadado pelo PS. Além disso, o grupo se opunha ao Diretório (ou triunvirato) formado por Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Otelo Saraiva de Carvalho, ligados a PCP e aos partidos mais à esquerda. O “Documento dos Nove” tinha como ponto essencial, segundo Mailer, a análise de que “a revolução estava a ir depressa demais, em resultado do que a estrutura social e cultural do país estava a deteriorar-se”, apontando a divisão do país entre o Norte e o Sul e a formação de um governo burocratizado e autoritário, nos moldes dos países da Europa do Leste. No aspecto econômico se dispunha a manter as relações com aos países da Europa Ocidental, bem como Oriental, ou seja, com qualquer país que quisesse manter relações comerciais com Portugal (1978, p. 142). O “Documento dos Nove” recebeu forte apoio do PS, PPD e CDS.

Um grupo de oficiais do COPCON também publicou um documento em 13 de agosto, intitulado *Proposta de Trabalho para um Programa Político*, em que criticava o PCP e sua prática sectária nos governos de freguesia e nos bancos, como também não se colocava a fazer concessões à direita. Era uma proposta alternativa tanto ao PCP quanto ao PS, ou, no âmbito militar, aos militares próximos à Vasco Gonçalves e ao “Grupo dos Nove”. Propunha, dentre outras coisas, uma aproximação com os países do Terceiro Mundo e de língua portuguesa, reforçando a aliança Povo-MFA e fortificando os órgãos de poder popular. Conseguiu amplo apoio dos grupos de extrema-esquerda. A divisão política da sociedade portuguesa se refletia no interior do MFA, o que acabou fortalecendo o “Grupo dos Nove”, e a perda de influência do PCP. Para José Maria Carvalho Ferreira, além da falta de identificação de grande parte da população com as propostas do IV e V Governos Provisórios, outros fatores contribuíram para a queda deste último governo, como a influência ideológica da igreja no norte, e seu anticomunismo, fortalecendo as posições conservadoras e a chegada dos refugiados de Angola. Devido à forte oposição, em 19 de setembro de 1975, o V Governo provisório foi destituído (1997, p. 248-249).

Antes, em 25 de Agosto, foi criada a FUR (Frente de Unidade Revolucionária), que segundo Mailer, “iria mostrar-se um dos namoros mais curtos (entre o Partido Comunista e a ‘esquerda’) da história”, durando na prática um dia, já que na manifestação do dia seguinte, à favor da “continuação do processo revolucionário”, o grupo 1º de maio abandonou a FUR

---

<sup>48</sup> Assinaram o documento os capitães Vasco Lourenço e Souza e Castro; os majores Costa Neves, Melo Antunes, Vitor Alves, Canto e Castro e Pezarat Correia; o comandante Vitor Crespo e o tenente-coronel Francisco Charais.

antes do desfile e o PRP/BR e o MES fizeram o mesmo durante o trajeto (1978, p. 145-146). Mas formação do VI Governo Provisório e a preponderância do PS e PPD, apesar da permanência do PCP, daria novo fôlego à FUR. O objetivo era reunir as “forças revolucionárias” contra os dois partidos preponderantes e a extrema-direita. A polarização política e social se acentuou ainda mais, com o aumento dos atentados à bomba, as brigas entre os partidos de extrema-esquerda e o aumento da ocupação de terras. A estrutura hierárquica e a disciplina das Forças Armadas se desintegrava frente o surgimento de vários grupos, da extrema-direita à grupos autônomos de soldados de esquerda (*Idem*, *Ibidem*, p. 174-175). A ação do governo era tentar eliminar os excessos, limitando a ação dos trabalhadores, disciplinando o aparelho de Estado e estabelecer a paz social na sociedade portuguesa. Apesar de haver uma legitimidade não conseguir realizar estes intentos. Manteve a reforma agrária e as nacionalizações, mas não pode conter institucionalmente a oposição. A greve e as manifestações dos trabalhadores da construção civil resultaram, a partir de 13 de novembro de 1975, no cerco do palácio de São Bento, mantendo os ministros presos dentro do edifício. Em 20 de novembro de 1975, o VI Governo Provisório abdicou provisoriamente de suas funções governativas. Na prática entrou em “greve” contra a pressão exercida pelos trabalhadores. A única forma encontrada pelas forças que estavam em maioria no aparelho de Estado naquele momento foi o golpe realizado pelos grupos de direita das Forças Armadas, em 25 de novembro de 1975, com o objetivo de restaurar a ordem na sociedade portuguesa.

A luta e a oposição ao Governo na Rádio Renascença duraram até 07 de novembro, “quando um grupo de especialistas da polícia e um esquadrão de paraquedistas foram de noite às instalações, ordenaram a toda a gente que saísse e colocaram uma bomba no edifício” (*Idem*, *Ibidem*, p. 184). Durante o período em que esteve ocupada, a RR criou muitas expectativas e mostrou também uma característica do processo revolucionário português, de que “as iniciativas tomadas pelos trabalhadores eram assumidas pelos grupos políticos, que começavam então a manobrar as coisas nos bastidores”. Segundo Mailer, “a verdadeira luta ficava submersa pela retórica esquerdista, por demais desconhecida. Os problemas iniciais perdiam-se no pântano do «movimento esquerdista» (*Ibidem*, p. 172)”. O irlandês afirma ainda em nota (da página anteriormente referida) que no caso da Rádio Renascença era possível discernir duas ocupações, sendo que a primeira havia sido realizada pelos próprios trabalhadores e a segunda teria sido uma colonização, tanto ideológica quanto física, por parte de tendências políticas como a UDP.



Talvez seja por este contexto de luta geral, e nos meios de comunicação em particular, que o *Combate* tenha dedicado um Editorial intitulado “Um projecto de trabalho”, de 31 de outubro de 1975, onde mais uma vez fará a avaliação de que a luta era organizada de forma autónoma no interior das empresas, porém articulada entre si pelos partidos, tomando o rumo dos interesses dos grupos políticos ao invés de serem decididos pelos trabalhadores. Os membros do coletivo se distanciavam destes posicionamentos criticando ainda as estadualizações (e não nacionalizações) e a tentativa de conseguir um espaço no capitalismo de Estado por parte dos membros dos grupos políticos que pretendiam uma melhor distribuição de mais-valia para seu controle. Nas condições de agudização dos conflitos sociais, cumpria ao coletivo colocar as escassas possibilidades que tinham no auxílio à unificação autónoma das várias lutas particulares. Neste sentido, afirmando não terem dito nada sobre eles próprios no jornal e nem sobre suas ações mais gerais, a situação exigia que expusessem as suas “concepções de organização e de trabalho, bem como a prática mais geral” que contavam prosseguir. A luta dos trabalhadores naquele momento do desenvolvimento do capitalismo deveria se bater contra os patrões privados, os capitalistas de Estado e os gestores. Os trabalhadores haviam se apercebido disso, mas não haviam formulado ainda claramente um objetivo para estruturar autonomamente a unificação das lutas particulares. Diferentemente, antes do 11 de Março de 1975 os objetivos eram claros, o que mudou de situação com as estadualizações. O caminho apontado pelo *Combate* era acelerar a unificação das lutas e instituições autónomas. “Esta unificação é a base prática de qualquer oposição consciente ao capitalismo de Estado, ao mesmo tempo que constituiu o campo material sobre que se desenvolvem relações igualitárias e comunistas”. Contrariamente aos partidos políticos, não pretendiam “impor ao movimento operário um programa prático ou sistema ideológico originado no exterior do movimento operário”. Pretendiam “rapidificar a unificação das várias lutas operárias ao nível da organização autónoma do movimento operário”. Mas tal situação poderia ocorrer com ou sem a atuação dos ativistas revolucionários. A diferença era o fator tempo, necessitando assim da aceleração deste processo de unificação. Era necessário buscar uma coesão dos que lutavam contra o capitalismo de Estado, em um momento em que os capitalistas buscavam também se unir. Uma possível especificidade da revolução portuguesa era a ultrapassarem dos partidos pelos trabalhadores. Mas mesmo esta situação havia sido percebida pelos próprios partidos, a ponto de quase todos os partidos, e mesmo o aparelho de Estado, se dizer apartidários. A ambivalência da situação necessitava que a mesma não fosse tratada dogmaticamente. A tática permitiu o contato dos partidos com as massas de trabalhadores, mas ao mesmo tempo não

poderiam criar sua própria cova, ao negar o recrutamento e o centralismo. Passaram a ocupar os órgãos autônomos dos trabalhadores e, neste processo, estes passaram a se burocratizar, sendo ultrapassados quando a luta voltava a ascender. O ocultamento do partido nas organizações autônoma dos trabalhadores dificultava o desmascaramento dos mesmos. As massas haviam percebido que os partidos eram dispensáveis, mas não que eram prejudiciais. E o apartidarismo era a única saída para os partidos no contexto revolucionário português. A ação dos revolucionários deveria ser, no entender dos membros do *Combate*, dinamizar a unificação autônoma das lutas contra a centralização dos movimentos sociais pelo Estado. Para isso seria necessário uma federação autônoma das diversas lutas. Ao não terem unificado as lutas e ter esgotado os potenciais reivindicativos nos locais de trabalho, criou-se um caminho para a degenerescência e à burocratização dos organismos criados. Havia ainda a contradição das experiências de autogestão, que ao mesmo tempo que garantia a autonomia nos locais de trabalho, devido ao fato de estarem ainda em sistema capitalista, levava esta forma de organização da produção a reproduzir o capital, a estarem os trabalhadores a gerir sua exploração e, desta forma, degenerar as experiências autogestionárias. A luta deveria partir da base e ser constantemente continuada para evitar sua burocratização (COMBATE, 1975, n. 29, p. 3).

Apesar do campo de ação como ativistas ser mais vasto que o que compunha o jornal e as livrarias, o eixo principal do trabalho era o jornal. Desta forma cinco condições necessárias ao funcionamento do *Combate* foram apresentadas: 1) assegurar a periodicidade de publicação, devido ao jornal ser a base mais constante da prática e cumprir a função de aglutinador revolucionário; 2) não era mais possível acompanhar a luta apenas em suas fases de ascensão, já que devido à necessidade de unificação os fluxos e os refluxos deveriam ser levados em consideração, levando-os a limitar o número de lutas que acompanhavam com regularidade; 3) as entrevistas feitas deveriam se centrar mais nos aspectos gerais da luta e na oposição ao capitalismo de Estado, deixando em segundo plano as características particulares de cada empresa, com o objetivo de desenvolver a unificação das lutas no nível de consciência operária; 4) a unificação material poderia ser conseguida com a realização de encontros entre trabalhadores de diferentes empresas e regiões, buscando desta forma manter a autonomia da luta; 5) a unificação não poderia ficar restrita às fronteiras portuguesas sendo necessário ainda unificá-las em nível internacional, enfrentando a internacionalização dos capitalistas e também as imposições do mercado mundial, abrindo as colunas para a divulgação de lutas em outros países e também buscando realizar encontros entre

trabalhadores portugueses e estrangeiros, quer entre os que laboravam em uma mesma multinacional, quer através de contatos realizados por grupos anticapitalistas (*Idem*, *Ibidem*, p. 3).

Neste mesmo número há uma segunda alteração no Manifesto, buscando acompanhar o desenvolvimento das lutas durante o processo revolucionário português (ver o Anexo 1). A primeira mudança era em relação ao primeiro ponto, alterando o título no sentido de apontar o combate à qualquer tipo de governo e aparelho de Estado, e não apenas a um governo burguês específico. E este combate deveria ser realizado principalmente quando a reconstrução dos aparelhos de Estado se dá com a recuperação de organizações autônomas criadas pelos trabalhadores. O objetivo era lutar contra a utilização destas “organizações na manutenção do domínio do capital e da sociedade de classes”, e que em Portugal se manifestava através das tentativas de enquadramento das lutas com organismos fictícios, como os CRTSM, concebidos externamente às lutas concretas, “revestindo a capa de um apartidarismo sorrateiro”. Esta seria uma primeira posição. A segunda era o combate à reorganização das estruturas do aparelho de Estado “à base da recuperação das comissões de bairro e das comissões de moradores”. A terceira seria a canalização das iniciativas de auto-organização operária para a gestão da economia capitalista, buscando mostrar aos trabalhadores que esta economia era sua economia, institucionalizando e cristalizando as comissões de trabalhadores em órgãos de gestão do capital em consonância com a planificação estatal (*Idem*, *Ibidem*, p. 8).

Um novo ponto era adicionado, o de número 11, que combatia a “batalha da produção” como uma palavra de ordem reacionária, criado com o objetivo de convencer os explorados para o aumento de exploração da mais-valia. Enquanto se mantivesse a organização capitalista da sociedade, “estando o trabalhador efectivamente afastado da gestão de seu trabalho e de toda a vida social”, quaisquer que fossem as formas demagógicas que os capitalistas utilizassem para ocultar este afastamento, tais como controle, intervenção, participação, se manteria “ao mesmo tempo os próprios fundamentos da actual ordem social”. A “batalha da produção” era um mecanismo ideológico utilizando em preferência aos mais repressivos para atingir os mesmos objetivos essenciais, que eram:

1) incremento da mais-valia produzida pelo proletariado. 2) Mergulhar mais profundamente as massas na alienação generalizada, tentando evitar, pelo aumento das horas de trabalho ou intensificação das cadências, as discussões e reuniões de massas no local de produção, e procurando deste modo dificultar a auto-organização operária (*Idem*, *Ibidem*, p. 8).

Com esta exposição é possível perceber a forma como o *Combate* se dispunha a auxiliar nas lutas revolucionárias dos trabalhadores, buscando cumprir uma função revolucionária na articulação autônoma entre as várias lutas particulares desenvolvidas a partir dos locais de produção. Nesta proposta não deixam de assumir uma posição clara sobre o andamento do processo revolucionário em Portugal, criticando duramente os partidos e apontando os prejuízos que causavam à luta autônoma da classe operária, devido ao seu caráter externo à classe e aos seus interesses particulares de constituição do capitalismo de Estado, reprodutor do capitalismo. Os partidos e seus dirigentes são apresentados como novos capitalistas a ocuparem o aparelho de Estado, interessados na exploração e distribuição da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Colocavam a diminuta estrutura do jornal para atuar nesta articulação, alterando de certa forma o método de trabalho do jornal nas entrevistas e nos possíveis conteúdos decorrentes delas. E os motivos para realizar estas alterações era a necessidade de acelerar o processo de unificação das lutas em um momento de acirramento da luta em que os diversos partidos de esquerda e extrema-esquerda estavam agora na oposição ao VI Governo Provisório, e por isso mais interessados na conquista do poder. O caminho que desenvolveram durante os meses de abril de 1974 e outubro de 1975 era o de utilização das lutas criadas pelos trabalhadores para se conseguir realizar a tomada do poder de Estado. Para isso criaram os programas de “controle da produção”, as palavras de ordem do “poder popular” apresentando aos trabalhadores a necessidade de ligarem os organismos criados nos processos de luta a partir dos locais de produção nos esforços produtivos para a reestruturação do Estado e na reconstrução da economia. O desenvolvimento da luta levava à estes posicionamentos, mostrando que o desenvolvimento do coletivo acompanhava o desenvolvimento das lutas que acompanhavam. E este desenvolvimento se materializou na segunda mudança do Manifesto, como na primeira, presente no número 6 do jornal, acompanhava os primeiros passos das lutas operárias, dizendo que das lutas práticas espontâneas dos trabalhadores levavam à formas antagônicas com o modo de produção capitalista (COMBATE, 1974, n.6, p. 1. Vide Anexo 1).

Esta proposta do *Combate* mostrava também as limitações materiais e humanas que dispunha o jornal para cumprir esta função. Talvez fosse neste sentido que o coletivo tenha feito uma crítica à burocratização da CT do *República* no Editorial de número 34, publicado em 16 de janeiro de 1976, num texto de análise do processo revolucionário português. Afirmam no Editorial que houve no *República* uma luta dos tipógrafos e outros trabalhadores contra os jornalistas, que expressava a luta contra o monopólio da informação e da cultura por

parte das camadas intelectuais. O problema foi ter se fechado no grupo de trabalhadores da empresa e não ter-se aberto aos demais trabalhadores. Passou a servir de plataforma aos partidos, principalmente à UDP e ao PRP. Daí a via de isolamento frente ao operariado e de passividade deste em relação aos rumos tomados pela burocratização do jornal. O *Combate* criticava ainda a permanência das formas de trabalho nos marcos do jornalismo tradicional, com a reprodução do monopólio das informações pela classe dominante. A situação poderia ter sido diferente na altura do 25 de novembro de 1975, caso tivessem se aberto, como proposto em reunião de 30 de novembro na Baixa da Banheira, durante o estado de sítio. Mas o que teria realmente impedido foi o aparelhamento partidário da UDP.

Não interessa aqui que o *República* não pudesse ter sobrevivido economicamente durante muito tempo. O fundamental é que podia ter constituído, durante algumas semanas ou mesmo que só durante alguns dias, um instrumento de importância revolucionária incalculável. Aberto às lutas operárias, aberto *directamente* à colaboração operária, fazendo das empresas os seus órgãos de distribuição e redacção, o jornal podia ser um elemento importantíssimo para a unificação autónoma das lutas. Mas o proletariado não o conseguiu e os partidos mostraram o seu verdadeiro carácter e suas verdadeiras funções preferindo destruir o jornal a deixá-lo contribuir para o desenvolvimento do movimento autónomo, que na sua voragem arrastaria Estado, partidos e todos os apêndices do capitalismo (*Idem*, 1976, n. 34, p. 6).

Nesta proposta o veículo de informação era apresentado como elemento de unificação das lutas autónomas, principalmente pela experiência desenvolvida pelos trabalhadores que trabalhavam no *República*. A crítica ao monopólio da informação e do controle da cultura poderia, segundo o coletivo do *Combate*, ter sido alterado com a alteração do trabalho jornalístico. A abertura à participação ativa dos trabalhadores poderia proporcionar uma função diferente ao jornal, de divulgação de experiências de luta e de unificação autónoma das mesmas, pois a informação iria ser produzida e difundida de forma distinta. Não seriam os sistemas ideológicos dos patrões do jornal ou dos partidos políticos que o controlava que seria resultado do produto do labor destes trabalhadores. Poderia ter sido a veiculação de experiências e articulação prática das lutas autónomas, um veículo auxiliar na constituição das relações sociais de produção de novo tipo, nas relações sociais de produção comunista em constituição.

### **Capítulo 3 – “*Um órgão exemplar a servir de modelo do que deve ser um órgão de colaboração ao serviço da boa harmonia empresarial...*”**

Este capítulo apresenta o processo de recuperação das lutas dos trabalhadores em algumas empresas do setor têxtil e, como se dizia em Portugal, do setor da metalo-mecânica ligeira, que haviam entrado em autogestão, adotando posteriormente o modelo administrativo de cooperativas de produção. O interesse de estudar a passagem de empresas em autogestão ao sistema cooperativista se dá por evidenciar a tensão entre um gestão de ruptura com as relações sociais de produção e outra em que estas rupturas aos poucos vão deixando de ser praticadas pelos trabalhadores, restaurando as antigas hierarquias e a disciplina capitalista. O que se propõe neste capítulo é analisar a passagem ao sistema de cooperativas de produção, em dois ramos industriais, não se pretendendo analisar nem o conceito e as características do cooperativismo, e nem da autogestão, para além dos casos concretos referidos. O recorte cronológico escolhido tem por ponto de partida também o 11 de Março de 1975 e se estende até o fim do primeiro semestre de 1976. O motivo desta escolha se deu por representar dois períodos diversos do processo revolucionário que influenciaram, de maneira distinta, as lutas dos trabalhadores nos locais de produção. O primeiro período se inicia com o 11 de março de 1975 e se estende até 25 de novembro do mesmo ano. Nele é possível perceber uma política de maior intervenção econômica do Estado, devido ao fortalecimento e à abertura de espaço ao projeto de governo dos setores à esquerda da coligação dos Governos Provisórios, e que tem como consequências, de um lado, o apoio às lutas dos trabalhadores e, de outro, o seu enquadramento nas estruturas institucionais do capitalismo, enfraquecendo a autonomia destas mesmas lutas, transformando órgãos de luta criados pelos trabalhadores em “modelo do que deve ser um órgão de colaboração ao serviço da boa harmonia empresarial”, como já havia sido dito por um trabalhador da TAP em mesa redonda publicada em 08 de novembro de 1974 (COMBATE, 1974, n. 10, p. 5). O segundo período se inicia com o 25 de novembro de 1975 estendendo-se até o fim do primeiro semestre de 1976, quando houve um golpe de Estado realizado pelas forças conservadoras de direita, em reação ao desenvolvimento das políticas econômicas de intervenção estatal, ocorridas neste segundo momento, fortalecendo desta forma os grupos políticos de direita, e inaugurando um novo período de luta para os trabalhadores, focados na garantia de algumas conquistas alcançadas desde o 25 de Abril de 1974.

# cooperativas

## sua evolução e possibilidades futuras



*O texto que se segue foi escrito por um trabalhador da cooperativa metalúrgica Novo Rumo, e aborda a situação actual das cooperativas.*

*Este texto destina-se a introduzir uma entrevista com vários trabalhadores da Novo Rumo, que publicaremos em breve.*

Continuam as cooperativas o seu processo de luta, agora numa fase que pode considerar-se menos espectacular, mas nem por isso menos desgastante.

Na primeira fase, foi a luta contra os patrões que sabotavam as empresas, descapitalizando-as primeiro e abandonando-as depois, que culminou com os trabalhadores tomarem nas suas mãos, em princípio, a gestão das empresas, para que estas não encerrassem com todas as consequências até ao desemprego e, depois, para adquirirem personalidade jurídica, formando cooperativas.

Claro que foi necessária apenas a formalização legal, que permitisse efectuar transacções e assumir compromissos em nome colectivo, pois a base, ou seja, os trabalhadores cooperantes, já existia desde o tempo anterior, das comissões de trabalhadores e comissões de gestão, em que todos os futuros sócios das cooperativas já trabalhavam unidos para um fim comum.

Fessa foi a fase espectacular, com notícias nos jornais e reuniões constantes nos Ministérios e outros organismos oficiais que coordenavam, ou de alguma forma intervinham, nas actividades e na evolução de todo o processo.

Passou-se então à fase actual, em que os trabalhadores ficaram ainda mais submetidos a uma constante luta, para conseguirem a sobrevivência das cooperativas numa conjuntura que lhes é francamente desfavorável.

Porque o isolamento só as faria de-

saparecer num prazo mais ou menos curto, tornou-se necessário reunir as forças comuns, quer por actividades quer por regiões, no sentido de, com o auxílio mútuo, conseguirem obter no conjunto da economia nacional o lugar que lhes pertence por direito próprio, pois tem demonstrado a sua capacidade de laboração, mesmo na época muito difícil que se atravessa.

\*

Oportunamente apresentaremos uma entrevista na qual se referem algumas diligências efectuadas e medidas que preconizam para garantia da sua sobrevivência e, consequentemente, a manutenção dos postos de trabalho.

Isto é particularmente importante numa fase em que a nossa economia se encontra tão fortemente abalada e em que há tantos milhares de desempregados.

**Figura 3** – Texto com o histórico das lutas nas cooperativas publicado no número 36 do *Combate*.

### 3.1 – As cooperativas

Um texto produzido por um trabalhador da Cooperativa Novo Rumo e publicado no *Combate*, em 11 de fevereiro de 1976, como introdução a uma entrevista realizada com trabalhadores da empresa e publicada em números subsequentes do jornal, é aqui utilizada como um breve resumo das lutas nas pequenas e médias empresas que se tornaram cooperativas, e como introdução à apresentação dos aspectos desenvolvidos durante o processo revolucionário por grupos de trabalhadores nestas empresas.

Continuam as cooperativas o seu processo de luta, agora numa fase que pode considerar-se menos espectacular, mas nem por isso menos desgastante.

Na primeira fase, foi a luta contra os patrões que sabotavam as empresas, descapitalizando-as primeiro e abandonando-as depois, que culminou com os trabalhadores tomarem nas suas mãos em princípio, a gestão das empresas, para que estas não encerrassem com todas as consequências até ao desemprego e, depois, para adquirirem personalidade jurídica, formando cooperativas.

Claro que foi necessária apenas a formalização legal, que permitisse efectuar transacções e assumir compromissos em nome coletivo, pois a base, ou seja,

os trabalhadores cooperantes, já existia desde o tempo anterior, das comissões de trabalhadores e comissões de gestão, em que todos os futuros sócios das cooperativas já trabalhavam unidos para um fim comum.

Essa foi a fase espetacular, com notícias nos jornais e reuniões constantes nos Ministérios e outros organismos oficiais que coordenavam, ou de alguma forma intervinham, nas atividades e na evolução de todo o processo. Passou-se então à fase actual, em que os trabalhadores ficaram ainda mais submetidos a uma constante luta, para conseguirem a sobrevivência das cooperativas numa conjuntura que lhes é francamente desfavorável.

Porque o isolamento só as faria desaparecer num prazo mais ou menos curto, tornou-se necessário reunir as forças comuns, quer por actividades quer por regiões, no sentido de, com o auxílio mútuo, conseguirem obter no conjunto da economia nacional o lugar que lhes pertence por direito próprio, pois tem demonstrado a sua capacidade de laboração, mesmo na época muito difícil que se atravessa (COMBATE, 1976, n. 36, p. 2).

Este texto apresenta de forma sintética o processo revolucionário ocorrido em grande parte das empresas portuguesas após o 25 de Abril. A ação direta de ocupação dos locais de produção e de gestão do processo de produção para a manutenção dos empregos é substituída pelas necessidades de continuar a produção, ao caminhar para a institucionalização das lutas nas estruturas estatais e financeiras do capitalismo, chegando à situação de extrema dificuldade para manter as atividades no período em que foi escrito o texto. O objetivo das linhas abaixo é apresentar mais detalhadamente estes conflitos sociais.

Nas páginas do *Combate* o primeiro momento em que aparece alguma luta dos trabalhadores urbanos que optam pela formação das cooperativas é em uma mesa redonda, publicada em 16 de maio de 1975, e formada por operários de empresas do setor têxtil do Norte de Portugal, em que se debatia a autogestão. A mesa redonda tinha a seguinte composição: três fabricas de produtos têxteis, Sousa Abreu, Ornitex e Manoel da Silva; uma fábrica de acessórios para indústria têxtil, Firma Eduardo Pereira Pinto (EPP); um Grupo de Apoio (GA) às empresas em autogestão, do Porto; e o coletivo do *Combate*. Desta rica troca de experiência entre os trabalhadores das empresas participantes são destacados alguns pontos considerados de maior importância para o que vem sendo analisado nesta dissertação.

### **3.1.1 – A formação das primeiras CT's e a substituição dos “novos patrões”**

Como nos demais casos apresentados anteriormente, e da forma que é expressa pelo trabalhador no trecho de seu texto acima, as Comissões de Trabalhadores (CT's) são formadas inicialmente como órgãos de luta dos trabalhadores para reivindicar seus direitos, e que posteriormente, com a descapitalização das empresas e fuga dos patrões, ocupam as instalações e passam a tomar em suas mãos a gestão das empresas. Esta é uma característica



comum às quatro empresas em particular, como também de uma forma geral em várias empresas em Portugal. As escolhas de membros para as CT's tinham como critério os mais aptos para efetuar as tarefas de gestão. Na EPP, para a primeira CT “se resolveu escolher as pessoas mais válidas, mas procurando sempre que todas as secções estivessem metidas” (COMBATE, 1975, n. 23, p. 6). Segundo Cornelius Castoriadis, no texto *Sobre o Conteúdo do Socialismo, III: a luta dos operários contra a organização capitalista*, este é o primeiro aspecto da socialização no interior das fábricas, que tem como resultado a formação dos grupos elementares, as unidades sociais fundamentais da empresa.

O conteúdo primeiro dessa socialização no grupo elementar é que os operários que o compõem tendem a organizar espontaneamente sua cooperação e a resolverem os problemas colocados pelo trabalho em comum e por suas relações com o resto da fábrica e com a direção (CASTORIADIS, 1985, p. 114-115).

As CTs que surgem no interior das empresas são entendidas aqui como processo de socialização decorrente da organização do trabalho capitalista, através da vivência coletiva no processo de produção. A organização de uma CT é a quebra da autoridade e da disciplina capitalista, criando uma nova disciplina fundada agora na socialização dos grupos elementares, que se projetam para a gestão da produção, enfrentando patrões e os gestores tecnocráticos no interior das empresas, desenvolvendo relações com os demais trabalhadores e alterando os vários aspectos sociais existentes na fábrica.

São os núcleos vivos da atividade produtiva, assim como grupos elementares de um outro tipo são os núcleos vivos de todas as atividades sociais nos diferentes níveis. Em seu seio, manifesta-se já a atitude gestonária dos operários, sua tendência a se auto-organizarem para resolver os problemas que lhes são postos por seu trabalho e por suas relações com o resto da sociedade (*Idem*, *Ibidem*, p. 114-115).

Mas houve várias dificuldades enfrentadas no processo de auto-organização. A primeira a ser mencionada foi o isolamento das CT's em relação à base dos trabalhadores, que, em decorrência disso, passaram a ser vistas como “novos patrões”. Segundo o operário B da EPP, “em início intitulavam-nos [novos patrões], e até chegou a haver diversas coisas – até uma pessoa que estava na comissão saiu na altura e agora lá está metido outra vez... mas agora a coisa normalizou”. O processo de conscientização (mentalização) foi o caminho para resolver este problema. “Ali consideram-se todos iguais e eles estão mentalizados para isso” (COMBATE, 1975, n. 23, p. 6).

Contribuía ainda para o isolamento das CT's o controle das informações e a não difusão das mesmas. O membro do *Combate* aponta que se eles não comesçassem a discutir coletivamente para decidirem o que fazer, os trabalhadores passariam a considerar “as comissões que elegeram como novos patrões”. Após concordar com a afirmação, o operário B da EPP diz que a situação havia mudado. No princípio existia dificuldade na difusão das informações, pois avançavam “coisas que não [deveriam] ter avançado”, mas que no momento da mesa redonda a situação era diferente: “qualquer coisa que se tente fazer, evidentemente que reunimos e esclarecemos: é isto e aquilo, vocês estão de acordo? E o pessoal decide” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7-2).

As falas mostram os percalços enfrentados, não se podendo afirmar que há uma situação única de luta, mas que há erros e acertos, e assim se tenta encontrar as soluções para os problemas que eclodem à frente. O episódio da evolução da luta na EPP após a ocupação lança luz sobre o entendimento que os operários vão desenvolvendo ao longo do tempo, ao ver como novos patrões a CT que havia substituído os antigos, apontando a necessidade de manter sob controle das bases os órgãos diretivos criados pelos próprios trabalhadores. Além do mais, no caso da EPP, o critério prático se sobressaiu sobre o critério ideológico para a eleição dos representantes, evidenciando uma preocupação maior dos trabalhadores com a continuidade da produção e pela sobrevivência, do que com qualquer atrelamento a grupos políticos-ideológicos. Na EPP chegaram a trocar de CT, elegendo uma comissão temporária com quatro membros. Esta comissão ainda escolheu “um senhor” que entenderam ser “o mais útil lá dentro para se pôr a frente da nave” (*Idem*, 1975, n. 23, p. 6). Seriam eles que atuariam na transição para o sistema cooperativista.

### **3.1.2 – Da autogestão ao sistema cooperativista**

Havia também dificuldades externas para a continuidade da produção em autogestão, decorrentes de boicotes dos capitalistas no fornecimento e compra de mercadorias. Como os mercados de solidariedade não garantiam todos os recursos financeiros necessários à continuidade da produção há a apresentação de alternativas a estas empresas. Uma delas foi a transformação das empresas em autogestão em cooperativas de produção.

Esta passagem não foi uma iniciativa interna dos grupos de trabalhadores das fábricas ocupadas que constam no *Combate*. Surgiram como sugestões tanto do Ministério do Trabalho, controlado pelo PCP, e da Federação das Cooperativas de Produção, quanto de antigos gerentes das empresas ou até mesmo de trabalhadores de outras empresas, cujos casos

serão apresentados nas linhas que seguem abaixo. O primeiro é anunciado pelo operário A da EPP:

É que nós dentro do cooperativismo – e ainda continuamos a ser, estamos muito longe de atingir aquilo... – desconhecíamos por completo aquilo, de forma que tínhamos que ter pessoas integradas dentro do assunto que nos elucidassem, Procurávamos uma pessoa que realmente nos indicasse, que era a que estava mais dentro do assunto, foi esse tal indivíduo do Ministério do Trabalho, o dr. Gonçalves Pereira, que é um dos bons funcionários, e justamente com outro dr. lá do Ministério, que estão dentro do assunto da cooperativa. Então quando nós necessitamos de esclarecimentos íamos lá e eles diziam: “você terão de fazer assim e assado”. E, nós claro, conforme lá íamos comunicávamos ao pessoal, reuníamos, e dizíamos-lhe as maneiras como se havia de fazer (*Idem, Ibidem*, p. 6).

Na continuação da mesa redonda o mesmo operário volta a referir sobre o passo inicial, dando mais alguns detalhes da iniciativa.

Sem conhecimento como é que vão resolver a coisa? Foi o nosso caso. Nós tivemos, realmente, de seguir um caminho; ora, quem nos elucidou foi uma pessoa que está formada dentro desta orgânica do cooperativismo. [...] Esse Gonçalves Pereira, que é lá funcionário do ministério, explicando a coisa para a gente, disse que teríamos que seguir aquele ritmo para a cooperativa, donde nos deviam ser enviados uns estatutos, como o foram em breves dias, e que terá de ser feito desta norma ou daquela. Claro, os estatutos estão aqui mas não quer dizer com isso que, dizem eles, que se há umas cláusulas aí que nós próprios trabalhadores depois de lerem a coisa e se planearem que for alterado, podem alterá-los de um momento para outro, mas tem que entrar dentro destas linhas para ir para o cooperativismo (*Idem, Ibidem*, p. p. 7).

“Entrar dentro destas linhas” é justamente a primeira ação para limitar a forma de organização dos trabalhadores perante os conflitos sociais. Mas não é muito clara a origem da “elucidação”. O pertencimento de Gonçalves Pereira ao Ministério do Trabalho não é uma certeza, dificultando saber ao certo se a iniciativa de formar a cooperativa partiu mesmo do Ministério do Trabalho. Após o membro do GA dizer que se os operários da EPP “não fizeram as regras do jogo deles, [...] não eram aceites no cooperativismo”, o operário A responde:

Ah pois não. Mas é preciso notarmos uma coisa: esta coisa que falamos agora da cooperativa do Gonçalves Faria [ou Pereira?...] eles não pertencem ao ministério do trabalho, nem tão pouco, eu até desconhecia isso, até julguei que fossem funcionários do Estado. Quer dizer nem pertencem a ministérios nem nada, é uma dependência particular que existe (*Idem, Ibidem*, p. 7).

Cria-se assim uma incerteza quanto à instituição que está a propor a formalização jurídica. Questionado pelo entrevistador do *Combate* sobre a possibilidade de não aceitarem

os estatutos que eram propostos ou mesmos negarem sua existência, garantindo assim a autonomia nas suas formas de organização, foi informado pelo mesmo operário: “não, nós somos obrigados a ter estatutos”. E quem impôs a necessidade foi a “Federação das Cooperativas [que] enviaram-nos os estatutos, e nós agora podemos ampliá-los”. Uma instituição externa à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho aparece como incentivadora do cooperativismo. O membro do *Combate* tenta ainda aprofundar o debate sobre a autonomia nas decisões.

Reparem no seguinte: ou bem que uma comissão de trabalhadores – e nessa altura a discussão de todos os problemas tem de ser feita por todos – ou a comissão de trabalhadores está ao serviço da União de Cooperativas – e nessa altura vai cumprir o que a União disse (*Idem*, *Ibidem*, p. 7).

Esclarece o operário A da EPP que eles não vão à Federação perguntar como proceder: “nós é que organizamos dentro das indicações que tomamos, [nós] é que fazemos os estatutos. [...] Os estatutos vieram e nós agora é que organizamos aquilo, não estamos com a Federação lá dentro” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7). A Federação das Cooperativas de Produção apresenta o modelo de estatuto e os trabalhadores o debatem para decidirem se o aceitam ou não.

Apesar de não poder afirmar a origem certa do incentivo à constituição das cooperativas no caso da EPP, a ambiguidade demonstrada pelo operário mostra que os laços entre a Federação das Cooperativas de Produção e o Ministério do Trabalho são bem estreitos. Assim, o Estado através do Ministério do Trabalho e em conjunto com a Federação das Cooperativas delimita a forma de organização dos trabalhadores nos locais de produção, retirando a autonomia de luta e impondo limites administrativos para a formalização legal das empresas.

No caso da Cooperativa Candimar, pequena empresa de Leça da Palmeira produtora de artefatos metálicos com 12 trabalhadores, há maior clareza das estreitas ligações entre as instituições próximas ao PCP e à Federação das Cooperativas. Como no caso da EPP, a ideia de adesão ao cooperativismo surgiu no Ministério do Trabalho. O detalhe apresentado na entrevista é que após a sugestão, os operários foram encaminhados para as cercanias do Porto, encontrar o “Dr. da Intersindical” que os colocou em contato com o Sr. Carlos Lopes. A seguir, a narração feita pelo trabalhador B sobre o episódio.

“Sr. Carlos Lopes, estão aqui estes senhores que estão numa situação assim e assim, veja o que se pode fazer”. “Sim senhor, meus amigos, então amanhã lá na federação levem o pessoal (fomos parece que uns cinco) que nós

resolvemos isso”. Fomos lá – “apresentem a documentação, preencham isto, preencham aquilo, façam isto e façam aquilo”, e pronto. E dali começamos a entrar na cooperativa e foi assim que chegamos a este ponto. Estivemos no sindicato, no Ministério do Trabalho, fomos a isso tudo, isto é, foi uma manobra entre tudo (*Idem*, 1976, n. 34, p. 5).

A “manobra” narrada esclarece a articulação realizada por Estado, sindicato e a Federação das Cooperativas que tem como um de seus resultados a retirada da autonomia da organização dos trabalhadores, sendo o principal artífice o PCP, que controlava o Ministério do Trabalho, a Intersindical e tinha o auxílio da Federação.

Há ainda a luta na Cooperativa Dínamo, antiga firma Silva Assis e Mamede, de 48 trabalhadores (28 mulheres e 20 homens), que iniciaram sua luta em novembro de 1974 e se constituíram em cooperativa em março de 1975. Na entrevista com um membro da direção é possível ver que, como no caso citado acima, decidiram passar da autogestão à cooperativa após a visita de pessoas da Federação das Cooperativas, pois foi a única instituição que apareceu para apresentar uma solução, considerando eles o caminho correto. Além disso, o diretor da Dínamo acha que há necessidade da existência da Federação, e mesmo que os trabalhadores tenham críticas ao trabalho realizado, que ele vê como decorrente da falta de apoio, “mas vários problemas que nos têm surgido, a malta vem aqui debatê-los e eles têm-nos resolvido” (*Idem*, 1976, n. 40, p. 4 e 5).

Na segunda entrevista com os trabalhadores da Cooperativa Novo Mundo (empresa metalúrgica instalada em Lisboa) há maiores esclarecimentos sobre o funcionamento da Federação das Cooperativas de Produção. Um dos trabalhadores afirma que a Federação não era uma organização com personalidade jurídica, não tinha reconhecimento em cartório e nem escritura. Seu financiamento vinha da contribuição de 1% do valor do faturamento das cooperativas. Além disso, os “elementos que trabalham na Federação são elementos de cooperativas. Portanto aquilo mantém-se de pé com a colaboração monetária ou física de elementos que lá estão”. No caso específico da Cooperativa Novo Rumo, o operário diz: “temos lá um homem a trabalhar a tempo inteiro. Ele faz o seu levantamento como se estivesse aqui a trabalhar” (*Idem*, 1976, n. 39, p. 7).

### **3.1.3 – Das Comissões de Trabalhadores às Direções**

Outra consequência da adesão ao cooperativismo o leitor poderá encontrar na estrutura hierárquica e administrativa da empresa. Quando debatia na mesa redonda o

isolamento das CT's frente à base, o operário A da EPP expõe a influência da adoção do estatuto proposto pela Federação na administração da cooperativa.

Nós lá na nossa casa somos obrigados a fazer uma direcção, não uma comissão de trabalhadores. Nós para formarmos uma cooperativa fomos obrigados a fazer uma direcção, cinco elementos para a direcção, três para o conselho fiscal e três para a Assembléia Geral. Estamos constituídos com 11 elementos, colocados na direcção. Depois [...] da comissão formada fomos legalizar a cooperativa. Então formamos um conselho de disciplina com mais quatro elementos, e esses senhores é que representam lá a direcção, apresentam o método que o indivíduo fez, para a direcção dar então o castigo que ele merece, aplicá-lo ou diminuí-lo (*Idem*, 1975, n. 23, p. 6).

É necessário nesta fala discorrer sobre dois pontos. O primeiro é o controle disciplinar, que escapa ao controle da base, sendo de responsabilidade de uma instância diretiva formada com a criação da personalidade jurídica, que passa a controlar o processo de trabalho dos operários e com a prerrogativa da punição. Esta medida imposta reproduz a disciplina de trabalho capitalista, pois o controle sobre os parâmetros a serem adotados nos processos de trabalho e as formas de cumpri-los não são controlados diretamente por todos os trabalhadores, estando novamente nas mãos de uma instância hierárquica superior. Se antes era o gerente a punir e castigar os trabalhadores, agora é o conselho de disciplina a cumprir esta função. A crítica à adoção do conselho de disciplina é apresentada durante a mesa redonda pelo membro do *Combate*, quando debatiam as impossibilidades para discutirem dentro da fábrica o Contrato Coletivo de Trabalho, apontando que a

a dualidade está precisamente aí [...], estão de acordo em castigar as pessoas que não trabalham, o que quer dizer que vocês têm uma função dentro da fábrica – castigar as pessoas que não trabalham – mas no entanto, para discutir o salário que querem já não pode ser, isso já não podem discutir (*Idem*, 1975, n. 24, p. 6).

Os critérios de organização na fábrica que estavam a ser alterados, constituindo relações sociais de tipo novo, cessam, passando em alguns aspectos, como o da disciplina - de fundamental importância para a organização da produção - a ser responsabilidade administrativa não mais diretamente controlada pelo coletivo dos trabalhadores.

O segundo ponto é criação da direção da cooperativa, com cargos pré-estabelecidos e cuja ocupação visava responsabilizar legalmente os trabalhadores junto ao estado e ao sistema financeiro. Segundo o operário A da EPP, eles foram “obrigados – em acta – a assinar cada qual o seu posto de presidente, secretário, vogal e assim...” (*Idem*, 1975, n. 23, p. 6).

A situação levou o operário da Ornitex a afirmar que as “cooperativas têm aquelas responsabilidades, portanto, há aquela Direção, o Conselho Fiscal, a Administração e isso tudo – portanto, isso passa a ser um método mais ou menos oficial”. Por outro lado, as empresas em autogestão, “sendo distribuídas as tarefas, já não é considerado aquele impacto – ‘ali vai um superior, ali vai o patrão, ali vai este’ – e ao mesmo tempo não ficamos com essas obrigações, de produção e de caixa, como é o vosso caso, que vos emprestam dinheiro” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2). O impacto é que eles deixam de ser apenas trabalhadores, passando a ser também dirigentes. Apesar de nas cooperativas haver possibilidade de destituição e alternância nas direções, a criação dos cargos diminuía a dinâmica de controle pela base dos dirigentes das fábricas. Segundo o operário da Ornitex, isto ocorre “porque as funções da comissão são as mesmas por cada elemento, ao passo que na direção há presidente, secretário e essa coisa toda”. Respondendo, o operário da EPP diz: “exactamente, está legalizada” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

A formação de uma direção com cinco pessoas, mais um Conselho Fiscal e a Assembleia Geral caracterizou a formação administrativa da Cooperativa Dínamo. Em entrevista que aparece no número 40 do *Combate*, de 29 de abril de 1976, um membro da direção diz que havia apenas dois operários da produção na cimeira da empresa, os demais provinham do escritório, da cobrança e do armazém. Segundo o entrevistado, “cada director tem uma função. Por exemplo, eu sou da parte social, há outro que é da parte técnica, outro da parte comercial e há dois que são da parte financeira. A malta distribuiu as funções e cada um de nós trabalha à sua maneira”. Os diretores continuam a trabalhar em seus setores, e as informações sobre o andamento administrativo são apresentadas em reuniões mensais, quando cada um expõe os problemas da área de sua responsabilidade, deixando desta forma de se reunirem diariamente. “Nós reunimos de mês a mês e geralmente aos sábados, que é dia que não se trabalha. Problemas que apareçam de repente, reunimos três ou quatro ou reunimos à noite” (*Idem*, 1976, n. 40, p. 4-5). A divulgação das informações e a colocação destes problemas para a discussão coletiva não ocorrem seja por causa das reuniões restritas ou pelo fato de discutem os problemas fora da jornada de trabalho.

A legislação das cooperativas dificulta que as Assembleias Gerais dos associados sejam realizadas com urgência, criando obstáculos ao controle e à participação direta dos trabalhadores na resolução dos problemas. O fato de estar em autogestão dinamiza e incentiva a participação ativa do coletivo dos trabalhadores. Os limites impostos pela formalização complica a participação ativa dos trabalhadores.

Um membro do Grupo de Apoio (GA)<sup>49</sup> coloca dessa forma a questão. Nas empresas em autogestão, “quem tem todos os poderes deliberativos é a assembleia geral de fábrica. Quando há algum assunto importante a tratar convoca-se uma assembleia geral e ali debate-se o problema”. Para isso é fundamental manter os operários informados de toda a atividade da CT e que ela resolva os problemas o mais rápido possível. “E se for preciso convoca-se uma assembleia geral – perde-se meia hora de trabalho mas isso não é significativo – porque pode criar uma grande divisão dentro da fábrica um simples pormenor, um simples problema, e isso é prejudicial” (*Idem*, 1975, n. 23, p. 6).

A estrutura administrativa da cooperativa impede a participação ativa da forma exposta pelo apoiador. Segundo o operário A da EPP, na “cooperativa não podemos fazer assim uma assembleia geral em qualquer momento, só se for num caso muito grave; nós legalizados como cooperativistas temos de convocar as assembleias com antecedência” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

A consequência deste tipo de diretriz pode ser visto na forma como o diretor da Cooperativa Dínamo entendia o controle pela base e realizava as assembleias. Por um lado dá agilidade na resolução dos problemas, das coisas simples do cotidiano. “Nós quando temos de resolver coisas que a direcção pode resolver, não vamos esperar por uma Assembleia Geral, vemos logo se a coisa esta a correr bem. Se está a correr mal um mínimo de sócios pode convocar uma Assembleia Geral”. Por outro lado, a concepção de que a direcção pode fazer uma coisa que seja positiva a toda empresa sem consulta leva à situação de decidir por investimentos sem passar pela decisão da base. “Claro que se tivermos de comprar uma máquina para o progresso da cooperativa, não vamos convocar uma Assembleia Geral”. Assim, a compra de meios de produção que pode levar à intensificação dos processos de produção e ao aumento da produtividade de cada trabalhador, e consequentemente de sua exploração, é tratada como um “progresso”, que não necessita de participação na decisão da compra.

O procedimento proporciona também a passividade dos trabalhadores no controle e participação na direcção. “A malta pensou formar agora a direcção só com pessoal da

---

<sup>49</sup> Este Grupo de Apoio [GA] possivelmente é o Grupo de Apoio do Porto, o mesmo referido pelo trabalhador da Sousa Abreu no primeiro capítulo. É possível ainda que este GA seja formado por colaboradores do *Combate* da cidade do norte de Portugal, já que na mesa redonda sobre a nacionalização, no número 27 do jornal publicado em 17 de julho de 1975, há, na página 06, o seguinte comentário feito por um dos participantes, indicado como COMBATE: “Nós, por exemplo, estamos metidos num processo de apoio a essas empresas que estão sob controlo directo no Norte” (COMBATE, 1975, n. 27, p. 6).



produção; convidamos pessoas mas ninguém está para isso, porque isto obriga a sacrifícios...” A direção até pediu demissão para que outras pessoas participassem das eleições, mas não houve renovação. “As pessoas foram votar, mesmo apontando defeitos à direção, acabaram por eleger os mesmos. Desta vez optaram por eleger três presidentes e cada presidente elege as pessoas que querem trabalhar com ele” (*Idem*, 1976, n. 40 p. 4-5). Percebe-se ainda que os auxiliares dos presidentes não foram eleitos pelos trabalhadores, diminuindo ainda mais a participação que poderiam ter na composição da direção da cooperativa.

Entretanto há casos com participação maior e decisão dos trabalhadores sobre a passagem à cooperativa de produção. Na Cooperativa Novo Rumo, que também adotou o cooperativismo após passar por um período em autogestão (entre 20 de fevereiro e 12 de julho de 1975, onde trabalhava o operário que produziu o texto que serviu de introdução a esta seção do capítulo), a aceitação do estatuto é exposta de forma mais detalhada. Em entrevista realizada provavelmente em Junho de 1975, o trabalhador D narra da seguinte maneira a adoção do estatuto e do cooperativismo.

Nós baseando-nos no modelo que nos foi fornecido pela Federação das Cooperativas Industriais, Cooperativas de Produção, adaptamos este modelo ao nosso caso especial. Foi discutido não entre os três, mas entre todos, entre a Comissão de Trabalhadores e a Comissão de Gestão. Depois disso tudo ter sido discutido entre nós – porque não podemos admitir outra forma senão ser discutido por toda a gente – depois disso tudo ser feito, nós não consideramos os estatutos prontos<sup>50</sup>. Fomos primeiro fazer grupos de trabalho, que reuniam 6, 10 com cada um de nós, para procurar mentalizá-los sobre o que representa para nós uma cooperativa e o que é que pode resultar para o país, até porque alguns estavam um bocado afastados dessa idéia; explicar-lhes o que pretendíamos com uma cooperativa, o que é uma cooperativa, dentro daquele pouco que sabemos. Depois deles estarem mais ou menos esclarecidos, mesmo assim, nós convocamos um plenário, em que foi posto à discussão ponto por ponto o projeto de estatutos, que aliás, ainda neste plenário teve 2 artigos modificados. Só depois disso que nós levamos os estatutos para o notário para se fazer a escritura. Todas as decisões são realmente tomadas ao nível mais alto. Em vez de termos um indivíduo que mandava num monte de gente, não, temos todos, mas todos com direito de decisão. Para podermos tomar decisões têm que ser informados permanentemente. Estão a ser informados diariamente do que se passa (*Idem*, 1975, n. 25, p. 6).

Percebe o leitor pela passagem acima que existe uma tensão entre as decisões autônomas e a imposição externa de modelos de organização por parte de instituições não controladas diretamente pelo coletivo de trabalhadores da empresa. Na Cooperativa Novo Rumo há um extenso debate sobre os estatutos e a função da cooperativa, seja para o

<sup>50</sup> Há uma gralha nesta passagem do jornal, necessitando alterar a ordem de algumas frases para dar coerência à narrativa.

entendimento do significado dela para a vida na empresa, seja para se entender o significado das cooperativas no contexto político, social e econômico no qual estão inseridos no momento vivenciado em Portugal. O procedimento adotado serve para os trabalhadores decidirem os rumos a tomar no caso particular e também para se conscientizarem dos problemas que enfrenta a classe trabalhadora, além de ter por base o coletivismo e o igualitarismo nas decisões. Há uma mudança clara com as relações sociais de produção do período anterior, possível de perceber quando o trabalhador afirma que em “vez de termos um indivíduo que mandava num monte de gente, não, temos todos, mas todos com direito de decisão”. Há também a difusão de informações a todos os trabalhadores para que possam ter uma base comum para avaliarem a situação e decidirem. O conflito existente é entre as novas formas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho com as estrutura de organização propostas para a legalização das cooperativas.

A tensão entre a autonomia dos trabalhadores e a ação externa a eles é claramente exposta por um membro do GA durante a mesa redonda.

Eu queria frizar [sic] uma coisa: vocês quando tomaram a posição de ocuparem as instalações e [começaram] a produzir sozinhos, foi porque consciente ou inconscientemente se revoltaram contra umas determinadas regras de produção, de trabalho, que vos eram fixadas por outras pessoas, portanto, o patrão é que mandava e fixava as regras, etc... Portanto, vocês revoltaram-se contra isso, mas nem sequer tiveram tempo, ou que dizer, dão-vos a solução da cooperativa e apresentam-vos também as regras do jogo. Nunca dão tempo, nem a eles é isso que interessa apontar, é que os próprios trabalhadores se reúnam e vejam que não nos interessa trabalhar por regras fixadas por outras pessoas. Porquê? Porque os nossos interesses são postos de lado, sempre que são regras já dadas. Vocês não se reuniram e não pensaram: “nós saímos de uma maneira de produzir e agora temos tempo de pensar como é que devíamos fazer, como é que hão-de ser as relações aqui, como é que há-de ser a produção, fixar as nossas próprias regras”. Neste sistema ou vocês trabalham assim ou apontam-vos uma solução – a cooperativa. E então na cooperativa vocês já têm as regras fixadas, as regras que vocês têm que cumprir (*Idem*, 1975, n. 23, p. 7).

A autonomia perde força ao se adotar um modelo imposto por fora, como único aceito pelo estado para resolver os problemas econômicos das pequenas e médias empresas. A revolta contra as antigas normas de produção, que colocaram aos trabalhadores a necessidade de criarem soluções é substituída pela imposição de regras decididas externamente aos coletivos e aos locais de produção. Essa é a tensão entre o poder conquistado no chão de fábrica e a tentativa de retomá-lo novamente pelos capitalistas.

E tal situação está relacionada à tomada do poder interno à fábrica, como caminho de desenvolvimento das novas relações sociais de produção, em que o coletivo de produtores decide os rumos da própria produção, invertendo a relação de poder anteriormente existente. Ao falar sobre as dificuldades de enfrentar o capitalismo no interior dos locais de trabalho, saber como progredir, encontrar vendedores e confrontar as coisas realmente importantes através da discussão em conjunto de todos os problemas da fábrica, o membro 2 do GA apresenta da seguinte forma o imbróglio das cooperativas no que tange a esta relação de poder.

Tem que se unir, pois os trabalhadores daquela fábrica tem ainda muito que fazer, neste aspecto: na conquista da própria fábrica, afinal estão lá dentro da fábrica, tem uma direcção tem uma representação da vossa confiança, têm dinheiro para trabalhar, mas talvez ainda não sejam os donos da fábrica, e não sejam donos sobretudo, dizendo assim: vamos para aqui vamos para ali, ainda têm que obedecer a certas coisas, vocês podem decidir, por exemplo, “a malta vai receber tanto por mês, precisamos de tanto por mês, nós trabalhamos não sei quantas horas...” (*Idem*, 1975, n. 24, p. 5)

Cabe aqui discorrer um pouco mais sobre as estruturas de poder no interior dos locais de trabalho, tendo por ponto de partida o posicionamento do coletivo do *Combate*. Na perspectiva expressa no editorial do número 24 do jornal (como foi mostrada anteriormente, mas que servirá novamente para o debate deste ponto da dissertação) os objetivos econômicos reivindicados inserem a luta nos limites do capitalismo; entretanto, a superação deste modo de produção se dá através da forma prática de luta desenvolvida para alcançar este objetivo. No caso das pequenas e médias empresas o objetivo econômico era a garantia dos salários e a manutenção dos empregos, principalmente, e para isso se utilizaram como forma de luta as CT's para inicialmente apresentar as reivindicações e posteriormente, com as ocupações dos locais de trabalho, organizar a continuidade dos processos de produção.

É o carácter pedagógico prático da participação ativa na luta que proporciona o desenvolvimento da consciência dos trabalhadores sobre sua inserção no processo de produção e a possibilidade de manter o controle deste mesmo processo. “Os conselhos de fábrica dão à generalidade dos trabalhadores envolvidos na luta uma prática que desenvolve a experiência do controlo directo da produção e da vida social, bem como os conceitos teóricos dessas experiências”. São o embrião das novas relações sociais de produção e “são simultaneamente uma forma embrionária de extinção do poder político, enquanto organismos que enquadram os intermediários eleitos pelos trabalhadores”. É este tipo de prática de luta, com o desenvolvimento das formas coletivas e ativas de participação, que proporciona “às

massas trabalhadoras [a] criação de estruturas de poder próprias [...] em que os representantes estão controlados pelas massas – em assembleias ou plenários de todos os trabalhadores e revogáveis em cada momento” (*Idem*, *Ibidem*, p. 3).

É neste sentido que pode ser entendida a crítica feita pelo jornal à tomada do poder político de Estado proposta pela quase generalidade dos grupos políticos de cariz marxista, pois quando “não são as massas trabalhadoras auto-organizadas” o motor da revolução, mas sim “uma estância política [...] que escapa ao controle dos trabalhadores” o que se constrói é uma forma de capitalismo de Estado. Esta crítica é feita para se combater o papel que o MFA se arvorava e que foi exposto anteriormente neste capítulo, mas serve também para se pensar a base da construção das estruturas de poder próprias dos trabalhadores.

Estas estruturas partem principalmente dos locais de trabalho, por estar aí centrada a fundamentação do modo de produção capitalista que é a exploração da classe trabalhadora pelas classes exploradoras, os mecanismos de exploração da mais-valia. Ao desenvolver a luta em organismos coletivos e de participação ativa os trabalhadores iniciam na prática a ruptura com as relações de autoridade, hierarquia e de disciplina capitalista que presidem as relações sociais de produção deste modo de produção. Voltando ao caso das cooperativas, a aceitação dos estatutos é mais um passo na perda do controle autónomo sobre a direção das empresas geridas pelos operários e se dá justamente com as imposições para a formalização jurídica delas. E a imposição parte justamente do estado comandado pelo MFA e fortemente influenciado pelo PCP, buscando através da coordenação da Federação das Cooperativas de Produção criar os alicerces da planificação económica, no que se refere às pequenas e médias indústrias, pois que as maiores vivenciaram um processo intensificado de nacionalizações após o 11 de Março de 1975. O coletivo do *Combate* ainda faz um alerta no editorial. “Cabe aos trabalhadores rejeitar qualquer enquadramento da sua luta, vinda do exterior, e desenvolver cada vez mais a prática de luta autónoma, através de experiências novas” (*Idem*, *Ibidem*, p. 3).

Como foi dito acima o que ocorre é uma tensão entre as organizações e decisões autónomas de um lado, e de outro, as imposições externas. Apesar de todo tipo de pressões existentes ainda são os trabalhadores que decidem pelos rumos da luta, e não é possível afirmar que um modelo de organização é o único correto. Há argumentos favoráveis ao sistema cooperativista entre os trabalhadores. O sistema é apontado como vantajoso à autogestão, no que se refere às dívidas deixadas pelos patrões decorrentes da descapitalização

e da sabotagem, bem como à propriedade da empresa. O trabalhador A da Cooperativa Novo Rumo, após descartar a cogestão por não confiar na entidade patronal, diz que “autogerir uma empresa que tinha um passivo de 16000 contos e um ativo de 5000 contos era estarmos a tomar conta dos problemas que ele tinha criado e não conseguia resolver e nós não estamos interessados, mesmo nada em gerir bens” do antigo patrão. A autogestão da empresa Francisco Máximo D’Almeida (antiga personalidade jurídica) foi forçada pelas circunstâncias. “Ficamos órfãos e tivemos que tomar conta do barco para isso não parar, mas apenas como medida transitória”. E pensaram a formação da cooperativa por ser “outra empresa, outra entidade jurídica, a gerirmos já o que é nosso e não o que é do patrão. Isso é o que eu acho que é o mais correcto, e é o que nos interessa” (*Idem*, 1975, n. 25, p. 7).

Há aqui uma diferença em relação ao processo na EPP, da forma como foi mostrado na mesa redonda sobre a autogestão. Segundo o trabalhador da Cooperativa Novo Rumo, a opção da cooperativa foi sugestão do advogado do “Sr. Orlando Costa de Almeida”, antigo gerente da empresa. Depois de reuniões no Ministério do Trabalho, onde os operários aceitaram continuar sob a gerência do sr. Orlando, este desistiu de recuperar o cargo.

Passados dias parece que mudou de ideias e o advogado dele apareceu a fazer uma proposta: que nós podíamos formar uma cooperativa, que seria uma entidade que continuaria a gerir esta coisa, nós tomaríamos conta das instalações e do equipamento, pagaríamos por esta ocupação uma renda ao Sr. Orlando – rendas a combinar, mas com uma condição, que nós pagaríamos as dívidas do Orlando. [...] Nós pensamos que a única maneira de mantermos os postos de trabalho sempre, e assim será para sempre, era transformamos isto numa outra entidade jurídica totalmente distinta – sob a forma de cooperativa, que era o que nos afigurava mais normal, mais lógico (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

O interesse na formação da cooperativa é colocado pelos capitalistas, não por bondade ou auxílio aos trabalhadores, mas por perceberem que seria a saída mais rentável para eles, já que com a falência poderiam ficar sem renda alguma do crédito que tinham da empresa.

Posteriormente percebemos que realmente continuaram pagando rendas.

Se continuamos aqui nas mesmas instalações não é pelos nossos bonitos olhos, não é porque as leis favorecem os trabalhadores, não é porque os capitalistas gostem dos trabalhadores, é porque conseguimos firmar um contrato de arrendamento com o administrador da falência. Nós pagamos todos os meses à massa falida a renda das instalações e da maquinaria para podermos cá continuar (*Idem*, 1976, n. 38, p. 5).

Mais um limite aparece com a aceitação de uma forma de luta juridicamente legal, pois que continuam remetendo parte do capital conseguido com a produção para os antigos capitalistas. Nos casos apresentados no primeiro capítulo, as empresas em autogestão se apropriavam através da ação direta do maquinário e das instalações, o que não se verifica na Cooperativa Novo Rumo. Mas mesmo assim ainda é interessante notar a consciência de classe e os caminhos para a luta expressados pelo trabalhador.

Utilizaram-se das aberturas jurídicas existentes para manterem a gestão nas mãos dos operários, e desta forma garantir os empregos e a subsistência. Desfizeram-se da propriedade privada do patrão, criando uma propriedade coletiva e passaram a gerir a fábrica. Mesmo a proposta sendo apresentada exteriormente ao coletivo dos trabalhadores da empresa, há a consciência de que desta forma estão a deixar os problemas criados pelo patrão para que ele os resolva, utilizando de uma ação jurídica para que isso seja efetivado. Mesmo sem uma ruptura global com o capitalismo, no sentido colocar em causa a estrutura jurídica do modo de produção, a medida adotada mostra que o importante era manter a gestão nas mãos dos trabalhadores, controlando a utilização das condições materiais de sua sobrevivência em um momento de grave crise econômica e social.

Na primeira entrevista, os trabalhadores intencionavam como compensação “ficar com o equipamento e instalações pelo crédito que temos sobre a empresa” Francisco Máximo D’Almeida (a antiga personalidade jurídica da Novo Rumo). Fariam um inventário rigoroso, incluindo a matéria-prima, sem prejudicar os demais credores, criando condições de manter a produção e pagar o que fosse acordado para a massa falida. Mas isso ainda se deu através de remessa de parte do capital conseguido com a produção para os antigos capitalistas, como é dito na segunda entrevista. Além disso, veem que a “a luta contra o desemprego só se entende assim: é lutar para que as empresas não fechem suas portas, não paralise. Porque aceitar o encerramento das fábricas passivamente e depois ir para a rua lutar contra o desemprego não leva a nada” (*Idem*, 1975, n. 25, p. 2). São as contradições da luta. Através da experiência estes trabalhadores vão encontrando caminhos para superar as formas de exploração impostas pelo capitalismo. E novos problemas surgem também.

No caso específico da Novo Rumo há a dependência da prestação de serviço ao setor público, estatal, e que as regras estabelecidas ainda no tempo do Estado Corporativo<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> O Estado Corporativo é uma forma de organização estatal antiliberal constituindo a articulação de três elementos: o aparelho de Estado; associações empresariais; e os sindicatos burocratizados (BERNARDO, 2009, p. 226). No caso de Portugal recebeu o nome de *Estado Novo*, funcionando entre 1930 e 1974, com poucas

impedem a participação destas novas empresas nos concursos limitados. Em ofício de 30 de Maio de 1975, encaminhado à Câmara Municipal de Lisboa, os trabalhadores da ainda CT de Francisco Máximo D’Almeida se queixam dos limites impostos à candidatura do “concurso limitado nº 6”, pois concordam com a política do IV Governo Provisório, de uma luta para o “desenvolvimento da Nação” e que estavam empenhados a auxiliar na vitória da “batalha da produção”. Tiveram que enfrentar a sabotagem económica do patrão que fugiu para a Inglaterra e os deixaram com grandes dívidas, obrigando-os a constituir uma cooperativa. Apesar de poderem continuar prestando os mesmo serviços que faziam antes havia reminiscências do antigo regime que os impediam de participar do concurso. “Mas se a nossa atitude se integra no processo revolucionário que atravessamos, já o mesmo se não pode dizer de alguns organismo oficiais e autárquicos”, como a Câmara Municipal de Lisboa.

O primeiro limite apontado é a necessidade de estarem filiados ao “grémio respectivo”, e criticam o fato de um ano após o 25 de Abril “ainda a não inscrição num organismo que vem dos tempos do Estado Corporativo e nele se encontrava bem integrado, seja condição eliminatória das propostas apresentadas pelos que apenas pretendem trabalhar”, negação de um direito que se torna mais preocupante em razão da situação económica que atravessava o país à época. Há além desta limitação outras que parecem defender os “empreiteiros do tempo antigo”, como a necessidade de indicar um “engenheiro, ou um técnico de reconhecida competência, electrotécnicos, para tomar a direcção e responsabilidade dos trabalhos” e que “já pertencia aos quadros da firma em data anterior à da publicação do anúncio” [grifos do autor], exigindo ainda documentação comprobatória de prestação de serviços em âmbito nacional. Estes são os argumentos utilizados para sugerirem a alteração das regras do concurso limitado no “sentido de serem oferecidas iguais oportunidades a todos os concorrentes” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6). Ver-se-á mais à frente que é possível que tenham conseguido algum êxito com o pedido.

Mas nem todas as propostas de entrada no sistema cooperativista foram aceitas. Um dos membros do GA do Porto presente à mesa redonda cita o caso das bordadeiras que trabalhavam em domicílio, “perto da Lixa” cidade do concelho de Felgueiras no distrito do Porto, que contavam cerca de cinco ou seis mil pessoas e recusaram várias cooperativas.

Porquê? Tiraram informações e chegaram à conclusão que eles emprestavam o dinheiro por três meses e depois iam pagando como pudessem.

---

alterações neste período, com a Câmara Corporativa sendo o centro articulador dos grêmios empresariais e dos sindicatos profissionais (MARTINHO, 2009).

Simplemente eles disseram que iam tirar informações, que depois dele estar em dívida para com eles, deviam aquele dinheiro, que eles a partir daí começavam a controlar com certas regras e que eles empregados não quiseram aceitar, como ainda tem outras safas, o problema põem-se aí, não quero dizer que vocês tivessem outras soluções, se calhar não tinham mesmo (*Idem*, 1975, n. 24, p. 6).

De certa forma existiam algumas poucas opções a alguns grupos de trabalhadores para escolherem como manterem a produção e os empregos. Talvez as bordadeiras resolveram desta forma por não dependerem de maquinários um pouco mais complexos e de instalações que pertencessem aos patrões. Mas a pressão por crédito pareceu ser uma constante aos trabalhadores portugueses, e pode explicar um dos motivos das escolhas.

### 3.1.4 – O acesso aos créditos financeiros

Outra medida que força os trabalhadores a adotarem o cooperativismo é o acesso aos créditos do mercado financeiro, concedido somente nos casos em que há a criação de uma personalidade jurídica, característica do sistema cooperativista. Durante a mesa redonda, quando discutiam sobre a formação da direção, o operário A da EPP afirma o seguinte: “E tem que ir mais longe: para abrímos a conta nos bancos, a acta teve que ir aos bancos”, já que “não pode ir uma comissão, teve de ir uma comissão formada” (*Idem*, 1975, n. 23, p. 6). Apesar de não haver uma distinção clara na fala, é possível que a “comissão formada” seja a direção eleita e formalizada legalmente como responsável pela cooperativa.

Segundo o trabalhador D da Cooperativa Novo Rumo, “no Ministério do Trabalho, em Março, emprestaram-nos 400 contos para fazer face aos vencimentos”. Nos bancos conseguiram também a abertura de créditos, no caso para o “fundo de maneio”. “Encontramos de facto bastante aceitação da parte do Banco [Banco Nacional Ultramarino, BNU] e eles entram mesmo com os 25%, sem nós darmos nada em contrapartida, a não ser a nossa força de trabalho”. O que as falas nos mostram é que a situação se verifica após a nacionalização dos bancos e das seguradoras, realizadas após o 11 de Março, evento inaugurador do Processo Revolucionário em Curso (PREC), conduzido pelas alas do MFA ligadas aos partidos de esquerda. Além disso, percebe-se o real interesse dos controladores do sistema financeiro nacionalizado, que é não receber nada em troca do crédito cedido, “a não ser a nossa força de trabalho”, nada além da reprodução das relações sociais de produção capitalistas (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

Mais uma vez podemos perceber a ação estatal para criar as condições de manutenção das atividades fabris destas pequenas e médias empresas. Falando sobre a



necessidade da formalização jurídica das empresas para fugir da pressão dos ex-patrões, o trabalhador A da Cooperativa Novo Rumo, na segunda entrevista de 1976, detalha a relação entre Estado e empresas para a obtenção de “credenciais” para se movimentar recursos financeiros na altura do 11 de Março de 1975.

Mas depois havia o problema de nós continuarmos a trabalhar indefinidamente e não podermos receber o produto do nosso trabalho junto das firmas para quem trabalhávamos, porque a maioria delas, quase a totalidade, eram firmas estatais ou par[a]-estatais e autarquias locais. Foi a aí que surgiram os problemas maiores. Na altura do antigo ministro do Trabalho Major Costa Martins<sup>52</sup>, salvo erro por volta do final do terceiro, princípios do quarto governo, havia uma grande avalanche de comissões de trabalhadores no ministério do trabalho a tentar resolver como é que se podia obrigar a firma e nessa altura conseguimos obter uma credencial em nome de quatro elementos da comissão de trabalhadores que obrigava a firma para se poder movimentar o dinheiro: compras, vendas, cheques, etc.. (*Idem*, 1976, n. 38, p. 5).

O período referido é possivelmente compreendido entre a tentativa frustrada de golpe de 11 de Março e a formação do IV Governo Provisório em 26 de março, e está relacionado ao interesse do governo em manter a produção nas PME's para garantir um nível produtivo frente a crise pela qual passava o país. A manutenção financeira das PME's dependia quase exclusivamente da liberação das credenciais por parte das instituições estatais (NORONHA, 2010, p. 307).

Além disso, para o custeio das encomendas “o Banco empresta-nos até 60% do valor dessas encomendas, até o limite de 2000 contos. Este empréstimo é a curto prazo – é um ano só – mas foi o melhor que se pôde arranjar e parece-nos que foi até uma boa aceitação da parte das entidades oficiais, em face do nosso problema” (*Idem*, 1975, n. 25, p. 2).

Há uma análise feita pelo coletivo do Porto do Combate<sup>53</sup> no editorial intitulado “A autogestão em Portugal”, em maio de 1975 (provavelmente escrito após a realização da mesa redonda que estamos a referir neste tópico), em que aponta que a busca de capitais necessários para se manter a produção e assim furar o boicote capitalista é o que força “os trabalhadores a recorrer aos órgãos de poder para conseguirem ‘fundos de manio’. Este é o primeira passo para a perda da autonomia, autonomia conquistada no acto da ocupação da fábrica”. Isso pelo fato de que para buscar estes capitais é necessário ir aos órgãos do governo, “mas as

<sup>52</sup> Major Costa Martins foi Ministro do Trabalho no II, III, IV e V Governos Provisórios.

<sup>53</sup> Este é o único editorial com assinatura, no caso, do coletivo organizado na cidade do Porto formado pelos colaboradores do *Combate* neste local. Provavelmente, o fato de ter sido escrito exclusivamente pelo grupo do Norte esteja ligado à organização da mesa redonda sobre a autogestão por eles realizada, e que se inicia neste mesmo número (COMBATE, 1975, n. 23, p. 1, 3 e 8).

comissões de trabalhadores, hoje, não vão sozinhas aos ministérios. Os ministérios são entendidos como órgãos do poder, distanciados dos trabalhadores. Para se ir lá exigem-se credenciais de sindicatos, por vezes até ‘cunhas’ da Intersindical”. A ação direta que levou os trabalhadores a ocuparem as fábricas é substituída pela intermediação sindical. “É nestes passos que se inicia o controlo sobre estes trabalhadores” (*Idem*, 1975, n. 23. p. 3). Esta “cunha” pessoal foi um dos problemas apresentados acima, quando da apresentação da nacionalização dos bancos, da falta de critério técnicos na concessão de créditos. O que transparece aqui é a ligação política com a Intersindical e com o PCP para conceder os créditos às empresas.

Esta situação gerou dificuldades para algumas cooperativas conseguirem acesso ao crédito. É o caso da Cooperativa Candimar. Perguntado se haviam contactado a CT dos bancos o trabalhador A disse que sim, havia contactado o sindicato dos bancários e que este “tentou lá através dos directores e das pessoas do jeito deles ver se conseguia... Mas não conseguiu, porque não sabiam porque ninguém nos dava financiamento”. Afirmavam que havia pessoas a colocar entraves no caso da empresa deles, mas não sabiam quem eram estas pessoas. Para uma trabalhadora houve falta de apoio da Federação na obtenção dos créditos. O primeiro entrave era a não liberação de crédito para pagamento dos salários. Depois, apesar de uma promessa, os membros da Federação não acompanharam a trabalhadora ao Banco de Angola para a solicitação do financiamento. Os motivos são desconhecidos. “Não se interessam completamente, não deram as voltas necessárias ou talvez eles não tenham poderes necessários”. As informações são de que eles conseguem de modos informais, através de contatos com pessoas de dentro dos bancos. “Segundo me disseram, eles fazem, sim senhor, mas é através de pessoas que eles têm amigas nos bancos, aqui e acolá, e só assim que eles conseguem” (*Idem*, 1975, n. 32, p. 7).

No Banco de Angola houve oito casos parecidos com o da Candimar, e apenas o desta cooperativa não foi atendido. Tentaram também no BIP, mas conseguiram apenas 150 contos dos 250 pedidos. A existência de débitos anteriores do patrão dificultava a obtenção do crédito, o que os levam a criticar o slogan do governo de que o “Banco é do Povo”. “Mas qual banco? Aquele em que nós sentamos quando vamos lá pagar uma letra de um fogão, etc? É esse o banco? Ou é o banco depois do balcão? É preciso ver essas coisas” (*Idem*, 1975, n. 32, p. 5). O trabalhador B ensaia ainda uma resposta para as negativas. “Se fosse uma casa grande, que tivesse muitos empregados, tudo isso se resolvia. Mas como é meia dúzia deles, uns desgraçados! É um problema!” (*Idem*, 1976, n. 34, p. 7). A fala aponta os problemas de

concessão dos créditos às relações pessoais e, possivelmente políticas, criadas com as nacionalizações dos bancos. Como foi já dito na dissertação, as CTs dos bancos e os sindicatos dos bancários exerciam no período posterior ao 11 de Março de 1975 um poder de decisão na abertura de créditos às empresas.

Estas falas não permitem afirmar precisamente quais as relações existentes entre a Federação e os grupos que estão controlando de certa forma a gestão das empresas bancárias, mas com o caso citado pelos trabalhadores da EPP, da ligação da Federação com membros do Ministério do Trabalho, e esta fala da trabalhadora da Candimar, é possível indicar a existência de ligações no mínimo informais entre a Federação e membros dos governos, principalmente os ligados ao PCP, que durante os primeiros governos provisórios ocupavam o Ministério do Trabalho e tinham forte influência no Sindicato dos Bancários. Talvez a força maior do PCP, e consequentemente da Federação, estivesse nos estabelecimentos no Sul do país - um dos redutos da Intersindical durante o salazarismo (SUÁREZ, 2008, p. 28) -, o que poderia explicar a fala da trabalhadora de que “não há um apoio, pelo menos cá no Norte”. Mas pela tese de Ricardo Noronha se percebe que o poder dos sindicatos e comissões sindicais se dava em quase todo o país. Possivelmente esta teia envolvendo Ministério, Intersindical, comissões sindicais dos empregados bancários e a Federação das Cooperativas fosse o sistema encontrado pelo PCP e os setores da esquerda do MFA no poder após o 11 de Março para enquadrar as lutas nas PME's e assim inseri-las nos projetos de planificação económica.

Os trabalhadores da Candimar pediram o financiamento várias vezes à Federação e não conseguiram, enviaram também várias cartas, mas também sem sucesso. “Ultimamente o que consegui foi: estava lá um senhor da banca, mas era necessário ir quase diariamente ao Porto falar com este senhor e ele, através de outra pessoa, é que conseguiu os 150 contos” (COMBATE, 1975, n. 32, p. 7).

Há forte crítica dos operários em autogestão à destinação do crédito apenas às cooperativas. Na mesa redonda, em certa altura, o membro do *Combate* diz que há muitas fábricas que conhece que precisam de maquinários diversos “e o ministério do trabalho não lhes arranjou dinheiro nenhum. Aquilo que me parece que está a suceder é que quando as pessoas se propõem a fazer uma cooperativa o ministério do trabalho arranja dinheiro” (*Idem*, 1975, n. 23, p. 7). Um trabalhador da Ornitex afirma que “seria melhor que houvesse um empréstimo oficial para a autogestão do que para o sistema de cooperativas”, principalmente

pelo fato de que na “federação das cooperativas dando informações do sindicato e tudo isso eles, geralmente, interessam-se e financiam dinheiro, quando sabem de antemão que esse dinheiro lhes vem ter à mão” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2). Neste sentido a formalização e a adesão ao cooperativismo significa a sobrevivência financeira da própria Federação, informação que é corroborada pelo trabalhador da Cooperativa Novo Rumo quando disse acima que cooperativas pertencentes à Federação contribuíam com 1% de seu faturamento. Além disso, há o controle pelo Estado da sobrevivência das empresas e do rumo das lutas dos trabalhadores. A autonomia coseguida com a ação de direta de ocupação das fábricas vai se perdendo com as relações que são estabelecidas com as instituições estatais.

### 3.1.5 – Pensar como patrões

As dificuldades impostas pelo capitalismo aos trabalhadores portugueses em luta são de várias ordens. Uma destas dificuldades estava relacionada à venda das mercadorias produzidas nas empresas geridas pelos operários. Na Ornitex enfrentaram o boicote aos seus produtos como ocorreu com as cooperativas, pois a amizade (ou a prática comum de classe e sua consciência) entre os capitalistas levam a apoiar a luta deles e não a dos trabalhadores. O operário da empresa diz:

aconteceu comigo – estou-lhe a dizer isto por experiência – e acontece diariamente tipos que se apoderam da fraqueza do trabalhador em luta – “estes desgraçados não tem patrão esses desgraçados não têm dinheiro e eu agora vou comprar mais barato 50\$00” – só para prejudicar o trabalhador. Ora nós não devemos abdicar disso, nós não devemos abdicar dos nossos produtos os nossos produtos devem ser vendidos ao mesmo preço e com o mesmo valor (*Idem*, 1975, n. 24, p. 6).

O membro do GA coloca da seguinte forma dois aspectos destas dificuldades.

Eu acho que há aqui duas coisas a ver: uma coisa é a sobrevivência das pessoas; outra coisa é a lição que se pode tirar de se ter entrado em luta. Portanto, uma coisa é vocês estarem preocupados – o que acho lógico – com a técnica de produção, etc., para poderem sobreviver, porque de outra maneira não lhes resolve nada e ainda ficam com mais problemas, mas é preciso que paralelamente a isso se tome consciência do motivo que nos levou a entrar em luta. Saber actuar e continuar a luta para que esse problema desapareça (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

O operário A da EPP aponta os fatos concretos que estão a enfrentar em sua empresa, ao dizer que “dentro do sistema do cooperativismo estamos a fugir, são as tais dificuldades, compreende, nos agora temos capital, mas agora surge-nos outra dificuldade, que é a sabotagem na praça” (*Idem*, 1975, n. 23, p. 7). As sabotagens ocorrem tanto no que se refere

ao fornecimento e compra de mercadorias, quanto nas tentativas dos operários de unificar as lutas. O episódio da tentativa de união de CTs de duas empresas - a EPP e a Topin, empresa concorrente da primeira – serve para entendermos as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para avançá-las frente às ações do Estado e dos patrões privados.

Uma das formas de boicote às empresas geridas pelos operários por parte dos patrões era a manutenção de preços mais baixos das suas mercadorias do que o praticado pelos trabalhadores, característico da concorrência capitalista. Eles sabiam que um dos caminhos para os patrões conseguirem isso era não cumprirem os contratos coletivos de trabalho e o pagamento abaixo do determinado nestes acordos. Segundo o operário A, o proprietário da Topin vendia mais barato no mercado desde quando os da EPP ainda trabalhavam com o antigo patrão. “Nós sabíamos muito bem a maneira como ele podia fazer a obra mais barata: é que ele não tinha lá um operário, um único que fosse, que estivesse dentro do contrato coletivo de trabalho”. Frente a isto os operários da EPP foram ao sindicato denunciar a situação. Conseguiram através do Ministério do Trabalho a realização de uma inspeção que constatou a irregularidade, obrigando a Topin a pagar de acordo com o contrato coletivo. Mas o patrão argumentou que não poderia mais pagar aqueles salários, pois caso contrário entraria em falência. A reação dos trabalhadores da Topin não foi a mesma dos operários da EPP quando enfrentaram situação semelhante. “Eles [trabalhadores da Topin], olhando à nossa situação cá em baixo e futurando que iam para o mesmo [...] entraram logo plenamente todos de acordo: ‘sim senhor, sim senhor’”, e aceitaram novamente a redução salarial. “Quem nos dera a nós que eles seguissem nosso ritmo. Era nossa intenção, se eles abandonassem os tipos e se ligassem a nós, aceitá-los lá a todos” (*Idem*, 1975, n. 24, p. 6).

Apesar desta intenção solidária os trabalhadores da Topin se recusaram a realizar a fusão das empresas. “Nós temos tido diversas reuniões com eles, mas agora acabamos com aquilo. Eles feitos com os de lá de cima andaram-nos sempre a enganar. A fusão? ‘que se fazia’, ‘que se fazia’.” Os “lá de cima” eram os funcionários de escritório que eram mais próximos ao patrão e a eles não interessava a fusão. A negociação durou mais de um ano, através de reuniões no Ministério do Trabalho para entrarem em acordo. Durante este tempo os trabalhadores foram sendo malogrados na EPP. “Foi para nos levar aquilo que quiseram [sic] e entenderam – não levaram a cal da parede porque nós não demos tempo, senão até a cal ia”. Entretanto, no momento decisivo votaram contra a fusão. O motivo apontado foi uma “habilidade” do patrão, que além de colocar os trabalhadores para resolverem problemas que era dele, de sua empresa, contou com o apoio dos assalariados “lá de cima”. Segundo o

membro do GA, “aproveitaram-se e foram os trabalhadores de lá de cima que vieram dizer que não queriam a fusão” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

No caso narrado a manobra patronal para que não lograsse a fusão das empresas foi a utilização da divisão existente entre os assalariados da empresa. Por outro lado, os trabalhadores não buscaram efetuar a fusão entre as empresas, através de suas comissões autonomamente. Buscaram respaldo no Ministério do Trabalho, tentando se amparar na legalidade jurídica. E quando ouviram a negativa da proposta, desistiram de continuar a união das lutas entre as duas empresas. Surgiu o ressentimento. “Eles vão pagar... hão-de vir atrás de nós [...] porque eles estão numa situação gravíssima” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

A fusão não foi negociada autonomamente entre os organismos criados pelos trabalhadores, mas intermediadas por órgãos estatais. Durante a mesa redonda podemos ler vários alertas sobre a atitude de esperar respaldo e orientação de elementos externos às empresas e às lutas. Para o membro do *Combate*, quando não é a CT a propor de dentro da fábrica uma solução, ela “aceita e propõe aos trabalhadores aquilo que lhe disseram do exterior”, e neste caso “ela não está ao serviço dos trabalhadores mas ao serviço daquilo que lhe disseram” (*Idem*, 1975, n. 23, p. 7). Na perspectiva do *Combate*, este tipo de ação acarreta a limitação da luta autônoma, pois internamente aos muros das fábricas os trabalhadores decidem os caminhos a trilhar, mas a articulação entre diversas empresas em luta é mediada por instituições externas aos coletivos dos trabalhadores, fora do controle da base.

Neste momento é interessante indicar como o jornal insere a perda da autonomia das organizações dos trabalhadores nas tentativas dos capitalistas que estão na gestão do Estado de superar a crise econômica, social e política que enfrentavam. Em editorial intitulado “Independência Internacional A luta pelo capitalismo em Portugal”, publicado em 30 de setembro de 1975, o coletivo do *Combate* discorre sobre o desenvolvimento da via do capitalismo de estado posterior ao 11 de Março, apresentando uma análise econômica e social das consequências da nacionalização dos meios de produção em Portugal. Nele, a crise econômica que atravessa o mundo ocidental, e consequentemente Portugal, é apresentada como uma crise do modo de produção capitalista e não como decorrente das décadas de fascismo e da fuga dos padrões, argumentos através dos quais os governantes que controlavam o Estado defendiam a existência do novo poder capitalista. As soluções utilizadas pelos membros dos governos chefiados por Vasco Gonçalves - como a estatização das instituições de créditos, aumentando a capacidade de investimento da tecnocracia, e a estatização das

indústrias de base, aumentando a procura por crédito já que anteriormente era muito baixa, devido à dificuldade de exportações, bem como ao mercado interno limitado – objetivavam um acúmulo de capital, através da realização da mais-valia no mercado. Com a grave crise internacional atravessada principalmente no bloco do capitalismo ocidental, a exportação dos produtos industriais portugueses como meio de conseguir divisas para o investimento se mostrava de difícil realização. Para alavancar a economia portuguesa - realizando a mais-valia produzida e com o Estado como proprietário dos meios de produção - era necessário que os gestores no poder criassem as condições para o desenvolvimento do mercado interno, encontrando no setor dos meios de produção a via para o desenvolvimento pretendido, secundando o dos meios de consumo, que no momento permaneciam como propriedade privada dos monopólios. A conclusão apresentada pelo coletivo é que com as dificuldades de acesso ao mercado externo em função da crise internacional, seria fulcral o desenvolvimento do mercado interno.

As dificuldades que se colocavam aos gestores do Estado era a lentidão do desenvolvimento do mercado dos meios de produção e, conseqüentemente, a realização da mais-valia, restringindo o lucro real e, assim, impedindo a capacidade de investimento. A consequência da “maior importância” desta situação se situava na necessidade de conter a luta dos trabalhadores (greves e aumentos salariais principalmente) para manter baixos os salários e aumentar a exploração da mais-valia absoluta. O nome “dado com redundante eloquência lusitana” pelo MFA a este esforço produtivo foi “Batalha da Produção”, que conseguiu um reforço da Reforma Agrária (com diminuição da importação de alguns alimentos e com o incentivo à produção de alguns meios de produção como as alfaías agrícolas) para conter preços e salários e diminuir o desemprego. Mas era ainda necessário o empenho dos trabalhadores para que trabalhassem mais e recebessem menos, o que falhou ao tentar mobilizá-los com os argumentos patrióticos, e utilizando das instituições tradicionais de enquadramento das lutas como os sindicatos e os partidos. Entretanto, “sucederam-se tentativas de enquadramento mais inovadoras”, cuja “espécie de síntese política” se deu através do “poder popular”.

‘Poder popular’ este que mais não é (ou quer ser) do que um enquadramento dos trabalhadores enquanto força de trabalho, adaptado às próprias formas de organização por aqueles directamente produzidas, numa tentativa de as ligar ao aparelho de Estado (e, assim, aniquilá-las enquanto estruturas de luta). Isto no que diz respeito aos detentores do poder de Estado. Quanto aos a isso candidatos, a sua adaptação ao ‘poder popular’ é-lhes indispensável para crescer em número e em peso político – toda a extrema-esquerda reconheceu

que para conseguir enquadrar os trabalhadores, teria que assentar a sua acção nas estruturas autónomas e não nas tradicionais: os sindicatos [grifos do autor] (COMBATE, 1975, n. 28, p. 3).

Este era o problema fulcral com o que deparavam os proprietários do poder, somado a um crescimento de ritmo mais lento e uma taxa de desemprego pressionada pela volta dos colonos retornados de África.

A resistência da força de trabalho a estas tentativas era muito mais como negação do que lhe era imposto, do que afirmação do que queriam impor. É nesta situação que os dois principais blocos políticos que se batiam pelo poder de Estado se apoiariam para resolver a crise política na qual estavam envolvidos. E nas duas vias a força de trabalho continuaria a ser tratada como força de trabalho, como mercadoria.

O primeiro grupo que é exposto no editorial é o “do PS ao CDS, passando pelo ‘Documento dos Nove’”, que propunham um desenvolvimento económico mais “lento” e “harmonioso”, mantendo as estatizações e abrindo um espaço maior ao investimento privado, principalmente europeu, rompendo o isolamento e integrando Portugal ao restante da Europa. Conseguiriam, desta forma, satisfazer algumas reivindicações dos trabalhadores, canalizando suas revoltas em mecanismos de desenvolvimento da produtividade. Poderiam alcançar ainda um alargamento de sua base social se aproximando de agricultores do Norte e Centro, dos colonos retornados, “franjas do proletariado cujos salários são ainda muito menores que os do Sul” e uma vasta gama de camadas das pequenas e médias burguesias. Como também necessitariam de acumular capital, recorreriam à “sacrossanta frase-chave da ‘revolução portuguesa’”, a “batalha da produção”.

As “acrobacias dos candidatos a dirigentes da força de trabalho” da extrema-esquerda, como MRPP, FSP e UDP, não foram tratados no editorial, pois seus “jogos de corredores, as negociações diplomáticas” constituíam “os eixos de sua prática política para a conquista do único objetivo que é sua razão de ser: o poder em nome do proletariado”, e uma abordagem útil de sua função necessitaria de todo um “conjunto de questões cuja modernidade voltou à ordem do dia de há alguns meses para cá”, sendo desta forma anunciado um editorial próprio à questão. Entretanto, aponta o *Combate* como estes partidos se assemelhariam ao PCP, ao preconizarem um capitalismo de estado integral, com o controle pelo estado dos meios de produção e da vida social, cujo nome seria “ditadura do proletariado”, a ditadura de um partido ou coligação de partidos, que decidiria “em nome do proletariado” que dizia “representar”. “A sua relação com o proletariado é a dum chefe,



segundo um perfeito modelo jacobino, expoente da Revolução Francesa, a grande revolução burguesa”, onde o proletariado “é apenas uma coisa (aquilo que é sempre): força de trabalho, objecto da política ‘feita em seu nome’”.

É este o sentido em que se assemelhavam os dois blocos políticos, segundo o coletivo do *Combate*. O resultado para o proletariado da vitória de qualquer das duas vias seria o enquadramento das estruturas de luta desenvolvidas autonomamente.

A ação revolucionária da classe trabalhadora deveria ser uma “subversão da sociedade de classes” que não seria feita por “etapas, nas quais e pelas quais” se fortalecem “estruturas ou instituições não controladas pelos trabalhadores”. A experiência histórica da luta operária mostra que apenas as estruturas produzidas pelas lutas através das quais “os trabalhadores se opõem” de forma direta ao modo de produção capitalista são subversivas, pois há a negação da “condição de homens-mercadoria”.

Isto dito (que é dito apenas para situar os limites da acção dos trabalhadores), todas as lutas que combatem a organização do trabalho, a dispersão dos trabalhadores, as hierarquias, as diferenciações salariais, embora se passem ou possam passar-se no interior do modo de produção actual, não deixam por isso de ser significativas de avanços, sobretudo quando desenvolvem a acção autónoma dos proletários face ao resto da sociedade. Esta acção autónoma traduz-se na prática em formas de organização de decisão colectiva que introduzem uma oposição à vida normal. E é esta vivência da acção colectiva que modifica os comportamentos, através da consciência adquirida na resolução dos problemas (*Idem*, *Ibidem*, p. 3).

As ações de enquadramento propostas pelos dois blocos políticos seriam imposições de formas de hetero-organização contra a auto-organização autónoma criada e desenvolvida pelos trabalhadores. O coletivo faz uma ressalva à situação na região portuguesa, pois apesar dos pontos altos, como resistência aos baixos salários e as precárias condições de trabalho, além de se opor à “disciplina e pelo controlo daquilo a que estão ligados”, a generalidade das lutas não conseguiu superar os limites dos locais de produção, permanecendo isoladas uma das outras. “Os trabalhadores têm mostrado muita confiança em formas de gestão daquilo que produzem que lhe são exteriores: no Estado, nos partidos, para quem são tão-só força de trabalho”. A crítica feita sobre o isolamento indica que há uma gestão autónoma nos locais de produção que permitem uma participação nas decisões do processo de produção, mas a gestão daquilo que produzem, da mercadoria já pronta, sua distribuição e direcionamento escapam a este controle dos trabalhadores. A integração é necessária para que haja uma identificação nos demais locais de produção e nos bairros da causa que os move a lutar, a luta contra o modo de

produção capitalista, pois assim conseguiriam desenvolver formas de organização que tendem a generalizar-se ao conjunto da classe operária, que vive da venda de sua força de trabalho e que dela não tem controle. Caso a expansão desta ação autônoma dos trabalhadores não ocorresse, a luta tenderá “necessariamente a fortalecer os poderes deles separados: todos os poderes (Estado ou partidos) para quem os trabalhadores são apenas força de trabalho”.

E este seria apenas uma parte da “emancipação dos trabalhadores”, sendo necessária uma expansão das lutas sociais para além das fronteiras portuguesas, já que a “exploração capitalista não tem fronteiras”, o que não é um slogan, mas uma “ação necessária”. “Se as fronteiras nacionais se mantiverem, é porque as fronteiras sociais determinadas pelo modo de produção persistem” (*Idem*, *Ibidem*, p. 1 e 3).

A forma de interpretar a evolução do processo social como foi exposto acima, auxilia o entendimento de que a dependência do mercado capitalista também impede o desenvolvimento da luta para além dos muros das fábricas, pois é um dos caminhos de restrição da autonomia de organização. No caso da EPP a dependência do mercado internacional restringe suas ações, sendo um dos motivos que os levaram a sair da autogestão e aceitarem os créditos abertos com a constituição em cooperativa.

Na nossa indústria a gente não compra materiais com 5 ou 10 contos. Sabe que temos uma indústria que, é um supor, os pentes, aquilo é belga ou suíço, agora estamos a importar da Suíça, a gente quer mandar vir material para pentes [...] evidentemente aqui são logo 200, 300, 400, 500 contos, e não é nenhuma quantidade. E por aí fora, o caso da fibra que é com o que este amigo trabalha, é importada também de fora, de forma que um bocadinho de fibra, um bocadinho de cada medida são pelo menos 500 contos, onde é que a gente tem dinheiro para trabalhar na autogestão? A nossa última salvação foi esta, apresentaram-nos o caso: “só assim é que vocês se salvam”. E agarramo-nos (*Idem*, 1975, n. 24, p. 6).

Os problemas do mercado são de difícil resolução e a única alternativa apresentada aos trabalhadores é a cooperativa, com a obtenção de crédito.

O outro lado da moeda é que a preocupação com o mercado interfere na organização da produção e na condução da luta. As pressões do mercado os levam a “pensar como patrões”. O operário B da EPP aponta a diferença da luta nos dois momentos, quando ainda tinham o patrão e depois que passaram a organizar a produção: “Se eu tivesse o meu patrão na actualidade, eu teria que lhe exigir e ele teria que me dar ou de qualquer maneira. Mas agora qualquer um de nós não pode exigir, aí é que está o problema” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

A imposição da concorrência no processo de produção impede o avanço para formas de luta que rompam totalmente com as relações sociais de produção capitalista. O membro do GA tenta explicar melhor este dilema.

Vocês como trabalhadores, enquanto tiveram o vosso patrão a vossa luta teve uma determinada direcção, era uma luta pela defesa dos vossos interesses e que eram obrigatoriamente, contra os interesses do patrão, a partir de agora têm preocupações de patrão, isto é, preocupações de mercado – como hão-de vender ou não -, como é que vão arranjar dinheiro, etc, e esqueceram-se doutros interesses. Vocês já estão dispostos a sacrificarem os interesses das pessoas que ali estão (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

E questiona: “Interessa saber se é a indústria que não dá ou se é o sistema em que nós vivemos que faz com que o produto do vosso trabalho não dê para viver suficientemente?” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

A resposta é dada de forma prática. Na EPP aumentar a produtividade é a alternativa para serem mais fortes na concorrência do mercado. Os trabalhadores falam de um estudo em andamento (início de 1975), realizado “por alguém de direito” para saber se a empresa avança com a produção ou não.

Está planeado um economista, ao menos foi, e até parece que é por intermédio de um partido, a ver a maneira se aquilo dá, ou não dá, quer dizer, propôs métodos de trabalho – se realmente isto terá que ser feito desta maneira, vamos propô-la fazer desta porque é deste processo que dá... (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

As pressões pela manutenção da produção os levam a encontrar auxílio junto aos técnicos capitalistas, com o objetivo de aumentarem a produção e se inserirem numa melhor posição no mercado, com uma maior produtividade. E com o auxílio de um “partido” que é externo, como o economista, ao coletivo de produtores da fábrica. O que é colocado como “pensar como patrões” é a reprodução de práticas produtivas capitalistas. No seio das tentativas de desenvolver a prática de uma gestão operária que se pautasse em outros critérios, surge imediatamente a pressão capitalista para que cessem estas práticas. E convém lembrar ao leitor que foi referido no início deste capítulo os estudos técnicos de viabilidade económica das empresas para a concessão de créditos por parte dos bancos nacionalizados. A concessão do empréstimo incidia na organização administrativa e também na imposição da adoção de critérios de produtividade baseados na concorrência capitalista.

Na continuação do debate sobre se é um processo de produção “que dá” é possível perceber melhor os dilemas que estavam enfrentando os trabalhadores.

COMBATE – Mas dá o quê?

Op. B E.P.P. – O artigo, por ex., fabricar este copo, mas a gente está a fazer de uma maneira, que não devia ser feita, quer dizer, se demora uma hora, procurar maneira de fazer em meia hora.

COMBATE – E porquê?

Op. B E.P.P. – Dar evolução à firma, não sei se me está a compreender?

COMBATE – E porquê é necessário diminuir o tempo de fazer as coisas.

Op. B E.P.P. – Diminui porque, é claro, se essas pessoas têm essa determinada formatura...

COMBATE – Não é isso. O que eu pergunto é porque motivos nos preocupamos em diminuir o tempo de, por ex., fabricar um copo...

Op. SousAbreu – Porque no tempo que fazias um fazes dois. O rendimento de vendas desses dez é mais do que venderem só um.

COMBATE – É isto que este (Comb.: G.A.1) está a dizer, vocês estão a pensar como novos patrões.

Op. SousAbreu – Oh pá, está certo mas...

Op. A E.P.P. – Temos que arranjar uma máquina que faça dois copos no tempo de um.

Op. A – M.S. – Para fabricar mais copos para dar mais lucros.

COMBATE – Mas que[m] é que decidiu que são precisos mais copos? vamos lá ver, em Portugal há 9 milhões de pessoas, logo, tudo o que for acima é exagero. Aquilo que me parece é que estamos a fabricar produtos independentemente de eles serem precisos ou não.

Op. B E.P.P. – Eu acho que há necessidade na produção de alterá-la e não diminuí-la. Nós temos que procurar, por causa da concorrência dos outros, senão... (*Idem*, *Ibidem*, p. 6)

Há no diálogo uma preocupação com o valor de troca e o aumento da produtividade que não é decidido coletivamente, mas sim em decorrência da pressão do mercado capitalista. Há uma determinação deste mercado aos caminhos a seguir pela luta operária. Não é um aumento de produção e produtividade com o objetivo de aumentar o número de empregos e assim garantir a sobrevivência de um número maior de trabalhadores, como estavam, neste momento, dando o pontapé inicial os trabalhadores das cooperativas formadas no campo (*Idem*, 1978, n. 51). Para os proletários rurais, principalmente do Alentejo, o objetivo era garantir o emprego de uma quantidade crescente de trabalhadores e não para se enfrentar a concorrência no mercado capitalista. O mesmo ocorreu nos momentos iniciais das lutas nas empresas industriais das cidades, quando o objetivo principal era a manutenção dos postos de

trabalho e o pagamento dos salários, tendo como eixo da organização a participação ativa, coletiva e solidária entre os trabalhadores.

Frente à pressão externa que interfere nos ritmos produtivos, cabe obrigatoriamente aos trabalhadores apenas aceitá-las ou não, sob pena de perderem as encomendas.

Vejamos mais atentamente o caso da Cooperativa Novo Rumo. O trabalho da empresa era essencialmente por encomendas e não tinha fabricação própria de boa parte dos materiais que utilizavam. Os trabalhos eram: matadouros, iluminação pública, armas de guerra (“em pequena escala evidentemente”), metalurgia fina, cromagem e fundição, além de serviços para a empresa de telefonia, para os correios, para a TAP (“não fazemos aviões, evidentemente”), para o Metrô etc. Para isso contavam com cerca de 125 empregados (COMBATE, 1975, n. 25, p. 2). Referente aos serviços prestados à TAP, podemos perceber como a empresa impunha os prazos para a execução do serviço. A Cooperativa Novo Rumo havia produzido há algum tempo “drink trolleys”<sup>54</sup> para a empresa aérea, que pediu o serviço de reparo em uma série deles. Segundo o trabalhador A,

a TAP exigiu-nos um prazo muito curto porque já se tinha comprometido com uma companhia aérea com 2 boeings para a Argélia. E o que é que aconteceu? Nós dissemos que não nos podíamos comprometer com aquele prazo de entrega sem consultar os trabalhadores. Nós regressamos às nossas instalações, fizemos uma reunião com todos os trabalhadores desse sector, expusemos-lhes o problema tal e qual nos tinha sido exposto e dissemos: ‘Meus amigos temos este trabalho mas só poderemos fazer se nos comprometer-nos a entregá-lo no período de tempo que nos impõe, o que é que vocês acham? Qual a resposta que querem que se dê à TAP?’ Todo o pessoal concordou, todos disseram que sim, e só depois de todos os trabalhadores terem concordado é que nós demos o sim à TAP. A TAP elaborou o contrato e nós assinamos (*Idem*, 1976, n. 39, p. 2).

As pressões acarretavam ainda o prolongamento da jornada de trabalho para o cumprimento dos prazos exigidos. Em outra encomenda aceita, procederam da mesma forma na comunicação e decisão para aceitar os serviços, apresentando primeiramente ao serviço técnico do setor responsável e, posteriormente, contatando os trabalhadores do setor. De acordo com o trabalhador B, “o contrato exigia uma permanência durante a totalidade das horas de serviço, acrescidas de duas horas extras, sábados, domingos e feriados e durante seis meses. Não houve um único homem desse sector que dissesse não” (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

<sup>54</sup> Os “drink trolleys” são os carrinhos utilizados para servir bebidas nos aviões.

Em um trabalho pedido pela Câmara Municipal de Lisboa<sup>55</sup> foram obrigados a deslocar pessoal voluntário de outros setores para auxiliar os da iluminação pública para cumprir os prazos. “Vê-se partir serralheiros civis, serralheiros de máquinas, pegar nas picaretas, nas pás. Eles vão mesmo com os fatos sujos de óleo daqui para a rua”. Chegam a romper com a divisão do trabalho interna à fábrica para manter as exigências de produção. O que os colocam em condições de concorrer com as demais empresas. Tal situação pode ser verificada pela fala do trabalhador A da Novo Rumo.

Não é porque sejamos melhores que os outros, mas porque conseguimos fazer prazos de entrega mais curto que qualquer outro empreiteiro, qualquer outro concorrente a este mesmo concurso. O que acontece por vezes é que os sectores não têm gente suficiente para acabar esses serviços dentro dos prazos. Como temos alguma falta de trabalho são deslocados de outros setores com menos trabalho elementos para os setores mais sobrecarregados (*Idem*, *Ibidem*, p. 2).

As mudanças possibilitadas por uma maior flexibilidade de gestão controlada pelos operários, como deslocamento de trabalhadores para outros setores, alterando a antiga divisão de trabalho no processo produtivo interno da fábrica, são utilizadas para a disputa concorrencial com os demais capitalistas. Comparado com a organização do trabalho da empresa na gestão do antigo patrão (como será exposto logo abaixo), ocorreu desta forma por poderem decidir de maneira mais rápida e de comum acordo com todos, ou a maioria, e que se transformou em uma aceitação e dedicação maior à empreita. A gestão operária se direciona neste caso a um aumento da produção em critérios capitalistas, reforçando assim o modo de produção, dando-lhe novo fôlego.

Passemos agora às mudanças implantadas depois da formação da cooperativa, para perceber as diferenças com o sistema de trabalho anterior e a reprodução da hierarquia de trabalho. Durante o período que estiveram em autogestão, viram que a CT formada por 9 pessoas era muito grande e dificultava a tomada de decisões mais rápidas, o que os levou a eleger também uma Comissão de Gestão (CG) formada por três pessoas, sendo um do escritório, outro da seção de Estudos e Projetos e outro da contabilidade. A CG foi eleita em plenário através de voto secreto e duraria por um tempo pré-estabelecido, até a realização de uma sindicância, destinada a fazer um levantamento econômico das condições da empresa e elaborar os estatutos da cooperativa. Definiram também uma periodicidade de reuniões entre eles da CG, e entre as comissões e os demais trabalhadores, que devido à dinâmica do

---

<sup>55</sup> Acima foi apresentado um ofício dos trabalhadores da empresa há mais de um ano desta informação, questionando os critérios de aceitação das empresas nas licitações públicas. Possivelmente obtiveram algum resultado com o ofício.

trabalho foi necessário alterá-la, tornando-as mais constante. Decidiram ainda que as decisões deveriam ser tomadas por todos os trabalhadores e que a prestação de contas se daria em todos os níveis, da base até as comissões (*Idem*, 1975, n. 25, p. 2).

Em entrevista realizada em março de 1976, um ano depois, os trabalhadores informam que a CT e a CG foram extintas com a formação da direção da cooperativa, e que isso não alterou a forma que os trabalhadores viam os membros da direção. Perguntado sobre esta percepção, o trabalhador A responde:

Quanto aos elementos que compõem a direcção e como é que são vistos pelos camaradas e qual a informação que nós damos aos nossos camaradas, queria referir que isto é uma cooperativa operária, portanto com total controlo pelos trabalhadores (*Idem*, 1976 n. 38, p. 5).

As mudanças nas relações de trabalho internas à fábrica se alteraram no sentido de proporcionar uma maior participação dos trabalhadores na gestão da empresa. Criaram mecanismos para efetivar a participação na difusão de informações para que os trabalhadores conhecessem as ações da direção.

Temos até ali fora um quadro onde pomos os comunicados e acendemos uma luz vermelha, quando há a luz vermelha é porque há comunicado e vão lá ler. [...] Mesmo assim, sempre que há qualquer decisão mais importante é sempre, sempre posta em plenário (*Idem*, 1975, n. 25, p. 6).

A veiculação das informações a todos é uma premissa para a existência de igualdade entre os trabalhadores na tomada de decisões. Inclusive para os que não trabalhavam na mesma unidade de produção.

Temos uma brigada que trabalha em Lisboa e outra [em] Vila Franca e temos uma secção de cromagem em Tires. Sempre que há comunicados, informações da direcção, sempre que são elaborados os balancetes, vai uma cópia para cada um desses grupos. Todos os sócios estão permanentemente informados do que aqui se passa (*Idem*, 1976 n. 38, p. 4-5).

O entendimento que fazem é que [desde o início da luta] se mudou tudo em relação ao regime anterior.

Nós entendemos que as relações de trabalho que nos vêm do passado estão todas erradas e pretendemos modificá-las na medida em que, quando começamos a discutir os estatutos, imediatamente esses estatutos vão a discussão quanto a classificações, quanto a salários. Portanto, vai ser discutido, mas em geral, por todos nós. Porque somos nós que vamos classificar uns aos outros; que vamos determinar qual a nossa capacidade de produção e qual vai ser a categoria atribuída de produção [...] dentro da cooperativa.

Parece-me que isso é já alterar todas as leis do trabalho, que vinham do regime anterior (*Idem*, 1975, n. 25, p. 6).

O trabalhador considera como alteração nas relações de trabalho os debates sobre a alteração da classificação dos trabalhadores nos leques salariais, indicando uma maior participação nas decisões referentes à gestão da empresa. É uma grande mudança em relação à forma de decisão existente durante o fascismo. Mas os processos de trabalho pouco se modificaram se comparados ao tempo em que o patrão ainda administrava a empresa e os problemas maiores foram os de planificação interna da produção por não poderem prever a quantidade de trabalho que teriam em um futuro próximo. Conseguiram alterar a mobilidade da força de trabalho entre as várias seções em decorrência do fluxo de trabalho. “Como temos alguma falta de trabalho são deslocados de outros sectores com menos trabalhos elementos para os setores mais sobrecarregados” (*Idem*, 1976, n. 39, p. 2).

Além disso, as funções dos superiores eram distintas das anteriores, já que os “chefes terão uma função diferente. Deixam de ser capatazes”. Mas as hierarquias e o assalariamento são mantidos. “Os trabalhadores ao classificarem determinado indivíduo com a categoria de letra A, na sua função técnica, na sua capacidade de produção, automaticamente estão a dizer que ele é um indivíduo profissionalmente mais competente”. Seria um orientador, “o que não tem nada a ver com a questão de ser o capataz ou o fiscal”. E isto porque é “um camarada mais apetrechado tecnicamente e que, por conseguinte, tem todo o dever de orientar os outros e até de os formar” (*Idem*, 1975, n. 25, p. 6).

O diretor da Cooperativa Dínamo ao falar das diferenças na gestão da cooperativa antes e depois do patrão diz que “a única modificação que [viu foram] as pessoas começarem a sentir que é difícil, mas que aquilo é deles e já dão uma comparticipação maior”, que ele define como sendo “trabalho, trabalho de produção”. O que se iniciou como um processo de garantia do trabalho mudou as pessoas a ponto dele afirmar que conheceu pessoas que “no tempo do patrão só conseguiam fazer duas peças e hoje fazem vinte. Há qualquer coisa que mudou neste aspecto do trabalho. No aspecto digamos social a malta tem outra conduta”. Somado com a dedicação à produção os trabalhadores “comparticipam ainda vendo se a coisa está bem”: “Nos pomos lá os balancetes e as pessoas vão ver” (*Idem*, 1976, n. 40, p. 5).

Como nas demais cooperativas, na Dínamo também aboliram os chefes e encarregado, “embora haja pessoas que até por já terem sido chefes até têm vícios, mas isto vão se modificando a pouco e pouco”. O que fizeram escolher “pessoas competentes, em



plenário. Pusemos em cada secção um coordenador, que vê se se está a fazer bem ou mal, pessoas que orientam profissionalmente” (*Idem*, *Ibidem*, p. 5).

A execução da função de orientador acarretará inclusive a alteração da forma de ensino existente na Cooperativa Novo Rumo. O aprendiz deixará de ser explorado, deixará de ser aquela pessoa que o patrão pretendia tirar o máximo de lucro.

Nós pretendemos fazer cursos de formação, queremos transformar o aprendiz, não para dar lucro à cooperativa – até porque a cooperativa não dá lucros – essencialmente o que pretendemos fazer do aprendiz, é transformá-lo num bom profissional (*Idem*, 1975, n. 25, p. 6),

o que significa formar o indivíduo em todos os níveis, auxiliando inclusive em sua formação cultural.

São mudanças profundas no funcionamento da empresa, entretanto mantém alguns limites, como a hierarquia e a disciplina capitalista, mas agora com uma aceitação dos trabalhadores.

A narração feita pelo trabalhador D sobre a parte do estatuto da cooperativa referente à remuneração dos trabalhadores demonstra isso. “Os produtores da cooperativa, sócios e candidatos, serão creditados por sua quota-parte na produção, na base dos valores dessa mesma produção, depois de deduzidos os custos diretos e os custos indiretos”. Haverá ainda uma tabela de classificação por pontos, com a criação de uma unidade de medida, que levará à saber a contribuição de cada produtor. “Os critérios de distribuição dos valores líquidos [...] serão acordados entre os produtores de cada setor e apresentados à direcção da sociedade que os submeterá, com seu parecer, à aprovação da Assembléia Geral”. No caso das cooperativas os estatutos atribuem a remuneração de cada um de acordo com a produção do associado, dependendo assim da produção da empresa como um todo. Mas a direcção ainda tem a prerrogativa de dar seu parecer sobre o que foi decidido, além de apresentar também uma tabela base (*Idem*, *Ibidem*, p. 6). As decisões para serem tomadas devem seguir alguns caminhos formais que foram decididos pelos trabalhadores, mas estipulados pela Federação das Cooperativas. Há a possibilidade inclusive do rebaixamento dos salários sem consulta prévia aos trabalhadores.

De acordo com os estatutos a direcção tem poderes para suspender os levantamentos na base do que está a ser efectuado se verificar que a produção é baixa. Portanto, a direcção tem poderes para reduzir esses levantamentos e evidentemente pode também subi-los logo assim que entender (*Idem*, 1976, n. 39, p. 2).

Mais uma vez vemos que a adoção dos estatutos impõe limites ao poder de decisão dos trabalhadores na empresa, com o reforço da estratificação interna na organização administrativa.

Na Cooperativo Dínamo no que se refere aos salários conseguiram realizar um aumento salarial principalmente para as mulheres, que “ganhavam só dois contos e oitocentos [e] hoje já ganham cinco contos e duzentos”. Diminuíram a amplitude do leque salarial pois os “aumentos foram maiores para aqueles que ganhavam menos”. Mas o diretor da cooperativa defende a existência da diferença salarial já que “tem profissões, por exemplo duras, como é o caso da fundição, da cromagem, que são profissões que prejudicam muito a saúde [...] e têm que ser melhor remunerada e até porque são pessoas especializadas”.

A diferença que existe é por exemplo nas raparigas e as mulheres que ganham cinco contos e duzentos – mas que têm um trabalho mais leve – fazem as molduras. Temos que pensar que se for para ali um fundidor [...] nós até lhe podemos dizer que isto é uma cooperativa e integrá-lo nos nossos objectivos. Mas ele pode não perceber. (*Idem*, 1976, n.40, p. 4-5)

O trabalhador D da Cooperativa Novo Rumo apresenta como dificuldade maior a mensuração do valor dos trabalhos de naturezas distintas. “O que é que vale mais? É um indivíduo que está a levantar postes? É um serralheiro que trabalha com um torno? É um empregado de escritório, que faz um trabalho com uma máquina de calcular?” Dificuldades decorrentes da avaliação de acordo com a produção, que não altera a forma capitalista de cálculo do salário. O que é distinto é a capacidade de decidirem pela manutenção ou não dos trabalhadores em seus postos.

Na Cooperativa Novo Rumo realizavam duas assembleias anuais para rever os critérios de classificação e para a admissão de novos sócios, onde podiam alterar as pessoas às quais estão subordinadas, mas não a função de subordinação. “Todos os trabalhadores têm o direito de, nessas revisões, se tinham colocado um indivíduo na classe B e acham que eles esta lá mal, passá-lo para baixo, desde que justifiquem capazmente” (*Idem*, 1975, n. 25, p. 6). O estatuto ainda impede a manutenção de privilégios referentes às férias, horários ou outros direitos que existiam anteriormente.

Há ainda casos em que os trabalhadores assumem posições tecnocráticas de defesa do capitalismo e dos capitalistas. A crítica feita pelo trabalhador B da Candimar incide justamente sobre os “parasitas da sociedade” para que se juntassem aos trabalhadores e deixassem de apenas falar, atacando inclusive os trabalhadores que tinha alguma participação

política coletiva. “Nós estamos aqui e não largamos o nosso trabalho, mas há operários que largam o trabalho para irem para comícios. Eles não vão para comícios. Vão destruir ainda por cima aquilo que já está mau”. Deveriam os operários apenas produzir ao invés de participarem de atos políticos, deveriam eles compreender que para garantirem o pão era necessário a ajuda de todos. Aponta ainda a falha do governo em não dar crédito às cooperativas e apenas aos capitalistas, pois que naquelas não estão “atrás de criar lucro”, já que os lucros são os postos de trabalho e que se tivessem dinheiro mais postos criariam. “Há muita gente que diz que a classe operária quer tirar do rico. A classe operária não quer tirar do rico. O rico que é rico tem que ser rico. Agora o rico tem que dividir melhor aquilo que tem”. O problema para este operário é apenas a distribuição dos resultados do trabalho, pois o rico precisa apenas “retirar aquilo que é necessário para a vida dele e o resto vai dividir com os operários”. E apresenta a forma que se deve dar a esta distribuição.

Mas como é que ele vai dividir com os operários? Vai multiplicar a sua riqueza em vinte postos de trabalho. Mas ele não pensa assim. Ganhou cinco mil – se pudesse empregar mais vinte operários, no ano seguinte tirava na mesma os cinco mil – e vai é comprar iates, carros de mês a mês e assim sucessivamente. É por isso que a classe operária não é contra o capitalista. O capitalista tem que existir. O que tem é que dividir (*Idem*, 1976, n. 35, p. 7).

A exploração realizada pelo capitalista sobre o trabalhador não é problema, mas sim a péssima distribuição, o gasto não produtivo do lucro. O que tem que fazer com o lucro é “metê-lo dentro da sua fábrica, criar postos de trabalho”, pois se o operário tiver “um rico ordenado ao fim do mês” o que vão querer é “progresso”. Inclusive possibilitaria um aumento da produção e do próprio mercado interno, já que com este “rico ordenado” a situação seria distinta. “Se eu só tinha possibilidades de comprar um par de sapatos de seis em seis meses, já tinha possibilidade de comprar de três em três meses. Já tenho possibilidades de comprar outras coisas para os meus filhos. Assim não tenho porque sou sempre um miserável”. É por esta postura que o coletivo do *Combate*, afirma que este trabalhador tem uma postura tecnocrática, de criticar o caráter artesanal do antigo patrão. O trabalhador B dá uma mostra dos limites que a luta contra o modo de produção capitalista encontra, ao terminar da seguinte maneira sua fala e a entrevista:

Por isso um bom operário que o queira ser nunca deve pensar na riqueza: nunca destruir o que tem dinheiro. O que tem dinheiro tem que o pôr a movimentar. Eles [os antigos patrões] não. Fizeram ao contrário. Viram os operários e julgaram que os iam roubar. O operário quer trabalho e quer que os patrões sejam leais para com eles. O que é que estes fizeram? Foram os

primeiros gatunos da classe operária, pegaram nuns milhares de contos e fugiram para o Brasil (*Idem*, 1976, n. 35, p. 7).

### 3.2 – Cooperativismo solidário

A formação das cooperativas não ocorreu apenas a partir das empresas em autogestão, e estimuladas pelo Estado ou pela Federação das Cooperativas de Produção, ou por antigos gerentes que tinham interesse em algum tipo de renda proveniente da continuação da laboração. Há pelo menos um caso nas páginas do *Combate*, em que se forma uma cooperativa, na cidade, em decorrência de uma ação de solidariedade entre grupos de trabalhadores. É o caso da cooperativa Covilimpal, prestadora de serviços de limpeza.

A Covilimpal foi formada, em 15 de Maio de 1975, pelos trabalhadores da Servilimpe, empresa que prestava serviços em algumas unidades da Lisnave. Segundo um dos trabalhadores, Galhetas<sup>56</sup>, as condições de trabalho eram péssimas. “Nunca me deram luvas, só distribuíram umas botas e um fato-de-macaco e lavavam-se os vidros simplesmente com água e praticamente não nos davam panos e nós é que tínhamos de os arranjar; escadas para se lavar[e]m os vidros tinha que eu ir pedi-las”. Uma trabalhadora, Lurdes, expõe uma situação ainda pior.

Com respeito a esta questão das luvas nós trabalhávamos com lexívia, chegávamos a andar com as mãos todas queimadas e eu fui uma das que estive 8 dias com baixa por causa das mãos queimadas pela lexívia. Pedia luvas ao patrão e ele dizia que a Lisnave não lhe pagava para dar luvas ao pessoal (*Idem*, 1975, n. 26, p. 8).

Além disso, havia um acúmulo de tarefas aos trabalhadores maiores que as estipuladas em contrato. Maria das Dores, do Sindicato dos Contínuos e Porteiros, afirmou que em “uma secção onde deviam estar – suponhamos – 5 trabalhadores estavam somente 3, onde deviam estar 10 estavam 7; e é nisso que estas empresas de limpeza enchem a algibeira”. Além disso, a Servilimpe não pagava corretamente os trabalhadores. Galhetas diz que um dos motivos do início da luta se deu pelo fato de não pagarem completamente o 13º salário, descontando ao menos 700 escudos; o encarregado da Servilimpe, que era também o fiscal, quando foi contestado sobre o desconto realizado no pagamento, disse que os trabalhadores não tinham direito ao 13º salário.

O lucro da Servilimpe era sempre muito alto. O produto que vendia, segundo Maria das Dores, era trabalho, “ou melhor, vendem vidas porque exigem das pessoas que trabalhem

<sup>56</sup> Esta é um das poucas entrevistas em que os nomes dos entrevistados são referidos.

não como pessoas mas como máquinas”. Trabalhador e membro da CDT da Lisnave, Neto diz o seguinte: “Chegámos a conclusão que praticamente 1000 contos mensais eram recebidos pela Servilimpe e, em contrapartida os magros ordenados continuavam a verificar-se” (*Idem*, *Ibidem*, p. 4). O entrevistador do *Combate* ao questionar a situação das empreitas na Lisnave, afirma que o capitalista não necessita de investir grandes somas de capital. “Só tem unicamente que angariar trabalhadores e depois vendê-los a uma outra empresa” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6), e Neto dá o exemplo concreto da Servilimpe.

O [que] o patrão pagava em média não chegava a 20 escudos e recebia 27 escudos por um lado e 37 por outro por cada trabalhador. Mas isto era nos contratos directos. Os contratos indirectos iam aumentar esta dose, mas como? Ele não paga ao mês, pagava conforme as horas que o trabalhador tivesse trabalhado, isto ainda mais aumentava esta dose. Quer dizer, o bolo era uma espécie de uma bola de neve que ia sempre crescendo (*Idem*, *Ibidem*, p. 8).

Aos poucos os trabalhadores da Servilimpe foram descobrindo todas as ações do patrão e as informações repassadas pelo sindicato esclareciam sobre a exploração a que estavam sujeitos. De acordo com Galhetas,

a gente trabalha por turnos e quando um camarada não vinha, havia uma lei que dizia que não podíamos abandonar o balneário, tínhamos que ficar no serviço e não nos pagava esse tempo. Quer dizer, trabalhávamos 16 horas a 22\$50 e quando fomos ao sindicato informaram-nos que eram obrigados a pagarem a primeira hora a 25% e as outras a 50%. Daí é que começou também a nascer a nossa revolta contra o patrão (*Idem*, *Ibidem*, p. 4).

Para saírem da empresa e formarem a Covilimpal foi necessário realizar uma articulação entre a CDT da Lisnave, o Sindicato dos Contínuos e Porteiros e os trabalhadores da Servilimpe. Reuniões com o sindicato ocorriam nas dependências do estaleiro para tratar das pendências do 13º salário. Entretanto, houve um fato que estimulou a ação para a formação da cooperativa. Segundo Galhetas, a iniciativa foi da CDT da Lisnave, “porque havia nove mulheres a trabalharem no refeitório e que se queriam agregar aos quadros da Lisnave”, mas “parte dessas pessoas não tinham idade para ficarem agregadas à Lisnave, porque a Lisnave decidiu que a reforma era aos 30 anos de serviço ou aos 50 anos de idade”.

Outro trabalhador da Lisnave é quem explica melhor a situação. Segundo F. Amorim, surgiu uma proposta à CDT para admitir nove mulheres que se “encontravam no canto da louça escura”, que foi aceita, inclusive com a escolha de delegados para tratar do assunto. Porém vários inconvenientes apareceram, pois a admissão das nove trabalhadoras iria implicar na demissão de outras 27 da Servilimpe. Mesmo posteriormente conseguiram uma

promessa de evitar as demissões e, assim, ocorrer a aceitação da proposta. Mas não poderiam saber ao certo quais eram as nove mulheres, já que apareceram outras com o mesmo interesse e não havia uma ata de reunião em que constassem os nomes das nove que inicialmente fizeram o pedido. Decidiram em conjunto com as mulheres que nenhuma entraria. Expuseram a situação à CDT, que após consultar os delegados representes dos trabalhadores decidiram por criar um quadro auxiliar de limpeza na Lisnave “e que admitíssemos todo o pessoal da Servilimpe a trabalhar dentro do estaleiro”. Mas havia o problema da idade, com a maioria estando com quarenta e cinco anos, chegando um a ter setenta e cinco anos. Além disso, “parte dessas pessoas não eram alfabetizadas e o mínimo exigido por lei para se entrar para a Lisnave é a 4ª classe”. Afirmo Neto que mesmo assim as pessoas não alfabetizadas entrariam como eventuais e depois de quatro anos apresentariam o diploma, mas não eram todos que conseguiriam.

Tudo isto nos levou a repensar e dizer-mos que o problema estava nas pessoas menos favorecidas, pessoas essas que iriam ficar sem pão e nós não pretendíamos, nem pretenderemos que qualquer pessoa, desde que não tenha sido corrupto pelo regime anterior ou que tivesse executado coacção sobre os trabalhadores, não admitimos que qualquer indivíduo seja despedido da empresa.

[...]

Sendo os mais idosos e os que menos saúde tinham, menos probabilidades tinham de ir para outro emprego. Era esse o nosso dilema. Depois da ideia da Cooperativa ter sido aprovada pelos delegados, toda a gente foi unânime em dizer: vamos acabar com o patrão, agora todos os lucros passarão a ser distribuídos equitativamente em conformidade com o seu trabalho (*Idem*, *Ibidem*, p. 4).

O Sindicato dos Contínuos e Porteiros também contactou a CDT para que encontrassem uma solução para os trabalhadores da Servilimpe. Maria das Dores conta que em Maio de 1974 começou a atuar sindicalmente dentro da Lisnave e posteriormente entrou em contato com o pessoal da empresa. Segundo ela, “eram umas pessoas completamente alheias ao que era um Sindicato, ao que era falar-se da união entre os trabalhadores, do que dessa reunião podia vir a resultar”. Um dos motivos da falta de consciência apontado por Galhetas era que tinham pouca “gente de letras” entre eles. Maria das Dores várias vezes voltou à empresa para fazer o trabalho de conscientização, mas sempre se deparava com a ação destruidora de seu trabalho por parte de uma encarregada, que ameaça de várias formas os trabalhadores que participavam das reuniões, principalmente com os descontos salariais. Alertou os trabalhadores sobre a necessidade de sanear a encarregada para que conseguissem

se unir. Quando o patrão soube das reuniões entre sindicato e trabalhadores, demitiu a encarregada. Após a demissão o trabalho se tornou mais fácil.

O contato do sindicato com a CDT se deu nas assembleias de delegados da Lisnave. Numa primeira tentativa, no estaleiro da Rocha, das Dores não conseguiu falar, pois havia vários assuntos a serem tratados. “Mais adiante, houve nova assembléia da Lisnave, aqui na Margueira” onde “expus aos delegados presentes, talvez à volta de uns 200, e apresentei um ligeiro relato sobre tudo o que era a vida destes trabalhadores e o que era a Servilimpe”. O trabalho de articulação entre o sindicato e as duas empresas já estava avançado. Apesar de não apresentar a proposta da Cooperativa, sabia que algo a favor dos trabalhadores da limpeza sairia da assembleia. “Não os queria alertar de maneira nenhuma para uma cooperativa queria lutar até à última para que esses trabalhadores fossem integrados nos quadros da Lisnave. Mas surgiu a Cooperativa”. Desta forma a Servilimpe saiu dos quadros dos serviços de limpeza que a Lisnave contratava, entrando em seu lugar a Covilimpal que foi “inaugurada com 149 trabalhadores”.

Uma mudança importante adotada pela Covilimpal foi a igualdade dos salários. Segundo Galhetas, no “momento” (da entrevista) o salário “é de 22\$50/hora, tanto para homens quanto para mulheres. A trabalho igual salário igual. No tempo da Servilimpe esta pagava 19\$80 às mulheres e 22\$50 aos homens”. Mas não conseguiam ainda pagar ao mês, pois para pagar os 30 dias precisariam conseguir algum resultado com a cooperativa, principalmente com a obtenção de fundos. Outra mudança indicada por Amorim, outro trabalhador da Covilimpal entrevistado, foi que procederam ao pagamento de 25% sobre salário/hora também às mulheres que cumpriam turnos noturnos até à meia-noite, pagando o adicional após às 20 horas, o que ocorria antes apenas depois das 21 horas.

O trabalho de esclarecimento sobre o salário foi feito através dos estatutos, e que o dinheiro acumulado seria dividido por todos no final do ano. Maria das Dores afirma perceber uma diferença na consciência dos trabalhadores depois das alterações ocorridas com a Cooperativa: “Hoje, ao olhar para o rosto destes trabalhadores e a ter na minha frente a imagem desses trabalhadores há um ano atrás eles são pessoas totalmente diferentes”. E Galhetas aponta na prática como se dá a mudança.

Todos ficam com a responsabilidade do serviço que têm a fazer nos seus locais e é a Direcção que poderá fazer uma certa vigilância para os solicitar porque ainda há pessoas que não estão bem solicitadas para compreenderem que agora estamos a trabalhar para nós próprios (*Idem*, *Ibidem*, p. 4).

O entrevistador do *Combate* questiona se a existência de uma direção na Covilimpal não levaria a vê-la como uma substituta do patrão, se os membros da direção não eram vistos como “novos patrões”. Seu entendimento era em decorrência da função organizativa da direção e não consequência de características subjetivas dos membros, e que para evitar esta transformação era necessário que a “auto-organização” de todos os trabalhadores tivesse “um controlo directo e total sobre sua Cooperativa”. Amorim explica ao entrevistador da seguinte forma:

Isto é controlado através da assembléia geral. Pensamos fazer uma assembléia geral mensal para darmos conhecimentos das despesas, dos [créditos?], da vida da Cooperativa.

Convém acrescentar que os indivíduos que foram eleitos para a Direção continuam a executar as tarefa que até aí executaram nos seus locais de trabalho, isto é, não largaram o lugar deles para virem para a direção. Quer dizer é um trabalho duplo: faço o meu trabalho normal e depois ainda faço o trabalho da Cooperativa mas este não vai prejudicar ninguém porque não é remunerado (*Idem*, *Ibidem*, p. 8).

Maria das Dores faz um adendo à resposta de Amorim, afirmando que tornaram uma das trabalhadoras em empregada de escritório por ter cursado contabilidade e que foi eleita pelos trabalhadores para a presidência da mesa da Assembleia, além de ser responsável junto com a direção de repassar as informações da cooperativa.

Realizaram ainda o saneamento de uma encarregada da empresa, e outra permaneceu na “Cooperativa não como encarregada mas como trabalhadora, pois a Cooperativa não tem encarregados mas sim pessoas que orientam o trabalho, mas que trabalham como as outras” (*Idem*, 1975, n. 27, p. 2). Esta mudança de função de encarregado à orientadora, ou de capataz à orientador permeou, pelas entrevistas apresentadas com trabalhadores de cooperativas, as mudanças estruturais das empresas e a forma que os superiores hierárquicos eram vistos nas mesmas.

A relação contratual da Covilimpal com a Lisnave é apontada como positiva por Neto, da CDT. Isto porque antes do 25 de Abril, o interesse da Lisnave era contratar uma empresa que vendia a força de trabalho pelo preço mais baixo, levando em conta que não poderia ser menor que o ordenado mínimo nacional, além de acrescentar 50% para despesas da empresa e 10% de lucro, que diminuía conforme o montante do contrato ia crescendo. Com a Covilimpal a situação foi distinta, pois a “Lisnave teve um ponto de vista social e humano em relação a todos estes trabalhadores”, já que com “as despesas enormíssimas que estes trabalhadores tiveram sobre suas cotas” - pagamento necessário para se tornarem associados



da cooperativa -, “a Lisnave ao mesmo tempo que os auxilia emprestando-lhes determinada quantia de dinheiro para a compra de novas máquinas”, que melhorará o serviço prestado ao estaleiro, “essas máquinas serão descontadas em prestações mais ou menos módicas”. O contrato previa ainda um lucro para a cooperativa que era posto à aprovação dos trabalhadores da Covilimpal, que “evidentemente [...] já vem estudado de cima” mas que os “trabalhadores poderão sempre dizer: pois, nós não aceitamos este contrato por este preço mas pelo preço que nós desejamos”. Para Neto isto não ocorreria, principalmente pelo fato dos trabalhadores da Lisnave terem colocados “pessoas que realmente se identificam com as classes trabalhadoras e não com os patrões, portanto as pessoas que firmam estes contratos já não fazem parte da administração”. Apesar de certa ambiguidade na fala de Neto, o leitor perceberá que ela indica uma influência dos trabalhadores da Lisnave na indicação de pessoas para ocuparem cargos em determinadas funções, o que talvez seja o caso na aprovação do contrato da Covilimpal. Mas o interesse era estritamente capitalista.

Temos de verificar que a própria Lisnave não é paternalista, temos que verificar que a administração da Lisnave é capitalista e não é pelos nossos belos olhos que a Lisnave assina um contrato com esta Cooperativa e era a terceira empresa de limpezas que vinha até à Lisnave e que se viam forçosamente obrigados a recorrer a outras empresas de limpezas porque os trabalhos prestados não agradavam à Lisnave. E assim a Lisnave psicologicamente sabe que os trabalhadores se vão interessar por todo este trabalho e então é aí que está este paternalismo aparente, pois nós damos o trabalho desta forma e daquela mas não queremos reclamações (*Idem*, 1975, n. 26, p. 8).

A visão do trabalhador da Lisnave indica algumas contradições da luta dos trabalhadores durante o período revolucionário em Portugal. Apesar de auxiliar solidariamente para que os trabalhadores saiam do jugo do patrão e passem a se auto-organizar há os limites do modo de produção capitalista, no caso a dependência da Lisnave e seus critérios e mecanismos de exploração da mais-valia.

Os contratos eram pagos mensalmente e renovados semestralmente, e não haviam perigo de serem extintos em decorrência da natureza do trabalho da Covilimpal, pois serviço de limpeza era sempre necessário ao contrário de trabalhos relacionados à produção. De acordo com F. Amorim, a continuidade da cooperativa foi um ponto debatido e defendido por ele na assembleia dos delegados da CDT e concordaram com a manutenção, já que não haveria “possibilidades, de hoje para amanhã, de começar a meter aqui um empreiteiro para fazer uma limpeza ou duas. Pois isso nós não consentiremos de maneira nenhuma. Portanto, se não entra aqui ninguém, a Cooperativa tem continuidade”. Há inclusive a possibilidade de

maiores contratações pela cooperativa em decorrência da expansão da Lisnave, “porque cada vez se abrem mais refeitórios, cada vez se abrem mais balneários. Conforme a empresa vai aumentando de capacidade também mais postos de trabalho são necessários”, e todos os novos contratos “são canalizados através da Cooperativa” (*Idem*, *Ibidem*, p. 8). O interesse é inclusive dos trabalhadores das demais empresas que prestam serviços de limpeza à Lisnave para contatarem e fazerem parte da Covilimpal. Segundo Neto,

para deixarem de ser explorados por um patrão que não tem consideração pelos seus empregados e que não lhes paga de forma alguma dentro de um âmbito geral bom, mas para trabalharem para eles próprios e para uma cooperação mútua entre todos os trabalhadores do mesmo sector de trabalho (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

O objetivo era ampliar a experiência, envolvendo um número cada vez maior de trabalhadores, para que esta prática de controle direto dos processos de laboração pelos trabalhadores e a abolição dos padrões tivesse um âmbito maior. Mas para ser ponta de lança na campanha de divulgação da viabilidade do cooperativismo, era preciso criar os alicerces em casos concretos, criando novas experiências de cooperativismo operário, para que conseguissem se desenvolver.

Irão fazer-se várias progressões ainda bastantes lentas porque só após a nossa experiência estar bem determinada, termos determinados alicerces bem firmes é que poderemos dar o apoio, porque isto é uma experiência que não podemos ir de forma alguma avante com uma experiência, sem essa experiência nos ter demonstrado de que é possível dar frutos a todos os indivíduos (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

A solidariedade prestada pelos trabalhadores da Lisnave, organizados em torno da CDT da empresa, era um passo inicial, mesmo que ainda se mantivesse a experiência nos limites da organização capitalista da economia. É perceptível a diferença com os outros casos referidos, no sentido que não existiu uma mudança imposta à forma de organização da luta que estava encaminhada, como nos casos das empresas que se encontravam em autogestão. O que ocorreu foi um auxílio solidário aos trabalhadores na organização de suas lutas com vistas às melhorias de condições de trabalho e de remuneração, de acordo com as possibilidades concretas que estavam ao alcance destes mesmos trabalhadores. Além disso, no trabalho de conscientização sobre a importância das cooperativas, que deveria ser feito aos trabalhadores que estão em luta contra seus patrões, havia críticas também a algumas instituições, já que não ocorria o fortalecimento do trabalho de base e era necessário explicar aos trabalhadores a função da cooperativa para a vida e a luta deles. Segundo F. Amorim,

muitos trabalhadores, como é ainda o início, estão muito receados porque ainda não adquiriram uma mentalidade para saberem, o que é bom e o que é mau. Explica-se várias vezes mas há sempre pessoas por trás que têm tendências a contradizer. Contradizem e dão-lhes uma outra perspectiva e então alguns receiam a todo o momento a Cooperativa. Depois de uma conversa com elementos de outras Cooperativas eles saem cheios de fé, mas no dia seguinte já não sabem se está bem ou se está mal. Existem Federações de Cooperativas que deviam fazer um trabalho de base junto dos trabalhadores: explicar-lhes correctamente o que é um Cooperativa e quais as suas finalidades, quais os objetivos que eles alcançam com a Cooperativa, qual o lucro que eles vão obter disso. Tudo isto e começá-los a formar a pouco e pouco para começarem a adquirir a realidade das coisas e não ouvirem agora uma coisa e depois ao ouvirem uma outra versão não saberem concretamente o que é melhor ou pior (*Idem*, 1975, n. 27, p. 2).

### 3.3 – O Golpe Conservador de 25 de Novembro de 1975

A segunda fase da luta nas cooperativas exposta no início desta seção, denominada como “menos espetacular”, tem alguns aspectos interessantes que podem ser encontrados em entrevistas realizadas (novamente) com os trabalhadores da Cooperativa Novo Rumo e da Cooperativa Dínamo, e coincide com o período posterior ao golpe de Estado de 25 de Novembro de 1975, liderado pelas forças conservadoras agrupadas em torno do Grupo dos Nove, dentro do MFA, e no âmbito partidário com o apoio do PS e PPD. O golpe interrompeu a evolução do Processo Revolucionário em Curso (PREC) retirando do poder os membros do MFA ligados aos partidos e grupos políticos de esquerda e de extrema-esquerda.

Uma fala do trabalhador A da Cooperativa Novo Rumo (talvez o mesmo que escreveu o texto que serviu de introdução a esta seção, mas que o anonimato não permite confirmar) na segunda entrevista, realizada em 1976, exprime de forma muito clara o avanço da luta popular e a reação dos exploradores.

Como nós sabemos que os trabalhadores devidamente organizados é que conseguem arrebatam o poder a essa minoria exploradora que se chama burguesia, e que pois quanto mais os trabalhadores se organizam mais pânico surge na burguesia, portanto nós temos de avançar, e se não vejamos o que mais preocupou a burguesia após o 25 de Abril? Foi a organização dos trabalhadores através de seus organismos de classe, foi o poder popular, foram as comissões de trabalhadores que começaram a aparecer, foram as comissões de moradores, foram as comissões de aldeias, foram as comissões locais, todo o povo começou a organizar-se, e o que é que aconteceu? Aconteceu que se deu um golpe, um golpe que quanto a mim considero um golpe burguês, para tentar acabar com toda a organização dos trabalhadores pela força, pela repressão (*Idem*, 1976, n. 39, p. 7).

Posteriormente, passam a falar sobre as consequências do 25 de Novembro para a luta nas empresas, girando a conversa em torno da volta dos patrões. O principal problema

que as empresas em autogestão enfrentavam no momento era a perda de credenciais dadas anteriormente pelo Estado, principalmente o Ministério do Trabalho. Segundo o trabalhador A da Cooperativa Novo Rumo,

o Ministério que se dá pelo nome de Trabalho, pôs em causa essas mesmas autogestões primeiro, depois retirou as credenciais às comissões de trabalhadores e dando um prazo para a apresentação da necessidade de nova credencial a ser passada para, segundo eles, terem um maior controlo e ao mesmo tempo para dar também a possibilidade dos patrões contestarem essas mesmas credenciais. É claro isso verificou-se em muitas empresas em que os patrões contestaram. Nalguns casos os patrões têm chegado a acordo com os trabalhadores, noutros isso não tem acontecido e muitos trabalhadores já têm sido desalojados dos seus locais de trabalho à força (*Idem*, 1976, n. 40, p. 7).

Com as dificuldades económicas do período, o novo governo conservador utiliza das amarras institucionais para estrangular a luta dos trabalhadores, retirando a gestão do controle da produção e preparando o terreno para a volta dos patrões. A credencial que anteriormente era uma garantia de auxílio estatal se torna com o golpe um caminho do enforcamento da luta, principalmente nas empresas deficitárias, o que é reforçado pela crise económica em 1976.

Existia um forte receio sobre a reação da direita. “Evidentemente se isto for para o fascismo declarado, se houver uma pinochada cá em Portugal, pois com certeza que eles acabam com tudo e fazem aquilo que muito bem querem” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7). Mas apesar disso acreditava que o pouco de liberdades democráticas garantia uma consciência da necessidade de sua manutenção. Porém era preciso unir a luta para ampliar as liberdades e evitar cair em uma ditadura anda mais feroz que a vivida anteriormente, o que explica a experiência que é relatada à seguir.

### **3.4 – As Coordenadoras de Cooperativas e Empresas em Autogestão**

De acordo com o que foi dito pelo trabalhador da Cooperativa Novo Rumo logo acima, para evitar a “pinochada” em Portugal, o caminho seria romper o isolamento entre as lutas. As tentativas são para que as empresas que estão nas mãos dos trabalhadores se integrem. As cooperativas não podem ficar isoladas como ilhas no oceano capitalista. “Se elas se juntarem num único organismo, como já existe noutras indústrias, com essa união de cooperativas e com o intercambio de serviços e produtos que se comecem a efectuar de umas para as outras, a gente abala um bocadinho o poder dos monopólios” (*Idem*, 1976, n. 39, p. 6). O intuito dos trabalhadores era o de integrar as empresas geridas pelos operários com a criação de um organismo que terá por função coordenar o mercado de troca entre elas. A luta

supera os muros internos das fábricas. Mas é necessário levantar uma questão que permeia todo este estudo. A integração ocorre autonomamente?

A integração entre as empresas geridas pelos trabalhadores é uma opinião dividida também por um trabalhador da Cooperativa Dínamo. “A minha solução é este projecto de coordenadoras dos diversos ramos. Acho que só os trabalhadores organizados economicamente podem evitar isso” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6). Para ele a iniciativa passa pelo controle operário, que seria exercido sobre as coordenadoras, que cumpririam a função de intermediadoras no mercado entre as empresas. É necessária a organização econômica entre “as cooperativas e não só, todas as empresas em autogestão e com controlo operário”, para que se organizem em “coordenadoras: uma gasta fatos de macaco, outras gastam outros artigos e, a malta com um controlo operário a sério, manda essas encomendas para as coordenadoras, que depois distribui pelas cooperativas e empresas em autogestão” (*Idem*, 1976, n. 40, p. 6).

As Coordenadoras, ou união de cooperativas, foi uma ideia surgida depois de longas reuniões dentro da Federação das Cooperativas de Produção, perto de novembro de 1975. Nas palavras de um trabalhador da Cooperativa Novo Rumo o objetivo era criar “organismos que planeassem todo o trabalho, todas as estruturas das cooperativas nos ramos das indústrias a que pertencem e vimos essa necessidade, até porque se isso começa a trabalhar tudo como deve ser, parte da economia passa a ser controlada por nós”. Com o intuito de planificar todas as necessidades, o trabalhador afirma que já havia sido criada a coordenadora da construção civil, a do ramo têxtil, e “outra coordenadora que me parece que é do frio, ou qualquer coisa ligado (frigorífico, etc.)” (*Idem*, 1976, n. 39, p. 7). A Cooperativa Novo Rumo pertencia à “Coordenadora das Cooperativas e Empresas em Autogestão da Metalomecânica Ligeira” e a adesão a ela se deu através de “total democracia operária”. “Nós fizemos uma Assembléia Geral extraordinária ao abrigo dos nossos estatutos, para pormos o assunto a todos os sócios e só depois da Assembléia ter se pronunciado favoravelmente é que nós entramos para a Coordenadora” (*Idem*, 1976, n.38, p. 5).

Perguntado se não seria necessário aos trabalhadores consciência da importância das coordenadoras para ir à frente com o processo de unificação das unidades de produção, o entrevistado da Cooperativa Dínamo diz que, em sua opinião, “numa primeira fase têm que ser os trabalhadores mais conscientes a andar para a frente. Se eles estiverem à espera de fazer um plenário a nível nacional, nunca mais chegamos a parte nenhuma”, e no caso da Dínamo

não eram todos os que achavam importante a participação nestes organismo de integração (*Idem*, 1976, n. 40, p. 6).

A participação dos trabalhadores nas coordenadoras se dá através de representação. “Há representantes colectivos que vão em nome de cooperativas e há representantes individuais que vão em nome de comissões de trabalhadores” (*Idem*, 1976, n. 39, p. 7). Apesar da informação não esclarecer muito o funcionamento das formas de representação, principalmente a diferença entre representação de cooperativas e representação de CT’s, no caso da Cooperativa Novo Rumo há rotatividade entre os membros destacados para irem às reuniões, o que talvez sugira um interesse maior dos operários desta cooperativa comparada com a Dínamo. O trabalhador A da Novo Rumo explica o critério adotado na empresa.

Temos tido reuniões regulares e têm sido outros camaradas que vão – vão sempre dois camaradas, nunca são os mesmos, cada um só vai lá duas vezes. Aquele que faz a segunda vez quando é para ir a terceira já não vai, vai outro e assim sucessivamente, para que eles estejam sempre dentro do assunto e para encarar duma maneira mais global o que é esta coisa da autogestão, o que é esta coisa de gerir empresas em autogestão e cooperativas (*Idem*, 1976, n. 38, p. 5).

A adoção do controle de base sobre a direcção da cooperativa se reflete na participação nas coordenadoras. “Quando nós elegemos uma direcção para uma cooperativa, quando ela não é capaz de cumprir a tarefa para a qual foi eleita, só há um caminho a seguir é todos os trabalhadores pedirem uma assembléia, destituírem aquela direcção” e porem outra que tenham mais confiança, que representem os verdadeiros interesses da classe (*Idem*, 1976, n. 39, p. 7). E se “em todas as cooperativas se fizer isto tudo, pois se as uniões têm representantes dessas mesmas cooperativas automaticamente também se está a reflectir nas uniões”. Afirma ainda que “não há lugares vitalícios, as pessoas são nomeadas para estes cargos é por um período, que terá de ser definido em estatuto”. Esta forma de organização garante que não sejam os mesmos a ocuparem os cargos, o que para o trabalhador A é positivo, pois “todos começam a concienciar e todos começam a ter a verdadeira noção das responsabilidades e dos problemas que vão surgindo e da maneira que eles têm que ser resolvidos” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7).

No esforço de criar a união entre as empresas que eram geridas pelos trabalhadores passaram a encontrar formas de “planificar todas as nossas necessidades”. Os trabalhadores da Cooperativa Novo Rumo nos narra, através de alguns exemplos, como ocorre esta integração entre as diversas cooperativas e empresas em autogestão.

Normalmente é preciso mandar fazer tratamentos, banhos electrolíticos, metalizações a ferro e chapas e tubos. Normalmente mandamos fazer esses trabalhos a cooperativas. Todos os papéis que gastamos aqui nos administrativos, embora nós façamos cá muitos porque temos uma máquina de fotocópias, mas aqueles que não podemos cá fazer mandamos a uma tipografia que tenha trabalhos em cooperativa (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

Há também a participação nas Coordenadoras de empresas que não estejam nem em autogestão e não são cooperativas, mas que utilizam da intermediação destas instituições para adquirir os produtos das empresas que estão sendo geridas pelos operários. Uma delas é a Lisnave, que em “1975 encomendou à coordenadora dos têxteis os fatos de macaco para todos os seus trabalhadores; isso anda na ordem dos 100 e não sei quantos mil fatos por ano”. Esta encomenda feita à coordenadora do setor foi direcionada, “salvo erro, para 2 cooperativas que têm garantido o trabalho durante um ano”. Segundo o trabalhador este é um exemplo “daquilo que poderemos fazer com as transacções de cooperativa para cooperativa” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

O apoio da Lisnave provinha do esforço dos trabalhadores organizados através do Conselho de Defesa dos Trabalhadores da empresa, que pressionavam a direcção da empresa a adotar as encomendas provenientes das cooperativas. Mesmo nas empresas não nacionalizadas, sem estar em autogestão ou ter adotado o sistema cooperativista os trabalhadores organizados nas CT's tinham poder decisório sobre os patrões e aderiram às coordenadoras. É o caso da Metalúrgica Luso-Italiana “onde há um controlo tão grande da parte dos trabalhadores que os próprios administradores não passam cheque nenhum sem que primeiro seja visado pela comissão de trabalhadores. Não se faz ali nada sem a autorização da comissão de trabalhadores” (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

Mesmo com a reacção dos capitalistas com o golpe de 25 de Novembro e todos os ataques que passaram a realizar contra as empresas sob gestão operária, os trabalhadores conseguiram ainda durante um curto período (que escapa ao apresentado neste relato) manter a autonomia de decisão, invertendo as relações de poder no interior das empresas. Mas poderíamos dizer que esta autonomia foi mantida na integração entre as diversas empresas em luta?

O diálogo entre o entrevistador do *Combate* e o trabalhador da Dínamo dá uma dimensão dos limites que poderiam ter a integração através das coordenadoras e a visão que tem um membro de uma cooperativa inserida nestas instituições.

Combate – Podem existir 400-500 cooperativas e outras tantas empresas em autogestão hoje, em Portugal, mas a exploração capitalista continua – continuam a pertencer ao mercado capitalista, a planificação mais geral do trabalho e da produção escapa também aos trabalhadores. Como é que vocês acham que as empresas nas mãos dos trabalhadores podem desencadear uma luta feroz e constante contra o capitalismo?

Trabalhador – Eu acho, e isso é uma opinião pessoal, que para a situação em Portugal a formação de coordenadoras é correcta. O que temos que andar é depressa. Na minha opinião os trabalhadores portugueses só vão em coisas concretas. Se for só conversa entra-lhes por um ouvido e sai-lhes por outro, e eu tenho experiência disso. Se nós os mais conscientes andarmos depressa e levarmos aos trabalhadores coisas concretas, pois concerteza que eles aderem. Nós ao entrarmos para isto temos que andar com rapidez na prática das coisas. Por exemplo, se a nossa cooperativa começar a entrar em crise e a coordenadora conseguir salvá-la, as pessoas começam a pensar: “Através da coordenadora veio uma encomenda”, aí a malta vê (*Idem*, 1976, n. 40, p. 6).

Percebe-se por um lado as limitações que as coordenadoras enfrentam por integrarem principalmente empresas de pequeno e médio porte, o que pode ser destacado da fala do entrevistador do *Combate*. Apesar do ataque que representa e que os trabalhadores abalem “um bocadinho o poder dos monopólios”, como dito mais acima, há razão na afirmação da manutenção da exploração capitalista e de seu controle sobre a planificação mais geral da força de trabalho e da produção. Os grandes monopólios continuavam a controlar uma grande parte da economia portuguesa e o Estado avançava com sua ação econômica, que nas pequenas e médias empresas representava o estímulo à volta dos patrões.

O que cumpre agora expor é como os trabalhadores viam este tipo de luta no enfrentamento contra o capitalismo.

“Evidentemente que nós ao formarmos cooperativas é um acto político, não é só por ouvirmos dizer que uma cooperativa é bom que vamos formar uma cooperativa, pois nós ao formarmos uma cooperativa temos um objetivo a atingir” (*Idem*, 1976, n. 39, p. 6). A ação prática é o que interessa a estes trabalhadores como acto político, não as disputas doutrinárias e partidárias. Estas inclusive são vistas como um obstáculo à participação na luta e como desestímulo, perceptível na crítica feita à Federação das Cooperativas pelo trabalhador A da Cooperativa Candimar, de que os debates políticos atrapalham a resolução dos problemas práticos. Frequentemente ia à Federação, mas confessa que “aquilo chegando a um certo ponto até começam a meter-se em política, e aquilo não é para política. É para falarmos no que respeita nós. Agora política abaixo, política acima; porque este é assim aquele é assado – isso não presta” (*Idem*, 1975, n. 32, p. 7). A fala mostra os entraves encontrados na tentativa



de resolver seus problemas e que os debates ideológicos impedem o andamento e desestimulam a participação dos trabalhadores.

Há consciência de que a formação das cooperativas tem como objetivo atingir “a verdadeira sociedade socialista”, mas que a experiência “agora posta em prática” os levou à “conclusão que não é através da criação de cooperativas que se constrói a sociedade comunista”. Na sequência da exposição de seu raciocínio, o trabalhador A da Novo Rumo afirma que uma coisa é certa:

se nós nos organizarmos bem em coordenadoras, com personalidade jurídica, todas as suas cooperativas ligadas à sua coordenadora do ramo ou da indústria a que pertencem, não há dúvida que nós de um momento para o outro, se a coisa for bem organizada, com os pés bem assentes e a cabeça no lugar, podemos ter a economia do país na mão. E isso é um grande avanço, porque se não tivermos o poder político mas possuirmos o poder econômico é um grande passo para obtermos de seguida o poder político (*Idem*, 1976, n. 39, p. 6).

Este posicionamento é contrário ao defendido por forças políticas que se posicionavam contra as nacionalizações enquanto não eram eles a deter o poder político de Estado, segundo o *Combate*, pois expropriariam as fábricas nacionalizando-as por decretos, sem a menor intervenção dos trabalhadores. A resposta do trabalhador é que concorda com o que se costuma dizer, “a libertação dos trabalhadores terá de ser obra dos próprios trabalhadores”, concordando também com o que havia sido dito sobre as nacionalizações. “Eu acho que terão de ser os trabalhadores a dizer quem são os seus verdadeiros representantes, quem são os seus amigos, quem são os seus inimigos”, e que o ano e meio da revolução portuguesa “já abriram suficientemente os olhos para chegarem a essa conclusão”.

De tudo que foi exposto sobre os posicionamentos expressos pelos trabalhadores, e que também são compartilhados em muitos momentos pelo coletivo editorial do *Combate*, é possível perceber através destas situações que a consciência se forma na luta, como obra dos próprios trabalhadores no enfrentamento dos problemas encontrados, seja em cooperativas ou suas uniões, pois houve uma preocupação do controle das mesmas ficarem nas mãos apenas dos dirigentes. Para o entrevistador do *Combate*,

se são estas pessoas que fazem os contactos com outras cooperativas e se esses contactos permanecem nessas pessoas, a estrutura em si não se modifica muito, porque mesmo que eventualmente o poder econômico venha a cair nas mãos destas pessoas, deita-se abaixo uma burguesia, mas acaba por criar novos dirigentes destacados da classe operária que continuam a ter nas mãos a produção e a decidir em nome dos trabalhadores. O que é importante saber quando se começam a unificar as cooperativas é até que

ponto essas uniões não estão a ser comandadas por dirigentes que podem ser ou não de partidos (isso é indiferente), podem não ser de partidos e reproduzirem na mesma uma sociedade hierarquizada [sic] (*Idem*, *Ibidem*, p. 6).

Este é o problema interno que se coloca à luta dos trabalhadores, a formação de uma elite de trabalhadores que se destaca da base e concentra contatos e informações, ao mesmo tempo em que o controle de base deixa de ser realizado, perdendo também a rotatividade de participação nos órgãos de decisão. É esta elite que irá alimentar com novos membros as classes exploradoras, mas não como novos burgueses, e sim como novos gestores que foram se especializando na gestão dos processos de produção a partir da participação na luta.

O trabalhador A da Cooperativa Novo Rumo responde à indagação sobre a concentração de poder com o caso específico de sua empresa ao tentar manter a participação do maior número possível de trabalhadores nas reuniões das coordenadoras, como acima foi exposto. Por outro lado, na Cooperativa Dínamo, o diretor apontava a dificuldade de fazer com que mais trabalhadores participasse das reuniões.

Existia também a preocupação de não deixar apenas os funcionários administrativos na composição das direções, e na Cooperativa Novo Rumo apenas um membro era administrativo e os outros quatro eram operários ou técnicos especializados. Ainda segundo o trabalhador A pode-se ver tentativas de evitar a divisão interna à fábrica: “apesar de nós aqui administrativos, só para vos dar uma ideia do que tem sido a união entre nós”, temos a consciência de que nós não somos “precisos para nada se não houver os operários que produzam, mas os operários têm também a consciência de que os trabalhos administrativos têm de ser feitos e terão sempre de ser feitos” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7). Apesar de denotar a união entre os diferentes grupos de trabalhadores há na fala também uma defesa da divisão capitalista do trabalho, ao afirmar a perenidade da natureza distinta dos trabalhos sem indicar que todos devam executar todas as funções. Mas tentam sempre distribuir de forma igual trabalhos e os frutos do trabalho. “Aqui se há muito distribui-se muito por todos, se há pouco distribui-se pouco por todos, se há muitas alegrias é para todos, se há muitas tristezas também são para todos”.

Mas é necessário mais uma vez apontar o papel da Federação das Cooperativas junto às pequenas e médias empresas geridas pelos trabalhadores, como articuladora entre elas e o Estado, bem como a influência do PCP e Intersindical. No estágio de desenvolvimento da pesquisa não é possível afirmar concretamente, com outras fontes, que há estas estreitas

ligações, já que o contato com arquivos que poderiam lançar luz sobre a questão é dificultado pelo oceano existente entre eles e o pesquisador. Porém, os indícios que são apresentados no *Combate*, e que foram expostos aqui com certo detalhamento, proporcionam entender a intermediação das Coordenadoras como um esforço de planificação econômica levado à cabo principalmente pelo PCP e pelos setores mais à esquerda do MFA. Não é gratuito que o início de formação das mesmas tenha ocorrido próximo a novembro de 1975, auge da disputa pelo poder de Estado entre os dois grupos políticos que foram citados em editorial do jornal no número 28, já referido aqui. O Estado necessitava fortalecer a planificação, e com a estruturação das Coordenadoras, poderia institucionalizar as formas de luta criadas pelos trabalhadores (cooperativas e empresas em autogestão) através de um controle externo sobre o comércio que nascia entre estas empresas. Desta forma impediria a integração autônoma das lutas e criaria condições de fomentar uma planificação do mercado interno, buscando assim superar a crise em que se encontravam.

Além disso, utilizavam para a reprodução da exploração capitalista as capacidades intelectuais desenvolvidas pelos trabalhadores na experiência prática de luta pela gestão das empresas, inclusive destacando trabalhadores para trabalharem na Federação. Toda a pedagogia da luta, de desenvolvimento da consciência de classe através da atividade prática de execução de tarefas com o intuito de encontrar soluções aos problemas enfrentados, que se transformavam em capacidade de gestão coletiva do processo produtivo, é utilizada como uma pedagogia reprodutora do capital, pois impede a integração autônoma das lutas e a participação direta dos trabalhadores na resolução dos novos problemas que vão surgir com a criação deste mercado para as empresas em autogestão e cooperativas. Mesmo que o trabalhador A da Cooperativa Novo Rumo tenha afirmado que havia rotatividade na participação das reuniões das Coordenadoras, no ponto em que explicou a adesão deles à Federação, ele diz que os “elementos que trabalham na Federação são elementos de cooperativas. Portanto aquilo mantém-se de pé com a colaboração monetária ou física de elementos que lá estão”. No caso específico da Cooperativa Novo Rumo, o operário diz: “temos lá um homem a trabalhar a tempo inteiro. Ele faz o seu levantamento como se estivesse aqui a trabalhar” (*Idem*, *Ibidem*, p. 7). O controle da base sobre estas tarefas parece que não havia, como parece que não havia rotatividade no trabalho da Federação, ou mesmo das Coordenadoras, já que é possível ver que a participação dos membros se deu apenas nas reuniões, pois não há indícios de que ocorreu no trabalho cotidiano.

Isto leva a uma especialização das funções, nestas instituições de articulação, por alguns trabalhadores que são destacados da base dos trabalhadores, que não consegue mais exercer controle sobre eles. É neste sentido que o estudo aqui desenvolvido aponta que o aprendizado alcançado com a prática de gestão, que no início das ocupações eram exercidos coletiva e ativamente foi, com o desenvolvimento do processo de institucionalização da luta, novamente concentrado em algumas funções desempenhadas pelos trabalhadores que se especializaram nelas. A institucionalização capitalista das lutas foi também um processo pedagógico, só que não mais autônomo e nem subversivo, transformador ou revolucionário, pois que há a utilização das capacidades criadas com a experiência de gestão para a reprodução do modo de produção. São estes novos especialistas da gestão que vão se tornar a elite da classe trabalhadora e alimentar as fileiras da classe exploradora, como os novos gestores dos processos de produção. Esta é a dinâmica do modo de produção capitalista, pois no mesmo movimento que canaliza as lutas que podem lhe ser destrutivas consegue, por um lado, manter o aumento de produção e da produtividade, através das relações sociais de produção capitalista pela permanência da disciplina e hierarquia agora aceitas de bom grado pelos explorados, e, por outro, dá dinamicidade às classes exploradoras com a ascensão social destes novos gestores oriundos da elite dos trabalhadores.

Apesar de ocorrido o golpe em 25 de Novembro, a iniciativa se desenvolveu, indicando que o novo grupo político instalado no Palácio de São Bento também tenha se aproveitado dela, talvez não com o mesmo entusiasmo. Mas a fonte histórica impede o aprofundamento da análise neste ponto. Entretanto, é um processo histórico que se dá no tempo, em uma relação de exploração cujos polos são classes sociais interligadas justamente por estas relações sociais de produção, o que caracteriza a complexidade do estudo dos conflitos sociais no capitalismo.

### Considerações finais

O presente estudo objetivou apresentar uma tensão que existiu durante a Revolução Portuguesa, entre os anos de 1974 e 1976, cujos polos eram, de um lado, o desenvolvimento de relações sociais de novo tipo e, de outro, as tentativas dos capitalistas de enquadrar estas lutas, recuperando suas formas de organização e reproduzindo-as enquanto relações sociais de produção capitalista.

As lutas que vinham se desenvolvendo antes do 25 de abril de 1974 mostravam já um caráter autônomo das mesmas, de organização a partir dos locais de produção e não pelos sindicatos, como mostrou o trabalhador da Timex. Obviamente que a institucionalização sindical nas estruturas do corporativismo salazarista contribuiu para que os trabalhadores criassem novos organismos para enfrentar os capitalistas. Mas mesmo após a liberdade de ação conseguida com a desestruturação social causada pelo golpe do MFA os trabalhadores continuaram a utilizar seus organismos por eles mesmos criados, principalmente as CTs, deixando as instituições sindicais marginalizadas, quando não a reboque. Possivelmente a estruturação da maior parte dos sindicatos que passaram a existir com as novas direções ligadas à Intersindical e ao PCP, que dava uma maior importância à formação das cúpulas e à ligação com os Governos Provisórios, afastou boa parte dos trabalhadores do envolvimento com os sindicatos. Isto ocorreu apesar das tentativas de criação de um sindicalismo de base, que pretendeu estimular e criar espaços de participação coletiva dos trabalhadores, como foi possível ao leitor ver quando se apresentou o debate sobre o sindicalismo na mesa redonda em que estavam presentes os trabalhadores da função pública.

Outra característica era a externalidade dos sindicatos em relação aos locais de produção. Este afastamento dificultava uma identificação dos trabalhadores com estas instituições. E como as lutas ocorreram em sua esmagadora maioria autonomamente a partir de seus locais de trabalho as CTs passaram a ser a forma principal de organização destes trabalhadores. E mesmo suas funções foram se alterando com o desenvolver da luta. De organismos representativos com o objetivo principal de apresentação de reivindicações aos capitalistas passaram a ser o centro de gestão da produção, após as ocupações e a necessidade de continuarem a produção. O boicote capitalista levou ainda à necessidade de criarem espaços de escoamento do produto do trabalho, encontrado através dos mercados de solidariedade. Mas mesmo este processo não foi realizado sem sobressaltos, já que houve também a transformação de algumas destas CTs em “novos patrões”. Mas o interessante a

notar foi que a participação ativa e coletiva dos trabalhadores, e a existências de princípios de controle pela base, como a revogabilidade, garantiram a substituição destes “novos patrões” por outros trabalhadores mais interessados em uma organização em que os trabalhadores pudessem decidir diretamente. Este é o sentido da ruptura da hierarquia e da disciplina capitalista, com a criação de uma nova disciplina, coletiva, igualitária e de participação ativa. Os casos da Sogantal, da Sousa Abreu e de algumas das empresas participantes da mesa redonda sobre a autogestão permitiram, por exemplo, perceber que esta ruptura era o que constituía o desenvolvimento das relações sociais de produção de novo tipo, o que para o *Combate* foi apresentado como as relações sociais de produção comunista em gestação. Foi a partir desta prática coletiva que os trabalhadores expressaram a tomada de consciência, como pode ser percebido pelos documentos originados nas lutas ocorridas tanto na Mabor, quanto na Sousa Abre, por exemplo. E esta tomada de consciência pressupõe também um processo de aprendizado, um processo pedagógico decorrente da participação ativa e coletiva nas lutas, que através da experiência prática permitiu criarem e tomarem conhecimento de formas de gestão coletiva do processo de produção sem a intermediação das instituições do capitalismo, como os sindicatos, o Estado e as direções das empresas.

Porém permeando esta tensão entre os dois tipos de relações sociais de produção havia as necessidades práticas para a manutenção do processo de produção, como o pagamento dos salários, a compra de matérias-primas e o escoamento da produção. Neste ponto o boicote dos capitalistas, as dificuldades para o desenvolvimento dos mercados de solidariedade e as pressões exercidas pelo mercado capitalista nacional e internacional dificultou a continuidade do desenvolvimento das relações sociais de produção de novo tipo, contribuindo para que os trabalhadores recorressem às reivindicações de soluções, principalmente de disponibilidade de crédito, por parte do Estado. O ato de recorrer ao Estado foi um dos motivos que levou os trabalhadores a entrarem em contato com as disputas institucionais que estavam se desenvolvendo nos âmbitos políticos e militares. Neste ponto foram de extrema importância os fatos ocorridos após o 11 de março de 1975, como as tentativas de institucionalização das formas de lutas criadas autonomamente pelos trabalhadores, e as nacionalizações, principalmente a do sistema financeiro, que possibilitou aos Governos Provisórios subsequentes ao IV um controle cada vez maior sobre o conjunto da economia portuguesa. Cumpriu papel importante nesta institucionalização os diversos grupos políticos, mas mais os de esquerda e extrema-esquerda que tinham como objetivo último a tomada do poder de Estado. Esta perspectiva levou-os a se esforçarem pela articulação das

organizações criadas pelos trabalhadores nos locais de trabalho, com a principal instituição organizadora global do capitalismo, o Estado.

Uma função importante nesta articulação entre Estado e PMEs coube à Federação de Cooperativas de Produção, que ao intermediar as negociações entre Estado e empresas sob gestão dos trabalhadores contribuiu para o início do processo de recuperação capitalista, ao introduzir os estatutos como condição para a legalização jurídica das empresas e à possibilidade de obtenção de crédito, reproduzindo uma estratificação hierárquica administrativa onde elas estavam sendo suprimidas. A permanência destas experiências de luta dos trabalhadores no modo de produção capitalista aliada ao isolamento das lutas dentro das fronteiras portuguesas também contribuiu para que as formas de gestão desenvolvidas durante as ocupações rompessem os parâmetros deste sistema de exploração. O aumento da produtividade, a manutenção dos salários e a dependência do mercado levaram os trabalhadores a, de certa forma, gerirem eles próprios a exploração de mais-valia a que estavam sujeitos. E mesmo uma proposta de formação cooperativista decorrente da solidariedade entre os trabalhadores, como no caso da Covilimpal, levou-os a contribuir com um melhor funcionamento da Lisnave, já que com a eliminação do patrão puderam os trabalhadores laborar com outro ânimo e com melhores salários. E mesmo o aumento salarial que, se tem como consequência a melhoria nas condições materiais de vida, levou (considerando que foi uma situação geral no país) a um fortalecimento do próprio capitalismo, que considerado globalmente, transforma estes aumentos salariais em aumento de produtividade, em decorrência dos mecanismos da mais-valia.

As tentativas de articulação entre as várias empresas sob gestão operária existiram, como foi o caso das Coordenadoras de Cooperativas de Produção, e tentaram criar um mercado alternativo ao capitalista, e que não se restringiu apenas à troca de bens de consumo individual. Mas a forma de funcionamento destas Coordenadoras, conforme foi mostrado pelos trabalhadores no *Combate*, continha também um processo de estratificação e distanciamento dos trabalhadores que estavam realizando o trabalho de articulação das Coordenadoras. Se em algumas empresas havia controle de base e rotatividade na participação das reuniões, em outras, não, o que se tornava mais problemático ainda em período de declínio das lutas. O próprio fato da iniciativa e o estímulo às Coordenadoras partir da Federação de Cooperativas de Produção, indicam que a autonomia dos trabalhadores na articulação deste mercado poderia estar comprometida, tanto em relação aos contatos da

Federação com o PCP, sindicatos e o Estado, quanto pelo fato de não haver um controle de base por todas as empresas.

As preocupações do *Combate* com as formas que as lutas foram tomando em seu desenvolvimento expressavam o fato desta articulação não ter sido realizada autonomamente, sem a direção de organizações externas à classe trabalhadora. Propôs-se a auxiliar na articulação através da divulgação das lutas e da realização de reuniões entre distintos grupos de trabalhadores, cumprindo assim o considerava ser sua função revolucionária. Indicou também que a articulação poderia ser feita por trabalhadores dos meios de comunicação de massa, a partir de experiências que estava sendo praticadas. Mas a ação partidária levou ao isolamento destas lutas. E neste ponto houve também o papel da classe trabalhadora. Pois a apatia, o afastamento da participação ativa e a aceitação da direção partidária, a partir de certo momento, somadas à inexistência de um movimento revolucionário internacional que atacasse o mercado mundial capitalista, contribuíram para que a articulação das lutas não ocorresse autonomamente. Estes foram alguns dos limites das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores portugueses.

Frente a este quadro de luta revolucionária pretendeu-se apresentar a passagem de empresas em autogestão para as cooperativas de produção como um processo de perda de autonomia e recuperação capitalista da luta, ao se reproduzir a hierarquia e a disciplina capitalista. O objetivo não era discutir o conceito de autogestão e de cooperativas de produção, ou mesmo o significado geral das duas formas de organização, mas sim o significado histórico concreto que tiveram no processo revolucionário português, entre 1974 e 1976, em algumas PME dos setores têxtil e da metalomecânica. Neste processo revolucionário, apresentado como uma tensão existente entre dois tipos distintos de relações sociais de produção em desenvolvimento, ao cooperativismo coube ser o elemento que fortaleceu a reprodução das relações sociais de produção capitalista, centrada na exploração dos trabalhadores. Em outros momentos históricos – do passado, do presente ou do futuro – as cooperativas de produção podem ter outro significado na luta dos trabalhadores, e assim é esperado.

Mas isto também não impede de se realizar alguma análise um pouco mais geral. A reprodução das hierarquias e disciplinas capitalistas fortaleceu a coesão do próprio modo de produção, ao se proporcionar uma renovação da classe exploradora, principalmente dos gestores, com a formação de uma elite dos trabalhadores, que passou a deter e concentrar os



conhecimentos de gestão desenvolvidos coletivamente. Ao se tornarem ou se manterem como especialistas em alguma função nestas empresas geridas pelos trabalhadores, ou mesmo nas Coordenadoras, iniciaram também um processo de mobilidade social, deixando de ser elite de trabalhadores para se tornarem os novos gestores dos processos de produção. E neste caso o recorte ideológico não tem tanta influência, podendo surgir estes novos gestores tanto da direita quanto da esquerda.

Um aprendizado que pode ser tirado da luta desenvolvida pelos trabalhadores durante a Revolução Portuguesa é que a emancipação dos trabalhadores terá de ser mesmo obra dos próprios trabalhadores, organizados autonomamente.

## Fonte

COMBATE. Números 01 a 51, publicados entre 21 de junho de 1974 e fevereiro de 1978. Toda a coleção do jornal está digitalizada e pode ser encontrada em: [www.marxists.org/portugues/tematica/combate](http://www.marxists.org/portugues/tematica/combate)

## Referências bibliográficas

ABADIA, D. M. *O Jornal Combate e as Lutas Sociais Autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974 - 1978)*. Dissertação de Mestrado em História, UFG-Goiânia, 2010.

ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *A Vitória da Razão (?) O IDORT e a Sociedade Paulista*. São Paulo: Editora Marco Zero – CNPq, 1993.

BERNARDO, João. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1975.

\_\_\_\_\_. *O Inimigo Oculto. Ensaio sobre a Luta de Classes Manifesto Anti-ecológico*. Porto: Afrontamento, 1979.

\_\_\_\_\_. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 2ª Ed.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operários. 1917-1921*. Porto: Afrontamento, 1975.

BRUNO, L. *Portugal: o “COMBATE” Pela Autonomia Operária*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1983.

CASTORIADIS, Cornelius. *A sociedade burocrática I. As relações de produção na Rússia*. Porto: Afrontamento, 1979.

\_\_\_\_\_. *A Experiência do Movimento Operário*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

CARDINA, Miguel. *A esquerda radical*. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

CODINHA, Miguel Gonçalo Cardina. *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Tese de doutorado em História Contemporânea. Universidade de Coimbra, 2010.

COGGIOLA, O. (org.) *Espanha e Portugal: o fim das ditaduras*. São Paulo: Xamã, 1995.

COMBATE. *Capitalismo privado ou capitalismo de Estado não é escolha!* Editoriais e textos do jornal Combate. Porto: Afrontamento, 1975.

COSTA, Ramiro da. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal 1820-1975*. 2º Volume 1930-1975. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979.

FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: UFSC, 2011.

FERREIRA, José Maria Carvalho Ferreira. *Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo” (História de um equívoco)*. Blumenau: Editora da FURB, 1997.

FRUET, L. H. M. *Portugal Hoje. Anarquistas e Monarquistas andam soltos pelas ruas*. São Paulo: Editora Arte e Texto, s/d.

KOLLONTAI, Alexandra. *Oposição operária*. São Paulo: Global, 1978.

LÊNIN, Vladimir I. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. In. *Obras escolhidas 1*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. *A doença infantil do “esquerdismo no comunismo”*. In. *Obras escolhidas 3*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980a.

\_\_\_\_\_. *Mais uma vez sobre os sindicatos, o momento actual e os erros dos camaradas Trotski e Bukharine*. In. *Obras escolhidas 3*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980b.

\_\_\_\_\_. *Projecto inicial de resolução do XX Congresso do PCR sobre o desvio sindicalista e anarquista no nosso partido*. In. *Obras escolhidas 3*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980c.

MAILER, Phil. *Portugal. The impossible revolution?* London: Solidarity, 1977.

\_\_\_\_\_. *Portugal. A revolução impossível?* Porto: Afrontamento, 1978.

MARTINHO, Francisco C. P. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise (1928-1945). In Limoncic, F. e Martinho, F. C. P. *A Grande Depressão: política e economia na década de 1930*. Europa, Américas, África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2009.

MAXWELL, Kenneth. *O Império derrotado*. Revolução e Democracia em Portugal. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MERCADANTE, P. *Portugal Ano Zero*. São Cristovão: Editora Arte Nova, 1975.

NEVES, José Artur Castro. *Contribuições para a percepção da cultura (política) em Portugal*. Lisboa: Contra a Corrente, 1976.

NETTO, J. P. *Portugal: do Fascismo à Revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

NORONHA, Ricardo Vieira de Campos de Abreu. *A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)*. Tese de doutorado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011.

PANNEKOEK, Anton. *Sobre a organização dos trabalhadores*. Lisboa: Contra a Corrente, s/d.

PEREIRA, João Martins. *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Amadora: Livraria Bertrand, 1976.

PIRES, José. *Greves e o 25 de Abril*. Lisboa: Edições BASE, s/d.

RAFAEL, Francisco, et ali. *Portugal/Capitalismo e Estado Novo*. Porto: Afrontamento, 1976.

RODRIGUES, Francisco Martins. *Abril Traído*. Lisboa: Edições Dinossauro, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os anos do silêncio*. Lisboa: Edições Dinossauro e Abrente Editora, 2008.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima et ali. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1976.

SOARES, Mário. *Portugal: que Revolução?* Diálogo com Dominique Pouchin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. *Contra a exploração capitalista. Comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975)*. Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1970, 7. ed.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. (3 volumes) 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRAGTENBERG, Maurício (Org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VARELA, Raquel Carneira. *O Partido Comunista Português, as Nacionalizações, o controlo operário e a “batalha da produção”*. Estudo de caso na Revolução Portuguesa (1974-1975). In. Revista em Debate, nº 6, p. 38-59, jul-dez 2011.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

## Anexo 1

# MANIFESTO DO COMBATE

Qual é a luta dos trabalhadores, qual é a luta dos exploradores?

Antes do golpe de 25 de Abril, durante o golpe e desde então existiram sempre dois grandes campos de luta.

A luta dos trabalhadores portugueses e dos povos oprimidos e explorados das colónias constitui um desses grandes campos, que não tem por finalidade adaptar o aparelho governamental da burguesia aos problemas políticos e económicos que surgem aos exploradores, mas sim acabar com a própria exploração.

Do lado de todas as classes e camadas exploradoras sentiu-se a necessidade de uma remodelação urgente das instituições governamentais e do próprio sistema de governo, devida fundamentalmente a três questões:

— A situação insustentável da burguesia portuguesa nas colónias, a incapacidade em que se viu de vencer militarmente os povos coloniais, foi um dos factores que tornou mais imperiosamente urgente para a burguesia a reconstrução de um político e que a levou a preparar, com a paz militar, chegar a soluções políticas e económicas neo-coloniais.

— As múltiplas greves e lutas que os trabalhadores portugueses vinham a desenvolver mostravam à burguesia que o aparelho repressivo do marcialismo estava já completamente inadequado para tentar conter e reprimir essas greves. A burguesia queria, pois, instaurar uma liberdade de greve, ao mesmo tempo que punha à frente da generalidade do aparelho sindical elementos reaccionários, contrários à prática da greve.

— As classes e camadas exploradoras precisavam também de adaptar o aparelho governamental para a resolução de problemas económicos graves que se vinham a acumular sem que a administração de Marcelo Caetano lhes conseguisse dar qualquer solução. A inflação, a necessidade de crescer o desenvolvimento industrial, as relações com o Mercado Comum, a emigração impunham uma reorganização rápida e em grande escala das instituições do governo.

De um lado, temos os trabalhadores lutando activamente pela resolução dos seus problemas, exigindo de imediato uma melhoria do nível de vida e de trabalho, e alargando a luta contra a própria exploração capitalista. Do outro lado temos os exploradores, cujo problema essencial é o de tentar garantir em novas condições a exploração dos trabalhadores coloniais e dos trabalhadores portugueses.

O golpe do 25 de Abril foi dirigido e orientado pelos exploradores para a defesa dos seus interesses

O grande problema que preocupa a burguesia portuguesa e que a levou ao 25 de Abril foi como manter a exploração capitalista e adaptá-la às novas condições? Por isso, as massas trabalhadoras não tiveram, nem podiam ter, qualquer papel activo no golpe de 25 de Abril, porque ele não se destinava a acabar com a exploração, mas a perpetuá-la.

O golpe do 25 de Abril foi pensado em esferas das classes dominantes, em estreita ligação com grupos financeiros, e foi executado na prática por capitães e maiores originários de uma burguesia média ou a ela ligados e canali-

zados politicamente pelos generais da Junta, dos quais uns são ligados à grande finança e os outros são mesmo seus representantes directos.

No seu combate contra a exploração capitalista, os trabalhadores criam formas de organização revolucionárias, que integram activamente todas as massas trabalhadoras em luta. O 25 de Abril não se apoiou nas organizações de luta dos trabalhadores e, pelo contrário, esforçou-se por afastá-las de qualquer participação no golpe. Se exceptuarmos o assalto às sedes da Pide e a libertação dos presos de Caxias, Peniche e na Pide do Porto, que foi conseguida de uma maneira rápida e global pela acção das massas populares, em todos os outros casos nunca os trabalhadores tiveram nem qualquer controlo nem a mínima interferência no desenrolar do golpe.

Em resumo: o 25 de Abril não assentou em formas organizacionais produzidas na luta dos trabalhadores, mas sim nos oficiais do exército, numa organização burguesa rigidamente constituída que nada tem a ver com a nossa luta. E nem podia ser de outra maneira, pois o golpe de 25 de Abril não se integrou na luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e sim nas tentativas dos capitalistas para continuarem a exploração dos trabalhadores em novas condições.

Porque é que algumas correntes políticas querem fazer crer, agora, que os trabalhadores teriam tido um papel preponderante no 25 de Abril?

O carácter exclusivamente militar do golpe não constitui mistério para ninguém no 25 de Abril e nos momentos seguintes. Só depois, essas correntes políticas começaram a afirmar que o 25 de Abril não fora um golpe militar e sim uma acção em que as massas trabalhadoras teriam intervenido com preponderância.

Se alguns sectores políticos julgam hoje que os trabalhadores esqueceram já o que se passou mês e meio atrás e nos tentam convencer de que intervieram activamente no golpe do 25 de Abril, isso deve-se ao facto de nos querermos vincular às decisões tomadas pelo actual governo, sabotando assim abertamente o desenvolvimento da luta dos trabalhadores.

Mais francos são os generais da Junta (Spínola, no discurso ao Conselho de Estado, ou Galvão de Melo na televisão, por exemplo) bem como Salgueiro Maia, um dos mais importantes dirigentes do Movimento das Forças Armadas, em várias entrevistas) que reivindicam para as forças armadas o exclusivo do planeamento e o exclusivo da realização material do golpe. Não se deve tal franqueza ao amor da verdade, mas tão só à vontade de se afirmarem bem alto como os únicos autores do golpe de 25 de Abril e, portanto, como os «libertadores». E fazer serem libertadores. A libertação das massas trabalhadoras, só os trabalhadores a conseguiram, e não capitães nem generais de qualquer Junta. Mas é verdade serem eles os realizadores do 25 de Abril. O seu a seu dono, e não é dessa glória mas de outras que a classe operária e as massas trabalhadoras precisam.

A libertação dos trabalhadores só pode desenvolver-se à luta dos trabalhadores

A luta contra a exploração capitalista, que se travava no dia 24 de Abril, não parou no dia

25 e continuou a travar-se no dia 26. O golpe de 25 de Abril não podia acabar com a luta contra a exploração, porque não se destinava a acabar com a exploração. Grande parte das greves que deflagraram depois do dia 25 de Abril vinham já a ser preparadas antes da data do golpe militar, o que mostra que a luta dos trabalhadores se desenvolveu e se desenvolve num campo completamente distinto do desse golpe. O campo em que deve assentar todo o nosso combate é o da luta contra a exploração.

Não sendo uma acção dos trabalhadores, mas um golpe militar, e não assentando na organização autónoma das massas trabalhadoras, mas na hierarquia rígida das forças armadas, o governo saído do 25 de Abril não poderá nunca desenvolver-se no sentido da libertação do trabalho, no sentido da instauração de formas económicas e sociais do comunismo e da luta por uma sociedade sem classes. Nem na luta de Salgueiro Maia, nem na do Governo Civil Privilegiado, nem no Movimento das Forças Armadas existe sequer um mínimo vestígio da organização autónoma dos trabalhadores. Com a instauração das instituições do novo regime há qualquer possibilidade para o desenvolvimento da nossa luta.

O 25 de Abril instaurou uma liberdade de partidos e a liberdade de expressão — ou melhor, a liberdade de uma certa expressão. Mas, ao mesmo tempo, repete em todos os tons e pelas mais variadas correntes políticas que o proletariado e todos os trabalhadores em geral têm, ganhando pouco mais, de produzir muito mais. Afirmam admitir a greve mas, ao mesmo tempo e a várias vozes, desencadeiam uma violenta campanha contra as greves. Em suma, afirmam que primeiro vem a democracia parlamentar e só depois o aumento dos salários e uma certa reorganização do trabalho.

Mas o trabalhador nem como democracia nem trabalha no parlamento. Os nossos interesses imediatos consistem no aumento dos salários e na reorganização do trabalho nas fábricas existentes. E estes não são os interesses futuros, mas os mais imediatos. Porque os interesses futuros não são o aumento dos ordenados, e sim o fim do trabalho assalariado e da exploração capitalista; nem são a reorganização das fábricas existentes, mas sim o desenvolvimento de novas relações sociais de produção, a instauração de uma sociedade comunista.

A nossa luta, nas novas condições em que a burguesia se organizou depois do 25 de Abril, e o desenvolvimento do combate que travamos contra a burguesia antes do golpe militar. Só aí, no combate contra a exploração — e não nas novas instituições do governo burguês — é que a nossa luta se deve e pode desenvolver.

As massas trabalhadoras desenvolvem hoje em Portugal uma luta geral à escala de todo o País

Todas as classes activamente interessadas no capitalismo encontram ampla expressão e liberdade nas instituições do actual governo. Todos os explorados são excluídos dessas instituições. A fronteira é, pois, muito nítida.

Desta situação resulta que a luta da classe operária e dos restantes trabalhadores, que desde 1962 vinha somente a deflagrar em lutas isoladas entre si, se desenvolve agora a nível

racional numa luta geral, vasta, cada vez mais aguda e em que as lutas particulares se relacionam sempre mais, na constituição de um processo único. E esta, sob o ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, a característica principal da actual situação. A luta dos trabalhadores em Portugal deixou de ser constituída por uma sucessão de lutas particulares interrompidas por refluxos mais ou menos longos, e desenvolve-se agora numa luta geral em que todas as lutas particulares tendem a relacionar-se cada vez mais estreitamente.

Qual o objectivo deste jornal e do trabalho a ele ligado?

Do desenvolvimento da luta geral dos trabalhadores a nível nacional resulta a função revolucionária que virá a assumir este jornal e o restante trabalho a ele ligado.

Este jornal propõe-se em um agente activo na ligação entre as várias lutas particulares, divulgando essas lutas e nomeadamente as experiências organizativas delas resultantes e acelerando por este modo o desenvolvimento da luta dos trabalhadores enquanto luta geral. É dessas lutas e do desenvolvimento da luta geral que resultará toda a elaboração do jornal e o próprio aprofundamento das posições aqui assumidas. Este jornal é o primeiro dos eixos do nosso trabalho.

Estritamente ligado com o jornal, está o trabalho de fomentar a organização de reuniões de massas entre trabalhadores, soldados e marinheiros, ou trabalhadores com soldados e marinheiros inseridos em lutas particulares diferentes. Sabemos que é um trabalho difícil, que exige não só a preparação de inúmeras condições materiais, como a defesa contra a repressão da burguesia. Mas não há desenvolvimento e generalização da nossa luta sem a efectivação de reuniões de massas entre trabalhadores que têm diferentes experiências particulares de luta. E este o segundo eixo do nosso trabalho.

Quais são as posições práticas que revelam uma atitude revolucionária na luta de classes hoje travada em Portugal?

Todo o nosso trabalho tem como único ponto de referência as posições práticas assumidas na luta dos trabalhadores. E tem como único objectivo contribuir para a unificação das massas lutas particulares numa luta geral das massas operárias e restantes trabalhadores. Não somos um partido, nem visamos constituir qualquer partido na base do trabalho ligado com este jornal. Elementos ou grupos de quaisquer partidos ou sem partido são colaboradores neste trabalho desde que desenvolvam, na luta dos trabalhadores, posições práticas revolucionárias.

A análise da luta dos trabalhadores no momento actual e a experiência desse luta moram em que uma posição revolucionária na luta de classes, no Portugal de agora, se define e fundamenta nos pontos práticos seguintes:

(Continua na página seguinte)



(Continuação da página anterior)

**1.º CONTRA A POSIÇÃO REACCIONÁRIA QUE CONSISTE EM CONSIDERAR COMO O OBJECTIVO DO NOSSO COMBATE O APOIO AO ACTUAL GOVERNO DA BURGUESIA. AS MASSAS TRABALHADORAS DESENVOLVEM A SUA LUTA AUTÓNOMA**

Várias correntes tentam travar o desenvolvimento da luta dos operários e de todos os trabalhadores sob o pretexto de que ela pode assustar alguns generais, ou alguns capitães, ou alguns ministros. Mas isso corresponde a desarmar os trabalhadores e entregá-los de pés e mãos amarrados à espera da piedade da burguesia! Os trabalhadores não depositam em outros a sua libertação. Só a luta dos trabalhadores pode servir os interesses dos trabalhadores, e a nossa única posição é reforçar sempre e cada vez mais a nossa luta autónoma. A contra-revolução, no Chile ou em qualquer outro país, tirou sempre por a luta dos trabalhadores não se ter desenvolvido de modo suficientemente amplo e profundo, e não por essa luta ter ido longe demais. O único obstáculo à reacção, quer seja a do antigo regime quer a do actual governo, é o desenvolvimento da luta operária autónoma.

**2.º A LUTA ANTI-COLONIAL DEVE DESENVOLVER-SE COMO SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS**

Os trabalhadores portugueses querem a independência imediata e incondicional para todas as colónias. Mas não ignoramos que a independência não resolve, por si, o problema da exploração dos trabalhadores africanos. Repudiando todas as perspectivas neo-coloniais que orientam a linha de acção da Junta de Salvação Nacional e do Governo Provisório Civil. Mais grave ainda é a continuação da exploração neo-colonial através dos grandes imperialismos mundiais. Mas não podemos esquecer também a existência de exploradores africanos, que vêm a independência política das colónias como uma possibilidade para explorarem um pouco mais os trabalhadores da África. Por isso, o apoio dos trabalhadores portugueses à independência imediata e incondicional das colónias não pode deixar de passar pelo apoio activo e militante aos explorados africanos na sua luta contra todas as formas de exploração e contra todos os exploradores. Esta luta tem como um dos pontos fundamentais o combate ao racismo, nomeadamente o racismo contra os povos das colónias e contra os trabalhadores africanos emigrados em Portugal. Para que a luta anti-colonial se desenvolva como uma solidariedade íntima entre os explorados, é necessário uni-la com a luta dos trabalhadores na produção, isto é, com a luta nas fábricas e nos campos, e uni-la também com a luta nos quartéis. A luta anti-colonial conduzida sobre a base da luta na produção é o eixo do desenvolvimento revolucionário do anti-colonialismo.

**3.º A LUTA DOS TRABALHADORES DEVE DESENVOLVER-SE, DESDE O SEU PRÓPRIO INÍCIO, SOBRE A BASE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO E NÃO PODE SER DELEGADA NOS REPRESENTANTES SINDICAIS**

Os trabalhadores não lutam por delegação — lutam eles próprios. É na acção prática colectiva dos trabalhadores durante as lutas quer por reivindicações económicas, quer pela reorganização do trabalho, que se criam formas de organização de massas que constituem a base do desenvolvimento da revolução comunista. Só a nossa luta prática constitui o processo da revolução social. Por isso, quer afastar os trabalhadores da luta prática, considerando que as discussões com os patrões devem estar fundamentalmente a cargo de uma burocracia sindical especializada em contratos de trabalho, é pretender castrar a própria base da revolução social.

**4.º NAS CIRCUNSTÂNCIAS ACTUAIS, DEVEMOS APROVEITAR A LUTA PARA A ELEIÇÃO DE DELEGADOS SINDICAIS, AO MESMO TEMPO QUE COMBATEMOS FIRMEMENTE AS BUCROCRACIAS QUE DOMINAM AS DIRECÇÕES DA MAIORIA DOS SINDICATOS E QUE DOMINAM A INTER-SINDICAL**

As burocracias sindicais isoladas das massas trabalhadoras pretendem, em todos os casos, convencer os trabalhadores e não lutarem praticamente, a continuarem a produção inseridas nas estruturas capitalistas enquanto os senhores delega-

dos sindicais, no segredo das conversações com o patronato, e devidamente remunerados pelos trabalhadores, tentam chegar a acordos e conciliações. Nós devemos combater as burocracias sindicais, que tentam sempre sabotar a luta prática das massas trabalhadoras porque sabem que serão varridas e perderão a sua razão de ser com o desenvolvimento dessas lutas práticas. Mas devemos inserir-nos nos processos de eleição de delegados sindicais, porque esse nível do aparelho sindical está ainda directamente ligado às massas trabalhadoras e é possível, por isso, em muitos casos, que venha a constituir uma parte integrante da luta de massas e que a dinamize.

**5.º DEVEMOS LUTAR POR UM SALÁRIO MÍNIMO VERDADEIRAMENTE NACIONAL E ADEQUADO ÀS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES BEM COMO PELA DIMINUIÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO E PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E HABITAÇÃO**

A diminuição do tempo de trabalho faz parte da luta reivindicativa que visa melhorar as nossas condições de vida e diminuir os lucros do patrão. Mas essa diminuição do tempo de trabalho não é só uma medida de protecção da saúde do trabalhador e de defesa imediata contra o acréscimo da exploração. O aumento do tempo disponível será também uma condição importante para aumentar a participação activa das grandes massas dos explorados na discussão das formas de luta e de todos os problemas gerais que nos interessam, se sobre essa base conduzirmos um trabalho de organização de reuniões de discussão. Esse trabalho de organização dos tempos livres deve estar ligado com as lutas no local de trabalho e nas zonas habitacionais. A luta pela diminuição do tempo de trabalho, com este objectivo, deve fazer parte integrante da criação de condições para um maior desenvolvimento da luta dos trabalhadores contra a exploração.

O Governo Provisório instituiu um salário mínimo do qual exclui grande parte da população trabalhadora — devemos lutar contra este facto. Além disso, tal salário mínimo é demasiadamente baixo para as necessidades dos trabalhadores. O coro do governo diz que salários mais altos prejudicariam a economia nacional. Mas que economia é essa? É a economia capitalista? Se são os patrões que defendem a continuação dos seus lucros, compreendemos bem que os representantes patronais não queiram um salário mínimo mais elevado. Mas porque é que se pretendem fazer passar por amigos dos trabalhadores aqueles que, na prática, opõem-se à elevação do salário mínimo, defendem os lucros do patrão? Dizem eles que um maior aumento dos salários levaria à falência de pequenas e médias empresas e à concentração do capital. A concentração do capital é o caminho inevitável da economia capitalista e não compete aos trabalhadores pagarem com o suor do seu trabalho e com a miséria das suas famílias os lucros que permitam a subsistência dos pequenos e médios patrões. Os trabalhadores não lutam só contra um patrão mas contra todos, contra a própria exploração capitalista. Se a economia nacional não comporta maiores aumentos de salários, a solução não é a de restringir a paga dos trabalhadores, e sim a de mudar de sistema económico. Se é o próprio capitalismo a dizer, pela voz de todos os seus agentes e servidores, que não pode aumentar suficientemente os salários, o que significa, portanto, que não serve os interesses mínimos dos trabalhadores, então o nosso interesse é o de desenvolver a nossa luta de modo a acabar com o capitalismo.

**6.º DEVEMOS DESENVOLVER OS PROCESSOS DE SANEAMENTO E DE REORGANIZAÇÃO PARCIAL DAS EMPRESAS EM LUTA PELO CONTROLO E GESTÃO DE TODO O PROCESSO ECONÓMICO**

O governo actual procura canalizar a fúria dos trabalhadores contra a tirania tentando que a nossa revolta se limite a substituir os administradores mais comprometidos com o fascismo por outros menos comprometidos ou por burgueses liberais ou social-democratas. Além disso, o novo governo procurou aproveitar as extraordinárias capacidades que os trabalhadores têm para organizar o trabalho, deixando-os proceder a remodelações parciais; o marcelismo não conseguiu fazer uma adaptação suficientemente rápida das estruturas administrativas e da gestão às novas necessidades do capitalismo e, face a tal atraso, os capitalistas procuram agora canalizar as capacidades organizadoras das classes trabalhadoras sem pôr em causa os princípios capitalistas fundamentais da hierarquia e da divisão do trabalho feita pelos não-trabalhadores, e, em vez disso, desenvolvemos os processos de saneamento e de reorganização parcial das empresas em processos mais vastos. O objectivo dos trabalhadores não é o substituir os patrões antipáticos por patrões simpáticos, mas o de acabar com o patronato. O nosso objectivo não é o de beneficiar o capitalismo pela reorganização parcial das empresas, e sim o de estabelecer novas relações sociais de trabalho — relações comunistas. Pre-

cisamos de, desde já, começar a pôr em causa não só uns patrões mas todos os patrões, não só aspectos particulares dos sistemas de organização capitalistas, mas todo o organismo capitalista do trabalho. Não precisamos de quem divida o trabalho para que nós o façamos, não precisamos de quem oriente o nosso trabalho. Os trabalhadores, que tudo produzem, devem organizar toda a produção.

**7.º A LUTA DOS EXPLORADOS DO CAMPO É UM DOS EIXOS FUNDAMENTAIS DA LUTA DAS MASSAS TRABALHADORAS**

A imprensa diária controlada pela burguesia silencia completamente, salvo raríssimas excepções, a luta do proletariado agrícola.

É absolutamente necessário unir a luta dos trabalhadores das cidades com a luta dos explorados do campo. As lutas dos explorados agrícolas põem problemas diversos, consoante as regiões são de grande ou pequena propriedade, consoante os tipos de cultura, consoante o grau de existência de assalariados agrícolas que possuam eles próprios pequenas parcelas de terra e consoante a proporção em que existam pequenos camponeses. É através de uma ligação estreita com as lutas camponesas e do desenvolvimento dessas ligações para todos os pontos do país que se poderão estabelecer os pontos de demarcação concretos relativamente à questão agrícola.

**8.º O EXERCÍCIO E O MILITARISMO SÃO ARMAS DA BURGUESIA QUE IMPORTA DERRUBAR NA LUTA PELO ARMAMENTO GERAL DOS TRABALHADORES**

Filhos do povo, os soldados e os marinheiros são separados das massas trabalhadoras, postos em casernas onde a burguesia os submete a hierarquias rígidas e a uma disciplina degradante. Pretende, deste modo, mentalizá-los para que voltem as armas contra os seus irmãos de classe, os trabalhadores de qualquer país. Por isso, um dos interesses básicos dos trabalhadores é o de destruírem as estruturas militares e de combaterem o militarismo. Nós não precisamos de delegar em terceiros a nossa defesa — armamo-nos e defendemo-nos nós próprios. Neste momento, há várias lutas de marinheiros e soldados contra a disciplina, contra o militarismo, contra o encasernamento. É necessário desenvolver ao máximo todas essas lutas e é necessário fomentar os contactos e, depois, as reuniões de massas, entre os soldados e marinheiros em luta e os trabalhadores em luta nos campos e na cidade. Se as lutas dos soldados e marinheiros se unirem estreitamente com as restantes lutas dos trabalhadores, ficam assim postas em causa as próprias bases do exército reaccionário, separado da população.

**9.º OS OPERÁRIOS NÃO TEM PÁTRIA. TODA A LUTA OPERÁRIA TEM QUE SER INTERNACIONALISTA**

Foi a burguesia, no desenvolvimento da economia capitalista, estreitando as relações entre todos os polos de concentração do capital e fundindo empresas à escala multi-nacional e multi-continental, que destruiu as velhas nações e tornou caducas as fronteiras nacionais. Mas essa mesma burguesia, para dividir os trabalhadores, difundiu entre nós uma ideologia nacionalista e racista. Os trabalhadores não podem alacar o racismo com puras declarações sentimentais. Não é com palavras, mas com factos, que o internacionalismo se desenvolve. Assim, é necessário fundir cada vez mais as lutas dos explorados portugueses com as lutas dos explorados de todo o mundo, e fundi-las ao nível dos próprios movimentos de massas. O trabalho que se centra em torno deste jornal abrir-se-á, por isso, às lutas dos trabalhadores noutros pontos do mundo, desenvolvendo a criação das condições necessárias para a expansão de uma verdadeira luta internacionalista e anti-nacionalista dos trabalhadores.

Pensamos serem estes, no momento actual e neste país, os pontos práticos de demarcação que distinguem, na vasta luta das classes, a posição revolucionária dos trabalhadores. O desenvolvimento da luta e o desenvolvimento da unificação das lutas particulares em lutas gerais produzirão novos pontos de demarcação práticos e aprofundarão os pontos existentes. É assim que, no seu próprio desenvolvimento, as massas operárias e todos os trabalhadores produzem as condições materiais e ideológicas do comunismo.

Desenvolver a luta autónoma dos trabalhadores e unificar as lutas particulares numa vasta luta geral — são estas as tarefas principais dos trabalhadores e de todos os revolucionários.



Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

**ESTATUTO****EDITORIAL****DO COMBATE**

Este jornal nasceu e vive segundo a evolução das lutas das massas trabalhadoras. Em todos os campos em que a luta de classes se manifesta, nos locais de produção (fábrica e campo), nos quartéis, nos bairros, nas colectividades de recreio e cultura, nas lutas dos presos comuns e em todas as lutas das minorias contra a opressão este jornal procura estar presente.

O nosso objectivo é de dar a conhecer e unificar as diferentes lutas dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Desenvolvemos para isso dois grandes tipos de trabalho: por um lado, o reforço deste jornal; por outro, fomentar o trabalho de organização de reuniões de massas entre trabalhadores inseridos em lutas diferentes. O trabalho conjunto do jornal e de reuniões de massas contribuirá para acelerar a fusão das lutas dos trabalhadores e a união de todos os explorados.

Sublinhamos que este jornal não é nem pretende ser o órgão de nenhum partido, mas está e continuará aberto, sem qualquer sectarismo, ao trabalho de todos os progressistas e revolucionários, com ou sem partido, que aceitem a nossa plataforma de unidade prática expressa nos 9 pontos do nosso Manifesto e nos demais pontos avançados em editoriais do jornal.

Os colaboradores deste jornal tem um papel activo:

- no fomento de contactos que conduzem a reuniões de massas inseridas em processos de lutas particulares,
- na materialização e organização do jornal e na sua distribuição junto das massas populares,
- na organização de reuniões de informação e de inquérito por intermédio de discussão.

Por este jornal não ser órgão de nenhuma organização política, nem pretender vir a sê-lo, não publicamos nenhuma correspondência assinada por qualquer organização política.

Este jornal dá a palavra aos trabalhadores em luta. É essa a nossa razão de ser.

Procuramos que grupos de trabalhadores inseridos numa luta se reúnam e que, da discussão conjunta das formas de organização e dos métodos de actuação empregados, resultem textos que analisem as lutas nas suas vitórias e nas suas derrotas.

As lutas das massas trabalhadoras contra a exploração e contra a opressão são a razão de ser deste jornal. Só para as lutas dos trabalhadores e de todos os oprimidos este jornal existe.

**RECTIFICAÇÃO AO  
MANIFESTO**

O desenvolvimento da luta de classes em Portugal e nas colónias após o 25 de Abril e o trabalho prosseguido ao longo dos cinco números do jornal COMBATE, forçam-nos hoje a acrescentar à nossa plataforma inicial em 9 pontos (apresentada no MANIFESTO DO COMBATE) um ponto, que ficará a constituir o número 10 do Manifesto: A LUTA PRÁTICA DESENVOLVIDA PELOS TRABALHADORES CHEGA NO SEU PROCESSO (ESPONTÂNEO) A FORMAS ANTAGONICAS COM O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, e a aprofundar o ponto número 2 do referido Manifesto: A LUTA ANTI-COLONIAL DEVE DESENVOLVER-SE COMO SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS.

**1 — A LUTA PRÁTICA DESENVOLVIDA PELOS TRABALHADORES CHEGA NO SEU PRÓPRIO PROCESSO (ESPONTÂNEO) A FORMAS ANTAGONICAS COM O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Os trabalhadores, directamente sujeitos à exploração capitalista, respondem espontaneamente a essa exploração com reivindicações de carácter económico (aumentos de salários, melhoria das condições de trabalho, etc.), que em si não põem em causa o modo de produção capitalista. Mas as formas organizativas desenvolvidas para atingirem aqueles objectivos iniciais entram em completo antagonismo com a organização do trabalho no capitalismo e com as formas gerais de relação na sociedade, ou seja, as relações mútuas entre os trabalhadores na prática comum de luta.

Assim, ainda que temporariamente, os trabalhadores conseguem impor, pela luta, em cada empresa novas formas de organização do trabalho: abolindo as hierarquias, acabando com a separação do produtor relativamente ao processo de trabalho. Estas formas não se conseguem impor duravelmente com o modo de produção capitalista e com a base tecnológica do processo de produção capitalista, mas são a base material da consciência das novas relações de produção — as relações de produção comunista, para todos os trabalhadores envolvidos na luta. Quer dizer, pelo desenvolvimento da sua prática de luta reivindicativa, os trabalhadores chegam ao antagonismo com as relações sociais de produção e à consciência — ou a formas de consciência — desse antagonismo.

Mas não se constrói o comunismo só pela adição de experiências limitadas fábrica a fábrica. A derrota do capitalismo tem de passar pela destruição do seu centro nevrálgico — o Estado: as relações entre todos os capitalistas, o aparelho repressivo, etc. Mas também não se chega ao comunismo sem o terreno base dessas experiências.

Pretender que se chega a novas relações de produção só porque alguns trabalhadores (os políticos), que são os únicos conhecedores da linha a seguir por todos os trabalhadores, conseguem mobilizar as massas trabalhadoras para o derrube violento do tipo de Estado existente, é estar a perpetuar as classes. Só se chega a relações de produção comunistas se as massas trabalhadoras já tiverem adquirido consciência, através da sua prática de luta, dessas mesmas relações. De contrário,



nova sociedade de classes se formará, em que as elites políticas, separadas do controlo dos trabalhadores, se transformarão nos novos exploradores e as massas trabalhadoras, simples executoras de planos saídos da cabeça dos -políticos-, voltarão a ser exploradas.

Consideramos pois que todos aqueles que, desenvolvendo uma actividade de carácter partidário, considerem secundária a prática dos trabalhadores na sua luta revolucionária e as novas formas sociais e de trabalho que espontaneamente criam nessa prática, nunca poderão desenvolver no jornal COMBATE um trabalho activo. Nunca poderão compreender a importância deste jornal e do trabalho que ele se propõe desenvolver.

## II — A LUTA ANTI-COLONIAL DEVE DESENVOLVER-SE COMO SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS

1) Depois de se ter esforçado por seguir a via neo-colonial na Guiné, ainda durante o regime de Marcelo Caetano, e de procurar após o golpe de 25 de Abril prosseguir em Angola e em Moçambique uma política neo-colonial, a grande finança portuguesa que deposita no General Spínola as suas esperanças e os seus anseios procedeu a uma viragem importante: fez saber, através do presidente da República, que estava disposta a aceitar a rápida independência para as colónias.

O discurso do presidente da República a 27 de Julho foi saudado por todas as correntes políticas governamentais como uma acção de grande importância revertendo inteiramente a favor dos trabalhadores das colónias.

Aqueles mesmos que prosseguem em Portugal uma política anti-greves, que nos querem tirar a mais importante arma de luta que possuímos — gritam aos quatro ventos que as medidas anunciadas pelo presidente da República são inteiramente favoráveis aos trabalhadores das colónias!

Aqueles mesmos generais que durante treze anos comandaram a guerra colonial, que após o 25 de Abril procuraram abertamente manter o domínio neo-colonial através da federação — pretendem que as novas medidas são inteiramente favoráveis aos trabalhadores das colónias!

Aqueles mesmos grandes capitalistas, os Mello e os Champalimaud, que têm em Angola e em Moçambique, ou em actividades relacionadas com esses territórios, grande parte dos seus investimentos — dão carta branca ao presidente da República, defendem publicamente na imprensa as novas medidas, declaram-se inteiramente favoráveis aos trabalhadores das colónias!

De tanta abundância súbita, só há que desconfiar.

O que é que levou a grande burguesia portuguesa com o coro reformista, a inverter a sua tática quanto à questão colonial?

Não foi só o facto de os trabalhadores das colónias serem contrários a qualquer forma de federação neo-colonial. Quando os capitalistas mudam de tática, é porque possuem outra via de salvação. Se não têm outra tática possível então lutam desesperadamente, até ao fim, na única que lhes resta. Não foi o caso agora. A tática da grande burguesia portuguesa mudou muito antes de esta ter podido vir a ser materialmente obrigada a abandonar o caminho da federação neo-colonial. E desta abundância que há que desconfiar.

Se a grande burguesia portuguesa mudou de linha de rumo, é porque outras mudanças, em outros sectores, lhe facilitaram a manobra.

2) Nos últimos meses verificou-se, em Angola e em Moçambique, uma luta operária como não há memória. A grande vaga de greves em Moçambique e, em Angola, as greves e especialmente a grande luta nos muçiques de Luanda mostram que o movimento das massas trabalhadoras africanas ascendeu a uma nova fase, entrando numa forma diferente da assumida até então pela luta anti-colonial e extravasando bruscamente os quadros tradicionais dos vários movimentos de libertação.

Por outro lado, os médios e pequenos colonos, para quem a via neo-colonial não é solução nenhuma e que nisso se opõem em absoluto à grande finança, começaram — continuaram... — a armar-se secretamente e em massa, passaram aos atentados e ao terrorismo, desenvolveram uma violência racista feroz.

Quer dizer:

Após o 25 de Abril, os dois principais interlocutores em Angola e em Moçambique eram a grande finança neo-colonial e os movimentos de libertação. O desenvolvimento da luta de

classes, com as grandes greves de Moçambique e a grande luta urbana de Luanda, deixou frente a frente os trabalhadores africanos, conduzidos pelo operariado, e os colonos mais racistas e retrógrados.

Assim, a situação não mudou somente para a Junta de Salvação Nacional e para a sua política neo-colonialista. Mudou também para os movimentos de libertação. Nenhum dos movimentos de libertação de Angola e de Moçambique tomou até agora uma posição claramente anti-capitalista, nenhum se apresenta como pretendendo construir o comunismo, nenhum atribui à classe operária o papel condutor na luta. Não era só o plano neo-colonial da federação que se via ultrapassado, à direita, pelos pequenos e médios colonos. Eram também os movimentos de libertação que se viam ultrapassados, à esquerda, pelas massas operárias que desenvolviam autonomamente o seu combate em luta anti-capitalista.

Qual a solução que se oferecia à grande finança portuguesa, por um lado, e aos movimentos de libertação, por outro?

O grande capital português pode prescindir da federação para continuar as suas posições em Angola e em Moçambique. Desde os princípios da década de 60 que os grandes grupos monopolistas portugueses vem a associar-se aos grandes grupos estrangeiros e sob a sua cobertura continuarão os investimentos em África.

Por outro lado, as burguesias nacionais africanas e os quadros administrativos e técnicos africanos, que aspiram à independência para desenvolver o seu poder de classe, são as principais forças que orientam os movimentos de libertação num sentido limitadamente nacionalista, sabotando o desenvolvimento da luta anti-colonialista em luta anti-capitalista.

Isto quer dizer que aos grandes grupos monopolistas portugueses não interessava a tática da federação não podendo conter o activismo dos pequenos e médios colonos brancos. E as direcções dos movimentos de libertação, dominadas pelas burguesias nacionais e pelos quadros administrativos e técnicos africanos, não interessava o desenvolvimento de um processo que estava a transformar decisivamente a luta contra o colonialismo português em luta anti-capitalista.

A ambos os campos a rápida independência apareceu, pois, como a melhor das soluções.

Aos grandes monopólios portugueses, porque contam manter, sob a cobertura das grandes empresas americanas, alemãs ou japonesas, os seus investimentos.

As burguesias nacionais e aos quadros administrativos e técnicos africanos porque pensam que poderão, com a independência, travar o processo da luta operária autónoma e anti-capitalista.

3) Então, a independência foi uma derrota? Será que, ao contrário de todas as forças políticas existentes, o jornal COMBATE defende que a independência constitui uma derrota para os trabalhadores?

Não.

Mas não deferimos também que seja uma vitória para os trabalhadores africanos.

POR SI SO, A «INDEPENDÊNCIA» NÃO CHEGA PARA DEFINIR O QUE INTERESSA AOS TRABALHADORES AFRICANOS.

Esta independência será uma derrota se se limitar a uma transferência de poderes políticos de uma grande burguesia colonialista a uma burguesia nacional africana. Se mudar o grupo dominante, mantendo-se os trabalhadores como espectadores passivos.

Mas a independência será uma vitória se os trabalhadores africanos e a sua vanguarda operária não se deixarem iludir, se impedirem que se proceda a uma simples transferência de poderes, se tomarem eles próprios nas suas próprias mãos o poder de decidirem do seu próprio destino. Quaisquer que sejam os títulos com que se apresente, ninguém poderá intitular-se «representantes dos trabalhadores». Só aos trabalhadores compete decidir de quais sejam os seus representantes; e só são representantes dos trabalhadores aqueles que forem controlados pelos trabalhadores e que estes possam depor a todo o momento se não estiverem satisfeitos com eles.

Vitória ou derrota — será a continuação ou o esmorecer da luta do proletariado africano que no-lo dirão.

A nossa obrigação de trabalhadores é a de apoiarmos no máximo das nossas forças o desenvolvimento da luta anti-colonial em luta anti-capitalista, conduzida pelo proletariado africano.

É aí, na luta autónoma das massas trabalhadoras, que se desenvolvem as nossas grandes vitórias. Não é nos «discursos históricos» dos generais da Junta.

COMBATE

pag. 8 31/10/75

# MANIFESTO DO COMBATE

Nas actuais circunstâncias da luta de classes que se trava em Portugal, achamos necessária a alteração do nosso MANIFESTO em dois pontos. Em primeiro lugar, aumentando o ponto 1. Em segundo lugar acrescentando um novo ponto, que será portanto o número 11.

O ponto 1 passará a ter o seguinte título: "Contra a posição reaccionária que considera como objectivo do nosso combate o apoio a um governo, contra todas as tentativas de reconstrução do aparelho de Estado à base da recuperação e castração das organizações autónomas dos trabalhadores — os explorados e oprimidos desenvolvem a sua luta autónoma.

Ao que já anteriormente dizíamos neste ponto, acrescentamos:

As posições que consistem em recuperar e castrar a iniciativa das massas trabalhadoras através dum atrelar dessas iniciativas ao aparelho de Estado contribuem para a manutenção do domínio do capital e da sociedade de classes. Nas circunstâncias actuais essas posições exprimem-se:

1) Quer através da tentativa de enquadramento do proletariado em organismos artificiais (CRT, CDR), pensados e concebidos exteriormente as lutas concretas, revestindo a capa de um apartidarismo sorrateiro.

2) Quer tentando reorganizar as estruturas administrativas do Estado à base da recuperação das comissões de bairro e das comissões de moradores.

3) Quer tentando canalizar a iniciativa e capacidade de auto-organização operária para as tarefas de gestão da actual economia (capitalista) fazendo crer aos trabalhadores que esta é a sua economia, tentando institucionalizar e cristalizar as comissões de trabalhadores — órgãos efectivos de auto-organização operária surgidos e desenvolvidos no fogo da luta e para a luta — em órgãos de gestão do capital, em íntima colaboração com os órgãos de planificação estatal.

As organizações autónomas dos trabalhadores são a base da destruição do Estado e não a base de um novo Estado.

A luta do proletariado pela sua total emancipação levá-lo-á à destruição do Estado, de todas as estruturas repressivas e a pôr fim ao sa-

lariato, destruindo-se enquanto classe.

Ponto 11: "A 'batalha da produção' é uma palavra de ordem reaccionária que visa convencer os explorados a incentivar a produção de mais-valia".

Enquanto a produção estiver sujeita à lógica da acumulação do capital e assente na exploração do trabalho assalariado e não organizada para a satisfação das necessidades dos trabalhadores; enquanto os frutos da actividade dos produtores forem sentidos por estes como algo que lhes é estranho e o seu trabalho como sacrifício necessário à sobrevivência e não como realização e desenvolvimento da sua livre actividade criadora; enquanto não forem os próprios trabalhadores a decidir da utilização da sobre produção, e forem uns a trabalhar e a originar a sobre-produção (proletários) e outros a decidir os critérios de utilização dessa sobre-produção (capitalistas, gestores, capitalistas de Estado); enquanto existirem estruturas separadas e acima do resto da sociedade (Estado, exército profissional, polícias, tribunais, etc.),

estruturas essas propriedade dos especialistas das diversas funções necessárias à manutenção da ordem social existente, estando o trabalhador efectivamente afastado da gestão do seu trabalho e de toda a vida social, quaisquer que sejam as formas demagógicas que se invoquem para ocultar esse afastamento ("controlo", "intervenção", "participação", etc.) — Enquanto tudo isto se mantiver, mantêm-se ao mesmo tempo os próprios fundamentos da actual ordem social. Nestas circunstâncias, a palavra de ordem "batalha da produção" corresponde, pois, à necessidade de que o capital, representado hoje em Portugal pelos capitalistas de Estado ascendentes, sente de utilizar mecanismos de ordem ideológica preferencialmente aos mais directamente repressivos para a prossecução de dois objectivos essenciais: 1) Incremento da mais-valia produzida pelo proletariado.

2) Mergulhar mais profundamente as massas na alienação generalizada, tentando evitar, pelo aumento das horas de trabalho ou intensificação das cadências, as discussões e reuniões de massas no local de produção, e procurando deste modo dificultar a auto-organização operária.

